

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE - *CAMPUS* DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO
DOUTORADO**

**TEMPO LIVRE NO TRABALHO VOLUNTÁRIO
O DESENVOLVIMENTO PESSOAL SOBRE AS
PERCEPÇÕES DOS COORDENADORES DAS PASTORAIS
CATÓLICAS NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL - PR**

TOLEDO
2023

WILLIAM SILVANO DE CAMARGO

**TEMPO LIVRE NO TRABALHO VOLUNTÁRIO
O DESENVOLVIMENTO PESSOAL SOBRE AS
PERCEPÇÕES DOS COORDENADORES DAS PASTORAIS
CATÓLICAS NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL - PR**

Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito para a qualificação do doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Moacir Piffer

Toledo

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silvano de Camargo, William

Tempo Livre no Trabalho Voluntário: O Desenvolvimento Pessoal sobre as percepções dos coordenadores das Pastorais Católicas na microrregião de Cascavel-PR / William Silvano de Camargo; orientador Moacir Piffer. -- Toledo, 2023.
199 p.

Tese (Doutorado Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2023.

1. Trabalho voluntário sobre o tempo livre. 2. Estimulo do Desenvolvimento Pessoal no Trabalho Voluntário. 3. Pastorais Católicas na microrregião de Cascavel-PR. I. Piffer, Moacir , orient. II. Título.

WILLIAM SILVANO DE CAMARGO

**TEMPO LIVRE NO TRABALHO VOLUNTÁRIO
O DESENVOLVIMENTO PESSOAL SOBRE AS
PERCEPÇÕES DOS COORDENADORES DAS PASTORAIS
CATÓLICAS NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL - PR**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, para a obtenção da qualificação do doutorado.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Izaque Pereira de Souza
Centro Universitário FAG

Prof. Dr. Lucir Reinaldo Alves
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. César Gomes de Freitas
Instituto Federal do Parana

Toledo, 25 de setembro de 2023.

Dedico este trabalho aos meus pais, José Benetido de Camargo (*in memoriam*) e Maria das Graças Silvano de Camargo, e aos meus irmãos, que sempre estiveram comigo neste longo percurso do doutorado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, José Benedito de Camargo (*in memorian*) e Maria das Graças Silvano de Camargo, que são a minha primeira formação intelectual e moral que tive na vida. No período da dissertação de mestrado, em 2015, escrevi a pesquisa ao lado do meu pai, no hospital, o que também aconteceu durante a escrita e estudos desta tese. No dia 14 de dezembro de 2021, um dia antes de seu falecimento, estava lendo o livro *Dialética da Felicidade*, de Pedro Demo. No último parágrafo da página do livro em que lia, o autor elaborava uma reflexão sobre a morte, de que ela não é a contradição da vida, mas sim o seu recomeço e de que nada é tão ruim que não tenha algo bom. Isso acalmou meu coração e mente nos momentos difíceis de luto, por isso, agradeço ao meu pai pela sua dedicação em trabalhar diuturnamente, de domingo a domingo como empregado rural, para garantir a sobrevivência minha, de minha mãe e de meus irmãos, assim como pelos seus ensinamentos éticos que me formaram como cidadão, e pelas qualidades que me ajudou a desenvolver, tais como a paciência, a honestidade, a cordialidade, a humildade, a solidariedade, o respeito, a empatia e tantas outras. À minha mãe, pelo carinho, cuidado e preocupação que sempre teve comigo, e por enfrentar os vários obstáculos na vida para me educar e me amar. Se hoje estou concluindo mais uma etapa do processo de conhecimento, foi porque minha mãe sempre caminhava quilômetros em uma estrada rural, na floresta, para me levar à escola, assim como meu pai me transmitiu valores éticos que sempre levarei comigo por onde quer que eu vá.

Aos meus irmãos, Sidinei Silvano de Camargo, Marcia Aparecida Silvano de Camargo e Josiane Silvano de Camargo, pelas grandes contribuições de felicidade que me concederam nesses longos anos da minha vida, sobretudo pelo companheirismo nos momentos de maiores aflições que se acometem em nossa rotina diária.

Aos meus sobrinhos, Pedro Henrique Camargo Xavier, Miguel Gonçalves de Camargo e Anny Liz de Oliveira Camargo, que sempre me trazem muita alegria e descontração nas brincadeiras.

À minha noiva, Aline Carla Castilho, pela presença afetuosa desde o início da construção desta tese e por ser meu porto seguro nos momentos difíceis. Aos meus

futuros sogros, Cleusa Mota Castilho e João Castilho, pela compreensão e acolhimento neste período da pesquisa.

Ao meu amigo, Osmar Faustino de Oliveira, pela constante amizade que foi construída no período antecedente à entrada do doutorado, pelos fraternos diálogos e reciprocidade emotiva que compartilhou comigo a qual me auxiliou muito nesse processo de elaboração da tese. Ao meu mais antigo amigo de infância, Jeferson José Baqueta, que, mesmo distante, finalizando também seu doutorado, me transmitiu grande incentivo e apoio. Ao meu amigo Heider Proença Costa, que, nos tempos de grupo de jovens, compartilhou comigo a sua alegria e a esperança na fraternidade. Ao meu amigo Vagner, que, nos tempo de estágio em Serviço Social, me amparou em vários momentos da formação. À minha amiga Karla Souza Dias, que sempre manteve contato, preocupando-se com os caminhos da construção teórica. Aos demais amigos, Girlei Rosa Braz, Fernando Lins Veloso Marcelo Campagnaro, Kennedy, Ana Caroline, Kessy Mariana, Luiz Carlos de Souza, Valtair de Souza, Valmir de Souza, Naraiana Nora, Gabriela Hardt e outros.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Toledo, pelo compromisso com um ensino de qualidade, público e laico, pela estrutura que deu à minha formação, desde o meu ingresso no mestrado, em 2014, e dos grupos de pesquisa que participei, os quais fomentaram em mim a vontade de ser pesquisador.

À agência Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pela contribuição financeira em alguns momento de minha inserção na pós-graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), por toda sua estrutura e equipe de profissionais com as quais tive contato nesse tempo, sobretudo aos professores do Programa, que dera uma grande contribuição por meio das disciplinas do doutorado e das produções científicas. Aos meus colegas e amigos da turma do doutorado, Renata, Tatiane, Marcos, Jéssica e Rafael, com os quais aprendi muito.

Ao orientador da tese, Prof. Dr. Moacir Piffer, que compartilho comigo seu grande conhecimento de forma humilde e alegre, estimulando-me na elaboração de cada parte desta pesquisa.

Ao curso de Serviço Social da Unioeste, campus de Toledo, curso em que leciono como docente colaborador, aos discentes e aos professores, que me incentivaram nesse processo de formação.

Ao Prof. Dr. Douglas C. Rosa, que me auxiliou na correção gramatical e ortográfica da língua portuguesa.

À banca examinadora, Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima, Prof. Dr. Lucir Reinaldo Alves, Prof. Dr. Izaque Pereira de Souza e Prof. Dr. Cesar Gomes de Freitas, por aceitarem ao convite de avaliar a pesquisa e pelas inúmeras contribuições compartilhadas.

À instituição e aos docentes onde cursei a minha primeira graduação, em Serviço Social, concluída em 2013, Faculdade ITECNE - Instituto Tecnológico de Cascavel, na qual recebi as primeiras noções de iniciação científica.

À Igreja Católica, especificamente na pessoa do Padre Divo de Conto, coordenador geral das pastorais católicas de Cascavel, pela autorização desta pesquisa adjunto aos coordenadores de cada pastoral.

Aos coordenadores voluntários das pastorais católicas da Arquidiocese de Cascavel e da sua microrregião, que foram os sujeitos desta pesquisa, por suas contribuições na coleta de dados e por entenderem a importância da pesquisa científica como forma de proposta para uma sociedade melhor.

Por fim, em respeito as todas às crenças e religiões, a quem crê e a quem não crê em alguma entidade metafísica, agradeço ao que, para o filósofo Spinoza, está em todo elemento material e imaterial mais simples do cotidiano, ao que, para o físico Albert Einstein é a energia motora universal misteriosa e ao que, para o filósofo Pascal, está mais na emoção do que na razão: agradeço a Deus pela força misteriosa que me motivou a cada instante de levar e de produzir conhecimento em prol dos mais desamparados da sociedade, aos colegas e as amigos da Pastoral da Criança a qual eu fui coordenador na Comunidade Nossa Senhora do Rosário, no bairro Santos Dumont em Cascavel - PR e aos movimentos do grupo de jovens que me proporcionaram muitas alegrias. Portanto, como nas poesias que escrevo, finalizo esse agradecimento com um breve trecho poético: *Se o conhecimento levar ao próximo um sorriso de alegria, assim perceberei que o que fiz foi um poesia, uma poesia pautada em um profundo estudo que pode iluminar cada consciência do mundo.*

“Se a ciência não tornar o ser humano mais feliz, não pode ser científica” (BRECHT, Bertold).

CAMARGO, W. S. de. **TEMPO LIVRE NO TRABALHO VOLUNTÁRIO: o desenvolvimento pessoal sobre as percepções dos coordenadores das pastorais católicas na microrregião de Cascavel - PR.** 2023. 199f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2023.

RESUMO

Nesta tese, foram analisadas as relações do tempo livre com o trabalho voluntário em Pastorais católicas da microrregião de Cascavel - PR e as suas possíveis contribuições para com o desenvolvimento pessoal. A centralidade teórica deste trabalho focalizou o conceito do desenvolvimento pessoal. Os procedimentos metodológicos envolveram a abordagem qualitativa, utilizando-se de referenciais teóricos das Ciências Sociais, da Filosofia, da História, da Antropologia e da Economia, tendo como forma analítica de dados a Análise de Discurso Crítica, com enfoque na pesquisa de campo a partir do método teórico do Pensamento Sistêmico da Comunicação. Para tanto, se aplicou um roteiro de perguntas abertas com o intuito de compreender as subjetividades das respostas repassadas e transcritas, para que ao final perfazer a análise final para obter os resultados. O objetivo geral foi analisar, por meio das percepções dos coordenadores voluntários das Pastorais da microrregião de Cascavel - PR, a relação do trabalho voluntário no tempo livre com as possíveis fomentações do desenvolvimento pessoal. Os objetivos específicos, por sua vez, direcionaram-se para a demonstração dos efeitos do trabalho voluntário no tempo livre, para a identificação de características do desenvolvimento pessoal no trabalho voluntário e para o modo como se fomentou o desenvolvimento pessoal no trabalho voluntário. Diante desses aspectos, a pergunta de pesquisa foi esta: *De acordo com as percepções dos coordenadores voluntários, o desenvolvimento pessoal pode ser estimulado durante o tempo livre no trabalho voluntário nas pastorais?* Para respondê-la, no segundo capítulo, intitulado *Tempo Livre: As características no trabalho voluntário para o desenvolvimento pessoal*, discutiram-se as conotações do tempo livre com relação ao trabalho voluntário para a fomentação do desenvolvimento pessoal; no terceiro capítulo, denominado *O aparato da organização social das Pastorais católicas*, demonstrou-se a organização e as ações das Pastorais em seu âmbito geral e na microrregião de Cascavel - PR; no quarto capítulo, *Percursos metodológicos da pesquisa de campo*, explicitou-se o processo da realização metodológica da pesquisa; e no quinto capítulo, intitulado *As tabulações da pesquisa de campo e suas respectivas análises*, os dados foram tabulados e analisados por meio da Análise de Discurso Crítica. Os resultados revelaram que o trabalho voluntário no tempo livre de trabalho proporcionou variadas sínteses para o estímulo do desenvolvimento pessoal, como, o direcionamento vital, qualificação profissional e educação formal, necessidade de amparo alheio, exercício da cidadania, aproximação insitucional, acolhimento familiar, noção de pertencimento e identificação de grupo e reconhecimento social, elementos estes que estão imbricados no trabalho voluntário e fazem parte do processo do desenvolvimento pessoal. Todas essas sínteses conduziram à conclusão de que o tempo livre no trabalho voluntário estimula o desenvolvimento pessoal.

Palavras-chave: tempo livre; voluntariado; desenvolvimento pessoal.

CAMARGO, W. S. de. **FREE TIME IN VOLUNTEER WORK:** personal development in the perceptions of Catholic pastoral coordinators in the micro-region of Cascavel - PR. 2023. 199f. Thesis (Doctorate) - State University of Western Paraná, Toledo, 2023.

ABSTRACT

In this thesis, the relationship between free time and voluntary work in Catholic pastorals in the micro-region of Cascavel - PR and their possible contributions to personal development were analyzed. The theoretical centrality of this work focused on the concept of personal development. The methodological procedures involved a qualitative approach, using theoretical references from Social Sciences, Philosophy, History, Anthropology and Economics, using Critical Discourse Analysis as an analytical form of data, focusing on field research based on the theoretical method of Communication Systems Thinking. To this end, a script of open questions was applied with the aim of understanding the subjectivities of the responses passed on and transcribed, so that in the end the final analysis could be completed to obtain the results. The general objective was to analyze, through the perceptions of the volunteer coordinators of Pastorals in the microregion of Cascavel - PR, the relationship between volunteer work in free time and the possible promotion of personal development. The specific objectives, in turn, were aimed at demonstrating the effects of voluntary work in free time, identifying characteristics of personal development in voluntary work and how personal development was encouraged in voluntary work. Given these aspects, the research question was this: According to the perceptions of volunteer coordinators, can personal development be stimulated during free time in voluntary work in pastoral care? To answer it, in the second chapter, entitled Free Time: The characteristics of voluntary work for personal development, the connotations of free time were discussed in relation to voluntary work to promote personal development; in the third chapter, called The apparatus of the social organization of Catholic Pastorals, the organization and actions of the Pastorals were demonstrated in their general scope and in the micro-region of Cascavel - PR; in the fourth chapter, Methodological paths of field research, the process of carrying out the methodological research was explained; and in the fifth chapter, entitled Field research tabulations and their respective analyses, the data were tabulated and analyzed using Critical Discourse Analysis. The results revealed that voluntary work in free time provided various syntheses to stimulate personal development, such as vital direction, professional qualification and formal education, need for support from others, exercise of citizenship, institutional approach, family support, notion of belonging and group identification and social recognition, elements that are intertwined in voluntary work and are part of the process of personal development. All these syntheses led to the conclusion that free time in voluntary work stimulates personal development.

Keywords: free time; volunteering; personal development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da Tese	22
Figura 2 - Síntese das seções do primeiro capítulo.....	23
Figura 3 - Pirâmide De Maslow	49
Figura 4 - Movimento triangular do trabalho voluntário.....	52
Figura 5 - Organização das seções do capítulo	77
Figura 6 - Microrregião de Cascavel - PR	84
Figura 7 - Síntese das seções do capítulo	107
Figura 8 - Síntese das seções do capítulo	121
Figura 9 - Fatores para o aparecimento do desenvolvimento pessoal.....	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Necessidades pessoais e capitais intangíveis	54
Quadro 2 - Pastorais católicas no Brasil.....	80
Quadro 3 - Pastorais católicas no Brasil e temas sociais com público-alvo.....	81
Quadro 4 - Municípios da região Oeste do Paraná e suas paróquias.....	82
Quadro 5 - Pastorais católicas de Cascavel - PR e microrregião e temas sociais com o público-alvo	85
Quadro 6 - Instituições de Ensino Superior nas quais a PU atua	95
Quadro 7 - Roteiro da Entrevista.....	111
Quadro 8 - Características dos sujeitos da pesquisa.....	114
Quadro 9 - Síntese do resultado da pesquisa de campo.....	175
Quadro 10 - Definições dos agrupamentos das questões	177

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos Coordenadores	115
Gráfico 2 - Identidade de gênero dos coordenadores.....	116
Gráfico 3 - Setores da economia em que os trabalhadores voluntários atuam	117
Gráfico 4 - Zonas territoriais onde os coordenadores residem	118
Gráfico 5 - Renda mensal dos coordenadores	119
Gráfico 6 - Religião dos coordenadores	119

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIações

ACB	Ação Católica brasileira
AD	Análise de Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BDTD	Biblioteca de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CDR-C	Centro de detenção e ressocialização de Cascavel
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CENSE	Centro de Socioeducação e Casa de Semiliberdade
CF	Constituição Federal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMEIs	Centros Municipais de Educação Infantil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIB	Felicidade Interna Bruta
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IESs	Instituições de Ensino Superior
IPU	Igreja Presbiteriana Unida
JUC	Juventude Universitária Católica

MCL	Movimento de Comunhão e Libertação
MCU	Movimento Cristão Universitário
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Penitenciária Industrial de Cascavel
PGDRA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio
PU	Pastoral Universitária
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	TEMPO LIVRE: AS CARACTERÍSTICAS NO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL	23
2.1	O TEMPO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O TEMPO SOCIAL E AS SUAS FUNDAÇÕES	23
2.2	O TEMPO LIVRE E AS POSSIBILIDADES DE SE PENSAR A NOVA RELAÇÃO SOCIAL	33
2.3	TRABALHO VOLUNTÁRIO E OS ALICERCES DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL.....	40
3	O APARATO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS PASTORAIS CATÓLICAS.....	77
3.1	A CATEGORIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DAS PASTORAIS CATÓLICAS	77
3.2	AS PASTORAIS CATÓLICAS NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL - PR.....	82
3.3	O UNIVERSO DE AMOSTRA DAS PASTORAIS: SUAS CARACTERÍSTICAS	85
4	PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EMPÍRICA.....	107
4.1	PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	107
4.2	CARACTERIZAÇÕES QUANTIFICADAS DO PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA	114
5	DEMONSTRAÇÕES DAS ENTREVISTAS E ANÁLISES DOS DISCURSOS	121
5.1	O TEMPO LIVRE E A ATIVIDADE VOLUNTÁRIA NA PASTORAL	121
5.2	TRANSFORMAÇÕES PESSOAIS NO TEMPO LIVRE PELO TRABALHO VOLUNTÁRIO	129
5.3	O VALOR DO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O VOLUNTARIADO	137
5.4	A COOPERAÇÃO E A ATIVIDADE VOLUNTÁRIA NA PASTORAL	144
5.5	A RELAÇÃO DA INFLUÊNCIA E DA CONFIANÇA NOS TRABALHOS DAS PASTORAIS	149
5.6	AS MUDANÇAS SOCIAIS EM TORNO DO TRABALHADOR VOLUNTÁRIO: COMO EXEMPLO, A HONESTIDADE	159
5.7	O RECONHECIMENTO SOCIAL, A SATISFAÇÃO PESSOAL E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DE GRUPO E DE COMUNIDADE ...	166
5.8	SIGNIFICADOS DEMONSTRADOS NA PESQUISA: A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO PESSOAL NO TEMPO LIVRE DO TRABALHO VOLUNTÁRIO	175

CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICES	191
APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE ROTEIRO DE CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS DE PESQUISA	191
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA	192
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	193
ANEXOS	196
ANEXO A – FORMULÁRIO DE PESQUISA	196
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	197

1 INTRODUÇÃO

Esta tese teve como escopo analisar as percepções dos coordenadores das Pastorais Católicas em seu tempo livre de trabalho e a possível contribuição para com o desenvolvimento pessoal influenciado pelas atividades voluntárias¹ das Pastorais Católicas do município de Cascavel - PR e microrregião abrangida pela Diocese cascavelense².

As atividades voluntárias partem do princípio de ações de trabalho não remunerado, atendendo a uma determinada demanda na sociedade, no caso, as atividades voluntárias sociais com grupos que passam por situações de vulnerabilidade social. Especificamente com relação ao voluntariado social das Pastorais católicas, essas também atuam com populações vulneráveis socialmente, entretanto, a filosofia que orienta o seu trabalho é a religiosa, pautada nos princípios do cristianismo católico, ao passo que outras entidades de trabalho voluntário podem se basear em outras perspectivas, religiosas ou não.

Os trabalhos das pastorais ocorrem no momento do tempo livre do trabalho, tempo que permite a realização de atividades espontâneas e criativas que podem não vigorar no âmbito do trabalho remunerado (MASI, 2000). Entende-se por tempo livre toda atividade além do tempo de trabalho remunerado que incide na espontaneidade e na criatividade das ações humanas. Essas condições podem dar vazão ao desenvolvimento pessoal, que nada mais é que a capacidade dos cidadãos progredirem com relação aos valores éticos e morais, às habilidades intelectuais e manuais e sobretudo à condição de reconhecer e de pertencer ao local onde se usufruí desse desenvolvimento, permitindo o reconhecimento comunitário³ e social ao fazer parte de um grupo no qual se exerce uma atividade que concede satisfação pessoal e perspectivas nas várias esferas das relações sociais.

Dessa forma, o significado do trabalho voluntário parte da premissa da sociabilidade espontânea, isto é, da disposição humana de causar transformações no

¹ Esse trabalhador voluntário é realizado, geralmente, por um trabalhador assalariado, em seu tempo livre (MONTAÑO, 2001).

² Diocese é uma abrangência geográfica que reúne paróquias, as quais, por sua vez, são unidades territoriais de comunidades religiosas católicas. As dioceses são comandadas por um líder do clero católico denominado bispo (BICKERS, 2021).

³ O reconhecimento do trabalho pelos membros da comunidade acaba sendo uma recompensa intangível que vai além da recompensa tangível (NISBET, 2010).

âmbito do desenvolvimento pessoal⁴ ou social (seja comunitário, regional ou global), sem a necessidade de retornos financeiros para os agentes do voluntariado. O retorno posto não é na forma de capital monetário, mas como recompensa imaterial, nesse caso, o desenvolvimento pessoal que incentiva as relações de cooperação, de empatia, de confiança, de dádiva, de empoderamento, de honestidade, de noção de pertencimento, de reciprocidade e de reconhecimento social, incrementando novas habilidades laborais ao trabalho voluntário. Portanto, o surgimento e o aprimoramento das organizações de trabalho voluntário direcionam as ações no tempo livre, orientando-as ao desenvolvimento pessoal.

As condições do desenvolvimento pessoal podem aparecer no âmago dos processos de trabalho, tanto no trabalho voluntário como no remunerado, a partir de relações que contribuem para a cooperação comunitária no panorama dos trabalhos voluntários. Em cada aspecto local do Brasil, há uma particularidade de trabalho voluntário, que é pautado na ótica cultural de cada localidade. Um dos indicativos de maior norte para o surgimento de organizações voluntárias é a religião; no Brasil, a Igreja Católica tem uma maior amplitude, tendo como expoente o trabalho voluntário das Pastorais.

As Pastorais Católicas têm grande importância para toda a sociedade e para o desenvolvimento pessoal, compreendido como a capacidade de uma população viver na sociabilidade espontânea, sem ser imposta pelo Estado ou por alguma organização, mas que emerge naturalmente dos alicerces culturais dos cidadãos e que se aperfeiçoa não somente correlação aos aspectos profissionais, mas também aos éticos (FUKUYAMA, 1996). O trabalho voluntário das pastorais está envolto: pela confiança entre os envolvidos e a comunidade; pela cooperação nas atividades pastorais e demais relações econômicas locais, comerciais e contratuais de trabalho; pela reciprocidade entre a população nos amparos tangíveis e intangíveis (amparos tangíveis: auxílio material em alimentos, vestuários e outros itens; amparos intangíveis: o apoio afetivo, que se tangencia no acolhimento em reuniões e dinâmicas grupais nas comunidades) e pela empatia em se vislumbrar as realidades alheias e se compadecer, transformando-as e solucionando os problemas de forma criativa. Todos esses fatores contribuem para uma melhor dimensão do desenvolvimento pessoal no tempo livre sobre o trabalho voluntário.

⁴ É um processo de evolução das habilidades humanas, no que se refere à intelectualidade, à profissionalização, ao caráter artístico e aos valores morais e éticos (DEMO, 2001).

Tais aspectos constroem a constância da sociabilidade espontânea⁵, um conceito que vai além do “*Homus Economicus*”⁶, pois o primeiro remete à doação espontânea do tempo e do trabalho ao outro, ao passo que o segundo se refere à concepção das relações sociais que vigoram apenas pelo ganho das trocas materiais. Entretanto, os sistemas econômicos e as instituições podem inibir essa característica humana. Desse modo, a existência de instituições que trabalham sobre a ótica do trabalho voluntário faz renascer a compleição humana de agir (D’ARAÚJO, 2010).

Diante desse panorama, esta tese abordou, em seu primeiro capítulo, o conceito do tempo e toda a sua forma de influência social. No segundo capítulo, apresentaram-se os aspectos do desenvolvimento pessoal no tempo livre do trabalho voluntário. No tocante ao terceiro capítulo, explicou-se o contexto do universo de amostra, as Pastorais Católicas da microrregião de Cascavel – PR e a metodologia da pesquisa. Por fim no quarto capítulo foram apresentados os resultados da pesquisa de campo, tendo como dados coletados em forma de entrevistas abertas com os trabalhadores voluntários.

Para a problematização da pesquisa, indagou-se: *De acordo com as percepções dos coordenadores voluntários, o desenvolvimento pessoal pode ser estimulado durante o tempo livre no trabalho voluntário nas pastorais?*

A justificativa desta pesquisa é a de que são necessárias pesquisas sobre essa temática, haja vista que a produção científica sobre o tema ainda é inexistente, de acordo com o levantamento feito em plataformas e sites que computam trabalhos científicos⁷. Além do mais, no município de Cascavel - PR e sua microrregião, há uma presença tenaz do trabalho voluntário realizada no tempo livre, em sua grande parte por meio da Igreja Católica (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2022). Não há pesquisas que se debruçam sobre o voluntariado e o tempo livre, bem como a sua correlação com o desenvolvimento pessoal, o que revela a premência de estudos

⁵ As formas de relações sociais e contratos sociais que existem de forma informal, sem necessitar de uma formalidade legal, pois vicejam de elementos culturais (FUKUYAMA, 1996).

⁶ É a concepção da realidade humana cotidiana, voltada somente para a produção material econômica (MAUSS, 2017).

⁷ A fim de se inventariar as possíveis pesquisas relacionadas ao tema, recorreu-se às seguintes plataformas que reúnem dados de estudos acadêmico-científicos brasileiros: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico, Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD). A primeira busca utilizou os seguintes descritores: “trabalho voluntário”, “tempo livre” e “desenvolvimento pessoal”, entretanto, não foram localizadas pesquisas que abarcassem esses três conceitos em um estudo científico. Outra procura foi conduzida com as seguintes palavras-chaves: “trabalho voluntário”, “tempo livre”, “desenvolvimento pessoal” e “pastorais”; da mesma forma, nenhum estudo acadêmico-científico foi encontrado.

como este, os quais podem contribuir para o entendimento do aperfeiçoamento pessoal dos sujeitos que se envolvem nessas atividades, para se pensar outras formas de desenvolvimento, assim como compreender a influência desses aspectos na percepção dos sujeitos locais. Por fim, o recorte do universo de amostra do trabalho voluntário sobre as Pastorais Católicas de Cascavel - PR ocorreu em função de essa ser a única organização voluntária com maior abrangência de integrantes e de atividades em toda microrregião, a qual engloba vários aspectos da realidade social (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2022), possibilitando um maior entendimento de suas relações com o tempo livre e com o desenvolvimento pessoal.

A presença do voluntariado católico ser mais expansivo que outras denominações religiosas, por exemplo, as evangélicas, se explica pelo fato de que a maioria da população da microrregião em pauta professa a fé católica (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023). Ademais, essa instituição religiosa tem uma antiga tradição com o voluntariado tanto na microrregião quanto em outros locais do Brasil e do mundo.

Nesse sentido, é necessário abordar cientificamente a relação do trabalho voluntário com o tempo livre e o desenvolvimento pessoal. Em vista disso, é mister compreender as percepções dos trabalhadores voluntário em torno do tempo livre e a sua correlação com o desenvolvimento pessoal da atividade voluntária.

O desenvolvimento pessoal pode estar relacionado a diversas características na sociedade, e uma delas permeia o trabalho voluntário, característico em práticas religiosas, o que gera uma contribuição social de uma sociedade, a partir de atributos como a confiança, a empatia, a dádiva, o empoderamento, a criatividade, a reciprocidade, a honestidade e a cooperação. Além disso, o reconhecimento da importância do trabalho perante a sociedade contribui para o aumento das recompensas intangíveis presentes no desenvolvimento pessoal, algo que proporciona benefícios para o trabalhador voluntário em outras esferas de suas vidas, como o bem-estar pessoal, o progresso de habilidades individuais e coletivas, o aumento da convivência harmoniosa com a comunidade, nos locais de trabalho remunerado, e o crescimento da produtividade do trabalho por razão da satisfação pessoal, uma vez que voluntariado é também um modo de satisfação pessoal alheio obtido pela cooperação social, o que, conseqüentemente, eleva o desenvolvimento de cada sujeito participante.

Nesse sentido, as políticas públicas poderiam ser formuladas e executadas sobre uma égide do desenvolvimento pessoal como um vetor de qualificação e de eficiência do trabalho dos servidores públicos. Em outras palavras, seria importante se a relação dos trabalhadores do serviço público não fosse apenas contratual ou financeira, mas também pautada por valores éticos e humanistas, de modo que toda a sociedade pudesse se envolver no desenvolvimento pessoal que o Estado aprimora e não mais apenas as entidades da sociedade civil. Ademais, a importância desta investigação desvela a conotação cultural e histórica da humanidade em prover um amparo aos demais sujeitos que se encontram em necessidade.

A abordagem do Pensamento Sistêmico da Comunicação sobre a análise da tabulação de dados da pesquisa ocorreu pelo aprofundamento do método em desvelar as conjunturas que envolvem os trabalhadores voluntários no tempo livre e, conseqüentemente, como interferem no desenvolvimento pessoal.

Não há produção científica mundial e nacional que correlacione o tempo livre ao trabalho voluntário e ao desenvolvimento pessoal; existem estudos científicos sobre esses temas, porém, não de modo articulado. Nisso consiste o ineditismo desta pesquisa. Assim, tal proposta investigativa tem grande relevância para o conhecimento científico, pois considera o trabalho voluntário como uma manifestação originária do ser humano nas relações sociais coletivas, afetando vários sistemas econômicos. Nesse caso, pode ser mais pesquisado para buscar as suas contribuições para a sociedade no que se refere à harmonia pessoal e social, a exemplo da maior cooperação do trabalho e da política cidadã que poderia alicerçar novas formas de convivência e interação social, possibilitando maior maior comunhão entre as populações.

Ressalta-se que o pesquisador desta tese já foi coordenador de uma pastoral, denominada Pastoral da Criança, entre os anos de 2013 a 2016, na comunidade do bairro Santos Dumont, Cascavel - PR, o que também aguçou a busca por maiores fontes de saberes sobre o tema e a realizações de pesquisas.

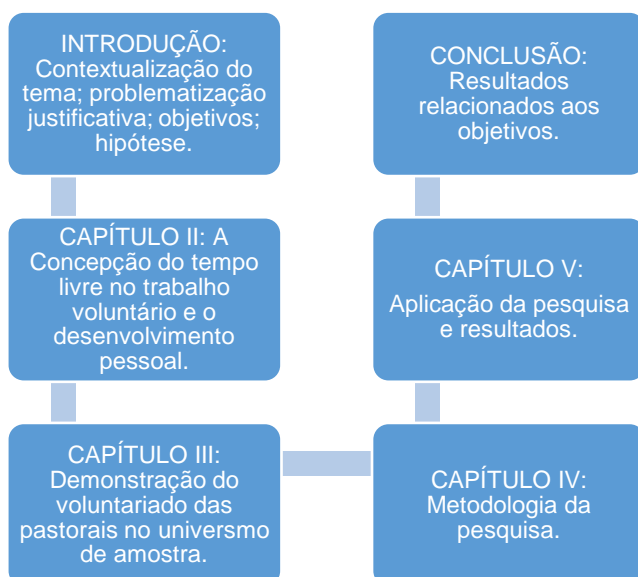
O objetivo geral analisou, por meio das percepções dos coordenadores voluntários das pastorais da diocese de Cascavel - PR, a relação do trabalho voluntário no tempo livre para com as possíveis fomentações do desenvolvimento pessoal. Os objetivos específicos, por sua vez, foram elaborados para demonstrar os efeitos do trabalho voluntário no tempo livre, identificar as características do

desenvolvimento pessoal no trabalho voluntário; apontar como se fomentou o desenvolvimento pessoal no trabalho voluntário.

A hipótese desta tese é de que o trabalho voluntário no tempo livre contribui para o estímulo do desenvolvimento pessoal.

A seguir, tem-se o diagrama que sintetiza a construção desta tese.

Figura 1 - Estrutura da Tese



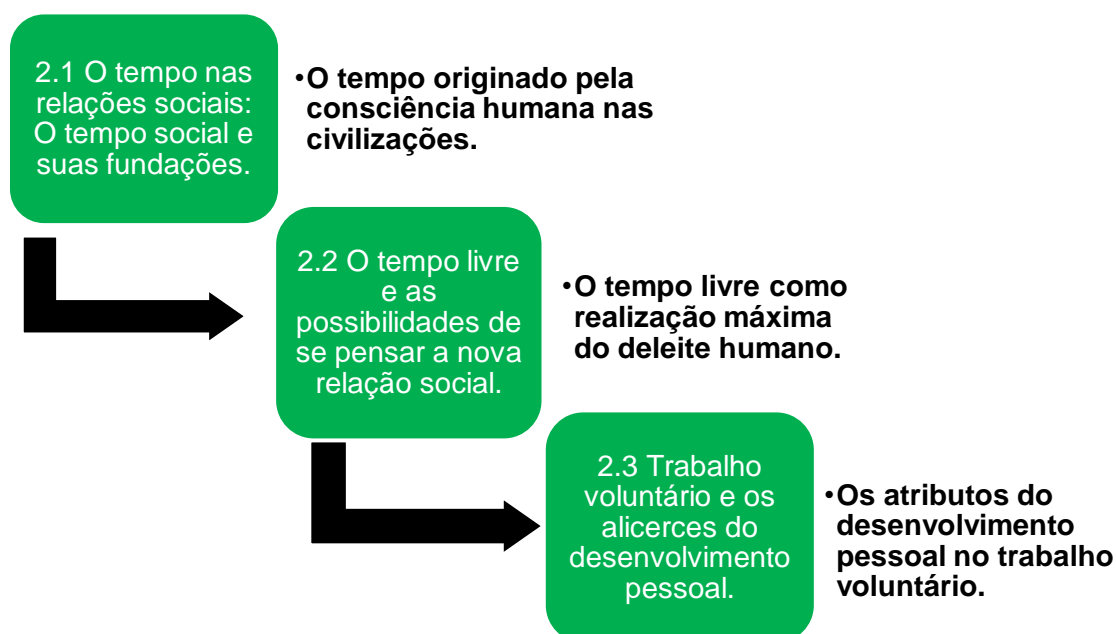
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A construção de cada capítulo procedeu-se de acordo com os critérios dos objetivos, pautando no princípio do trabalho voluntário que se desenvolve no tempo livre e depois se consolida em trabalhos individuais voluntários e em organizações, no caso da pesquisa culminando no trabalho dos coordenadores voluntários das pastorais católicas da microrregião de Cascavel-PR. Por fim, os procedimentos da pesquisa/análise e resultado final.

2 TEMPO LIVRE: AS CARACTERÍSTICAS NO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Neste capítulo, conceituam-se a noção de tempo livre do trabalho, as suas correlações com a questão da liberdade humana e sobre como os aspectos da doação humana têm um fator fundamental na proposição do tempo livre e, por consequência, no desenvolvimento pessoal, contribuindo para a existência do trabalho voluntário. Na seção 2.1, destaca-se a noção do tempo social para o surgimento do tempo livre. Sobre a seção 2.2 a conotação do tempo livre na sociedade e na 2.3 a pré-condição do tempo livre para a existência do trabalho voluntário e do desenvolvimento pessoal. Na Figura 2 há uma síntese dos capítulos.

Figura 2 - Síntese das seções do primeiro capítulo



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

2.1 O TEMPO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O TEMPO SOCIAL E AS SUAS FUNDAÇÕES

Para analisar o tempo nas relações sociais, ou o tempo social, é necessário compreender o tempo físico e o biológico, os quais surgem antes do tempo social.

Assim, sem uma breve explicitação desses, acaba sendo inviável compreender o tempo social.

O tempo físico existe independentemente da existência da civilização humana ou de qualquer ser vivo, ele consiste na formação do universo e de sua interação com galáxias, sistemas solares e planetas⁸. De acordo com Hawking (2015), o tempo físico existe e ocorre sem a necessidade de ser percebido por um ser consciente; logo, não é uma construção do imaginário humano. A explosão de uma estrela ou o desaparecimento de um planeta por um buraco negro⁹ ocorrem sem a necessidade da consciência do ser humano e do existir dos seres vivos.

O tempo biológico também existe sem a inerência da consciência humana, entretanto, diferentemente do tempo físico, o biológico requer a existência dos seres vivos, pois esse tem como a pré-condição da vida para se desenvolver. Além de encadear as fases iniciais e finais da vida¹⁰ como um todo, esse regula as condições fisiológicas de cada ser¹¹, como dormir, se alimentar, descansar e se reproduzir. Isso é atribuído diametralmente a cada ser vivo sem necessitar da sua adesão. A natureza se impõe nessa condição do tempo. Pode-se constatar que a forma como o ser vivo age no tempo biológico é inata. Para o ser humano, essa forma também é inata, entretanto, o modo como o ser humano se alimenta, como se reproduz, como controla o sono etc. é produzido pelo tempo social e pelas relações temporais realizadas pelas instituições humanas.

O tempo social somente surgiu com a existência da sociedade, servindo, desse modo, como uma sistematização da organização societária. É por meio do tempo social que, desde a antiguidade¹² até a contemporaneidade, se criam os ditames do

⁸O universo, que é o espaço além do habitat planetário, é composto por galáxias, que são conglomerados de estrelas; em seu entorno, orbitam planetas que formam o sistema solar. Além disso, cada galáxia é envolvida por cometas, meteoros e, como recentemente comprovado cientificamente, por buracos negros (REIS, 2005).

⁹ Desde o início do século XX, existiam hipóteses científicas de sua existência, mas sem comprovação devido às limitações para isso. O buraco negro consiste em um campo gravitacional de forma intensa que deforma o espaço e o tempo, inclusive nem mesmo a luz consegue escapar dele; logo, o tempo passa muito mais lento ou é paralisado (REIS, 2005).

¹⁰ Muitos povos de tribos aborígenes africanas e americanas, mesmo sabendo dessa fase inicial e final que o tempo biológico impõe, não sabem definir a exatidão das idades de cada ente da tribo, o que só passou a ser possível com a criação de instrumentos para se medir e padronizar o tempo, colocando-o sobre uma lógica tangível (MATURANA, 1998).

¹¹ O tempo que regula as disposições fisiológicas é denominado de “Relógio Circadiano” e está em todo ser vivo, estabelecendo-se independentemente das condições do tempo diurno ou noturno (MATURANA, 1998).

¹² No Egito Antigo, o faraó determinava um tempo de trabalho dos seus servos para o império Egípcio e a outra parte do tempo para o sustento dos trabalhadores e servos. Assim, a noção de tempo estava no controle do poder dominante (ELIAS, 1998).

tempo, das ações dos líderes intelectuais, políticos, religiosos, jurídicos, militares, artísticos e econômicos¹³. A subjugação de um grupo social sobre o outro também foi uma forma de inquirição do tempo social, para exemplificar isso na primeira divisão social do trabalho.

O primeiro aparecimento do tempo social deu-se no âmbito da divisão social e sexual do trabalho, quando que se definiu a atividade laboral de cada sexo. Posteriormente a isso, ocorreu a divisão social do trabalho entre quem detém a riqueza e aquele que apenas tem a sua força de trabalho, em uma relação de senhor e de escravo. Isso se repetiu em outros sistemas econômicos, determinado quem executa e como se dá o tempo dessa execução, sob a égide do poder dominante. O poder sobre o tempo não se dá apenas com a questão econômica, mas também com a ideológica, observada, por exemplo, no poder do tempo patriarcal sobre a família, no poder do tempo nos ritos religiosos, militares e outros.

Os prazos para realizações e concretizações de tais práticas não são absolutos e naturais, mas relativos e condicionados à cronologia dos períodos e épocas históricos e às diferenças culturais, que envolvem uma multiplicidade de símbolos. Nesse sentido, o tempo, para um aborígene isolado da Selva Amazônica, é diferente do tempo de trabalho de um operário industrial. Para o aborígene¹⁴, a caça, além de ser uma fonte de sobrevivência, é um elemento de deleite de seu cotidiano; o trabalho do operário também é uma obrigação para a sua sobrevivência, mas pode não ser uma atividade criativa e de intensa harmonia. As atividades do tempo social, das mais simples às mais complexas, são carregadas de simbolismo. A simbologia está presente nos gestos humanos do alvorecer do dia ao anoitecer, e cada símbolo um tem um significado para o bem-estar social. No entendimento de Machado (2012), as celebrações religiosas, a passagem das fases da vida (do nascimento, passando-se

¹³ A determinação sobre o que se pode fazer em dado momento do dia não é algo natural, como se apresenta no tempo físico e no tempo biológico, mas é algo definido pelas relações humanas. Um exemplo disso é que o período noturno, para o tempo biológico, é destinado ao descanso do ser humano, no entanto, após a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos, o período noturno também passou a ser um tempo de trabalho (SINGER, 1994).

¹⁴ Estrangeiros que visitam tribos indígenas na América não conseguem entender a ausência de uma demarcação do tempo para que os indígenas iniciem as suas atividades. Um exemplo é o momento de uma cerimônia festiva. Os turistas ficam horas esperando a cerimônia acontecer, pois não há um horário específico para ocorrer. Isso acontece porque, para o indígena, a cerimônia é realizada quando ele estiver se sentido bem, o que pode variar de um dia para o outro. O que, para o indígena, é normal, para os turistas estrangeiros é estranho, em função de estarem acostumados a cronometrar o tempo, destinando-se um horário/período para os eventos ocorrerem, independentemente de como se sente a pessoa envolvida na situação (ELIAS, 1998).

pela fase adulta até a velhice e a morte), os horários para acordar, trabalhar, se alimentar, adormecer, o lazer, os negócios, os feriados, as guerras, as revoluções e tantas outras atividades podem estar demarcadas por um direcionamento simbólico ligado à natureza, como as estações do ano, os ciclos lunares e solares, que se situam no âmbito natural e se estendem para o social, assumindo uma conotação intensa de significado.

Todas as atividades do tempo social estão acopladas na consciência individual e coletiva. Em outras palavras, o indivíduo transforma o tempo de acordo com sua consciência, e a realidade do tempo externo é transformada pelas mudanças das consciências coletivas, criando o seu caráter simbólico envolto em significados, tais como as convenções sociais que fomentam ritos e celebrações em torno de fatores naturais e imutáveis, por exemplo, o início e o fim da vida (REIS, 2005). A morte é entendida de forma coletiva, pois o próprio sujeito não a encontra em sua forma individual, haja vista que, quando a encontrar, já não estará mais vivo para refletir com sua consciência a consciência. Na visão de Reis (2005),

Antes de tudo não se pode experimentar a morte, porque, para isso, é preciso morrer e nessa exacta medida não ter a experiência dela. Daí a tentação, para sabermos o que ela é, de recorrermos aos outros. Mas justamente isto é só uma tentação, porque tudo o que acontece é que «assistimos [de foral à sua morte] e «não a experimentamos»; “quando muito experimentamos a conversão de uni Dasein em mero estar-aí, ou seja, de alguém nuns cadáver”. E tentar representar-se «psicologicamente» o morrer dos outros é esquecer que o morrer é daquele que morre, não de mim que só o represento e continuo a viver. Não há neste domínio substituição possível. «Ninguém - sublinha - pode tomar ao outro o seu morrer». (REIS, 2005, p. 369).

A percepção é sempre da morte alheia e não de si próprio. O tempo, no *Daisen*¹⁵, é a percepção que o ser tem do mundo que lhe é apresentado. Assim, a consciência do tempo social é a compreensão do que se percebe de outrem. Conceber o tempo após a morte também faz parte da consciência coletiva, dando surgimento ao tempo imaginário, presente em religiões e demais crenças do tempo atemporal. A partir do final do século XVIII, o tempo atemporal religioso perdeu espaço

¹⁵ Condição de perceber o mundo de acordo com o que é repassado às nossas percepções (HEIDEGGER, 2005).

para o tempo temporal da ciência e da política por causa das ideias iluministas¹⁶. O tempo do trabalho, outrora envolto em uma concepção religiosa do tempo, passou a ter uma conotação social e econômica, visão essa acompanhada de definições sobre qual é a possibilidade de escolha e de execução de tarefas no tempo de acordo com a posição e classe social do sujeito.

Muitas práticas do tempo social são influenciadas pela economia. No Brasil, é notável a crescente desigualdade social. Nesse cenário, as possibilidades e as condicionalidades dos que têm meios para obter a sua subsistência e ainda ter um excedente econômico para fazer algo criativo no tempo livre geram um abismo entre os que não têm recursos financeiros para tais atividades. Exemplificando melhor, as imbricações dadas para o deleite de se viajar e conhecer outras culturas são opções viáveis somente a uma pequena parcela da população, ao passo que o tempo é menor para uma grande massa populacional nesse sentido. Como o tempo no trabalho é repetitivo, perde-se o sentido criativo¹⁷ da produção, logo, o tempo se torna monótono e insensato na jornada de trabalho.

O tempo matematizado no trabalho tem uma relação intrinsecamente numérica: o minuto contado em 60 segundos, a hora contada em 60 minutos, o dia contando em 24 horas, o mês contado em 30 dias e o ano contado em 12 meses. Essas são formas de os sistemas econômicos (os anteriores ou atual) estabelecerem prazos para conclusão da produção de produtos e mercadorias. Para Machado (2012),

Os dias dos mercados e feiras, fundamentais por organizar os intercâmbios de recursos necessários à subsistência, são um bom exemplo da diversidade de apropriação do tempo. A escassez ou abundância de recursos pode influenciar numa semana mais longa ou curta em número de dias. (MACHADO, 2012, p. 13).

O caos, a melancolia da escassez e uma rotina de sofrimento causam a sensação de um tempo mais duradouro em dias, semanas, meses e anos, ao passo que a abundância de recursos passa a sensação de bem-estar social, acelerando conseqüentemente o tempo.

¹⁶ Conjuntos de pensamentos filosóficos do final do século XVIII que contestaram a ordem social, econômica, ética e científica dirigida pelo poder do Estado absolutista, da aristocracia agrária e do poder do Clero (ALVES, 1999).

¹⁷ Ter domínio na produção dos produtos e realizar isso de forma criativa (MASI, 2000).

No processo de trabalho, a noção do tempo que passa velozmente fica mais explícita, todavia, no deleite do trabalho criativo, o tempo tem outra correlação. De acordo com Masi (2019), um trabalhador operário, em uma linha de montagem, aguarda ansiosamente o tocar da sirene do fim de um turno, por isso, em sua visão, o tempo não passa. Por outro lado, para um pintor como Paolo Uccello, ou um cientista como Thomas Edison, que estão envolvidos mentalmente e fisicamente com sua produção, o tempo percorre de forma extremamente veloz, sem que eles sequer o percebam, haja vista que suas atividades são de profundo deleite e não um anátema diário que pode ser para o operário.

O tempo é algo relativo; assim, não há como mensurá-lo objetivamente, em função das subjetivações realizadas pelas diferentes culturas e épocas. O que, no passado, poderia parecer uma eternidade para se concretizar, na sociedade industrial e informatizada contemporânea, tudo é rápido e fugaz. Ainda nas palavras de Masi (2019), a noção do conceito do tempo sofreu profundas transformações teóricas com Albert Einstein e Henri Bergson, quando a utilização do tempo evoluiu com o desenvolvimento da medicina, da mecânica e da informática. Sobre a “teoria da relatividade”, Stephen Hawking (2015) relata que não existe uma única forma de tempo absoluto, mas que cada sujeito tem a sua própria medida do tempo, que é mensurada de acordo de onde se encontra o indivíduo e com qual disponibilidade ele se move.

O tempo tem uma sensação da subjetividade, influenciada pelas experiências. No período neolítico, por exemplo, a expectativa de vida era cerca de 20 anos; na Idade Média, 30 anos; na década de 1960, 52 anos, ampliada para 56 anos, em 1980, e 71 anos em 2015. Toda essa alteração histórica na expectativa de vida foi acompanhada da modificação de uma tecnologia rudimentar que evoluía de forma parca no percurso de milhares de anos para uma tecnologia de alta sofisticação, que avançou de forma abrupta em um espaço de horas.

Na obra *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*, Raymond Aron (1981) frisou que as expectativas de vida de Júlio César e de Napoleão Bonaparte, apesar de estarem afastados no percurso do tempo por mais de 1700 anos, eram as mesmas, assim como o tempo para ir de Roma a Paris também eram também as mesmas, em torno de uma semana e com uma tecnologia de locomoção idêntica: uma carruagem usada tanto por Júlio César quanto por Napoleão. Na contemporaneidade, dois

séculos depois da Era de Napoleão, a humanidade consegue realizar o mesmo trajeto de Roma a Paris em torno de duas horas (MAIS, 2000).

Nota-se que o conceito de tempo se alterou no decorrer dos milênios e séculos, por isso, não há como defini-lo de modo absoluto. Na sociedade contemporânea, não só a relação da produção econômica se torna efêmera, mas também as relações sociais; tudo é facilmente descartável e posto no ostracismo. Além disso, não há uma métrica no avanço e no retrocesso dos progressos tecnológicos no tempo, assim, os determinismos econômicos e filosóficos da história acabam sendo questionados. Concebia-se, por exemplo, que o tempo histórico obedecia a um padrão evolutivo. Bertalanffy (2013) pontua que

Esta corrente teve início com o filósofo italiano Vico no começo do século XVIII e continuou nos sistemas e nas pesquisas filosóficas realizadas por Hegel, Marx, Spengler, Toynbee, Sorokin, Kroeber e outros. Há grandes e evidentes diferenças entre estes sistemas. Todos concordam, porém que o processo histórico não é completamente acidental, mas obedece às regularidades ou leis que podem ser determinadas. (BERTALANFFY, 2013, p. 52).

Quando se compreende que há um determinismo dos acontecimentos na história, como se houvesse um ente inteligível que a regresse, a complexidade da cultura humana acaba perdendo o significado. Nessa direção, a relatividade das categorias que envolvem o tempo no ser humano não é determinada, uma vez que a história tem contornos distintos em cada civilização, não coabitando sobre um tempo cíclico, retilíneo ou dialético.

A criação dos calendários¹⁸ demonstrou que a repetição matemática do tempo não necessariamente corresponde à repetição dos acontecimentos¹⁹. O uso dos símbolos imaginários da linguagem e dos números auxiliou nessa representação

¹⁸ A própria palavra “calendário” remonta ao verbo *calare*, em uma relação distante com o fato de que, antigamente, o sacerdote romano, tal como o da aldeia da Nigéria, determinava o momento em que uma lua nova era avistada. Assim, é que o termo *calendae*, isto é, “[dias] a serem proclamados”, relembra a época em que um membro do clero percorria as ruas de Roma para anunciar ao povo que a lua nova fora avistada, e que, portanto, havia começado um novo mês (ELIAS, 1998, p. 152).

¹⁹ Estima-se que o surgimento do calendário aconteceu com os sumérios da Babilônia antiga, há aproximadamente a 2.700 a.C., sendo aprimorado pelos caldeus. O calendário tinha 12 meses lunares, no sistema Terra, Sol e Lua de 29 ou 30 dias; posteriormente também foi adotado pelo povo hebraico. Cada novo mês era oriundo da lua nova, sendo assim, o ano tinha 354 dias. Entretanto, com relação ao calendário solar, havia uma defasagem, por isso, os caldeus adicionaram um mês a cada três anos. Os egípcios, adaptando melhor o calendário solar, estipularam o ano do calendário solar com 365 dias, o que o tornou muito mais preciso (ELIAS, 1998).

simbólica, por meio da observação do astro solar²⁰ e da lua. Muller (2017) assevera que a representação simbólica dos anos nos calendários é uma demonstração que se repete em intervalos de dias, semanas e meses para sequenciar os acontecimentos físicos dos corpos celestes com a lua e o sol e os acontecimentos sociais, por exemplo, as mudanças nas fases lunares e solares, em uma forma de representação simbólica com as exigências da regulação da vida social, como cerimônias religiosas, eventos políticos, guerras e ademais. Entretanto, mesmo nos eventos físicos, não se podia ter como exatidão uma padronização do tempo. Por exemplo, se agricultores de uma comunidade seguissem estritamente as fases lunares para realizar o plantio de determinada planta, bastaria a ocorrência de um eclipse lunar para alterar a relação das fases lunares com o plantio, o que, conseqüentemente, confundiria os agricultores, dificultando se saber o momento exato para realizar o plantio.

Os símbolos naturais presentes nos estágios primitivos da civilização humana regulavam o tempo, definindo os períodos econômicos do plantio e da colheita, haja vista que a maioria das sociedades era agrícola, como apontava o momento dos rituais que eram necessários para a organização social, a exemplo da transição de líderes políticos, dos acordos conjugais, das guerras, das festas etc. Os calendários, desse modo, auxiliaram na padronização dos símbolos apresentados pelas fases da lua e do transladar do sol.

O controle do tempo sempre teve um domínio de poder adjunto e, nesse sentido, o controle sobre a interpretação do calendário também estava imbuído de interesses políticos e econômicos. Comandar o tempo significava controlar a sociedade como um todo. Por essa razão, a primeira constatação de uma maior organização do calendário era para impedir os interesses escusos por meio do controle do tempo. Na visão de Elias (1998),

Ao assumir o controle, Júlio César constatou que o calendário romano era desorganizado. Ora, na Roma republicana, como na aldeia-Estado de Ezeulu, o controle do tempo e sua divulgação oficial eram uma das funções de um colégio de sacerdotes dirigido pelo *pontifex maximus*. Ele e seus colegas zelavam pelo calendário do Estado. Entretanto, na

²⁰ Os egípcios haviam tentado estabelecer uma correspondência entre as unidades de tempo baseadas nos movimentos da Lua e do Sol, respectivamente, construindo um ano de 12 meses e 30 dias, ao qual acrescentavam, no começo ou no fim, cinco dias suplementares, de modo a fazer seus meses corresponderem ao ano solar. César retirou um dia do mês de fevereiro e distribuiu os seis dias suplementares de que passou a dispor nos seis meses ímpares que iam de janeiro a novembro, em um arranjo que foi uma clara prefiguração do calendário moderno. Pouco depois de sua morte, seu mês de nascimento recebeu, em sua homenagem, o nome de julho (ELIAS, 1998).

fase final de República, o calendário, como regulador das relações sociais, já não estava protegido das lutas pelo poder e de suas consequências. Grupos interessados podiam, ao que parece, incitar os sacerdotes a alongar ou encurtar um ano. Assim, as dificuldades de correlacionar acontecimentos físicos e sociais, somadas aos efeitos das lutas pelo poder, haviam conduzido a uma completa desorganização do calendário. (ELIAS, 1998, p. 154).

Essa organização do calendário permaneceu por mais de mil anos no mundo ocidental, o que deu uma fundamentação uniforme sobre o tempo sem cair nos ditames de algum líder (político ou religioso) oportunista. Júlio César se amparou na matemática e na astronomia para que o calendário não fosse mais relativizado por autoridades eclesiásticas ou por poderes temporais.

Na continuidade a essa observação, Schmidt (2006) realça que César, por seu viés ditatorial, ordenou uma profunda e radical reforma no calendário. Até aquele momento, em 46 a.C., eram as autoridades eclesiásticas que reformulavam o calendário romano, mas, pela primeira vez, uma autoridade política fizera isso. César, sabendo da capacidade de conhecimento astronômico dos egípcios, convocou o astrônomo e matemático Sosígenes para ser conselheiro na reforma do calendário, sendo essa reestruturação basilar para a construção dos calendários na contemporaneidade.

Com as transformações econômicas e demográficas ocorridas a partir da Idade Média, uma nova mudança aconteceu com os calendários. A regulação e a padronização do tempo passaram a atender a determinadas relações sociais. Com o fim do Império Romano, com o processo de ruralização social, com o aumento da urbanização e do comércio e com a introdução dos ritos religiosos cristãos, o calendário juliano, que foi orquestrado pelo imperador Júlio César, já não fazia mais sentido naquele novo contexto social. E como a padronização do tempo sempre é concretizada por uma ordem dominante que, no contexto medieval, era a Igreja Católica, a qual, a princípio, relutava contra qualquer mudança no calendário juliano. Em sua visão, a tradição jamais poderia ser alterada, assim como os dogmas da fé. Não obstante a isso, já no final da Idade Média e no início da Idade Moderna, não havia condições para o calendário juliano continuar, por isso, em 1582, houve a reforma do calendário pelo Papa Gregório XIII. O novo calendário passou a se chamar calendário gregoriano e perdura até a contemporaneidade na maioria dos países do

globo, exceção de quatro países²¹ como a Etiópia que utiliza o calendário Eritreu que é uma variação do calendário Juliano, Afeganistão e Irã que utilizam o calendário solar islâmico e Nepal que usa o calendário Sabat²² (BICKERS, 2021).

O tempo sobre a padronização matematizada de relógios e calendários fixou na sociedade um avanço com relação à produtividade do trabalho e à organização nas demais relações sociais, o que contribui para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista, a partir do século XVI, estendendo-se ao longo do século XIX. A urbanização, o comércio e as descobertas científicas se beneficiaram com a forma regulamentada em que o tempo foi organizado.

Há de se frisar também que o processo de industrialização e a extensão do comércio em larga escala apenas puderam ter êxito de forma constante por causa da especificação dos prazos de produção e de entrega das mercadorias. Assim, a aceleração da produtividade industrial, o *Homus Economicus*, está enquadrada nas condições postas do tempo cronometrizado. Nesse processo, denominado como “coisificação humana”, o trabalhador perde a capacidade de se enxergar como ser humano e de também vislumbrar o outro como ser humano; as relações se tornam, desse modo, objetificáveis, e a possibilidade de coexistir o denominado *Homus Donatus*²³ se torna nula (CASTEL, 2009).

O tempo devotado e voltado totalmente para o trabalho no capitalismo conformou a classe trabalhadora a um tempo de não satisfação cotidiana. Para aqueles que monopolizam os meios de produção, esse tempo se cristaliza como grande deleite, encontrando na razão da produção de sua catarse. As compreensões sobre o tempo fora do espaço de trabalho começam, desse modo, a ganhar forma, como no caso do tempo livre²⁴. Os trabalhadores, contudo, não vislumbram uma aspiração do seu viver (TOURAINÉ, 2012). No que tange ao tempo livre, que significa o tempo fora do espaço do trabalho no qual o trabalhador poderia exercer suas virtudes e atividades que os satisfazem intelectualmente e emocionalmente, esse

²¹ Existem também os calendários culturais que remetem a tradições de nações, mas que não são usados no processo das relações civis e do Estado, como exemplo, o calendário judaico e chinês (CHERMAN; VIEIRA, 2008)

²² O calendário solar islâmico, está 622 anos a menos que o calendário gregoriano, pois este calendário conta o tempo a partir do início das pregações do profeta Maomé, fundador da religião islâmica. Ao que tange o calendário *Sabat*, está adiantado em 57 anos em relação ao calendário gregoriano, devido seguir tanto os ciclos lunares como os solares (CHERMAN; VIEIRA, 2008)

²³ A predisposição humana de significar a doação para com o outro em sua realidade social (BAUMAN, 2007)

²⁴ Tempo de não trabalho e que se incumbe no tempo de atividades opcionais do próprio sujeito na condição de emancipação do cotidiano (ADORNO, 1995).

acaba sendo substituído pela pressa em acumular riqueza e consumir, reproduzindo o ciclo do capital.

Por essas circunstâncias, os debates em torno do termo tempo livre do trabalho para com a classe trabalhadora se iniciam no ambiente intelectual ocidental e no movimento operário.

2.2 O TEMPO LIVRE E AS POSSIBILIDADES DE SE PENSAR A NOVA RELAÇÃO SOCIAL

A noção de tempo livre, a priori, conduz a uma primeira impressão de um tempo longe do tempo de trabalho, em outros termos, de um tempo que não haja o sofrimento de um trabalho insatisfatório. Na atualidade, entende-se que o tempo livre é o tempo fora do tempo de trabalho remunerado, pois estar o cidadão no trabalho como fonte de renda é uma obrigação e não uma livre escolha, e o tempo fora do espaço de trabalho seria um período de plena satisfação e deleite. Todavia, o conceito teórico do tempo livre ultrapassa essa dimensão. Tempo livre se circunscreve na capacidade e na condição humana de exercer de forma plena a criatividade e a liberdade nas ações cotidianas.

A conceituação do tempo livre do trabalho envolve a noção de um tempo em que o sujeito se libertaria de uma obrigatoriedade, por exemplo, o trabalho sobre a lógica de exploração física e mental que detém o trabalhador exclusivamente para a manutenção de sua subsistência. Nesse sentido, é apenas na compreensão do tempo social que se entende a concepção de tempo livre. Sendo uma derivação do tempo social, o tempo livre é subjetivo e relativo à época e à cultura em análise, além, é claro, do sistema econômico que se vivencia.

Salienta-se que a noção de tempo livre, além de ser subjetiva, passa por variações culturais e econômicas. Mesmo havendo a individualidade do sujeito, o meio social, cultural e econômico tem influência direta e indireta sobre suas escolhas. Um exemplo claro disso é que, para um indígena Yanomami da Região Amazônica, o tempo livre gera escolhas com limites, se comparado a um sertanejo da região da caatinga, no Ceará.

Mesmo que o tempo livre fosse igual para ambos e a capacidade de escolha fosse individual para ambos, as condições culturais interferem nas suas decisões do

que fazer com o tempo proposto. A aceitação no âmbito social e na comunidade depende das atividades exercidas por seus moradores, ainda que praticar tal ação possa significar uma conotação de liberdade plena, a influência cultural²⁵ tem total projeção nas alternativas e nas escolhas.

Na antiguidade e no mundo medieval, as condições severas de sobrevivência e a ausência de melhora de perspectiva tendiam a uma percepção de que o tempo passava de forma mais abrupta, ainda mais porque a longevidade da população era reduzida. Na contemporaneidade, o desenvolvimento da tecnologia proporcionou uma maior agilidade para a realização das atividades humanas, o que poderia influir na percepção de cada sujeito de que o tempo estivesse mais duradouro. Contudo, embora haja um aumento das necessidades tecnológicas para atender aos anseios humanos e às atribuições que surgem no cotidiano de cada sujeito, a noção do tempo permanece parca como outrora. Para Masi (2019),

Nunca, em épocas anteriores – embora a vida fosse mais breve e os ritmos, marcados pelas estações e pelos dias, fossem mais lentos -, se teve a sensação de que o tempo passasse tão veloz e fosse tão escasso como hoje. Dispomos de recursos e estratégias para economizar tempo, recorrendo a carros, aviões, telefones e redes sociais; para armazenar o tempo, fazendo uso de gravadores e secretárias eletrônicas; para aproveitar o tempo, ouvindo rádio enquanto tomamos banho, ou telefonando enquanto estamos no carro; para programar o tempo, recorrendo a timers e a agendas eletrônicas cada vez mais sofisticados e funcionais. (MASI, 2019, p. 17).

Cada sistema econômico tem uma forma particular de incutir o tempo na sociedade. Com a relação à população que destina seu tempo para a produção no trabalho, o tempo acaba sendo dedicado à produção econômica no capitalismo (WEBER, 2012), também denominado de tempo de trabalho. Depois disso, poderá vigorar a existência do tempo livre, entretanto, o tempo pós-trabalho pode estar condicionado à reprodução de trabalho, não o tornando, assim, um verdadeiro tempo livre.

O tempo livre, desse modo, pode ficar enquadrado em uma redoma da reprodução social do tempo do trabalho e não ter uma suspensão do cotidiano do

²⁵ Escolher praticar uma dança do forró cearense ou uma dança do vanerão gaúcho, por exemplo, vai além de uma escolha individual; parte do pressuposto da interação cultural que se tem no meio. Para um cearense que nunca ouviu ou dançou vanerão, a escolha por essa dança em seu tempo livre acaba sendo nula (MATTA, 1986).

trabalho. Ademais, essa reprodução social poder ser direcionada ao consumo do trabalho de outrem, como pontua Adorno (1999). Quando, no tempo livre, surgem atividades prazerosas que estimulam a criatividade e a espontaneidade das ações, esse período pode se transformar em ócio, que não corresponde à ausência de ações, mas sim à realização de ações voltadas para a criação, como a atividade da produção de uma poesia ou composição musical após ao término da jornada de trabalho. Na contramão disso, o ócio pode se transformar em um fito mecanizado pela Indústria Cultural, no qual o lazer e a diversão se tornam um prolongamento do trabalho.

O ócio, nesse sentido, não é falta de qualquer atividade, mas sim de ocupações laborais (o tempo livre do trabalho). Para tanto, nesse ócio, o tempo é usado para usufruir os afazeres de reflexão e de deleite humano. Não obstante a isso, assim como na Indústria Cultural²⁶ do sistema capitalista tudo pode ser usado para o consumo, a diversão e o lazer também estão justapostos como uma forma de mercadoria.

Os exercícios no tempo livre podem ser considerados uma forma de trabalho, como é o caso dos trabalhadores que usam desse tempo para produzirem arte. Nesse sentido, Masi (2000) pondera:

Aquele que é mestre na arte de viver faz pouca distinção entre o seu trabalho e o seu tempo livre, entre a sua mente e o seu corpo, entre a sua educação e a sua recreação, entre o seu amor e sua religião. Distingue uma coisa da outra com dificuldade. Almeja simplesmente, a excelência em qualquer coisa que faça, deixando aos demais a tarefa de decidir se está trabalhando ou se divertindo. Ele acredita que está sempre fazendo as duas coisas ao mesmo tempo. (MASI, 2000, p. 153).

O pesquisador destaca a verdadeira face do trabalho, que é o trabalho criativo, o qual, mesmo no tempo livre, não acaba sendo alienante como na atividade assalariada. O sujeito reconhece o trabalho de sua produção e sente deleite ao realizá-la, portanto, o tempo livre compreende a plena realização da livre escolha.

O tempo livre é também um tempo de deleite humano, de transcender a própria existência, de se deparar com os variados elementos que circundam a vida para

²⁶ Indústria Cultural é a utilização do tempo livre por setores empresariais, que enxergam a possibilidade de um grande retorno financeiro ao aplicarem a produção de entretenimento em massa para a população durante o tempo que estão fora do espaço de trabalho. Exemplos são o cinema, os shows musicais e outros. Entretanto, a Indústria Cultural não leva em consideração a conscientização da população por questões relacionadas aos problemas políticos e econômicos, mas promove um apaziguamento dos conflitos latentes, para manter o *status quo* do sistema econômico vigente (ADORNO; HORKHEIMER, 1986).

debatê-los ou apreciá-los. Lafargue (2005) ressalta que o processo de desenvolvimento das novas tecnologias promovidas com o advento da Revolução Industrial permitiu que se gerasse um maior tempo destinado ao deleite humano. Nesse tempo livre como momento para descanso e prazer, sem se preocupar com os padrões econômicos e morais que regulam a hora de trabalho, fazem com que o trabalhador se dedique a outras relações que antes, com um tempo livre menor, era impossíveis de serem realizadas.

Contudo, há dúvidas da existência de um tempo livre verdadeiro, visto que esse tempo sofre pelo emaranhado da conjuntura econômica. Nessa conjuntura, o termo “tempo de não trabalho” acaba sendo mais conceituado para a relação do tempo livre. O tempo de não trabalho consiste em reproduzir os mesmos mecanismos do tempo de trabalho, porém, ao invés de produzir, o trabalhador agora se utiliza do consumo, logo, o tempo livre acaba inexistindo (ADORNO, 1995).

Se, em outros tempos, o capitalismo se pautava mais sobre a produção material das mercadorias, que eram os produtos tangíveis, após os anos 1950, o fenômeno da Indústria Cultural começou a ganhar a dimensão das produções de mercadorias intangíveis, acompanhado da intensificação de retirar a capacidade reflexiva e crítica do sujeito. O prazer do entretenimento é uma continuidade do tempo do trabalho, todavia, na Indústria Cultural, ele se torna um momento de esquecimento dos flagelos laborais, o que impede uma crítica ao sistema. Na ótica de Adorno e Horkheimer (1986),

[...] é o desgaste contínuo o esmagamento de toda resistência individual. Assim como Pato Donald nos cartoons, assim também os desgraçados na vida real, recebem a sua sova para que os espectadores possam se acostumar com a que eles próprios recebem. (ADORNO; HORKHEIMER, 1986, p. 130).

Por esse motivo, os autores distinguem tempo livre e ócio. No primeiro caso, o sujeito é subordinado à reprodução do trabalho no consumo material e na indústria cultural. O ócio, por sua vez, é o tempo aberto à reflexão social e à ação criativa do ser humano. Como o aspecto econômico também envolve as relações sociais, o ócio se torna quase inexistente na prática cotidiana.

O tempo do não trabalho pode construir o tédio pela rotina da repetição das atividades. No tempo de trabalho, porém, não se percebe essa ausência de liberdade,

pois a noção real de liberdade acabou sendo abstraída dessas pessoas (ADORNO, 1995).

O tempo livre pode estar também totalmente concatenado ao modo de produção econômico e às suas alienações. Entretanto, é no tempo livre que o trabalhador tem a capacidade de se reconhecer como sujeito protagonista da história, mas é lógico que isso depende sumariamente das condições concretas existentes. De acordo com Masi (2019), um segundo, uma hora ou um século podem se tornar extremamente relativos, pois o tempo é percebido de formas distintas a depender da época vivida e de cada sujeito dotado de uma visão única, tendo em vista a sua individualidade e as relações culturais e históricas. Ademais, o tempo, além de ser lógico e matematizado, é metafísico.

Nas condições biológicas e psicológicas humanas, o tempo sofre intensas variações de percepção. Embora o tempo biológico seja determinado, a sua concepção não o é, pois as questões psicológicas são indeterminadas, ao contrário das biológicas. Segundo Sinclair (2021), o processo metabólico humano, na velhice, causa a sensação no sujeito de que o tempo passa mais depressa; para os idosos, o presente sucumbe a cada instante e o tempo fica relegado a um vasto passado e a um futuro cada vez mais imediato, com o inevitável fim do ciclo da vida. Assim, o conceito do tempo tem novamente uma outra conotação: o fim do período biológico da vida e as compreensões filosóficas e religiosas sobre um tempo após a morte. Os meandros psicológicos são proeminentes nesse momento. Nos aspectos sociais, o tempo e o espaço podem ficar em um profundo vácuo de entendimento, em função do local e de quem são essas populações, por exemplo, os refugiados. Bauman (2007) argumenta que,

Quanto a sua localização “permanentemente temporária”, os refugiados “estão lá, mas não são de lá”. Não pertencem realmente ao país em cujo território foram montadas suas cabanas ou fixadas suas tendas. Estão separados do resto do país que os hospeda por um véu de suspeita e ressentimento invisível, mas que ao mesmo tempo é espesso e impenetrável. Estão suspensos num vácuo espacial em que o tempo foi interrompido. Não estão estabelecidos nem em movimento; não são sedentários nem nômades. (BAUMAN, 2007, p. 51).

O que o autor esclarece é que a ausência de tempo e de espaço para os refugiados corresponde também à falta de cidadania, já que a não participação do

Estado por meio das políticas públicas gera diferenciações de percepção de tempo e de espaço para um grande contingente populacional.

O vácuo do tempo e de espaço que foi tratado no passado no que diz respeito ao tempo físico surge nesse contexto do tempo social. O tempo e o espaço vácuo, mencionados por Bauman (2007), compreendem o vácuo existencial da vida humana, que, no caso dos refugiados, faz com que o tempo e o espaço se colapsem, não sobre uma consternação física do universo, mas porque o tempo e o espaço em outra nação ganham contornos diferentes, que vão desde a aceitação desses no novo espaço e da impossibilidade de vivenciarem seu cotidiano nesse novo tempo. Por essa razão, grupos populacionais que estão próximos uns aos outros podem estar distanciados no pertencimento do espaço e na percepção de tempo²⁷. Os cidadãos do país que recebem os asilados têm uma liberdade sobre a ocupação do espaço, sobretudo na realização de atividades culturais, de lazer, esportivas, intelectuais e de trabalho. Além disso, o tempo, para esses cidadãos, é um exercício da cidadania, já que têm uma estabilidade para realizar as atividades de trabalho e de descanso. Os exilados, entretanto, não conseguem prever se conseguirão se alimentar, dormir, descansar, ter um abrigo, ser aceitos pelos demais, enfim, se conseguirão sobreviver. Estão, desse modo, sobre a incógnita do tempo e do espaço que não existem sobre eles. A presença de um Estado que ampare socialmente uma população é a essência para que o tempo e espaço passem a coexistir de forma benéfica sobre uma população.

O tempo é moldado por instituições na vida humana, tais como a família, a Igreja, o Estado, a política e outras. Com as instituições, o tempo passa a ser ainda mais sistematizado e organizado, ditando-se as regras de convivência humana. Há de se notar que o tempo nos espaços institucionais pode ser obrigatório ou de uma vontade deliberada. Pode-se classificar o tempo no trabalho como um tempo de obrigatoriedade e o tempo na Igreja como um tempo de livre escolha do cidadão (HARVEY, 2007).

²⁷ As primeiras leis da Alemanha nazista sobre a exclusão da população judaica surgiram em 1935 na denominada “Leis de Nuremberg”. Esses dispositivos legais restringiam os judeus ao acesso a espaços públicos, a participarem da vida política, a ingressarem em trabalhos em instituições públicas e a exercerem profissões intelectuais ou ligadas ao desenvolvimento do país de forma técnica. Os judeus alemães estavam no mesmo território e nas mesmas relações sociais que os alemães não judeus, mas, com as mudanças das Leis de Nuremberg, passaram a viver como se aquele espaço e tempo não existissem. A exclusão dos afazeres diários dos judeus tolhia igualmente a condição de pertencer ao tempo dos direitos civis. Isso demonstra como um Estado autoritário pode eclodir o tempo e o espaço social sobre um povo (SIMÕES, 2005).

Para compensar essa ausência de um tempo mais impactante no desenvolvimento humano dos trabalhadores e da população em geral, o Estado ao longo do século XX, empreendeu intervenções por meio de políticas sociais²⁸ para garantir espaços para o usufruto do tempo livre, como o investimento em políticas esportivas, culturais e de lazer. No Brasil, mais especificamente, esses investimentos tiveram um maior impacto de transformação da realidade social a partir da Constituição Federal de 1988, tendo como ações concretas viabilizadas em meados dos anos 90 e início dos anos 2000²⁹, o que demonstra um descaso do Estado brasileiro para com a população vulnerável. Essa realidade afeta diretamente a relação do tempo livre, sendo que o vácuo do tempo padece pelas influências do Estado.

A influência do Estado no tempo livre é fundamental porque é ele que estabelece os fundamentos jurídicos da liberdade humana, como no caso dos países que são signatários da Carta dos Direitos Humanos, e concretiza as diretrizes perante a sociedade civil. Na legislação dos Direitos Humanos, a liberdade é considerada um direito inviolável; nenhuma pessoa, instituição, organização, governo ou Estado podem escravizar, oprimir e retirar as capacidades da liberdade de um sujeito, como o direito de ir e vir, de liberdade de expressão, de livre manifestação artística, cultural, esportiva e religiosa e da predileção política e ideológica (TOURAINÉ, 2012). Além do Estado, instituições ligadas à sociedade civil também fomentam atividades a serem realizadas para o tempo livre por meio de suas organizações, a exemplo das organizações religiosas nas mais diversas denominações de crença, das organizações filantrópicas, culturais, artísticas, esportivas, educacionais e outras.

Essa busca das organizações para que a sociedade delas participem está envolta em um anseio ideológico, que perpassa por ideologias políticas e religiosas; o

²⁸ Detalhadamente no Pós-Segunda Guerra, com o chamado “Welfare State” ou “Estado do Bem-Estar Social” na Europa ocidental, o período foi demarcado por forte presença do Estado na economia e nas políticas sociais, uma forma de compensar a classe trabalhadora em meio ao avanço dos ideários comunistas que prometiam uma sociedade plena de igualdade social e tempo livre igualitário a todos, sem a opressão e alienação do sistema capitalista (HOBSBAWM, 1995).

²⁹ Na Constituição Federal Brasileira de 1988, artigos relacionados ao usufruto do tempo livre para os cidadãos brasileiros passaram a preconizar com maior veemência a ação do Estado na criação e execução de políticas públicas, nas áreas da educação, esporte, cultura e ademais. Os governos de Fernando Henrique Cardoso, 1994-2002 e de Luís Inácio Lula da Silva, 2003-2010, foram os governos que mais executaram os artigos constitucionais em prol das políticas sociais, com maior ênfase no governo de Luís Inácio Lula da Silva, que incrementou uma maior distribuição de renda e redução da desigualdade social. Após início de 2016 houve uma diminuição nos investimentos de políticas sociais devido a crises políticas e econômicas, entretanto essa diminuição não é tão parca como os antecedentes da Constituição de 1988 (CAVALCANTE, 2016).

que assemelha ambas as ideologias é, contudo, a possibilidade de garantir uma compleição de tempo livre para o público envolvido. Essa forma de vivenciar o tempo livre perpassa pela espontaneidade das ações. Assim, as atividades voluntárias contemplam o tempo livre de muitos cidadãos, e o trabalho voluntário torna-se uma atividade diferente do trabalho remunerado, com características distintas que conferem outro significado ao tempo livre.

Para muitas civilizações, a atividade do tempo livre concretizou-se na ação de doação para a comunidade. Os gregos denominavam isso com a expressão “*voluntarius*”, que significa “de própria vontade”, entretanto, esse termo ganhou uma denominação formal a partir do século XIX na Europa, para se referir às famílias mais abastadas financeiramente que usavam de seu tempo livre para realizar práticas de caridade com a população miserável. Com o passar das décadas, o trabalho voluntário foi se organizando e construindo redes de voluntariado, não ficando se restringindo mais à sua execução pelas classes mais ricas. O tempo livre assumiu, desse modo, mais uma dimensão para sua existência e, conseqüentemente, as expressões humanas surgidas nesse processo desencadearam no trabalho voluntário do tempo livre as condições de estímulo para o desenvolvimento pessoal.

2.3 TRABALHO VOLUNTÁRIO E OS ALICERCES DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Sobre as possibilidades das ações no tempo livre, a maior parte das atividades está vinculada às ações individuais, tais como recreação, manifestações culturais, artísticas, esportivas e religiosas concatenadas ao consumo e ao descanso do trabalho remunerado. No entanto, há uma menor parte da população que utiliza o tempo livre como forma de trabalho em prol de mudanças sociais, labor que não se tangencia de forma remunerada, mas de maneira voluntária.

A correlação do tempo livre com o trabalho voluntário se estabelece em cinco critérios: (i) o trabalho voluntário apenas pode ter sua existência no tempo livre do trabalhador remunerado; em outras palavras, para que as atividades voluntárias ocorram, o trabalhador necessita estar fora do ambiente de tempo de trabalho remunerado; (ii) o tempo livre oferece ao sujeito a capacidade para refletir as questões sociais (iii) o tempo livre permite que se aflorem as percepções empáticas, devido ao maior tempo para a concretização do diálogo e ao vislumbramento de outras

realidades sociais; (iv) o tempo livre é influenciado predominantemente pela cultura/religião, por meio de ações voluntárias que fomentam o bem-estar social dos cidadãos, por exemplo, os grupos religiosos; (v) a ausência do envolvimento da sociedade civil, da iniciativa privada e do Estado em expressões da questão social que necessitam de alguma intervenção para atender a uma determinada população (MUSICK; WILSON, 2008).

Como já ressaltado, o tempo livre deriva das condições de existência de atividades espontâneas e que causam o deleite humano, circunstâncias que estão interligadas ao trabalho voluntário. Em outras palavras, o trabalho voluntário não parte de uma ação coercitiva e tampouco a sua realização causa o sofrimento humano, pelo contrário, o trabalhador voluntário realiza as suas ações por vontade deliberada, sendo o ganho de satisfação pessoal a força motriz para a sua continuidade. Por conseguinte, o trabalho voluntário se desdobra em categorias para sua execução no tempo livre.

Independentemente dos critérios que se utiliza para realizar o trabalho voluntário, o voluntariado, de acordo com Horochovski (2003), se constitui sobre duas categorias: o pontual e o recorrente. O trabalho voluntário pontual se compreende ações voluntárias momentâneas que atendem a uma resolução de curto prazo, como o amparo alimentar para desabrigados oriundos de um incêndio residencial de uma determinada comunidade ou o auxílio na cobertura de moradias após um vendaval. Tem-se, nesse caso, o trabalho tem um exíguo prazo para ser finalizado, pois os problemas a serem sanados derivam de acontecimentos não frequentes que precisam ser solucionados de forma pontual.

O trabalho voluntário recorrente, por sua vez, deriva de ações voluntárias que não solucionam os problemas de forma pontual, pois a situação envolve fundamentos mais complexos, com raízes históricas mais amplas, por exemplo, as ações de combate à mortalidade infantil e ao analfabetismo de jovens e adultos. Esses trabalhos voluntários são recorrentes pelo fato de que abordam fragilidades sociais muito presentes em países periféricos e na sociedade brasileira, advindas de séculos e décadas de omissão do poder público, não sendo possível solucioná-las em um curto prazo.

O trabalho voluntário recorrente, desse modo, tem um caráter temporal indeterminado. Em vista disso, o surgimento e o aprimoramento das organizações voluntárias acabam sendo inevitáveis, devido ao processo de organização das

atividades voluntárias para se trabalhar de forma perene. Na história, o trabalho voluntário sempre se organizou para melhor atender à população a que se atendia, transcorrendo nas mais diferentes civilizações e culturas, com contornos distintos na forma de agir, mas com a mesma intenção: cuidar dos mais necessitados na sociedade sem almejar uma recompensa financeira em troca.

Desde as mais remotas civilizações, como a indiana, com o imperador Asoka (274-232 a.C.), fomentava-se o amparo espontâneo entre a população por meio de instalações médicas e normas arquitetônicas para o bem-estar rural e urbano. Na Grécia Antiga, era um elemento ético destinar alimentos e abrigo para quem viajasse longas distâncias. Os judeus da antiguidade estimulavam a doação de dinheiro para os mais pobres, as chamadas esmolas, criando inclusive condições políticas e econômicas para que essas práticas vigorassem. Para os romanos, a destinação de alimentos de forma gratuita era uma tradição para com os que viviam na subalternidade, possibilitando uma maior harmonia social e evitando convulsões sociais (HUDSON, 1999).

No fim do período da antiguidade, adentrando-se à Idade Média, a caridade cristã³⁰ alvoreceu, assumindo a principal forma de ação voluntária no contexto do mundo ocidental, mais especificamente na conjuntura ocidental da Ásia e da Europa, fornecendo as bases para a expansão do voluntariado pelo globo a partir do século XVI³¹.

Após a Revolução Industrial³², com o surgimento do capitalismo, no final do século XVIII em diante, houve um aumento acelerado dos trabalhadores operários nas fábricas e da urbanização desenfreada, acentuando, contudo, mazelas sociais que

³⁰ Antes da institucionalização do cristianismo por meio da Igreja Católica, no século III d.C., os denominados cristãos primitivos viviam sobre a égide do cuidado com outros. Um fato histórico que marcou essa disposição foi o amparo que muitos cristãos primitivos forneciam aos acometidos de varíola durante a epidemia de 169 d.C. que assolou parte do Oriente Médio e a Europa Ocidental. No período medieval, Francisco de Assis, no século XIII, intensificou as ações voluntárias como uma direção norteadora da fé cristã; a criação da ordem franciscana surgiu com esse intuito (BLAINEY, 2012).

³¹ No século XVI, ocorreu a mais profunda cisão na Igreja Católica, a Reforma Protestante, iniciada em 1517 por Martin Lutero, dando-se abertura para outras divisões, como o aparecimento dos anglicanos, calvinistas e outras que surgiram. Com as descobertas de novas terras e as sumárias grandes navegações pelo planeta, as crenças religiosas cristãs também se proliferaram e, com elas, a noção do trabalho voluntário pela caridade (ASLAN, 2013).

³² A Revolução Industrial foi fundada nas bases das novas forças motrizes de produção, substituindo as forças motrizes humanas e naturais pela mecânica a vapor. Há de se destacar que o período da Revolução Industrial não ocorreu de forma uniforme de tempo em todos os países, primeiramente surgiu na Inglaterra, no final do século XVIII, e posteriormente na França e Estados Unidos. Os demais países como Alemanha, Itália, Japão e Rússia iniciaram um processo mais ativo de industrialização nas décadas finais do século XIX (FUKUYAMA, 1996).

outrora não eram tão pujantes, como as dificuldades de manter a subsistência em virtude das precarizações de trabalho, das condições dos baixos salários e dos agravantes da débil infraestrutura existente no meio urbano. Desse modo, as atividades voluntárias se concentraram ainda mais no meio urbano e com ações voltadas à população operária.

Com base no trabalho das organizações religiosas cristãs que já vigoravam e de novas organizações da sociedade não religiosas (por exemplo, organizações de trabalhadores e de empresários, que viam no trabalho voluntário uma forma de amenizar as condições de subalternidade social), o trabalho voluntário se estendeu para outros segmentos da sociedade. A participação do Estado para o atendimento a essa parcela da população durante o período da Revolução Industrial, no século XIX, foi muito incipiente, algo que se alterou abruptamente no Pós-Segunda Guerra Mundial, com a assinatura da Carta dos Direitos Humanos.

Até 1948, antes da promulgação da Carta dos Direitos Humanos, o trabalho voluntário era ativo em várias áreas sociais, principalmente as ligadas à saúde, às crianças e aos deficientes. No entanto, após a ratificação da Carta de 1948 pelas democracias liberais do globo, o Estado começou assumir maior papel na atenção e no cuidado, o que foi denominado na Carta como segurança social e mais tarde tornou-se políticas sociais, as quais determinariam o gerenciamento do Estado voltado à saúde, à educação, à assistência social, à habitação, à cultura; esportes e além do mais.

Diante disso, as organizações e os trabalhadores voluntários passaram a receber um maior volume de críticas³³ relacionadas ao voluntariado, dentre as quais se destacam três: (i) que o trabalho voluntário retiraria a responsabilidade do Estado, prevista na Carta dos Direitos Humanos³⁴ e nas Constituições dos devidos países, beneficiando-o com a redução de custos e direcionando a atenção estatal para outras questões que não seriam derivadas da questão social. (ii) que o trabalho voluntário

³³ Dentre as ideologias que criticam e criticavam o trabalho voluntário, a ideologia marxista é a mais atuante. Segundo os ideólogos marxistas, o trabalho voluntário favorece a manutenção do sistema capitalista, pois não cobra a presença do Estado na questão social, além disso, aliena os trabalhadores a aceitarem as condições de trabalho não remunerado, atendendo assim aos interesses do capital e do Estado. Para os marxistas, toda atuação em prol de transformação social deve visar à revolução, a uma transição do sistema capitalista para o comunista, no entanto, de acordo com esses pensadores, o trabalho voluntário trabalha sobre a égide da alienação dos trabalhadores e sobre o conformismo das contradições do capitalismo e de sua manutenção (SIMÕES, 2005).

³⁴ O artigo que se refere a Segurança Social, não situa apenas a sociedade civil e iniciativa privada como responsável, mas também o Estado (TRINDADE, 2011).

não atua do ponto de vista do direito social, somente da filantropia³⁵, ou seja, o cidadão não é um detentor de um direito Constitucional com existência perene, operando com formas basilares de favor e benemerência que poderiam desaparecer a qualquer instante; (iii) que a característica do trabalho não remunerado dos voluntários é uma forma de exploração, pois esses sujeitos dispõem de única parte do tempo livre para realizarem outro trabalho de maneira gratuita, formando, assim, uma dupla jornada laboral (MONTAÑO, 2001).

Entretanto, o trabalho voluntário também teve apoio teórico e político nesse período. O suporte teórico adveio de autores que defendiam a capacidade e poder da sociedade civil se auto-organizar de forma nacional, regional e, mais especificamente, comunitária; essa última por razão de que, quanto menor o espaço de relações sociais voluntárias, maior será o êxito de determinadas ações.

Teóricos como Fukuyama (1996) e Nisbet (2010) levam em consideração as características culturais de cada local, que podem prover uma maior adesão ao voluntariado, por exemplo, os grupos religiosos de mórmons, judeus, imigrantes coreanos e, além do mais, no território americano, onde suas cooperações e trabalhos voluntários redundam em uma maior tessitura social e na própria resolução de problemas internos. Para tanto, quanto maior for a homogeneidade cultural, maiores são as relações de confiança e de cooperação mútua. Isso ocorre porque as similaridades das características morais e éticas conduzem a uma propensão de equidade social entre esses grupos, considerando todos como entes iguais, o que não justificaria a não participação em trabalhos voluntários.

O apoio político do trabalho voluntário, por sua vez, partiu de ideologias liberais e conservadoras³⁶ que preconizavam a responsabilidade da sociedade civil sobre o combate às fragilidades sociais. De acordo com os defensores dessa proposta, a sociedade civil organizada tem maior compreensão e efetividade para propor e

³⁵ Conceito derivado do idioma grego “fila” (amor) e antropia (humano), isto é, a palavra filantropia significa amor ao ser humano. Apesar de sua origem remontar à Grécia Antiga, a sua expansão como prática e teoria se deu no período medieval, com grande influência da Igreja Católica. Um dos grupos religiosos que mais se destacaram com essa atividade foi a Congregação dos Franciscanos a partir do século XIII. As ações filantrópicas se definem como o auxílio gratuito a pessoas tendo como ponto de partida o apreço ou o amor pelo ser humano. Esse amparo ocorre na maneira da distribuição de alimentos, de vestuários, de abrigo, dentre outras formas, resultando na caridade (HADDOT, 1995).

³⁶ Ambas as ideologias concordam com a presença mais atenuante da sociedade civil em questões relacionadas à intervenção econômica e às atividades sociais. As diferenças consistem no fato de que os liberais têm uma orientação mais voltada à liberdade não só nos aspectos econômicos, mas também nos valores morais, ao passo que o conservadorismo tem restrições na subjetividade dos valores morais (BLAINEY, 2012).

concretizar ações em prol da população em seus variados aspectos de necessidades sociais. Destarte, a sociedade seria mais resolutiva que o Estado, haja vista que esse detém um aparato centralizador, burocrático e de profissionais sem vínculos sociais e comunitários com a população envolvida.

Em outros dizeres, o Estado concentra a sua organização distante da população necessitada, sem ter artifícios de diálogo e de participação popular, operando sobre uma verticalização da gestão na coordenação das ações sociais. O trabalho voluntário das organizações da sociedade civil, na contramão disso, é dotado de uma gestão circular, a qual permite o envolvimento das ações executadas por todas as partes envolvidas, desde os coordenadores até os trabalhadores e as populações atingidas, criando uma maior relação de confiança e de cooperação.

Afora esses aspectos, é possível ainda mencionar a burocracia excessiva como uma característica das ações estatais, situação que afasta os laços afetivos, culturais e as subjetividades que coabitam as regiões e comunidades³⁷ para operar apenas do ponto de vista tecnicista. Nessa perspectiva, trata-se cada sujeito como número inanimado, desconsiderando-se as particularidades que existem em cada meio social. Os profissionais ligados ao Estado são contratados não por afinidade com a ação social a ser executada, mas por meio de contrato de trabalho que não caracteriza essa condição. Em geral, esses profissionais são atraídos para o processo de contratação pela remuneração financeira, não havendo, desse modo, uma adesão espontânea do cotidiano do trabalho. Outro aspecto é que os contratados quase sempre não fazem parte do círculo social e cultural da população. Diferentemente, os trabalhadores voluntários adentram às ações sociais por espontaneidade, têm grande afinidade com a realização do trabalho e, não raro, vinculam-se ao mesmo ambiente social e cultural da população que recebe o trabalho, aspectos que contribuem para uma maior disposição ao trabalho e para uma melhor compreensão da realidade vivida.

Essas conotações do voluntariado são também similares no Brasil; embora cada país tenha uma gênese diferente (por exemplo, sendo religioso em suas variadas matizes ou não), as suas premissas são as mesmas.

³⁷ O conceito de comunidade pode ter uma característica de afinidades culturais, étnicas, ideológicas, de gênero e outras, assim como pode estar vinculado a um determinado espaço territorial (BOFF, 2009).

No Brasil, as primeiras atividades voluntárias após a chegada dos portugueses foram erigidas pelas entidades religiosas, mais especificamente da Igreja Católica. Antes de existir o papel do Estado para as políticas públicas de assistência social, as instituições de atendimentos à população (majoritariamente religiosas) tinham o caráter do trabalho voluntário.

No período de 1738 a 1930, dentre as 32 instituições de acolhimento para crianças e as 22 associações que estabeleciam alguma forma assistencial além do acolhimento, apenas nove faziam parte do Estado. A Igreja, nesse contexto, assumia contornos políticos semelhantes aos do Estado, a exemplo de sua centralização política, administrativa e hierárquica, entretanto, as suas responsabilidades sociais eram mais abrangentes que as da administração estatal. O Estado brasileiro teve um papel de mais destaque em questões sociais somente nos anos 1930³⁸, embora o trabalho voluntário continuou com mais expressividade do que o Estado nesse período, algo que destoava de muitos países como a Inglaterra, onde a participação estatal vicejava desde o século XVII³⁹ em paralelo ao trabalho voluntário. No Brasil, até 1948, o maior envolvimento no trato da questão social se dava com o trabalho voluntário, e mesmo com uma maior participação do Estado, posteriormente, isso não se deu de forma paralela, mas sim suplementar (AMMANN, 2012).

Após 1948, as crescentes exigências da sociedade reivindicavam o acesso a direitos sociais universais, de modo que toda a população fosse atendida, independentemente da classe ou grupo social. Esses anseios se conflitaram com o trabalho voluntário, pois não havia condições para um atendimento universal justamente pelo seu caráter limitado de filantropia. Em vista disso, o Estado assumiu uma maior responsabilidade social, mas sem negligenciar o papel do trabalho voluntário da sociedade civil; assim, ambos atuaram de forma conjunta, algo que ficou mais especificado na Constituição Federal (CF) de 1946.

³⁸ Nesse contexto histórico, o governo brasileiro estava sobre o comando de Getúlio Vargas 1931-1945. No que tange ao trabalho com a população inserida na pauperidade social, o Estado assumiu uma postura centralizadora e mais envolvente que os governos anteriores. A administração varguista tinha a pretensão de substituir qualquer instituição que se apoderasse da população, sendo ela religiosa ou não, entretanto, o trabalho voluntário continuou sendo mais exponencial que o Estado, principalmente o voluntariado da Igreja Católica (HUDSON, 1999).

³⁹ Para o amparo da população subalterna na Inglaterra foi criada a “Lei dos Pobres, que vigorou de 1601 a 1834 (SCHONS, 2015).

A partir de então, o trabalho voluntário começou a se desenvolver de maneira complementar às ações do Estado no cenário brasileiro, ou até como parceria⁴⁰. No final dos anos 1970⁴¹ e início dos anos 1990, emergiu no país o incentivo do trabalho voluntário pelas Organizações não Governamentais (ONGs)⁴², as quais tinham tanto o apoio de instituições religiosas quanto de outras da sociedade civil⁴³. No ano de 1998, o trabalho voluntário foi regulamentado pela Lei nº 9.608, sendo caracterizado como a “[...] atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa” (BRASIL, 1998). Posteriormente à regulamentação do trabalho voluntário, a maior dimensão dessa atividade continuou sobre responsabilidade da Igreja Católica; o que não se alterou foi a disponibilidade do tempo livre para a ação do trabalho voluntário (SCHONS, 2015).

O trabalho voluntário tem, em seu caráter, a gratuidade da solidariedade com as pessoas, seja individualmente ou com as comunidades. Esse fator se expressa no tempo livre de um trabalhador remunerado que, ao estar à disposição do trabalho voluntário, não recebe por suas ações. As características do trabalho voluntário se orientam pela confiança, pela cooperação, pela reciprocidade, pela honestidade, pela empatia, pela dádiva e pelo empoderamento. A relação do trabalho voluntário com a população se expressa da seguinte maneira: cada sujeito e comunidade tem uma

⁴⁰ Do pós período-varguista até o final dos anos 1970, sobre a ditadura militar, os trabalhos voluntários se caracterizavam de forma mais proeminente com o trabalho das entidades cristãs (católicas ou protestantes), durante os anos de 1946 a 1964, com os governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), de Getúlio Vargas (1951-1954), de Café Filho (1954-1955), de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964). Nessas administrações, o trabalho voluntário se manteve de forma harmônica com o Estado brasileiro, entretanto, no período da ditadura militar (1964-1985), mais especificamente entre 1968 e 1974, as atividades voluntárias começaram a ser vigiadas pelo Estado brasileiro; o temor era que essas atividades incentivassem a subversão ao regime ditatorial, por exemplo, introduzindo-se pensamentos comunistas nessas entidades, o que corroboraria para a depredação do regime. Um exemplo de perseguição a atividades voluntárias aconteceu com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à Igreja Católica, as quais realizavam trabalhos sociais com as comunidades vulneráveis socialmente do país. A relação das CEBs com o pensamento de uma linha teológica da Igreja chamada de Teologia da Libertação fez com que essas instituições fossem perseguidas na ditadura militar, oprimindo as atividades, pois a funcionalidade da Teologia da Libertação levava em consideração não só o fim do regime militar, mas também o fim de uma sociedade desigual e opressora social e economicamente, o que acarretava o espanto da elite dominante que apoiava a ditadura (NASCIMENTO, 2008).

⁴¹ Além de entidades religiosas o trabalho voluntário também se expande para entidades não religiosas nesse período (NASCIMENTO, 2008).

⁴² Nesse momento, o trabalho voluntário se estendeu não mais apenas para áreas de cunho social, mas também ambiental e de gênero (MONTAÑO, 2001).

⁴³ As demais instituições são sindicatos, associações, movimentos sociais e dentre outros (SOUZA; LAUTERT, 2008).

característica de organização diferente das outras, seja uma organização política, cultural e econômica. Por mais que uma organização de trabalho voluntário tenha expressão nacional ou até mesmo internacional, ela precisa compreender as particularidades de cada comunidade e de cada indivíduo a fim de realizar uma ação voluntária mais eficaz.

Pode-se citar como exemplo a Pastoral da Criança, a maior entre todas as outras pastorais, atuando no Brasil e em outros países. As suas ações voluntárias são direcionadas para o trabalho sobre cada especificidade das comunidades envolvidas. Nesses casos, os agentes voluntários são em geral moradores da mesma comunidade, o que contribui para uma maior interação cultural e confiança no processo de trabalho. O efeito disso é um processo de melhoramento das relações humanas ou da comunidade, originado com um fator endógeno, o qual, segundo Haddad (2009), é caracterizado pelo capital intangível, que são os elementos invisíveis materialmente, mas visíveis nas relações sociais, como a ampliação de redes de democracia, a cooperação e a criatividade nas organizações e instituições.

Os aspectos do trabalho voluntário envolvem traços individuais e comunitários. Partem do princípio de uma formação de personalidade ou de uma relação cultural de uma comunidade, que, de acordo com Demo (2001), assume as características de confiança, de cooperação, de reciprocidade, de honestidade, de empatia, de dádiva, de empoderamento, de reconhecimento social e uma noção de pertencimento de grupo. Esses aspectos do trabalho voluntário fazem parte de um dos processos de crescimento do desenvolvimento pessoal.

O conceito de desenvolvimento pessoal começou a ser trabalhado após a grande depressão econômica de 1929, o que, para Mayo⁴⁴ (2004), se constatou por meio de experiências científicas empíricas⁴⁵ com trabalhadores, os quais tinham, além das técnicas mecânicas, as suas necessidades humanas, subjetivas e de qualificações da vida, no âmbito afetivo, laboral e de entretenimento. Essas deduções faziam um contraponto com a teoria clássica da ciência da administração formulada no início do século XX. Por exemplo, na teoria administrativa de organização de Jules Henri Fayol (841-1925), defendia-se a função meramente racional do trabalhador e

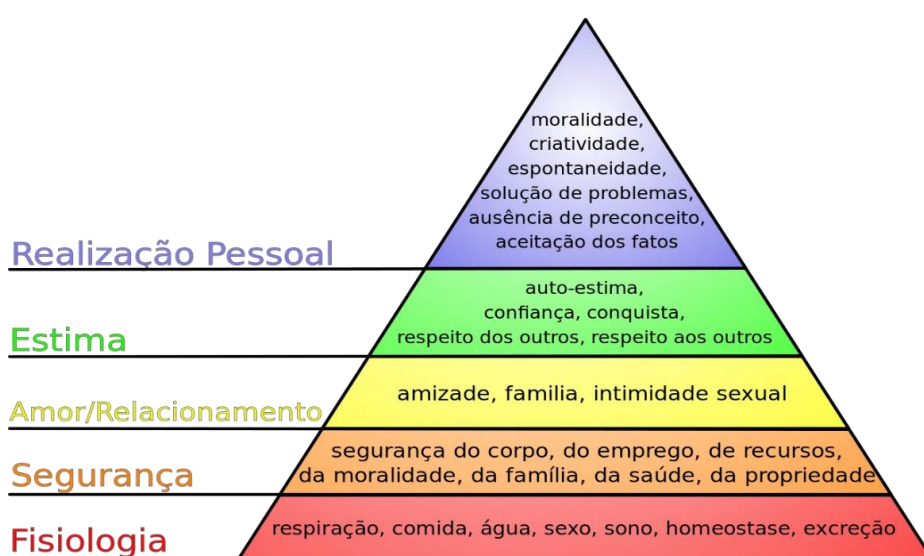
⁴⁴ Elton Mayo (1880-1949) foi um sociólogo e psicólogo americano que, em sua teoria das relações humanas, desenvolveu uma análise sobre o desenvolvimento pessoal (MASLOW, 2002).

⁴⁵ Uma dessas foi a experiência Hawthorne, um estudo pautado por entrevistas com os trabalhadores na fábrica da Western Electric Company, localizada no distrito de Hawthorne, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, entre os anos de 1927 e 1932 (MAYO, 2004).

que o foco das ações humanas é guiado apenas de forma lógica/racional, o que Fayol denominava de *Homus Economicus*. Os sistemas de organização de trabalho e de produção de Frederick Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1863-1947), por sua vez, não levavam em consideração as singularidades das relações humanas, as quais não se enquadravam em uma protoforma matematizada e mecanizada como em uma máquina; exemplo disso são as ações de sociabilidade humana que envolvem elementos biológicos, culturais, ideológicos e de percepções de consciência individual de cada trabalhador. Diante disso, foi cunhada a Teoria das Relações Humanas⁴⁶, que preconiza que todo ser humano passa por fases de desenvolvimento pessoal para tecer as melhores maneiras de relações de trabalho e outras sociabilidades.

Posteriormente às análises do desenvolvimento pessoal mobilizadas pela Teoria das Relações Humanas, chegou-se à conclusão de que o trabalhador e todo ser humano tem uma hierarquia de necessidades e motivações. Almeja-se alcançar a última etapa dessa gradação, a qual, segundo Maslow (2002), é a plena satisfação pessoal e o exercício da criatividade. Trata-se do ápice da motivação humana, o apogeu do desenvolvimento pessoal. Na Figura 3, observa-se a pirâmide das necessidades, conhecida como Pirâmide de Maslow.

Figura 3 - Pirâmide De Maslow



Fonte: Significados (2022).

⁴⁶ A Teoria das Relações Humanas parte do princípio das seguintes características: o trabalhador não pode ser reduzido a um corpo mecânico; o trabalhador é orientado por questões biológicas, culturais e de valores; todo trabalhador necessita de afeto, de aprovação/reconhecimento social e autorrealização; o trabalhador é mais harmônico ao pertencer a um grupo e quando há cooperação (MAYO, 2004).

Essa pirâmide foi criada pelo psicólogo americano Abraham Maslow, em sua Teoria da Motivação Humana (1954), na qual o autor estabelece desde os patamares mais básicos de satisfação humana até os mais avançados para a sociabilidade. Na Figura 3, verifica-se que a primeira necessidade, a Fisiologia, está na última parte da pirâmide, e compreende as necessidades biológicas de qualquer ser vivo (a sobrevivência, a respiração, a alimentação e o descanso). Conforme essas necessidades são supridas, surge a segunda necessidade, denominada de Segurança, direcionada para proteção da vida; está relacionada à segurança econômica, como a obtenção de um emprego ou a posse de uma propriedade, e à segurança afetiva na construção de uma família. A terceira necessidade, descrita como Amor/Relacionamento, se incumbe da noção de pertencimento social, seja nos círculos de amizade ou individual, como no relacionamento de namoro e sexual. A quarta etapa como é a Estima, que se insere no reconhecimento, no respeito social e na autoconfiança, ou seja, diz respeito à capacidade de se sentir bem nas ações que se realiza e acolhido e reconhecido por um grupo ou por uma comunidade. Na quinta e última etapa da pirâmide está a Realização Pessoal, a plena realização pessoal. Trata-se da plenitude do desenvolvimento pessoal, etapa na qual a criatividade está aliada à espontaneidade das realizações e a um maior senso ético e moral, o que colabora sobre vários âmbitos da sociedade. Sendo assim, nesse último patamar, as habilidades humanas (morais, intelectuais e laborais) estão em sua forma plena.

Pode-se entender, desse modo, o desenvolvimento pessoal⁴⁷ como um processo de progresso, de evolução e de aumento das potencialidades e das capacidades humanas no que se refere às habilidades manuais, intelectuais, profissionais, morais e éticas. O desenvolvimento pessoal tem seu aparecimento nas passagens das fases de ciclo humano – na infância, na adolescência, na juventude e na fase adulta –, podendo continuar mesmo após a fase adulta, pois muitas habilidades podem surgir e outras podem ser aprimoradas. Goleman (2012) explica que o desenvolvimento pessoal é essencial para a boa convivência humana nos

⁴⁷ A etimologia da palavra vem do grego “*volvere*” e significa ato de progredir ou de crescimento, o prefixo da palavra “Des”, significa movimento para dentro o sufixo “*Volvimento*” significa ação. No século XVI, o conceito tinha uma relação com oposição a antiguidade, no século XIX e XX passou a ter uma conotação com a melhoria na qualidade de vida da população ou de elementos relacionados as ciências naturais. No caso do conceito pessoal, deriva do latim “*personalit*”, significa algo próprio da pessoa, esse conceito teve seu início de estudos no início do século XX, perante o processo das sistematizações de produção industrial e organização administrativa (Mayo, 2004).

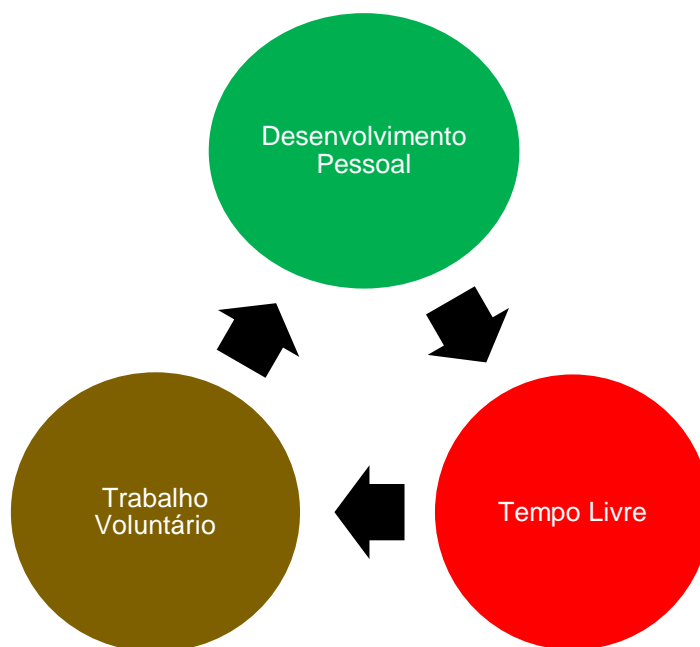
círculos sociais, assim como promove influências sobre o desenvolvimento econômico nas mais várias áreas (global, regional e comunitária). Para esse autor, o desenvolvimento pessoal pode se iniciar sobre uma transformação no indivíduo, o qual, por sua vez, motiva outros indivíduos em seu redor, o que influi sobre uma comunidade e pode se elevar para uma região e, posteriormente, para o globo.

O desenvolvimento pessoal se inicia com uma mudança de concepção sobre os pensamentos e ações, o que altera a forma de refletir sobre a vida individual e da sociedade, além do modo de realizar as intervenções no cotidiano. Essas transformações empreendidas no bojo do desenvolvimento pessoal visam à melhoria da qualidade de vida do sujeito. Algo que exemplifica isso é um pensamento desanimador do processo de conhecimento escolar que sofre uma alteração para um pensamento de tenaz obstinação pelos estudos. O mesmo pode acontecer com relação ao trabalho, à profissionalização e às condutas de comportamento moral, ambos os casos têm como semelhança o fato de que as relações humanas podem se transformar em algo positivo para o sujeito e para a sociedade.

No que se refere às habilidades manuais, elas apontam para desenvolvimento no processo de trabalho que exige a destreza com os membros das mãos, como artesanato, pinturas, esculturas e outras. Esse tipo de desenvolvimento colabora para o estímulo à criatividade e à profissionalização. Outro tipo de habilidade é a intelectual, que consiste no domínio e na apreensão de conhecimento teórico ou técnico sobre determinado tema, promovendo uma consciência sobre a vivência cidadã e, conseqüentemente, uma maior abrangência para as questões profissionais. O desenvolvimento profissional se desdobra para um aumento no poder aquisitivo e para novas dimensões do trabalho. Por fim, as habilidades moral e ética possibilitam uma melhor vivência no âmbito social, com maior harmonia na convivência interpessoal, grupal e local, aprimorando virtudes humanas. No que tange às virtudes correlacionadas ao trabalho voluntário, destacam-se: a cooperação, a empatia, a confiança, a dádiva, o empoderamento, a honestidade, a reciprocidade, o reconhecimento social e a noção de pertencimento de grupo. Tais qualidades permitem uma melhor organização societária, sendo essas, para Maslow (2004), elementos do desenvolvimento pessoal mais presentes no trabalho voluntário, pela razão do contato com o outro ser constante em prol de uma transformação humana de outrem e do próprio trabalhador voluntário.

Há de salientar que as condições para a existência do desenvolvimento pessoal partem de pressupostos de motivações transformadoras, sejam elas no âmbito pessoal e interpessoal, isto é, um tecido social de completo auxílio, algo que é aparente nos trabalhos voluntários, tendo uma direção direta na formação pessoal dos envolvidos. A figura a seguir demonstra como acontece esse movimento em sua forma triangular.

Figura 4 - Movimento triangular do trabalho voluntário



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

As proposições de transformações pessoais alheias se tornam mais envolventes durante o tempo livre devido à disponibilidade que o cidadão tem em refletir sobre as mazelas do cotidiano da sociedade ao seu redor, visualizadas em comunidades próximas ou em pessoas. Essa proposição é o principal vetor para se iniciar o trabalho voluntário, pois, sem a concretização de desse pensamento, não há a ação voluntária. O voluntariado parte do princípio de que o sofrimento alheio deve ser sanado, haja vista que o outro merece o preceito da dignidade de vida humana, e como representado no topo da Pirâmide de Maslow, a moralidade ética é estimulada nesse processo, condicionando o desenvolvimento pessoal como parte final da evolução do ser humano.

Uma outra demonstração das transformações pessoais alheias no trabalho voluntário é o amparo que vai além das questões tangíveis, como bens materiais para

a sobrevivência (vestuários e alimentos, por exemplo), perpassando por questões intangíveis da existência humana, como elementos relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas (álcool e entorpecentes) e o auxílio para a amenização de problemas de saúde mental, como a depressão. Toda essa forma de amenizar tais questões direciona-se para o desenvolvimento pessoal, uma vez que o sujeito, se distanciando desses vícios, modifica de maneira benéfica as suas relações sociais.

O trabalho voluntário se orienta para a redução de duas pobreza: a intangível e a tangível. A primeira é a pobreza relacionada à subsistência, por exemplo, a falta de alimentação, de vestuário e outras necessidades básicas. A segunda consiste nas relações subjetivas da realidade humana, como o individualismo, o autoritarismo e o descrédito pessoal e social. Quando condições da riqueza intangível surgem, elas fornecem suporte para a existência do capital intangível. Para Haddad (2009), os fatores do desenvolvimento para um sujeito ou uma comunidade têm condições concretas ligadas ao capital intangível. Salienta-se que o desenvolvimento pessoal alavanca o crescimento do capital intangível, visto que esse necessita de atores sociais com alto grau de sociabilidade com as populações envolvidas no processo da harmonia social.

Em continuidade a essa explicação, Haddad (2009) explica que o capital intangível se apresenta de cinco formas⁴⁸: Capital Institucional, Capital Cívico, Capital Humano, Capital Social e Capital Sinérgico. Essas tipologias são contributivas para as várias formas de desenvolvimento: o desenvolvimento local, regional e o pessoal. No Quadro 1, há uma definição de como os capitais intangíveis se encaixam em três das cinco necessidades pessoais da Pirâmide de Maslow. As necessidades Fisiologia e Amor/Relacionamento não estão listadas, pois estão presentes em fatores mais estritamente biológicos.

⁴⁸ Haddad (2009) assim define o capital intangível: (i) Capital Institucional diz respeito às organizações ou instituições privadas ou públicas que neutralizam questões de conflito em determinado local; (ii) Capital Humano compreende as habilidades inatas ou adquiridas e as condições dos sujeitos de executá-las; (iii) Capital Cívico envolve as práticas políticas democráticas oriundas de instituições públicas, da sociedade civil ou privadas; (iv) Capital Social é um atributo da comunidade que envolve a confiança uns aos outros e cooperação para execuções em comum; e (v) Capital Sinérgico é a mestria de articular planejamentos com criatividade para promover maior capital intangível e tangível (HADDAD, 2009).

Quadro 1 - Necessidades pessoais e capitais intangíveis

NECESSIDADES PESSOAIS	CAPITAIS INTANGÍVEIS
Segurança	Capital Institucional
Estima	Capital Cívico
Realização Pessoal	Capital Social; Capital Sinérgico; Capital Humano

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Para o desenvolvimento pessoal, é necessário que haja instituições que norteiem as decisões de contrato sociais. Assim sendo, D'Araújo(2010) pondera que o capital institucional formaliza as condições para uma vivência de equilíbrio político e econômico entre membros de uma comunidade, região ou país, os quais necessitam de amparos burocráticos para que ocorra uma livre e justa relação de acordos. A consequência disso é uma maior estabilidade e um maior estímulo ao desenvolvimento pessoal, o que se enquadra na segunda etapa da pirâmide, chamada de Segurança, em que há a concretização e o estabelecimento de instituições e categorias como a propriedade, o trabalho e a família.

Na relação do capital humano para o desenvolvimento pessoal, quanto maiores forem as capacitações e as qualificações do sujeito, maiores serão as suas habilidades intelectuais e manuais que favorecem as características do apogeu do desenvolvimento pessoal, como a criatividade e a expertise para a solução de problemas. Portanto, o capital humano tem intrínseca relação com a última etapa da pirâmide, é a Realização Pessoal.

O capital cívico, que envolve as decisões locais por meio de arcabouços democráticos que permitem ao cidadão e a toda população tomarem decisões de acordo com o consentimento da maioria, se coloca como um provedor do desenvolvimento pessoal e se expressa na quarta etapa da Pirâmide de Maslow, chamada de Estima. Nesse nível, há a presença do reconhecimento social do cidadão com o local e do local com o cidadão, o que estimula a sua autoestima e a percepção de que a sua opinião é importante nas tomadas de decisões locais.

O capital sinérgico envolve a promoção da criatividade dos sujeitos, abarcando iniciativas de inovações que contribuem economicamente e socialmente para o local onde se trabalha. A última etapa da pirâmide, a Realização Pessoal, está no âmago do capital sinérgico, pois remete à criatividade, à espontaneidade e à solução de problemas.

O capital social faz parte do processo do desenvolvimento pessoal, em razão de suas características (de confiança, de cooperação, de honestidade, de reciprocidade e de solidariedade⁴⁹) estarem presentes no último nível da pirâmide na Realização Pessoal, referindo-se à moralidade⁵⁰. A presença dessas características também cria um ambiente de harmonia social, por isso, também estão presentes na quarta etapa da pirâmide o reconhecimento social e autorrealização.

Pode-se entender que o capital social é o que detém o maior número de atributos relacionados ao desenvolvimento pessoal, como os da confiança, da cooperação, da honestidade e da reciprocidade. A cooperação é importante porque há a necessidade de um trabalho conjunto e dependente do labor alheio, de modo que as atividades sejam mais bem aprimoradas e que o lastro de confiança se torne ainda mais profícuo. A reciprocidade, por sua vez, é a relação de troca de trabalho e favores originados pela ajuda mútua, e a sua presença gera um suporte para que cidadãos de uma comunidade ou local se beneficiem da inexorabilidade da ação recíproca. Já a honestidade deriva da capacidade relacional de não usurpar bens materiais e imateriais alheios, o que desemboca no patamar elevado de confiança da sociedade. As virtudes sociais do trabalho voluntário, dessa forma, são as mesmas características do capital social, por isso, o trabalho voluntário e o capital social estão intrinsecamente ligados (CAVALCANTE, 2016).

Parte-se da premissa que tanto o trabalhador voluntário quanto o cidadão que recebe a doação do tempo necessitam de um ambiente que reflita as condições de reciprocidade, de cooperação e de confiança mútua para que as atividades voluntárias possam lograr êxito, estimulando o desenvolvimento pessoal.

Entretanto, o desenvolvimento pessoal acaba sendo inibido quando surgem fatores contrários às características do capital social, por exemplo, a desconfiança, o individualismo e o isolamento social. A desconfiança impede que os laços comunitários se estendam no compartilhamento de valores éticos e morais, sobretudo na desconfiança no processo de trabalho entre empregadores e colaboradores,

⁴⁹ O conceito de capital social não é tão novo como pode parecer. Um dos primeiros teóricos a utilizar a expressão “capital social” foi Lyda Judson Hanifan, em 1916, para mostrar a existência de uma estreita vinculação entre o aumento da pobreza e o declínio das relações de solidariedade entre os indivíduos de uma determinada comunidade (ALVES *et al.*, 2013).

⁵⁰ As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. A própria confiança é um atributo do sistema social, tanto quanto um atributo social. Os indivíduos podem ser confiantes (e não simplesmente crédulos) por causa das normas e dos sistemas em que se inserem seus atos (PUTMAN, 2006).

gerando um ambiente de conflito constante que redundava em hostilidades entre grupos e classes sociais.

A desconfiança também impede a promoção do trabalho voluntário (seja os voluntários que desconfiam da população que atendem, ou o contrário), pois prejudica a capacidade de interação entre os sujeitos, acarretando uma paralisia de mudança social. O individualismo se insere na não disposição de trabalho coletivo, refletindo-se na apatia das relações sociais (PUTMAN, 2006) e impedindo um processo de interação de troca de saberes e de amparo social mais intensos. O individualismo se baseia em uma ideologia equivocada de crer que os avanços sociais ocorrem exclusivamente pela iniciativa do indivíduo, não tendo influência do trabalho alheio. Todavia, comprovou-se, por meios dos estudos sobre o desenvolvimento pessoal (CAVALCANTE, 2016), que o processo do individualismo apenas vigora se a honestidade, ou a honestidade social, não fazer parte do cotidiano.

A honestidade tem como pressuposto a profícua convivência social porque, com ela, há o respeito em torno dos bens tangíveis alheios e dos bens intangíveis, isto é, o entendimento da manutenção de uma ordem social traz benefícios para todos, como a preservação do patrimônio ou da capacidade de não fraudar, mentir e dissimular sobre a personalidade de alguém, de uma instituição ou organização, por exemplo, o crédito ético e moral com população. Pode-se enfatizar que a presença da honestidade é vetor inicial para as mudanças sociais, visto que transformações comunitárias ocorrem quando há probidade entre seus residentes, afastando primeiramente o isolamento social.

O isolamento social perpassa pela ausência de compromisso dos laços de trabalho com a comunidade. Mesmo que o cidadão tenha sido beneficiado pelo trabalho comunitário, ele não retorna esse trabalho à comunidade, indicando a sua despreocupação com a coletividade. Essa situação faz com que exista uma repulsa por parte da população em se predispor para a reciprocidade, o que, conseqüentemente, inibe qualquer forma de desenvolvimento. De acordo com Cavalcante (2016), a reciprocidade, quando alicerçada em uma atividade na sociedade, denomina-se de reciprocidade social, significando a capacidade do cidadão recordar e retornar com atividades que ele recebeu. Assim, um trabalhador voluntário executa ações sobre determinado grupo ou comunidade, pois ele percebe a necessidade de devolver à sociedade as benfeitorias que obteve por um trabalho individual ou de alguma organização. Por isso, a reciprocidade social faz parte de uma

gratidão social que tem como efeito a devolutiva desse sentimento à sociedade civil em ações, como forma de intensificação do desenvolvimento pessoal.

Todas as formas do capital intangível apresentadas que são direcionadas ao desenvolvimento pessoal, também são orientadas para outros tipos de desenvolvimento, como o desenvolvimento regional, que segundo Hirschman (1980), o desenvolvimento necessita de atores sociais para prover a execução do desenvolvimento em determinada região.

Isto posto, o desenvolvimento pessoal de cada sujeito acaba tendo não apenas conotações de transformações individuais mas também coletivas, o que acarreta em mudanças mais amplas, como as regionais, que tem como efeito uma maior produtividade da região derivada da maior produtividade dos atores sociais, pois estes estão estimulados pelo desenvolvimento pessoal a se tornarem mais produtivos por meio da procura de capacitação profissional e educacional, bem como a satisfação individual que eleva um maior bem estar no trabalho e uma rede de harmonia social que facilita a execução de contratos sociais para o processo de equilíbrio social, também por derivações dos atributos de cooperação estendidos por todo leque regional.

A junção de vários atores sociais tendo a qualidade de vida sendo provida pelo desenvolvimento pessoal tem como consequência o aparecimento do desenvolvimento regional. Portanto o trabalho voluntário tem uma função fundamental para o processo do desenvolvimento regional além do desenvolvimento pessoal.

O trabalho voluntário estimula o desenvolvimento pessoal por construir uma rede de colaboração que está interligada com as relações de confiança, de cooperação, de empoderamento, de empatia, de dádiva, de reciprocidade e de honestidade dos sujeitos. Todos os valores ligados ao desenvolvimento pessoal são inerentes à riqueza imaterial e ao trabalho voluntário, o que se relaciona, por sua vez, às potencialidades dos sujeitos de serem mais ativos na sociedade em vários aspectos.

A presença do desenvolvimento pessoal gera prosperidade econômica e social em uma comunidade, assim como riqueza imaterial nos laços morais e culturais. Por outro lado, a sua ausência pode acarretar um crescimento das pobreza material e imaterial. De acordo com Demo (2003),

Em países desenvolvidos, onde já parece haver-se superado a carência material, permanecem outros problemas não menos graves, como altas taxas de suicídio, alcoolismo, drogas e solidão. Como dizem os estudos sobre felicidade, procurá-la em satisfações materiais apenas é o que há de mais banal e irreal. (DEMO, 2003, p. 43).

Nota-se que, mesmo em países desenvolvidos, onde as mazelas da pobreza material tenham sido sanadas em sua grande parte, outros problemas não menos agravantes atingem a sociedade como um todo, envolvendo questões que vão além de uma relação de classe social. Além disso, é importante enfatizar que problemas relativos ao alcoolismo, ao suicídio e às drogas diferem de acordo como a classe econômica a qual o sujeito pertence.

As condições de esperança no cotidiano também são afetadas pela capacidade de cada ente constatá-la, partindo do pressuposto de que gera um maior avanço na construção de laços sociais. Já foi comprovado que as pessoas que detêm muita esperança conseguem se motivar para enfrentar óbices do cotidiano, encontram estratégias e meios para atingir seus objetivos. Mesmo diante de grandes dificuldades, elas acreditam que a situação melhorará, por isso, são resilientes e flexíveis a fim de alcançar diferentes tipos de metas, além de serem pacientes, organizando as tarefas em parcelas menores para que seja mais fácil realizá-las.

Essa motivação ocasionada pela esperança contribui para o aperfeiçoamento das relações pessoais, escolares, acadêmicas e profissionais, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento pessoal de cada cidadão. A esperança, como ressalta Sponville (2016), além de oferecer um suporte para suportar os momentos de aflições, ajuda a superar os momentos mais opressores do cotidiano vital, como a perda de um ente querido ou do emprego, uma reprovação profissional ou acadêmica. O esperar transmite a capacidade de que, no futuro tudo, pode ocorrer da melhor forma possível e que as conquistas das metas estipuladas podem se viabilizar.

Compreende-se, desse modo, que as potencialidades na crença de romper os óbices do cotidiano são os vetores que direcionam o desenvolvimento em todos os setores das relações sociais. E isso está presente tanto no sujeito que transmite esse sentimento de esperança quanto naquele que a vivencia por meio de trabalhos sociais.

O trabalho voluntário-filantrópico, nesse sentido, dissemina o conceito do termo da esperança, haja vista que parte da premissa de que há uma cooperação dos entes

em promover uma transformação do ambiente social. Sennett (2012) argumenta que a cooperação pode ser definida

[...] como uma troca em que as partes se beneficiam. Esse comportamento é imediatamente identificável nos chimpanzés cuidando um dos outros, em crianças construindo um castelo de areia ou em homens e mulheres juntando sacos de areia para impedir uma inundação. Imediatamente identificável porque o apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais, eles cooperam para conseguir o que não podem alcançar sozinhos. (SENNETT, 2012, p. 136).

Esse posicionamento do autor retira as conclusões teóricas do darwinismo social⁵¹ do século XIX de que o ser humano tem, em sua essência genética, um aspecto do individualismo competidor e não o aspecto cooperativo. Então, se o ser humano fosse atomizado, separado de toda colaboração, os aprendizados e os saberes de técnicas de transformação da natureza jamais existiriam.

Nunca foi a pretensão do darwinismo buscar respostas do determinismo biológico sobre as relações morais humanas, mas sim demonstrar que determinados comportamentos humanos têm origem no processo evolutivo do *Homus Sapiens*, o que não quer dizer que isso não possa ser alterado por meio da cultura. Algo correspondente que o darwinismo aborda sobre o processo da evolução humana é a capacidade de cooperação entre a própria espécie, questão que a pseudociência do Darwinismo Social ofusca e não demonstra justamente para atender às suas respectivas crenças ideológicas políticas. Nesse direcionamento, Habermas (2007) ressalta que o trabalho coletivo, ou a capacidade de cooperar, antecede à individuação humana, pois primeiramente a humanidade aprendeu a viver junto para depois tomar medidas individuais. Pode-se confirmar que, sem as relações coletivas, jamais os seres humanos poderiam viver a individualidade, ou seja, é impossível se desenvolver como indivíduo no isolamento.

A cooperação faz parte de todo o processo do desenvolvimento humano; sem ela seria impossível que a humanidade sobrevivesse em meio às intempéries naturais e que construísse as civilizações. A capacidade altruística, que é a realização de

⁵¹ É uma teoria que deturpou os conceitos do biólogo Charles Darwin (1808-1882), criada pelo filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903). A deturpação aconteceu porque Darwin teorizava sobre as evoluções das espécies do ponto de vista genético, ao passo que o Darwinismo Social preconizava que essa evolução estava no gênero humano e que raças evoluíam melhor do que as outras, logo, existiriam raças superiores. Esse pensamento desembocou no surgimento da eugenia na Europa e nos Estados Unidos, assim como foi o sustentáculo teórico para o nazismo alemão, o fascismo italiano e o militarismo japonês durante as primeiras décadas do século XX (SENNETT, 2012).

auxílio a outro ente de forma desinteressada e espontânea, é uma doação que não visa a uma recompensa futura, como é apregoado no fraco tecido social capitalista. No trabalho voluntário, a cooperação é exercida de forma plena devido à ampla atuação com uma população e à necessidade de auxiliar os demais voluntários nas atividades a serem executadas; nessas circunstâncias, o desenvolvimento pessoal é fomentado.

Outra denominação atribuída a essa doação gratuita no trabalho voluntário, que se relaciona ao desenvolvimento pessoal, é a dádiva, que não objetiva uma restituição financeira, mas sim a dos tecidos sociais. Logo, é possível constatar que a gratuidade material é atravessada pela dádiva do vínculo social.

Uma das premissas principais da dádiva é seu altruísmo em não haver uma obrigatoriedade das ações concretizadas pelas pessoas, que podem ser coagidas por meio de elementos culturais ou por decisões institucionais, mas sim que são influenciadas e esperam aprimorar os vínculos sociais com as ações práticas e não mais se restringirem em discursos abstratos em torno da caridade. Mauss (2017) assevera que

As sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos souberam estabilizar suas relações, dar, receber e, enfim, retribuir. Para começar, foi preciso inicialmente depor as lanças. Só então se conseguiu trocar os bens e as pessoas, não mais apenas de clãs a clãs, mas de tribos a tribos, de nações a nações e – sobretudo – de indivíduos a indivíduos. (MAUSS, 2017, p. 99).

A relação de reciprocidade humana afastou, em grande medida, as projeções apenas de confronto para aquisições de posse material. Assim, a construção das civilizações não se deu por conflitos, por guerras e/ou por confrontos, mas pela estabilidade das relações humanas que a reciprocidade da cooperação proporcionou.

Na ausência de um sistema econômico competitivo, como é o caso anterior ao sistema capitalista, a cooperação originada pela doação predominava nos tecidos sociais. Da Idade Moderna em diante, essa doação se manteve para muitas comunidades nos tratos religiosos e demais ideologias. Mauss (2017) explica que os fortes vínculos de sociedades aborígenes ocorriam devido à ausência de um sistema econômico que apregoava a competição individual e ao forte aspecto da convivência coletiva.

O tecido social, que se constrói sobre a forte permanência de vínculos, necessita dessa doação sem uma troca tangível e intangível. Esse desinteresse torna a sociedade mais harmônica, dado que a doação, quando executada por relação de troca (como nas relações capitalistas) ou por temor de uma punição temporal ou atemporal (como no aspecto religioso), não visa ao outro ente, mas sim ao próprio interesse individual.

A doação exercida nos trabalhos voluntários se torna uma tessitura social tenaz quando envolve o desdém com relação a uma troca individual. A doação real se coopta no simples interesse de se dispor para com o outro. Nesse sentido, é fundamental o papel de instituições⁵² que estabelecem essa mediação dos contratos e das relações pessoais entre os trabalhadores voluntários e o público atingido. Na reflexão de North (2014), as instituições fazem parte de invenções humanas, promovidas para criar estruturas que unem elementos políticos, econômicos e sociais no perpassar do tempo. Essas consistem em regras informais vislumbradas em sanções, tabus, costumes, tradições e maneiras codificadas de conduta, além de regras formais, como em formas de constituições, leis e direitos de propriedade⁵³.

No endógeno das instituições, há organizações que remetem à concreticidade da instituição. Em outras palavras, as organizações fazem parte das execuções que são postas pela instituição. Para que isso ocorra, as organizações necessitam de um grupo de indivíduos dispostos a crer nos valores institucionais para viabilizar as ações necessárias, sendo essas atitudes uma produção de bens ou serviços com vistas a atender a determinado público.

As instituições viabilizam, por meio de suas organizações, um norte para o trabalho voluntário e para seu processo de desenvolvimento. No âmago das instituições surgem as organizações, as quais compõem o capital institucional e podem estar ligadas ao poder público, à iniciativa privada ou à sociedade civil. Apesar de divergirem em seu aspecto administrativo, convergem nas características de envolvimento social. São as instituições, desse modo, que dão origem às

⁵² “Las instituciones son las reglas del juego en una sociedad, más formalmente, son las limitaciones ideadas por el hombre que dan forma a la interacción humana. Por consiguiente, estructuran incentivos en el intercambio humano, sea político, social o económico. El cambio institucional conforma el modo en que las sociedades evolucionan a lo largo del tiempo, por lo cual es la clave para entender el cambio histórico.” (NORTH, 2008, p. 9-10).

⁵³ Note-se que, sobre esses quesitos, se pode constatar quais são as instituições que vigoram no Brasil e que têm as características de uma instituição: Constituição, leis e direito de propriedade. A Igreja Católica contém uma constituição própria, um aparato legal chamado de direito canônico e o direito de propriedade para se fixar no solo brasileiro (PIAIA, 2013).

organizações, sem as primeiras não há a formação das segundas. E para que as organizações possam ter validade, necessitam da existência de uma instituição principal: o Estado. A primeira instituição pública de uma país corresponde ao Estado, que é ratificado pela Constituição. No caso do Brasil, a CF corrobora para a existência do Estado e para as divisões de seus poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), por meio dos quais se desencadeia as organizações políticas imbricadas na realidade federal, estadual e municipal, tais como o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, a segurança pública, as forças armadas, as universidades, o Tribunal Superior Eleitoral e outros. Todas essas instituições públicas garantem o acesso à participação da cidadania para toda a população brasileira, sem promover a exclusão de classe social, de gênero e de etnia.

No tocante às organizações privadas, essas têm a alcunha de organismo econômico. Elas se interpelem pelas organizações das empresas, as quais, para que possam realizar acordos e contratos, primeiramente necessitam da legalização das instituições públicas. Com as devidas autorizações, as empresas podem envolver-se com a sociedade em compras, vendas e transações, o que beneficia o desenvolvimento econômico por meio do crescimento do emprego e da renda de uma determinada população.

Com relação às organizações ligadas à sociedade civil, essas são denominadas de organismo sociais, como as Igrejas concatenadas a determinadas religiões, as ONGs, os movimentos sociais, os sindicatos, as associações, os partidos políticos e outras. Essas organizações são criadas e coordenadas no âmago da sociedade civil e têm como particularidade o voluntariado e a vontade espontânea de agir e de interagir institucionalmente.

Ambas as organizações, nas suas diversas categorias, contribuem para a coexistência e para a propagação do desenvolvimento pessoal. A condição, como já destacado, é que haja harmonia entre os vários campos das instituições (públicas, privadas e da sociedade civil) e as condicionalidades impostas pela CF, que habilitam o livre exercício institucional e suas relações sociais.

As interações que o trabalho voluntário necessita para a sua execução são direcionadas pela organização e pela instituição as quais pertence. Nesse aspecto, o tempo livre utilizado para doação no trabalho voluntário também é angariado por instituições que fomentam o desenvolvimento pessoal, o que, conseqüentemente,

influência de forma benéfica o desenvolvimento econômico⁵⁴, levando em consideração que essas questões vão além das capacidades estruturais e tecnológicas da região.

Os fatores endógenos caracterizam-se por elementos internos do desenvolvimento econômico que incidem localmente, tais como as questões culturais que estimulam a cooperação e que são moldadas por atores sociais e instituições.

O desempenho profícuo das instituições e, conseqüentemente, o avanço econômico na sociedade dependem exclusivamente dos meandros democráticos e da capacidade de uma comunidade evoluir em uma região; para tanto, são necessárias a cooperação e a confiança recíproca entre os habitantes e as instituições.

Contudo, o processo de estabilidade das instituições democráticas e da evolução da cooperação e da confiança social requer um de tempo para todas as sociedades atinjam um patamar de evolução social e econômica com profundo envolvimento. Putnam (2006) ressalta que a deserção, os aspectos de desconfiança, de tendências de se omitir um amparo, de exploração de indivíduos ou grupos, de isolacionismo e a forma de se estagnar agudizam um círculo vicioso. Quando esse círculo é rompido pela agremiação da confiança, todos esses obstáculos são alterados de forma inversa, demonstrando que todas as sociedades evoluem socialmente se procederem dessa forma.

O reforço do desenvolvimento pessoal viabiliza o compartilhamento de conhecimento e de trabalho, além de um aperfeiçoamento social mais impregnado. Salienta-se que isso se relaciona ao equilíbrio social prescrito em forma de maior envolvimento participante da população. Apesar disso, o desenvolvimento pessoal se configura em uma maior amplitude do tempo livre de cada trabalhador, pois é sobre a égide desse tempo que se executa o trabalho voluntário.

No tempo livre de muitos cidadãos, as políticas sociais podem contribuir para o usufruto da cultura, das artes, do esporte e do aprimoramento intelectual, porém, no contexto brasileiro, são as entidades ligadas ao terceiro setor⁵⁵ que assumem a

⁵⁴ Desenvolvimento econômico supera o crescimento econômico, esse segundo aspecto tem como parâmetro simplesmente a elevação da economia, ao passo que desenvolvimento econômico tem como critério não só o aumento da economia, mas também o crescimento nas condições de bem-estar social de uma população, por exemplo, emprego, educação, saúde, longevidade e outros (FURTADO, 1984).

⁵⁵ Entende-se que o primeiro setor seja as instituições e organizações do Estado, o segundo as organizações privadas e o terceiro as organizações da sociedade civil, que têm dois tipos de

responsabilidade de trabalhar com o tempo livre de muitos cidadãos. E como observam Alves *et al.* (2013), a cooperação não existe de forma imposta socialmente, mas sim em comunidades onde há instituições e ambientes culturais que exercem a sociabilidade de forma espontânea.

Exemplos disso são os trabalhos voluntários de instituições religiosas ou não, e o envolvimento dos cidadãos com instituições do terceiro setor, embora que voluntariado nem sempre esteja relegado a tais instituições. As organizações de trabalho voluntário se envolvem na participação cívica fomentando a interação social e nas decisões democráticas entre a comunidade. Spiegel (2010) argumenta que, sobre uma economia altamente globalizada, o Estado não consegue arcar com todas as responsabilidades sociais, e isso decorre em função das peculiaridades da região de cada comunidade. O Estado, por meio de uma gestão afastada das realidades mais distantes e de diretrizes altamente centralizadas, acaba inibindo uma profundidade de efetivação de suas políticas em determinados locais.

Como já ressaltando, as organizações do trabalho voluntário agem não somente por questões ligadas às necessidades materiais, mas também às imateriais, trabalhando sobre uma ótica da espontaneidade da humildade laboral. Nesses grupos, há instituições que não trabalham sobre o prisma da assistência social, mas da promoção humana visando ao empoderamento do sujeito por meio de palestras, de círculos de diálogos, da realização de eventos culturais, como teatros, músicas, poesias, danças, dentre outras ações⁵⁶. Nessas organizações, o cidadão encontra uma dimensão não vivenciada em seu cotidiano, e o desenvolvimento das potencialidades, antes ocultas, aparece devido às condições postas para a sua

características, o de trabalhadores remunerados e de trabalhadores não remunerados, denominados como voluntários. As entidades do trabalho voluntário vigoram no Brasil desde a chegada da Igreja Católica por meio dos missionários, franciscanos, jesuítas, vicentinos e outros no século XVI. As ações voluntárias envolviam desde a distribuição de alimento até o acesso à educação escolar. A partir do século XX, outras entidades da sociedade civil assumiram as responsabilidades do trabalho voluntário, a exemplo das chamadas damas da caridade, mulheres ligadas à classe média paulistana. Outras denominações religiosas cristãs e de religiões de matriz africana também iniciaram suas atividades no voluntariado, entretanto, ainda o maior envolvimento das ações voluntárias é da Igreja Católica. O final dos anos 1970 e anos 1980, com a urbanização desenfreada e o crescente aumento populacional, culminou com a ausência do Estado no planejamento e na criação de políticas sociais, o que fez surgir organizações da sociedade civil para suprir tal demanda (TENÓRIO, 2001).

⁵⁶ Pode-se exemplificar, nesse sentido, os grupos que atendem a categorias sociais oprimidas, como as mulheres vítimas de violência, os negros e a população LGBTQIAP+, além de trabalhadores e cidadãos que buscam alternativas para se livrar de vícios que criam empecilhos em seus convívios sociais, como os Narcóticos Anônimos e os Alcoólicos Anônimos. Outro exemplo são as pastorais ligadas à Igreja Católica, que trabalham sobre esse prisma, como a Pastoral do Imigrante, a Pastoral da Saúde e outras (FALEIROS, 2013).

existência. A possibilidade de demonstrar para a população local as suas capacidades de almejar uma melhor conjuntura de sobrevivência gera novas contingências para promover distintas capacidades, também denominadas de empoderamento humano.

O termo empoderamento humano demonstra o enriquecimento tanto por meio da riqueza financeira quanto pela riqueza ética, que perpassa pela presença da cooperação, da disciplina profissional e educacional e outros aspectos, algo que adentra à definição de desenvolvimento pessoal.

Isso ocorre quando o sujeito se encontra com suas reais potencialidades e quando também as aprimora. Não se trata do mero trabalho individual humano, mas envolve toda um liame cooperativo com a sociedade, em que o cidadão é balizado pela cooperação na promoção da participação de outras pessoas, sendo que ele mesmo auxiliará no desenvolvimento pessoal. Dessa maneira, salienta-se que o desenvolvimento pessoal está intrinsecamente ligado a algumas instituições do terceiro setor que trabalham sobre esse prisma de dar condições ao ser humano de se descobrir como protagonista na sociedade.

A sociedade civil tem a capacidade de gerir a gestão social, dando uma contribuição descentralizadora das políticas sociais. De acordo com Sen (2010),

A visão arbitrariamente restrita de responsabilidade individual --- com o indivíduo posto em uma linha imaginária, sem ser ajudado nem estorvado por outros --- tem de ser ampliada, reconhecendo-se não meramente o papel do Estado, mas também as funções de outras instituições e agentes. (SEN, 2010, p. 362).

No terceiro setor, há três formas de se organizar; a semelhança de ambas é que não têm fins lucrativos e administração pública e privada. A primeira forma são as ONGs, cujo escopo é auxiliar governos na organização social e causas ambientais. A segunda forma de se organizar são as entidades filantrópicas⁵⁷, que objetivam auxiliar os cidadãos em situação de vulnerabilidade social, como crianças, idosos, moradores de rua, dependentes químicos, alcoólatras e outros. A terceira forma engloba associações, clubes esportivos/de lazer e outros.

Nesse tempo livre, o trabalhador tem oportunidade de exercer atividades que, em sua jornada de trabalho, são impossíveis. Além disso, consegue obter uma sociabilidade nunca praticada, a qual é acompanhada da humanização. Das três

⁵⁷ A palavra filantropia origina-se do grego, que significa amor ao ser humano, logo, as entidades filantrópicas têm como filosofia de trabalho o amor à pessoa alheia (CHAUÍ, 2006).

formas que o terceiro setor se organiza, as entidades filantrópicas são as que mais envolvem a satisfação dos trabalhadores voluntários (DEMO, 2001). Isso é importante, pois, como pontua Sen (2010), “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento pessoal” (SEN, 2010, p. 33).

Outro elemento importante que as entidades filantrópicas fomentam são as possibilidades de o trabalhador vislumbrar uma capacidade de desenvolvimento pessoal e de suas habilidades, como os aspectos intelectual, profissional e educacional. A liberdade para desenvolver habilidades é uma predisposição para que o ser humano tenha a sua capacidade de escolha, mesmo que isso nem sempre seja equânime devido às diferenças de poder econômico dos sujeitos.

As discrepâncias de poder econômico ditam as possibilidades de um exercício de consumo de bens materiais e imateriais, tais como os serviços, o acesso a atividades culturais e esportivas. Em geral, quem tem maior poder aquisitivo consegue pagar e ter maiores acessos a tais espaços. Uma alternativa para que esses espaços sejam ocupados por outras classes sociais seria a intervenção do Estado por meio das políticas sociais, porém, como tem-se observado na história brasileira, essas não têm tido a extensão necessária, como preconizado na CF. Em vista disso, os espaços privados acabam atendendo a uma parcela da população, que pode angariar os custos propostos. Outra possibilidade de assistir as demais partes das populações é a iniciativa das organizações da sociedade civil, que preenchem o tempo livre de cada trabalhador com atividades que seriam impossibilitadas de serem exercidas caso dependessem da iniciativa privada ou do Estado.

Um fator diferencial de uma das compleições das organizações do terceiro setor são os trabalhos voluntários, que, além de adquirirem desenvolvimento pessoal pelas ações de vontade deliberada e gratuita de dádiva do trabalho em proveito do voluntariado direcionado às comunidades, fomentam as competências para a criatividade, elemento tão expressivo que pode ocorrer no tempo livre. Os elementos culturais e artísticos ganham vazão nesse momento, quando o trabalhador se torna um poeta, um desenhista, um ator, um cantor, um violinista, um compositor etc. Pode-se dizer que ele realiza o trabalho criativo inexistente no âmago da sua jornada de trabalho remunerado, em geral repetitivo, estranho, abstrato e coisificado, além de contribuir para pobreza imaterial (MASI, 2000).

Assim sendo, é possível compreender que a carência não se resume simplesmente à renda, mas está também ligada às capacidades humanas, indicando a falta de oportunidades sociais. Para Sen (2010),

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. (SEN, 2010, p. 120).

Nas entidades em que ocorrem o trabalho voluntário, há um elemento primordial para promover o desenvolvimento pessoal nas capacidades humanas, que é a instigação para se promover a rotina - seja ela familiar, escolar, profissional ou outra esfera da vida humana -, gerando mudanças significativas⁵⁸ para a vida do sujeito e para as pessoas que o circundam.

Muitas entidades filantrópicas contam com trabalhadores contratados; outras são formadas parcial ou integralmente por trabalhadores voluntários. Um fator importante a ser destacado é o trabalho voluntário na filantropia, na qual os voluntários, além de exercerem uma atividade criativa⁵⁹, contribuem para que outros sujeitos façam o mesmo. Nessa relação, saber que não há uma troca financeira contribui para que o trabalho voluntário tenha um aspecto ainda mais humanizado, um processo que eleva o desenvolvimento pessoal (DEMO, 2003). Esse diferente vínculo de troca tem o seu ganho de forma intangível e não monetária, e são muitas as relações de trocas na sociedade envolvendo o trabalho voluntário, fazendo com que

⁵⁸ No entanto, muitos teóricos de outros segmentos (como a Teoria Social Crítica) entendem que o trabalho voluntário ofusca um elemento primordial para a emancipação social, que é a consciência de classe, ou seja, a capacidade do trabalhador reconhecer que pertence a uma classe social que é explorada e oprimida pelo capital. Sendo assim, é necessária a união de classe para garantir e conquistar as condições de direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal e pela luta da emancipação humana e social (SIMÕES, 2005).

⁵⁹ O trabalho criativo, nesse aspecto, retoma a dimensão marxiana do trabalho espontâneo que causa rejúbilo ao trabalhador. Em outras palavras, o deleite do trabalhador nas atividades de seu trabalho faz com que execute ações criativas, por exemplo, organiza uma peça teatral para um grupo de alcoólatras, compõe e recita poesias para um grupo de idosos enfermos, pratica a arte circense com um grupo de crianças na periferia, além de outras atividades que envolvem grupos sociais da classe trabalhadora. Destarte, o sentido da palavra latina *tripalium*, que significa tortura, desaparece para dar vazão ao sentido da palavra grega *poiesis*, que significa produção criativa (MASI, 2000).

esse tipo de atividade se baseie na noção de relação do ganha-ganha. Explicando esse aspecto, Sennett (2012) argumenta:

As trocas que envolvem todos os animais sociais abarcam um espectro de comportamentos que vão do altruísmo à crueldade na competição. Não gosto de categorias arbitrárias, mas a bem da clareza dividi o espectro das trocas em cinco segmentos: trocas altruísticas, implicando auto sacrifício; trocas ganhar-ganhar, nas quais ambas as partes se beneficiam; trocas diferenciadas, nas quais os parceiros se conscientizam de suas diferenças; trocas de soma zero, nas quais uma das partes prevalece em detrimento da outra; e trocas tudo-para-um-só, nas quais uma das partes anula a outra. Em termos animais, esse espectro vai da formiga trabalhadora, que oferece o próprio corpo como alimento para outras formigas, ao lobo, cujas trocas com as ovelhas são invariavelmente letais; em termos humanos, o espectro vai de Joana d'Arc ao genocídio. (SENNETT, 2012, p. 93).

As trocas que envolvem a condição de uma parte ganhar sobre a outra são as mais comuns socialmente propostas pelo mercado produtivo e financeiro, caracterizadas de forma tangível e intangível. O fator tangível diz respeito à posse monetária, e o intangível às questões subjetivas de satisfação individual que não podem ser mensuradas. Com relação à troca ganha-ganha, ela pode ser cooptada no trabalho formal/informal ou no voluntário. Para os trabalhadores formais/informais, há uma relação de compartilhamento do ganho mútuo financeiro tangível entre proprietários e trabalhadores. Por outro lado, no trabalho voluntário, o vínculo se baseia na satisfação pessoal tanto de quem trabalha quanto de quem participa nas atividades voluntárias, adentrando ao campo do ganho intangível (que é incomensurável e pode ser subjetivo).

Não obstante a isso, o trabalho voluntário também pode estar sobre os liames de tendências religiosas, ideológicas ou políticas, o que pode caracterizar um trabalho direcionado a imposições de credo, não dando a alternativa para o cidadão praticar livremente uma atividade criativa e empoderada ao desenvolvimento pessoal (DEMO, 2001). Em muitos locais, a religião conta um aparato muito contundente para atrair os trabalhadores voluntários, como é o caso da tradição cristã na cultura brasileira. A historicidade do fundador do cristianismo⁶⁰ repercute por vias institucionais e pessoais

⁶⁰ Nesse contexto bastante dramático, apareceu Jesus, profeta entre muitos outros que anunciavam o fim dos tempos. Ele passou pelo movimento batista de João, manteve suas reservas com relação ao messianismo que, segundo pôde verificar, continuava sendo malsucedido; foi taumaturgo e permaneceu resolutamente afastado do templo e de seu clero. Lançou um movimento na zona rural da

na vida da população. No que compete ao trabalhador voluntário religioso, elementos próprios da filosofia cristã conduzem a uma atividade de oblação para com o outro, em substituição do trabalho de recebimento individual que se encontra sobre o sistema capitalista.

Na fuga da reificação cotidiana, a comunidade encontra no sentido oblato, isto é, na generosidade espontânea para com os outros, uma maneira de retirar a forma mecanicista de agir socialmente. Retomam-se, desse modo, premissas do cristianismo do amor ágape, que nada mais é o amor ao próximo na dimensão gratuita e espontânea, uma oferta afetiva sem recorrer a uma troca material. Essa oferenda ao próximo é feita sem esperar algo em troca (material ou imaterial, como um agradecimento). Tal aspecto evoca o conceito do sacrifício apregoado pelo cristianismo, que, mesmo concebendo o desprezo daquele que é ajudado, mantém a disposição do auxílio. Nesse contexto, há um sentimento de busca por uma recompensa atemporal mística ou por espontaneidade generosa, dado que essa última é a verdadeira forma de troca espontânea, pois a primeira visa não a uma troca em uma dimensão vivida, mas a uma outra dimensão que a crença religiosa é adepta.

Não é especificidade das religiões cristãs o comprometimento em auxiliar sujeitos da sociedade. Essa ajuda é considerada para muitos autores das Ciências Sociais como “dom”⁶¹, e grande parte da história da civilização humana vigorou nos aspectos do cooperativo e do cuidar do outro. A antropóloga americana Margaret Mead (1901-1978), em uma de suas aulas de Antropologia, em 1978, ao ser questionada por um aluno sobre o primeiro sinal da existência da civilização humana, respondeu que o primeiro sinal não é um artefato de trabalho, doméstico ou bélico, mas sim um achado arqueológico de um fêmur quebrado com aproximadamente 15 mil anos atrás (HARRARI, 2016). Nesse fêmur, constatou-se que houve uma grave lesão que possivelmente fez com que o indivíduo ficasse seis meses sem se movimentar para buscar a sua subsistência; assim, outro ser humano provavelmente ficou responsável pelo cuidado e pela sobrevivência de ambos. Sem a presença desse auxílio, o sujeito que teve seu fêmur quebrado jamais sobreviveria. Por esse motivo,

Galileia entre os excluídos, os marginais e os andarilhos. Obteve mais sucesso no campo e nas pequenas cidades do que em Jerusalém, onde sua pregação suscitava a ódio das autoridades saduceias que alertaram os romanos e o condenaram à morte (ASLAN, 2013).

⁶¹ Um texto ulterior a *La norme de réciprocité*, menos conhecido e denominado *The importance of something for nothing* (1973), aliás, destaca que o dom nada tem de especificamente cristão e é tão universal quanto a norma de reciprocidade. Ele faz referência a Confúcio, a Buda, a Lao-Tsé, a Platão, a Sócrates e a Jesus (ALVES, 1999).

Margaret Mead retrata esse acontecimento como um marco de um primeiro sinal da existência de uma civilização, pois, sem a cooperação e o auxílio espontâneo, comunidades e nações apenas se digladiariam e se autodestruiriam.

Nessa capacidade de buscar a compreensão dos sentimentos alheios, as entidades filantrópicas se tornam espaços para a vivência empática, caracterizada na possibilidade de se colocar no espaço alheio e tentar entender como é viver sobre determinada situação real, muitas vezes trágica. A empatia é um atributo do desenvolvimento pessoal encontrado no trabalho voluntário, o que a atividade voluntária filantrópica um lugar de atendimento pautado na humanização. Muitos dos cidadãos que frequentam espaços filantrópicos enfrentam, em suas vidas particulares, problemas sociais, familiares, financeiros e outros, mas encontram nessas organizações um refúgio para as mazelas da vida, encontrando alternativas que outrora não estavam disponíveis. A comunicação encontrada na dimensão simbólica desses espaços é o que atrai o sujeito e angaria a participação coletiva na crença sobre um símbolo, assim como a ficção da criação humana dos símbolos fomenta uma crença genérica. Na visão de Bourdieu (1989),

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aqui. a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, <<uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências>>. (BOURDIEU, 1989, p. 9).

De acordo com o autor, o poder simbólico envolve manifestações do mundo social que criam uma racionalidade a ser seguida. Um exemplo disso é poder simbólico da política, da religião e das demais ideologias. No caso do trabalhador voluntário, ele segue os símbolos envolvidos na sociabilidade, tais como elementos da religião ou da ética social. Mesmo sendo fictício, tal símbolo tem uma relação de veracidade que une toda uma comunidade ou sociedade.

A integração social correspondida no poder simbólico se refere a um modo de solidariedade mecânica, conforme a análise durkheimiana. Nessa solidariedade, resgatam-se as ações mais primitivas humanas que estão imbricadas em crenças religiosas e mística, visto que a solidariedade orgânica está calcada no âmbito da racionalidade econômica do capitalismo. Essa racionalidade não é apenas exclusiva

do sistema capitalista, mas também de todo sistema econômico que visa ao retorno financeiro sobre qualquer relação social.

Em suma, a existência do poder simbólico existe devido ao caráter da sociabilidade; essa, por sua vez, aplica sua relação com a exterioridade de outrem. Dito de outro modo, um símbolo não tem apenas uma percepção individual, mas também social. Por isso, de acordo com Haesler e Martins (2002), os símbolos são formas de angariar por meio da dádiva a união e a partilha entre um grupo comunidade e o próprio indivíduo.

Isso se coaduna a um processo de constituição da sociabilidade, o partilhar, o aceitar e o retribuir, características relacionadas ao desenvolvimento pessoal e à convivência social. Contudo, a crescente individualização da sociedade do último século faz com que se produza nas populações uma noção de satisfação por vias solitárias. Sem a necessidade de se amparar em grupos sociais ou em comunidades, o que se constata é uma maior frustração diante de reveses encontrados nas profissões e relações pessoais; na falta de apoio de outros em situações desafiadoras, as fragilidades humanas se intensificam. Em vista disso, são crescentes os grupos (comunitários ou religiosos) que permite aos sujeitos terem o sentimento de pertencimento e de faz parte da sociedade, de alguma comunidade ou de um grupo social. Isso promove o reconhecimento social e fornece garantias de melhorias futuras em todas as suas relações sociais.

A noção de pertencimento de grupo ou de comunidade surge quando há uma identificação com a conjuntura comunitária ou grupal, por exemplo, a cultura e a ideologia, por meio das quais o cidadão sente e percebe o acolhimento dos membros da comunidade para com ele, ou se a comunidade tiver como norte de convivência a religiosidade, esse cidadão perceberá uma maior noção de pertencimento, pois o seu invólucro detém os mesmos valores éticos e morais. O reconhecimento social parte de condições em que o sujeito é visto com benevolência pela comunidade, isso ocorre por circunstâncias derivadas de seu comportamento ético-moral e de habilidades laborais. Essa identificação tem como consequência a amenização das relações individualistas, advinda especialmente das ramificações religiosas⁶² que estão no invólucro comunitário.

⁶² No âmbito das maiores religiões do Brasil, que se inserem em religiões cristãs, a Igreja Católica e demais Igrejas protestantes trabalham sobre a égide da vivência coletiva, entretanto, com crescimento mundial dos aspectos do individualismo e, no Brasil, derivado de razões ideológicas e econômicas, as

Não obstante a isso, o conforto que o pensamento religioso dá para grande parcela das pessoas retira a melancolia de uma sociedade de competição individualista, que se ampara nas conquistas individuais constantemente. Todavia, quando essas conquistas não ocorrem, os apontamentos sociais em torno do fracasso solapam a vida do cidadão, e a religião acaba sendo o espaço do conforto para as lamúrias.

Explicando essas mudanças no campo religioso, Goleman (2012) pontua que a ascensão do individualismo decorre de muitos locais onde há um desaparecimento maior de crenças religiosas, do comunitarismo e de famílias. Isso implica uma perda de alicerces que podem proteger o indivíduo de revesses e fracassos. À medida que se encara um fracasso, ele pode se tornar duradouro e mais tenaz quando não se tem uma perspectiva maior de uma crença religiosa, de um espírito comunitário e familiar. Quando essas perspectivas se completam, um acontecimento que aparentemente pode ser danoso e duradouro tem a capacidade de se tornar algo de simples resolução e de curta duração.

Essas alternativas são direções que fomentam expectativas para projetos e sentidos de vida para muitas populações e grupos sociais, os quais, inclusive, contribuem para um aumento da qualidade de vida, não tangenciada apenas sobre uma satisfação maior no trabalho, mas também na saúde mental. As práticas humanistas dentro dos ambientes religiosos, desse modo, contribuem para a automotivação de seus participantes em prol das ações filantrópicas. Pode-se apontar que as ações desenvolvidas nessa esfera fortificam as possibilidades do trabalho voluntário adjunto com o desenvolvimento pessoal no tempo livre.

Os aspectos elementares que aparecem nessa atividade são derivados de dois termos, a empatia e a simpatia, condições que permitem a sociabilidade humana de

compleições religiosas alternam a concepção coletiva social para o individualismo social. Elas se estenderam, não sobre o baluarte da Igreja Católica e/ou de outras Igrejas protestantes tradicionais, mas sim das denominações cristãs evangélicas de surgimento nas quatro últimas décadas, mais especificamente com as nomeações populares de “Teologia da Prosperidade”. O crescimento das religiões e de suas motivações morais é acompanhado de estruturas de uma ordenação social que garante ao cidadão não só a esperança de que dias áureos podem vir, mas também de uma proteção rotineira, amparada nos entes do sobrenatural. As novas formas de se pensar a mística do sobrenatural diferem-se do pensamento das religiões ocidentais do início do século XX, pautadas na doação de dádiva ao outro; agora, busca-se a recompensa individual. Ademais, o poder religioso não vigora nas relações sociais como ocorria antes da ascensão do capitalismo. As mudanças nas estruturas das religiões, em paralelo às transformações econômicas, geraram o individualismo próprio da modernidade, que foi além das instituições religiosas (BOFF, 2009).

forma mais profunda e colaborativa, permitindo que se adentre à subjetividade alheia e que se desfaçam os contornos individualistas. A empatia cria uma espécie de imitação da angústia do outro, isto é, entrar no sentimento de quem padece pelo sofrimento. Goleman (2012) ressalta:

Essa mímica motora, como é denominada, é o significado técnico original da palavra empatia, como pela primeira vez foi usada, na década de 1920, por E.B. Titchener, psicólogo americano. Esse sentido é um pouco diferente de sua introdução original em inglês, do grego empátheia, “entrar no sentimento”, termo inicialmente usado por teóricos da estética para designar a capacidade de perceber a experiência subjetiva de outra pessoa. A tese de Titchener era que a empatia vinha de uma espécie de imitação física da angústia de outra pessoa, que então evoca os mesmos sentimentos em nós. Ele procurou uma palavra distinta de simpatia, algo que sentimos pelo que o outro está vivenciando, sem, contudo, sentir o que esse outro está sentindo. (GOLEMAN, 2012, p. 121).

A noção de preocupação do bem-estar alheio motiva, em uma constante, a realização de atividades que envolvam a empatia, de forma que a espera dos resultados desses trabalhos seria a visualização da satisfação dos envolvidos no trabalho empático, o que influi diretamente no desenvolvimento pessoal, dando aos espaços filantrópicos uma grande adesão pela população que é atendida.

A ausência do Estado na criação de políticas sociais direciona a sociedade civil ao preenchimento de espaços que o poder público não ocupa. Essa carência na sociedade brasileira faz com que o trabalhador tenha um descrédito com relação aos serviços públicos e aceite de bom grado o apoio das entidades filantrópicas que se utilizam do trabalho voluntário. Um dos problemas em torno disso é que muitas entidades e instituições públicas trabalham de forma focalizada em determinada comunidade ou cidade, com base em problemas que não são locais, mas sim globais, tal como indica Bauman (2007). Por mais que sejam empreendidos esforços das entidades do trabalho voluntário para solucionar os problemas locais, os limites impostos pelas questões exógenas imperam na maior parte do tempo. Essas exigências externas derivam de questões estruturais econômicas e políticas que incidem sobre os locais de atuação de atividades voluntárias.

As questões da geopolítica mundial e da macroeconomia também afetam povos em diferentes culturas, independentemente da localização regional. Alguns exemplos para correlacionar isso são as crises econômicas mundiais que impactam as cadeias

produtivas de todo o globo e as depredações ambientais⁶³. Mesmo que os cidadãos não conheçam a região que iniciou as crises e as suas causas, eles sofrem as consequências. Esse paradoxo é assim descrito por Bauman (2007):

Assim, permitam-me repetir, surge o paradoxo de uma política cada vez mais local num mundo progressivamente modelado e remodelado por processos globais. Como observou Castells, a marca cada vez mais conspícua de nossa época é a intensa (poderíamos dizer: compulsiva e crescentemente obsessiva) “produção de significado e identidade: meu vizinho, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu meio ambiente.” “Indefesas diante do turbilhão global, as pessoas se aferram a si mesmas”. E deixem-me observar que, quanto mais “se aferram a si mesmas”, portanto menos capazes de decidir, que dirá afirmar, os significados e as identidades locais, que aparentemente são seus – para grande satisfação dos operadores globais que não tem motivo para temer os indefesos. (BAUMAN, 2007, p. 89).

O crescente individualismo em grupos sociais sectários impele os cidadãos a se isolarem de suas relações sociais, no entanto, esse distanciamento é um blefe, dado que se torna praticamente impossível se apartar de uma sociedade globalizada na contemporaneidade. Cada sujeito, por mais distanciado que esteja em seu grupo social, sempre sofrerá influências das externalidades econômicas, sociais e culturais. Ao se ludibriarem sobre a concepção do afastamento, as operacionalidades globais ocorrerão de forma mais demasiada e sem resistência para a reflexão.

Na ótica de Levitsky e Ziblatt (2018), a noção de existir uma comunidade totalmente desmembrada dos contornos econômicos e políticos do mundo externo é totalmente inviável e contraproducente do ponto de vista econômico e social, haja vista que a falta de interação com novos saberes externos e de influências econômicas prejudica qualquer desenvolvimento pessoal e local. Em função disso, o trabalho voluntário, apesar de atuar em comunidades, age também sobre uma ótica de compreensão dos acontecimentos e das mudanças externas, sem deixar de amparar nessas correlações. Um dos malefícios desse isolamento é a perda das habilidades que podem ser adquiridas no diálogo ou no trabalho em conjunto com outros grupos sociais, logo, prejudica-se o desenvolvimento pessoal. Concepções de mundo

⁶³ Os maiores causadores do aumento do aquecimento global são os países desenvolvidos, com destaque aos Estados Unidos e à China. Contudo, os efeitos do aquecimento global são distribuídos por todo o globo e ocasionam mudanças drásticas no clima para países em qualquer continente, a exemplo das longas estiagens ou das chuvas torrenciais que levam à destruição dos meios de subsistência de muitos países africanos, asiáticos ou latino-americanos (LEFF, 2004).

diferentes sempre são enriquecedoras para as aptidões humanas, e um dos elos que fazem essa concatenação com as populações são as instituições e as suas organizações.

No que diz respeito ao suporte da instituição e de suas organizações para com o trabalho voluntário, a sua função é fundamental para empreender transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo da história⁶⁴. A instituição mais antiga do mundo é a Igreja Católica⁶⁵, exercendo as atividades mais longínquas do trabalho voluntário⁶⁶, o que se evidenciou como uma extensão maior no início da congregação franciscana, no século XIII, e posteriormente se disseminou em outras congregações⁶⁷. No final do século XIX, em 1891, a encíclica social da Igreja⁶⁸ ampliou a discussão e as atividades, adentrando à Idade Moderna, período que se confrontou com novas ideologias⁶⁹. Na contemporaneidade, uma vasta rede de organizações

⁶⁴ Na cronologia das transformações científicas, políticas, econômicas e culturais da civilização humana, a incumbência das instituições foi fundamental, haja vista que as revoluções científicas do século XVI só ocorreram devido às mudanças institucionais naquele apurado tempo histórico, como o movimento Renascentista e a Reforma Protestante. Esses acontecimentos geram mudanças na Constituição de Estados Europeus naquele momento, tal como a reforma religiosa na Inglaterra, que culminou com a existência de um Estado Laico sem a interferência religiosa, algo que fomentou a revolução científica, política e econômica no Estado inglês (NORTH, 2008).

⁶⁵ Com o fim do Império Romano, aproximadamente 476 d. C., o cristianismo se amalgamou na Europa Ocidental no período caracterizado como Idade Média, primeiramente sobre o poder da Igreja Católica e, posteriormente, após o século XVI, com a divisão de poderes com os protestantes. Apesar das divergências entre dogmas relacionados ao cristianismo, o que assemelhava as duas vertentes cristãs era a compleição em torno do trabalho coletivo da fé, e uma das características era o escudar os pobres (ELIAS, 1990).

⁶⁶ No tocante a isso, as congregações no âmbito da Igreja Católica, que se caracterizaram mais pela atividade de escudar os mais pobres da sociedade, se destacavam como provedoras de um humanismo que ainda não tinha sido pensado sobre uma esfera estatal. Isso ocorreu, por exemplo, com o trabalho da congregação franciscana, que, do século XIII em diante, se expandiu do contexto geográfico europeu para outras partes do mundo, como a África, a Ásia, a América e a Oceania (BICKERS, 2021).

⁶⁷ “Outro nome, surgido no seio da Igreja Católica, no final do sec. XVI, são Vicente de Paulo, que organizou uma entidade integrada por mulheres pertencentes a famílias aristocráticas, dedicadas a visitar os doentes nos hospitais e os pobres em suas casas, para levar-lhes ajuda. As Damas de Caridade foi uma organização que não prosperou, de acordo com Kisnerman (1983) por causa do preconceito vigente na época, segundo o qual as mulheres deveriam ocupar-se somente da casa e dos filhos. Exatamente por isso, Vicente de Paulo passou a recrutar jovens camponesas, as quais chamou, inicialmente de Servas dos Pobres, passando depois a Filhas de Caridade e, finalmente, a Irmãs de Caridade, denominação que perdura até os dias de hoje. Kisnerman (1983) esclarece, portanto, que a Igreja Católica também questionou tal iniciativa, já que não concebia uma congregação religiosa feminina que não fosse de clausura.” (HUDSON, 1999, p. 810).

⁶⁸ A religião, ao se confrontar com os novos ideais de uma sociedade laica, se predispôs a entender melhor e intervir na realidade social. Nesse novo contexto social, a Igreja Católica, direcionada pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, criou a encíclica social *Rerum Novarum*, na qual tratou de temas prementes da sociedade no final do século XIX, como a pujante relação entre capital e trabalho (BRAIDO, 2011).

⁶⁹ Após a era do pensamento iluminista no final do século XVIII, houve uma laicização do pensamento e a execução com o cuidado humano. Em outras palavras, não era mais necessária a existência de uma crença atemporal para que se pudesse realizar o amparo ao próximo. Assim, a religião deixou de ser a protagonista do baluarte da compaixão humana e a política e a ciência assumiram esse espaço,

filantrópicas da Igreja está distribuída em grande parte do globo⁷⁰. O capítulo a seguir, centra-se nas organizações ligadas à Igreja Católica localizadas na microrregião de Cascavel (PR) relacionadas ao trabalho voluntário.

porém, com base em outra compleição, na feição de direitos civis, sociais e da própria revolução social, ao invés da crença na recompensa mística e do sentido religioso da moralidade (GIDDENS, 1991).

⁷⁰ Em países do extremo oriente, como China e Coreia do Norte, há dificuldades da interferência da Igreja Católica, devido à política de Estado dos Partidos Comunistas que detêm mais critérios para a devoção de qualquer religião que não esteja nas conformidades com a política oficial do Estado. Nesse sentido, os trabalhos voluntários da Igreja Católica também acabam tendo mais dificuldades do que em países de democracias ocidentais estabilizadas. Ademais, em países do oriente médio, que têm uma política de Estado calcada no fundamentalismo islâmico, como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Catar e outros, a Igreja Católica também enfrenta obstáculos para executar seus trabalhos, por causa da perseguição religiosa a outras crenças nestes países (BICKERS, 2021).

3 O APARATO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS PASTORAIS CATÓLICAS

Este capítulo tem por objetivo demonstrar como a presença das organizações sociais da Igreja Católica⁷¹ auxilia no processo de desenvolvimento pessoal e como a atuação dessa instituição contribuiu para o fomento e o crescimento das pastorais no Brasil. Por fim, contextualiza-se a formação das pastorais no município de Cascavel-PR, e em sua microrregião. Na Figura 5, visualiza-se uma síntese da organização de cada seção que compõe este capítulo.

Figura 5 - Organização das seções do capítulo



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

3.1 A CATEGORIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DAS PASTORAIS CATÓLICAS

O avanço das décadas e do capitalismo fez surgir novas realidades relacionadas ao trabalho, à violência, aos idosos, às crianças, às mulheres e a outros aspectos. Para lidar com essas questões, o fortalecimento do capital institucional foi necessário. De acordo com Haddad (2009), o capital institucional diz respeito ao

⁷¹ Organizações são particularidades de uma instituição; há uma miríade de organizações dentro de uma instituição, por exemplo, as organizações sociais de pastorais da Igreja Católica que podem se desmembrar em várias áreas sociais. A instituição detém uma abrangência imaterial e física, a exemplo da família, da Igreja e de outras, organizações essas que auxiliam no processo de trabalho e concretização material da instituição.

fortalecimento de instituições e organizações na sociedade, ou especificamente em uma comunidade, para atuar na mediação de conflitos e na resolução de problemas sociais ou econômicos.

Nessa perspectiva, as organizações sociais iniciadas pela Igreja Católica foram criadas com a denominação de pastorais. O nome pastoral advém do verbo pastorear, usado para designar a condução de rebanhos de ovelhas por um direcionador, atividade foi usada pelos povos hebreus na antiguidade para se referir às pessoas que conduziam grupos e comunidades para uma direção ética e religiosa.

No decorrer dos séculos, após o advento do cristianismo e o surgimento de instituições religiosas cristãs, o termo pastoral também foi utilizado para nominar os guias religiosos e, em meados do século XX, mais especificamente entre 1962 e 1965, durante o Concílio Vaticano II, para afirmar o compromisso dos fiéis católicos com a sociedade nos âmbitos éticos e sociais (PEREIRA, 2021).

Conforme descreve Boff (2009), anteriormente à concretização das organizações pastorais, foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sendo, a primeira em 1960 na cidade de Nícia Floresta, no Rio Grande do Norte (GIANINI, 1995). As CEBs iniciaram como grupos pequenos organizados em volta de paróquias urbanas ou de capelas rurais, pela vontade de leigos, ou seja, a população integrante da Igreja Católica e de padres ou bispos que detinham uma compreensão da realidade social, tendo um caráter tanto religioso quanto social. Essas comunidades tinham como intuito promover, por meio da cooperação da sociedade civil, as condições de subsistência e de renda, exercendo uma função que deveria ser do Estado, por meio das políticas públicas, mas, devido à sua inexistência, as CEBs assumiram essa postura.

As várias expressões da questão social que emergiram no Brasil dos anos 1980, contudo, deixavam as CEBs com limitações para atingir a todos os espectros sociais, conforme explicita Pereira (2021). Em vista disso, criou-se a primeira Pastoral no Brasil, em 1982, voltada ao combate à mortalidade infantil, cujos números, à época, eram colossais. A Pastoral nasceu em um contexto político e econômico da ditadura militar, regida ainda pela CF de 1967, a qual não preconizava a participação do Estado na legalização e na realização de políticas sociais, o que reforçava a urgência da Pastoral. A participação do Estado na criação de políticas sociais foi garantida somente anos depois, com a CF de 1988.

As Pastorais católicas se desenvolveram no Brasil por razão do amparo institucional da Igreja Católica. Dessa forma, a finalidade da instituição é primordial, uma vez que o apoio legal, estrutural e financeiro facilita e viabiliza todo o processo de trabalho. Torna-se fulcral, portanto, a presença das instituições e de suas organizações para o desenvolvimento pessoal para a população.

Em território nacional, as Pastorais católicas se embrenharam com maior atividade na sociedade a partir dos anos 1980. A Pastoral da Criança, por exemplo, como já pontuado, surgiu em 1982 com a missão de atender às crianças de famílias de alta vulnerabilidade social que sofriam com doenças e mortes relacionadas à subsistência. Essa organização⁷² ajudou a reduzir com magnificência a mortalidade infantil no país, com um aditamento do trabalho voluntário e com pouco recursos financeiros⁷³. Na contemporaneidade, a Pastoral da Criança é a maior pastoral do Brasil, estando presente em todas as dioceses, além de ser a que mais comporta voluntários, se comparada às demais entidades.

Após o êxito da Pastoral da Criança, outras surgiram no país, com diferentes temáticas sociais. É claro que existem algumas com finalidades mais estritamente religiosas, destinadas aos crentes do catolicismo, e são categorizadas por uma função profética e litúrgica, ao passo que as demais trabalham com temas relativos à questão social, pautadas na categoria de função real⁷⁴. Ao todo, são mais de 44 entidades de Pastorais católicas que atuam no país, sendo as principais apresentadas no Quadro 2.

⁷² “A distinção que Bernardes (1993) faz de instituição e organização é a seguinte: a instituição caracteriza-se por ter: 1 – uma função que é a de atender a certa necessidade social básica; 2 – uma estrutura formada por pessoas que possuem um conjunto de crenças, valores e comportamentos comuns; 3 – relações de acordo com normas e procedimentos. E destaca que: organização é uma associação de pessoas caracterizadas por: 1 – ter a função de produzir bens, prestar serviços à sociedade e atender necessidades de seus próprios participantes; 2 – possuir uma estrutura formada por pessoas que se relacionam colaborando e dividindo o trabalho para transformar insumos em bens e serviços; 3 – ser perene no tempo.” (MILANI; MICHEL; MOSQUIN, 2008, p. 3).

⁷³ Como os recursos eram escassos, os integrantes da Pastoral da Criança ajudaram as populações a aproveitarem ao máximo os alimentos. Ao invés de serem descartados, muitos poderiam ser utilizados como farinha, suco e demais alimentos promissores para o combate à desnutrição. Por exemplo, partes da superfície da banana e do ovo, que são geralmente jogadas fora, podem ser fontes alimentícias de proteínas para o bom desenvolvimento humano infantil (HOROCHOVSKI, 2003).

⁷⁴ Um caráter filosófico e da prática do “Ver, julgar e Agir”, que foi proposto na filosofia tomista e inserido nos prelúdios do Serviço Social brasileiro no início do século XX (FALEIROS, 2013).

Quadro 2 - Pastorais católicas no Brasil

1 - Pastoral afro-brasileira
2 - Pastoral Carcerária
3 - Pastoral da Catequese
4 - Pastoral da Comunicação
5 - Pastoral da Criança
6 - Pastoral da Cultura
7 - Pastoral da Educação
8 - Pastoral da Família
9 - Pastoral da Juventude
10 - Pastoral da Juventude do Meio Popular
11 - Pastoral da Juventude Estudantil
12 - Pastoral da Juventude Rural
13 - Pastoral da Liturgia
14 - Pastoral da Mobilidade Humana
15 - Pastoral da Mulher Marginalizada
16 - Pastoral da Música
17 - Pastoral da Pessoa Idosa
18 - Pastoral da Sacristia
19 - Pastoral da Saúde
20 - Pastoral da Sobriedade
21 - Pastoral da Terra
22 - Pastoral de DST/AIDS
23 - Pastoral do Batismo
24 - Pastoral do Catecumenato
25 - Pastoral do Dízimo
26 - Pastoral do Menor
27 - Pastoral do Povo da Rua
28 - Pastoral do Surdo
29 - Pastoral do Turismo
30 - Pastoral dos Apóstolos Eucarísticos da Divina Misericórdia
31 - Pastoral dos Brasileiros no Exterior
32 - Pastoral dos Coroinhas (e acólitos)
33 - Pastoral dos Migrantes
34 - Pastoral dos Ministros Extraordinários da Sagrada Comunhão
35 - Pastoral dos Movimentos de Obras de Misericórdia
36 - Pastoral dos Nômades
37 - Pastoral dos Pescadores
38 - Pastoral dos Refugiados
39 - Pastoral dos Terços e Novenas em Família
40 - Pastoral Operária
41 - Pastoral rodoviária
42 - Pastoral Social
43 - Pastoral Universitária
44 - Pastoral vocacional

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB - (2023).

Como o foco desta pesquisa são as Pastorais católicas, dentre o universo amostral, foram selecionadas as pastorais de função real, isto é, as que trabalham sobre a vigência das expressões da questão social e não vinculadas ao trabalho estritamente religioso. O Quadro 3 alista as 33 pastorais que se encaixam na categoria função real.

Quadro 3 - Pastorais católicas no Brasil e temas sociais com público-alvo

PASTORAL	TEMA SOCIAL E PÚBLICO-ALVO
Pastoral Afro-Brasileira	Etnia (pessoas afrodescendentes).
Pastoral da Aids	Saúde (Cidadãos soropositivos).
Pastoral Apostolado do Mar	Trabalho (Trabalhadores marítimos).
Pastoral dos brasileiros no exterior	Direitos Humanos (Imigrantes brasileiros).
Pastoral Carcerária	Direitos Humanos (Detentos prisionais).
Pastoral da Comunicação	Direitos Civis (Comunicação social).
Pastoral da Criança	Direitos da Criança (Crianças e recém-nascidos).
Pastoral da Cultura	Cultura (Trabalhadores de atividades culturais).
Pastoral da Educação	Educação (Trabalhadores da educação/estudantes).
Pastoral Familiar	Famílias (Entes familiares).
Pastoral da Juventude	Juventude brasileira.
Pastoral da Juventude Estudantil	Educação (Jovens estudantes secundaristas).
Pastoral da Juventude do Meio Popular	Juventude (Jovens das áreas periféricas do país).
Pastoral da Juventude Rural	Juventude (Jovens da área rural).
Pastoral do Menor	Direitos da Criança e do Adolescente (Crianças e adolescentes).
Pastoral da Mobilidade Humana	Direitos civis (Locomoção humana).
Pastoral do Migrante	Direitos Humanos (Imigrantes).
Pastoral da Mulher Marginalizada	Direitos Humanos (Mulheres marginalizadas).
Pastoral dos Nômades	Direitos Humanos (Povos nômades).
Pastoral Operária Nacional	Trabalho (Trabalhadores brasileiros).
Pastoral dos Pescadores	Trabalho (Trabalhadores da pesca).
Pastoral da Pessoa Idosa	Direitos Humanos (Cidadãos idosos).
Pastoral do Povo da Rua	Direitos Sociais (Pessoas em situação de rua).
Pastoral dos Refugiados	Direitos Humanos (Pessoas refugiadas).
Pastoral Rodoviária	Trabalho (Trabalhadores rodoviários).
Pastoral Social	Direitos Sociais (Pessoas com vulnerabilidade social).
Pastoral da Saúde	Saúde (Pacientes e trabalhadores da saúde).
Pastoral da Sobriedade	Saúde (Pessoas dependentes químicos).
Pastoral do Surdo	Direitos Humanos (Pessoas com deficiência auditiva).
Pastoral da Terra	Trabalho (Trabalhadores e proprietários rurais).
Pastoral do Turismo	Trabalho (Trabalhadores do turismo e turistas).

Pastoral Universitária	Educação (Professores e estudantes e outros).
------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor com base na CNBB (2023).

As caracterizações dessas Pastorais sociais fazem parte do universo da realidade social no Brasil, por isso, muitas delas podem surgir de acordo com as transformações sociais, assim como podem desaparecer conforme a diminuição de determinada mazela. Cada região do Brasil conta com especificidades sociais, diferenciando-se de outras localidades. Partindo desse pressuposto, na microrregião de Cascavel - PR, as pastorais se dividem em prismas das necessidades sociais da população, o que envolve um contingente de trabalhadores voluntários que percebem as devidas carências de tais populações, que se focam em comunidades específicas da região, como ressaltado na seção seguinte.

3.2 AS PASTORAIS CATÓLICAS NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL - PR

No tocante à região Oeste do Paraná, a Arquidiocese de Cascavel é a que abrange o maior número de Pastorais, as quais estão dispersas pelos municípios da microrregião em suas respectivas paróquias. A Arquidiocese comporta, desse modo, os seguintes municípios e paróquias, salientando-se que todos os municípios listados no Quadro 4 pertencem à microrregião de Cascavel – PR.

Quadro 4 - Municípios da região Oeste do Paraná e suas paróquias

Município	Paróquia
Anahy	Paróquia Santa Ana
Boa Vista de Aparecida	Paróquia Nossa Senhora de Aparecida
Braganey	Paróquia Nossa Senhora Salete
Cafelândia	Paróquia São Pedro Apóstolo
Campo Bonito	Paróquia São Sebastião
Capitão Leônidas Marques	Paróquia Nossa Senhora Salete
Cascavel	Catedral Nossa Senhora Aparecida
Corbélia	Paróquia São Judas Tadeu
Iguatu	Paróquia Sagrado Coração De Jesus
Guaraniaçu	Paróquia Nossa Senhora de Fátima
Diamante do Sul	Paróquia Nossa Senhora de Aparecida
Lindoeste	Paróquia Cristo Rei
Ibema	Paróquia Santo Antonio
Catanduvas	Paróquia São Sebastião
Santa Lúcia	Paróquia São Roque
Três Barras do Paraná	Paróquia Nossa Senhora de Aparecida
Santa Tereza do Oeste	Paróquia Santa Tereza de Ávila

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Arquidiocese de Cascavel – PR (2023).

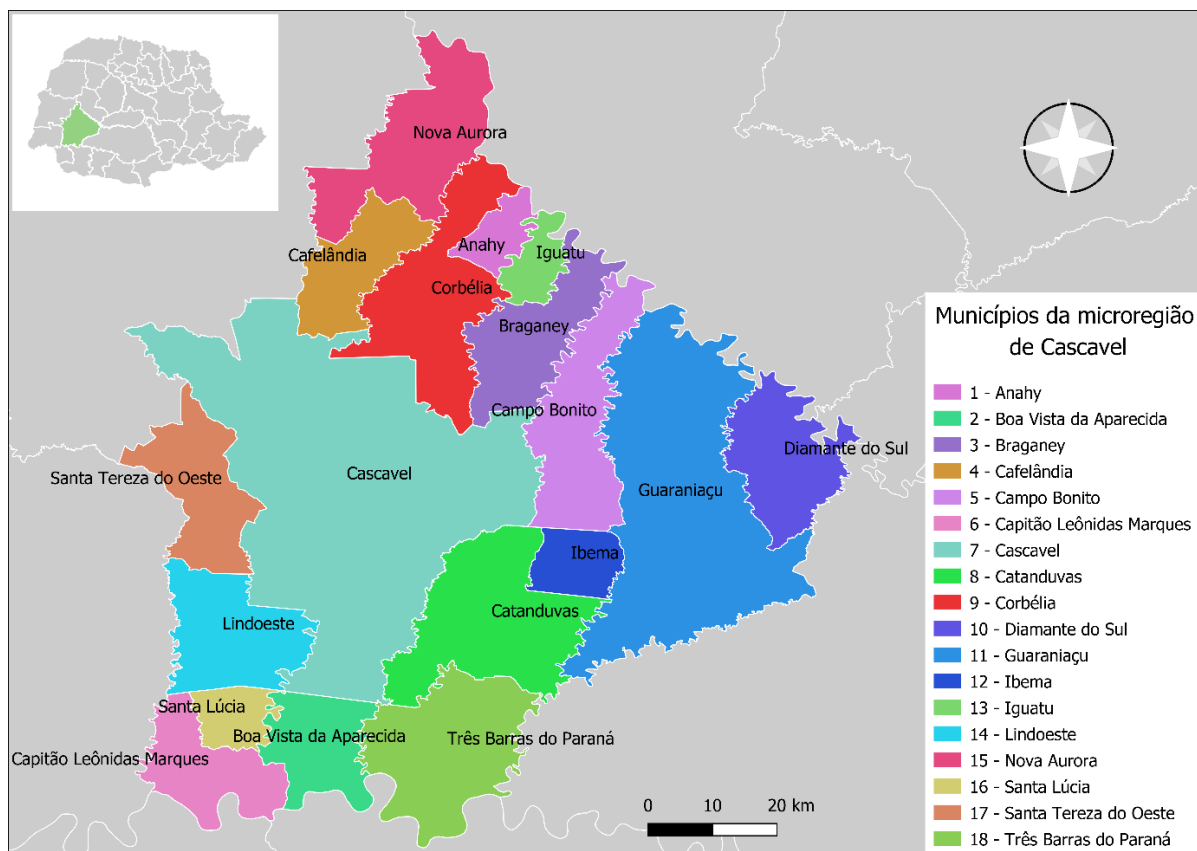
A Diocese de Cascavel - PR foi fundada em 5 de maio de 1978, pela bula *Cum Toletanus*, do então Papa Paulo VI e do primeiro Bispo, Dom Armando Círio, empossado no dia 27 de agosto de 1978. Anteriormente a isso, a Diocese pertencia à de Foz do Iguaçu (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2021).

Em 16 de outubro de 1979, o Papa João Paulo II inseriu a Diocese de Cascavel - PR na condição de Sede Metropolitana, com a bula *Maiori Christifidelium*, condicionando também o seu Bispo Diocesano, Dom Armando Círio, na esfera de Arcebispo metropolitano, tendo como sufragâneas as Dioceses de Toledo, de Foz do Iguaçu e de Palmas - Francisco Beltrão.

A Diocese de Cascavel - PR, ao longo dos anos, teve essa configuração: 1º Bispo e 1º Arcebispo – Dom Armando Círio (1978-1996); 2º Arcebispo – Dom Lúcio Ignácio Baumgaertner (1996-2008); 3º Arcebispo – Dom Mauro Aparecido dos Santos (2008-2021). A posição geográfica da Diocese de Cascavel - PR é esta: Oeste – Meridional do Estado do Paraná; limites – Dioceses de Campo Mourão, de Toledo, de Foz do Iguaçu, de Palmas – Francisco Beltrão e de Guarapuava.

O atual Bispo, Dom Mauro Aparecido dos Santos, foi nomeado em 22 de setembro de 2021 pelo Papa Francisco, tomando posse no dia 31 de outubro de 2021. A Superfície territorial da diocese de Cascavel - PR é composta por 8.516 km², e a sua população estimada é de 537 mil habitantes (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2021). A Figura 6 demonstra que a abrangência dos municípios na diocese é a mesma da microrregião de Cascavel.

Figura 6 - Microrregião de Cascavel - PR



Fonte: Elaborado pelo autor com base dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Conforme se vê na figura 6, o município de Cascavel tem o maior território, assim como contempla o maior número de Pastorais e seus integrantes. As Pastorais são distribuídas de acordo com o número de paróquias em cada Diocese, e cada paróquia representa a junção de comunidades. Logo, quanto maior o território e a população, maiores serão as paróquias e as suas respectivas Pastorais, haja vista que o contingente populacional incide nas expressões da questão social e, por consequência, na criação de mais pastorais.

Todas as Pastorais de função real da microrregião de Cascavel - PR (18, no total) pertencem à Arquidiocese de Cascavel - PR, das quais 11⁷⁵ trabalham com temáticas sociais (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

⁷⁵ As outras cinco pastorais são: Pastoral do Dízimo, que exerce a função de conscientização do pagamento do dízimo para a Igreja e sua finalidade; Pastoral da Liturgia, que trabalha com as atividades das narrativas orais celebrativas dos encontros religiosos; Pastoral da Catequese, que executa atribuições de ensinamentos cristãos e católicos para os ingressos a religião; Pastoral da Comunicação, que realiza ações voltadas à disseminação dos ensinamentos cristãos e católicos pelas miríades de veículos de comunicação; Pastoral do Diálogo Interreligioso, que lida com questões relacionadas ao diálogo e a convivência harmoniosa com outras religiões; e Pastoral da Juventude, que fomenta o

Quadro 5 - Pastorais católicas de Cascavel - PR⁷⁶ e microrregião e temas sociais com o público-alvo-2023

PASTORAL	TEMA SOCIAL E PÚBLICO-ALVO
Pastoral Carcerária	Direitos Humanos (Detentos prisionais).
Pastoral da Criança	Direitos da Criança (Crianças e recém-nascidos).
Pastoral do Menor	Direitos da Criança e do Adolescente (Crianças e adolescentes).
Pastoral do Migrante	Direitos Humanos (Migrante e imigrantes).
Pastoral da Pessoa Idosa	Direitos Humanos (Cidadãos idosos).
Pastoral da Sobriedade	Saúde (Pessoas dependentes químicos).
Pastoral do Surdo	Direitos Humanos (Pessoas com deficiência auditiva).
Pastoral Universitária	Educação (Professores e estudantes e outros).

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados documentais da Arquidiocese de Cascavel - PR (2023).

De todas as apresentadas, a Pastoral da Criança é a única que está presente em todos os municípios da Diocese de Cascavel - PR. A Pastoral Carcerária, a Pastoral do Menor, a Pastoral Universitária, a Pastoral do Migrante e a Pastoral do Surdo atuam somente no município de Cascavel - PR, embora os coordenadores dessas circulem pelas comunidades da microrregião.

Tendo em vista que a Pastoral da Criança está presente em 18 paróquias, ela detém o maior número de trabalhadores voluntários e coordenadores, constituindo-se a maior entidade de trabalho voluntário na microrregião.

3.3 O UNIVERSO DE AMOSTRA DAS PASTORAIS: SUAS CARACTERÍSTICAS

Cada Pastoral é dotada de um contexto histórico e de uma estrutura organizacional que se diferem uma das outras. No caso da microrregião em pauta, todas iniciaram no município de Cascavel - PR e depois se alocaram nos demais municípios. Nesta seção, descreve-se o histórico de cada pastoral inserida na microrregião de Cascavel – PR, assim como seus trabalhos realizados (a ordem de menção às Pastorais seguiu o princípio alfabético, não o temporal).

A Pastoral Carcerária surgiu com a iniciativa das irmãs religiosas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, sendo fundada por

prática cristã com a juventude no seu cotidiano. Elas não constam no quadro porque são litúrgicas, isto é, trabalham no âmago da Igreja para os fiéis católicos, por essa razão, não são objeto de estudo desta tese, por não adentrarem à função social.

⁷⁶ As pastorais litúrgicas não estão nesse quadro por não fazerem parte desta presente pesquisa.

Santa Maria Eufrásia Pelletier entre os anos 1831 e 1835, e foi aprovada pelo Papa Gregório XVI em 16 de janeiro de 1835. Ela se origina da Ordem de Nossa Senhora da Caridade, fundada por São João Eudes, em 1641. No Brasil, a sua chegada ocorreu em 1891, com as primeiras casas de destaque na cidade de Belo Horizonte (MG), no bairro Floresta, em 1923.

No intuito de difundir as realizações de caridade e de evangelização em locais distantes da presença institucional da Igreja e do contato com a sociedade civil, nos prelúdios dos anos 1960, foi criada a Pastoral Carcerária, cujo regimento centrava-se em enviar o evangelho, converter e atender à população detenta. As atividades iniciaram com o sistema carcerário feminino, que teve como promotoras as irmãs religiosas das casas das irmãs do Bom Pastor.

No decorrer dos anos 1970, a Pastoral Carcerária não tinha apenas o intuito de amparar os encarcerados por meio da caridade e da difusão das narrativas cristãs, mas também o de promover atividades que antes eram restritas ao poder do Estado, como acesso ao esporte, à cultura, às artes e à capacitação profissional. Nos anos 1980, outras congregações englobaram a Pastoral Carcerária, como foi o caso da Congregação das Irmãs Consolatas. Grandes centros, como a cidade de São Paulo, foram escudados pela Diocese. Além disso, reuniões, congressos e assembleias em torno da temática do sistema penitenciário brasileiro se tornaram proeminentes, acima de tudo, na busca de alternativas de condições humanas e emancipatórias para os detentos na construção da CF de 1988.

Essas circunstâncias ficaram estabelecidas no artigo 5º XLIV da CF, em que se assegura aos “[...] presos o respeito à integridade física e moral.” (BRASIL, 1988). O inciso III, por sua vez, estabelece que nenhum ser humano poderá ser submetido à tortura ou a qualquer outro tratamento que seja desumano e degradante. Tais aspectos sempre foram pleiteados pela Pastoral Carcerária, contudo, o massacre ocorrido no presídio do Carandiru, em 1992, demonstrou que os requisitos da Constituição não estavam sendo garantidos, avultando-se o debate da Pastoral com os Governos Estaduais e Federal a fim de garanti os direitos humanos aos reclusos.

Os contatos com o Governo Federal passaram a fazer parte dessa Pastoral a partir dos anos 1990. A Campanha da Fraternidade⁷⁷ de 1997, por exemplo, focou no

⁷⁷ A Campanha da Fraternidade é feita pela Igreja Católica no Brasil desde 1964, ocorrendo anualmente em todas as dioceses e comunidades católicas do país, com base em temas relacionadas à questão social. A cada cinco anos, a Campanha da Fraternidade também é realizada de forma ecumênica com

tema da visibilidade da população do sistema penitenciário. Na contemporaneidade, a Pastoral Carcerária está presente em todos estados brasileiros, em penitenciárias masculinas e femininas, executando trabalhos de conscientização para com os detentos, de forma a fomentar novas perspectivas de vida que não sejam a realidade do crime. Essas ações envolvem práticas culturais, artísticas, esportivas, capacitação profissional e direção religiosa, essa última de forma opcional.

Na Arquidiocese de Cascavel - PR, a Pastoral Carcerária iniciou suas atividades em 20 de junho de 1983. No contexto dos anos 1980, a realidade carcerária na cidade estava sobre uma condição drástica, pois a aceleração urbana e o ritmo frenético do crescimento populacional também fizeram aumentar os índices de criminalidade por razões diversas⁷⁸, o que culminou com aumento do número de detentos. Esse cenário, entretanto, não era favorável à reabilitação da população reclusa.

É nesse período e contexto que nasce a Pastoral Carcerária Católica em Cascavel - PR, com ações nas penitenciárias e nos Centros de Socioeducação, como é o caso do Centro de Socioeducação e Casa de Semiliberdade (CENSE II). Desde seu princípio, essa Pastoral manteve sua atuação na conscientização da sociedade civil contra os preconceitos e estereótipos relacionados aos detentos e aos ex-detentos, além de contribuir, por meio de trabalho voluntário, com o desenvolvimento humano nas suas mais variáveis dimensões.

As atividades e locais da atuação da Pastoral Carcerária se dividem nestes cronogramas: na 15ª Subdivisão Policial de Cascavel - PR; na Penitenciária Industrial de Cascavel (PIC); no CENSE II e no Centro de Detenção e Ressocialização de Cascavel (CDR-C). Os trabalhos na 15ª subdivisão se dividem em visitas semanais, uma celebração religiosa mensal e a revisão dos processos para aqueles que não têm advogados. Na PIC, há visitas semanais, encontros religiosos⁷⁹ com uma celebração religiosa mensal. No CENSE II, há as visitas e encontros religiosos semanais. O CDR-

outras denominações cristãs que mantêm uma relação de cooperação e de diálogo com a Igreja Católica Apostólica Romana, tais como a Igreja Católica Ortodoxa Siriana, a Igreja Cristã Reformada, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), a Igreja Metodista, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Presbiteriana Unida (IPU) (CNBB, 2023).

⁷⁸ Com o histórico do uso arbitrário da violência na cidade que, nas décadas de 1950 e 1960, vicejou no lastro da ilegalidade, criaram-se ramificações culturais de ações do crime contra o direito à vida. Com o crescimento populacional, mas sem o acompanhamento do desenvolvimento econômico, aumentaram os crimes relacionados ao patrimônio (SALLES, 2010).

⁷⁹ Os encontros religiosos também estão vinculados ao movimento da Renovação Carismática Católica, o qual se prefigura em momentos de reflexão religiosa com mais profundidade mística.

C tem as mesmas atividades das instituições anteriores, entretanto, a partir de 2021, as suas atividades foram encerradas.

Todos os projetos da Pastoral Carcerária envolvem o recluso e seus familiares. A intenção primordial é levar a conscientização dos crimes cometidos por parte do detento e seus familiares para que o arrependimento das ações passadas se transforme em mudança de atitude presente e futura, projetando uma relação social ausente do crime e de contravenções.

O Estado e o poder público também têm a competência primordial de executar a ressocialização desses apenados. A Lei 7.210/1994, conhecida como Lei de Execução Penal, em seu Art. 10, determina que o Estado tem a obrigação de devolver à sociedade o ex-apanado em condições melhores do que quando ele entrou na instituição penal. Em outras palavras, ele precisa estar mais capacitado profissionalmente (Art. 19), mais equilibrado psicologicamente (Art. 21) e mais preparado moralmente, com sua autoestima recuperada, pronto para dar sequência à sua vida social e familiar (Art. 22) (CNBB, 2021a).

O poder público exerce a primeira parte (*ius preniendi*), que é o distanciamento social do cidadão do convívio social quando esse comete um delito. Entretanto, o processo não finaliza nesse momento, já que é de responsabilidade do Estado dar as condições necessárias para que o detendo retorne à sociedade. No caso da Pastoral Carcerária, o escopo é ajudar a ressocializar esse detento, exercendo funções em que o Estado se ausenta ou é ineficaz. O trabalho de ressocialização não se direciona apenas ao detento, mas também à família e à comunidade, pois todo processo de ressocialização necessita da compreensão e do apoio desses atores, englobando desde a promoção de emprego até o acolhimento na vivência social. Por essa razão, a cooperação entre a Pastoral Carcerária com outras (a Pastoral da Criança e da Educação, por exemplo), é essencial.

As Pastorais da Criança e da Educação realizam um trabalho de auxílio com a Pastoral Carcerária, com o amparo de encaminhamentos de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), de escolas e de orientações psicológicas para as crianças. De acordo com a Pastoral Carcerária, a

Pastoral da criança. Ficaria responsável pela manutenção das crianças desta família, providenciando creches para os pequenos, escola para os que estivessem em idade escolar, orientação

psicológica às crianças que precisassem deste acompanhamento etc...(CNBB, 2022).

A Pastoral da Educação, além conscientizar seu público-alvo da importância da educação como forma de instrumento de exercício de cidadania, também faz encaminhamentos para escolas e cursos de capacitação, visando ao aprimoramento do capital humano, o que pode auxiliar na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Pastoral da educação. Ficaria responsável pela providência de estudos a todos os familiares, crianças, adolescentes, adultos, buscando um dinamismo a esta família, para que a situação vivida não seja a causa da destruição ou a desestruturação da mesma. (CNBB, 2022).

O processo do trabalho educacional envolve tanto a questão da escolarização formal estabelecida nos parâmetros da sala de aula institucional quanto a educação informal, de um ensino comunitário que leva em consideração os aspectos da realidade, de modo que a família do apenado, a comunidade e os trabalhadores voluntários se envolvem em práticas de ensino e de aprendizagem envolvendo a ética humana e a profissionalização. Esses aspectos contribuem para o desenvolvimento humano do detento, de sua família e de toda sociedade, permitindo que as transformações e os benefícios não fiquem centrados no indivíduo, mas no coletivo social. Entende-se, desse modo, que o Estado e a sociedade têm responsabilidades em torno de uma garantia de um corpo social pacífico e justo.

Cabe ao Estado elaborar medidas de segurança pública e à sociedade os desdobramentos que a segurança pública tem, como prescreve o artigo 144 da CF: “Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos.” (BRASIL, 1988).

O trabalho da Pastoral Carcerária é muito presente especialmente com presos que estão no regime-semiaberto, pois, nesse período, eles têm o tempo e o espaço necessários para se ocupar de atividades para seu autossustento e de sua família, além de uma interação maior com a sociedade, a fim de demonstrar a sua recuperação e a sua disponibilidade de contribuição social. As ações realizadas no

período semiaberto são uma forma de preparação para que o apenado retorne à sua família em liberdade.

Dentre as ações que foram apresentadas pela Pastoral Carcerária, todas foram alcançadas, com exceção da concretização de uma unidade prisional com regime semiaberto⁸⁰. As ações foram alicerçadas em projetos que visavam a intensificar as visitas às famílias do projeto pró-egresso, a realizar levantamento populacional dos encarcerados nas cidades que pertencem à Arquidiocese de Cascavel - PR e a formar equipes localizadas em cada cidade para visitas às cadeias locais.

Outra organização importante é a Pastoral da Criança, que teve seu início no Brasil, em 1983, no município de Florestópolis - PR, sendo fundada pela médica pediatra Zilda Arns Neuman e pelo arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Majella Agnelo que atualmente se encontra como Cardeal Emérito. A Pastoral surgiu em meio a um contexto de intensa desigualdade social e mortalidade infantil. O Estado não cumpria seu papel de provedor de assistência social, ainda que a CF de 1988 claramente determinasse essa responsabilidade (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023). Assim, a Pastoral da Criança foi criada justamente auxiliar no combate a tais mazelas, disseminando-se para os todos estados brasileiros, além de outros 10 países da África, da Ásia, da América Latina e do Caribe (NASCIMENTO, 2008). Os níveis de coordenação dessa Pastoral se dividem de forma crescente em comunidade, ramo, setor, estado e país, tendo cada um deles seus respectivos coordenadores.

Com o trabalho de subsistência para as famílias pobres e seus filhos, a Pastoral da Criança se aprimorou na preparação de alimentos simples e de baixo custo, porém, com grande teor nutritivo para as famílias e as crianças, o que promoveu uma redução drástica na mortalidade infantil em todo o território nacional onde a Pastoral estava em atividade. Afora o trabalho de subsistência com as famílias, a Pastoral da Criança também promove a conscientização dos direitos da criança e do adolescente estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como viabiliza as condições para geração de renda por meio de capacitações profissionais com a

⁸⁰ As chamadas Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) consistem na relação de confiança entre a direção do penitenciária e os detentos. Nesse relacionamento, os presos têm a liberdade de estarem fora do sistema fechado quando estiverem trabalhando, estudando ou realizando atividades culturais, artísticas e religiosas. Essa conotação de confiança deve estar bem estabelecida, pois os reclusos têm a autonomia de entrada e de saída das celas, algo que se não for bem fidedigno de ambas as partes pode gerar injustiças e irresponsabilidades (SALLES, 2010).

comunidade e com os agentes das Pastorais, incluindo a alfabetização de jovens e adultos

A direção da Pastoral da Criança pauta-se em evitar a morte e a desnutrição de crianças por razões de vulnerabilidade social, mas também se envolve na promoção de outras garantias de sobrevivência, criando-se um ambiente favorável à existência humana. Como toda organização social, as Pastorais têm sua missão de trabalho ancorada nas diretrizes da CNBB, as quais primam pelo desenvolvimento das crianças, da família e da comunidade.

As crenças que envolvem essa Pastoral se sustentam na solidariedade e na caridade, especialmente para com a população mais pobre. Seus valores são a ética, a transparência, a honestidade, a justiça, a equidade e a simplicidade. Ademais, a instituição valoriza integralmente as famílias e as crianças, zelando pela vida em sua forma plena (NASCIMENTO, 2008).

Em cada comunidade que a Pastoral da Criança se instala, seja no Brasil ou no exterior (em torno de trinta mil comunidades ao redor do globo), o que há de semelhança é serem locais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com necessidades sociais relacionadas à carência material familiar. Mesmo em municípios com um bom desenvolvimento econômico, como é o caso de Cascavel - PR, há contrastes sociais. Por exemplo, nesse município, no início dos anos 1980, na periferia, questões relacionadas à mortalidade infantil estavam em crescimento.

Na Arquidiocese de Cascavel - PR, a Pastoral da Criança e seus níveis de coordenação já atuam há mais de três décadas, em grande parte das regiões do município e cidades circunvizinhas, com visitas em domicílios, em igrejas, em salões comunitários e CMEIs. É importante frisar o papel das lideranças envolvidas nesses vários espaços e a amplitude do conceito de liderança no trabalho voluntário. Como na organização de outras comunidades pelo Brasil e no mundo, no município de Cascavel - PR e microrregião, a Pastoral se divide entre ramo, setor, estado e país. Os ramos são as divisões paroquiais que englobam um grupo de comunidades. O setor, por sua vez, é a Diocese que aglomera o município e a sua microrregião. O estado se refere às conjunções das Pastorais das cidades, e o país compreende a administração geral da Pastoral em parceria com a CNBB.

Com base nessa organização, a Pastoral da Criança, em Cascavel – PR, iniciou na Paróquia São Cristóvão, fundada por Dom Armando, pela Irmã Maria de Lurdes Zambiasi e por Seni de Flores Pegoraro. Posteriormente à fundação, a Pastoral se

estendeu para a Paróquia Santa Cruz, em 1999, quando, a partir disso, mais de 100 coordenadores (também são chamados de líderes) passaram a fazer parte dela. Na contemporaneidade, a Pastoral da Criança conta com 30 coordenadores, atuando em cinco comunidades da Paróquia Santa Cruz (Matriz, Mutirão, Santa Gema, Santa Inês, Nossa Senhora da Salete) e atendendo a cinco CMEIs e três Escolas que pertencem ao território da referida Paróquia. Há, ainda, uma equipe de apoio⁸¹ com posta por 15 pessoas, que se alternam em suas atividades.

Como demonstra os registros da Arquidiocese de Cascavel - PR (2023), há uma descentralização administrativa para um melhor gerenciamento dessa Pastoral. Os líderes têm uma participação ativa na colaboração e na motivação para com os demais trabalhadores voluntários, além da capacidade de construir em meio à comunidade, gerando um sentimento de pertencimento coletivo e de causa pastoral.

As características de lideranças de uma pastoral divergem das orientações de chefias comuns nas administrações empresariais. O líder trabalha na direção da cativação e do carisma, sem ser controlador e punitivo. Também, busca angariar os demais para que cooperem nas atividades realizadas. Isso é fundamental, pois, como não é um trabalho remunerado, são necessários vínculos emocionais de amizade e de coleguismo. Essas duas características são extremamente essenciais quando envolvem questões que ultrapassam os contratos burocráticos e o retorno financeiro. É importante que o líder as demonstre para com a população atendida, composta, em sua maioria, por famílias.

É possível depreender, desse modo, que, na Pastoral da Criança, realiza-se um trabalho que, além de envolver a alimentação das crianças, abrange a qualidade de vida das famílias e de toda a comunidade. Os trabalhadores voluntários, ao interagirem com essas pessoas, são impactados pelo vislumbre do desenvolvimento humano, especialmente quando veem e presenciam mudanças na população e em sua qualidade de vida, permitindo que tenham um maior alcance do desenvolvimento pessoal. Além disso, esses trabalhadores voluntários, em geral, pertencem à mesma classe social e comunidade do público-alvo da Pastoral da Criança, possibilitando um maior envolvimento e mudanças conjuntas.

A terceira Pastoral a ser destacada é a universitária. A sua gênese remonta ao período no qual a Igreja Católica acompanhava a educação universitária, o ocorreu

⁸¹ Equipes de apoio são membros da comunidade não vinculados diretamente à Pastoral, mas que auxiliam no trabalho.

no início da Baixa Idade Média, no século XI, com a fundação da primeira universidade na Europa, a Universidade de Bolonha, Norte da Itália. Durante toda a Idade Média, as universidades estavam vinculadas ao clero católico, mas isso mudou a partir do século XVI, quando se laicizou o ensino e a educação deixou de ser confessional para ser vinculada a uma instituição de Estado. As reformas protestantes, tanto a luterana quanto a anglicana e calvinista, contribuíram para que isso ocorresse.

Apesar dessa separação, a presença religiosa continuou em muitas universidades, que permaneceram confessionais e com corpo de docentes e discentes católicos, o que demarcou uma visão de ensino respaldado na ótica da moral cristã. No Brasil, com a criação da Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, difundiu-se a ideia de que os fiéis católicos estivessem envolvidos no ensino universitário. Em paralelo à ACB, surgiu a Juventude Universitária Católica (JUC), em 1942, pois a ACB tinha se desdobrado em outras categorias da sociedade; mudanças na coordenação do episcopado brasileiro teriam levado a essas transformações. Há de salientar que essas modificações no âmbito nacional ocorriam de acordo com as determinações da cidade do Rio de Janeiro, onde se localizava a CNBB. De acordo com acervo digital da Fundação Getúlio Vargas,

A estruturação mais definitiva da JUC em plano nacional se deu a partir do Encontro Interamericano da JEC e da JUC, realizado no Rio de Janeiro em 1950. Nessa reunião, foi também discutido o compromisso político dos universitários, tendo a delegação de Belo Horizonte, com o apoio de delegados de outras cidades, insistido na incompatibilidade entre a filiação à JUC e a atuação em grupos políticos de direita. (FGV, 2009).

A partir da década de 1950, o poder de grupos sociais em torno da JUC foi se sobressaindo em relação à Diocese, o que caracterizava uma visão diocesana de dar mais autonomia à população leiga em conotação às ações, algo que ficou bem evidente no final dos anos 1960, uma vez que correntes ligadas ao conservadorismo da Igreja entraram em conflito com alas mais progressistas, afiliadas à Teologia da Libertação. Essa vertente detinha como visão não apenas a compreensão dos dogmas religiosos, mas também a proposição da transformação social. Desse modo, em 1967, a JUC deixou de existir, surgindo em seu lugar a Pastoral Universitária (PU). Tanto o Movimento de Comunhão e Libertação (MCL) quanto o Movimento Cristão Universitário (MCU) se aliaram à PU, imputando-lhe uma identidade preocupada com

a questão social, ou seja, a corrente ligada mais à transformação social na Igreja predominou naquele contexto. Depois disso, a Pastoral se organizou em vários estados e cidades brasileiras, como relata a Arquidiocese de Campinas - SP:

Hoje, ela está estruturada em torno de pequenos grupos de universitários – de 4 a 8 estudantes acompanhados por um assessor leigo ou clérigo, ligado direta ou indiretamente ao mundo universitário. Estes grupos se articulam entre si (local, regional e nacional) e, com outras pastorais, se inserem na realidade diocesana, visando aprofundar cada vez mais a comunhão eclesial. Esta busca de identidade eclesial faz da PU, antes de mais nada, uma presença da Igreja no mundo da Universidade (ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 2023).

Cada universidade poderia ter membros da pastoral universitária, de modo a envolver o público universitário nos aspectos cristãos que se incidem não em uma dogmatização do espaço de ensino aos moldes da Idade Média, mas em uma função orientadora da fraternidade, partindo do princípio do atendimento à população mais pobre desse segmento. Essas orientações englobam o amparo do acolhimento do público universitário, por exemplo, os pré-egressos, o acompanhamento dos discentes nos períodos posteriores aos cursos universitários, o apoio emocional e social nos momentos de preocupação com o percurso acadêmico e o auxílio religioso para aqueles que optarem por essa assistência.

A PU tem, em suas diretrizes, objetivos e atividades pautadas na ideologia cristã, contudo, trabalhando sobre o aspecto de respeito e de tolerância às demais crenças e ao diálogo com a ciência. Os seus escopos centrais são: levar os princípios éticos cristãos para o cotidiano da comunidade acadêmica e da comunidade externa e realizar a vivência cristã em encontros semanais com a comunidade acadêmica na forma da reflexão religiosa para com a sociedade, levando em consideração as expressões da questão social que envolvem a comunidade acadêmica, principalmente no que se refere à população periférica.

Essa Pastoral conta com uma equipe formada para esse trabalho, além de organizar aperfeiçoamentos constantes para quem nela queira ingressar voluntariamente. Nesse sentido, o trabalho na PU envolve não apenas uma vontade deliberada, mas também uma capacitação sólida que caminha em conjunto com os liames da CF e da religião.

As atividades permanentes da PU se delineiam nos seguintes procedimentos: Encontro anual Regional da PU; Representação nos Cursos e Assembleias Diocesanas, Provinciais, Regionais e Nacionais; Visitas a grupos de PU nas Dioceses; e Realização de cursos de formação nas Províncias e Dioceses

No município de Cascavel - PR e sua microrregião, a PU iniciou suas ações em 11 de dezembro de 2002, no bairro Jardim Maria Luiza (Rua Jaime Duarte Leal, nº 117), onde funciona o Centro Vocacional da Irmãs Marcelinas. À época, houve uma solicitação da Ir. Lourdes Zanini, da Congregação Marcelina, juntamente com leigos ligados à Diocese e outras religiosas para a criação da PU nessa cidade e em toda a arquidiocese. O pedido foi formulado após o contato da Ir. Lourdes Zanini com as faculdades e universidades de Cascavel e microrregião, que indicaram o desejo de participar da PU (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

Desde a sua fundação até à contemporaneidade, a PU está presente com maior ênfase em instituições com ensino presencial, já que as que trabalham com a modalidade a distância não possibilitariam a frequência cotidiana de alunos nos locais.

No Quadro 9, indicam-se as Instituições de Ensino Superior (IESs) de Cascavel - PR que contam com a presença da PU.

Quadro 6 - Instituições de Ensino Superior nas quais a PU atua em Cascavel-2023.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
1	Centro Universitário Assis Gurgacz
2	Centro Universitário Univel
3	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
4	Universidade do Norte do Paraná
5	Universidade Paranaense

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PU (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

Após a solicitação, no dia 7 de março de 2003, o Arcebispo metropolitano de Cascavel - PR nomeou como assessora da PU a Ir. Lourdes Zanini, o que deu início às atividades com as IESs (reuniões, celebrações, encontros e outras ações). A estrutura da PU era de responsabilidade dos religiosos, porém, os leigos trabalhadores voluntários completavam a equipe da Pastoral. Muitos estudantes universitários, que, por conhecerem a realidade vigente do contexto do ensino superior, também têm contribuído com suas sensibilidades e conhecimentos para com o público envolvido (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

Os trabalhadores voluntários não religiosos, em sua maioria, têm, durante o dia, trabalhos remunerados e, à noite, são estudantes de IESs privadas. Desse modo, desdobram-se em uma tripla jornada: trabalho remunerado, estudo universitário e trabalho voluntário. Mesmo com uma carga intensa de afazeres, as ações voluntárias são constantes, o que lhes gera bem-estar ao participarem das atividades.

Outro público negligenciado na sociedade é o dos idosos. No Brasil, por parte do Estado, há um histórico de desatenção com a pessoa idosa, o que se observa na carência de políticas públicas que garantam os direitos e a qualidade de vida dessa parcela da população. Em vista disso, a sociedade civil sempre se organizou em prol desse coletivo, para atendê-lo em questões relativas à saúde, à assistência social, à cultura, ao esporte, ao entretenimento e outros serviços. Para as famílias com maior poder aquisitivo, as entidades particulares assumiram o propósito de realizar esses atendimentos, todavia, a maioria dos idosos no Brasil é de baixa renda ou está em vulnerabilidade social.

A partir da criação da Política Nacional do Idoso, por meio da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 (BRASIL, 1994), começou-se a implementação de instituições públicas para o amparo da população idosa, além de elementos jurídicos que assegurassem certos direitos, tais como a prioridade no atendimento aos idosos nos espaços públicos e privados, condições de acessibilidade para locomoção, urbanização, habitação e responsabilidade dos familiares e da sociedade no cuidado com esses sujeitos (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

As políticas públicas direcionadas à saúde, à assistência social, à previdência social e a outros aspectos da vida são aprimoradas para melhor assessorar esse público. No entanto, isso não se concretiza de forma ampla em todo país. Em decorrência disso, diversas organizações da sociedade civil empenharam-se na criação de entidades que oferecessem justamente o que o Estado não tem feito.

Depois da criação do Estatuto do Idoso, surgiu, ligada à Igreja Católica, a Pastoral da Pessoa Idosa, sendo um desdobramento da Pastoral da Criança. Desde 1993, sob a coordenação nacional de Zilda Arns e outros, percebeu-se que havia um grande contingente de líderes de pastorais que eram idosos, mas não havia ainda um compromisso da Igreja e das demais organizações da sociedade civil de forma mais específica com esse público. A Pastoral da Pessoa Idosa esteve vinculada à Pastoral da Criança até 2005, porém, a partir do dia 5 de novembro desse mesmo ano, formalizou-se a Pastoral da Pessoa Idosa, com reconhecimento da CNBB. O intuito dessa nova

Pastoral era, e continua sendo, atender ao público idoso, com base na promoção da pessoa humana, trabalhando sobre a valorização da dignidade desse público, com um processo educativo e de formação contínua, sem levar em consideração etnia, sexo, profissão, nacionalidade credo religioso ou político.

Certamente, a implantação do Estatuto do Idoso foi um enorme progresso para o desenvolvimento das políticas públicas e de instituições e entidades. A Pastoral da Pessoa Idosa, desse modo, deu prosseguimento aos seus objetivos, a fim de acompanhar as diretrizes dessa legislação e os princípios do trabalho social da Igreja. Dentre seus propósitos estão os aspectos mentais e físicos dos idosos e de pessoas inseridas em comunidades com maior índice de subalternidade social, o que se coaduna aos intentos de promover a cidadania pleiteada pelo Estatuto do Idoso, como o convívio da população idosa com as demais faixas etárias de idade, de trabalhar o respeito à diversidade cultural e de valorizar a experiência de vida de cada um, assim como a sabedoria angariada com o tempo vivido.

No que tange aos propósitos para os trabalhadores voluntários, são elaboradas capacitações para o melhor atendimento à população idosa, como visitas domiciliares, organização de redes de solidariedade entre as comunidades para promover o bem-estar social dos idosos, bem como dos conselhos de idosos e demais entidades voltadas à gerontologia, à defesa dos direitos desses sujeitos e à assistência social. Toda essa sistematização visa a disseminar em meio à sociedade e aos gestores públicos a relevância da população idosa no âmbito social e a importância do trabalho voluntário, das políticas públicas e da responsabilidade social das empresas, trabalhando, assim, não só sobre os aspectos religiosos, mas também os sociais.

No que concerne à Pastoral da Pessoa Idosa na cidade de Cascavel - PR, em 2001, foi agregada à Pastoral da Criança. Sua fundação autônoma ocorreu quase um ano depois da sua criação nacional, no dia 6 de março de 2006, tendo como primeira coordenadora a Sr. Romilda Bucatti. Desde a sua implementação, as premissas da colaboração e da multiplicação do afeto⁸² fazem parte dos objetivos centrais dessa Pastoral na Arquidiocese cascavelense, assim como os objetivos pautados na instituição nacional (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2021).

Devido à pandemia da covid-19, os atendimentos têm ocorrido por meio de contato telefônico. Ao todo, esse universo comporta 21 paróquias e 10 comunidades,

⁸² Inspirado no texto bíblico de Marcos 6:34-44, que remete à mensagem evangélica da partilha independentemente das condições vigentes.

com um montante de 4.998 famílias e de 6.525 idosos. Para acolher a esse contingente, há um trabalho intenso de 618 líderes, que são voluntários devidamente capacitados sobre os trâmites da formação interna da pastoral. A coordenação da pastoral pessoa é feita na atualidade por Maria Lourdes Menon Schram, e seu assessor é Claudio Moratelli (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

O direito à acessibilidade⁸³ está previsto na CF de 1988. Assim como em todos os direitos coexistentes demonstrados anteriormente, o Estado, a família e a sociedade têm a responsabilidade de permitir que o desenvolvimento social ocorra de forma contínua. Mesmo antes da CF de 1988, constatam-se ações da sociedade civil em prol da acessibilidade humana. Um exemplo disso é a criação da Pastoral de Surdo, no ano de 1950. Oficialmente,

[...] a Pastoral dos Surdos iniciou em 1950 sob o impulso do Padre Eugênio Oates e do Monsenhor Vicente Penido Burnier⁸⁴. Mas os trabalhos realizados com os surdos começaram bem antes. Em 1929, por exemplo, temos o registro das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário instalando uma escola para acolher surdas de São Paulo (CNBB, 2022).

O início dos trabalhos realizados com os surdos no final dos anos 1920, em São Paulo, contribuiu para o surgimento da Pastoral dos Surdos nos anos 1950. No estado do Paraná, isso ocorreu em Curitiba, no decorrer do último quartel do século XX, estendendo-se posteriormente para as demais cidades do interior do estado, ao ponto de se tornar uma referência no Brasil. De acordo com a CNBB (2022), em 1988, aconteceu o primeiro encontro regional no estado do Paraná na cidade de Foz do Iguaçu; após esse evento, a Pastoral se estendeu para demais cidades no Paraná

A Pastoral dos Surdos tem a competência de orientar a população surda sobre a garantia de seus direitos e sobre as alternativas de sociabilidade que existem nas relações sociais, realizando parcerias com a sociedade civil, com a iniciativa privada

⁸³ A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Artigo 8 e parágrafo único, estabelece que: “É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico” (BRASIL, 2015).

⁸⁴ Considerado o primeiro padre surdo da América Latina (CNBB, 2009).

e com poder público. As ações são empreendidas na perspectiva da promoção de reuniões e atividades que desenvolvam a inclusão social, por exemplo, o encaminhamento ao mercado de trabalho, os ambientes escolares e acadêmicos, além da proposição de toda sociabilidade que a população surda necessita (PEREIRA, 2021).

No município de Cascavel - PR, essa Pastoral se concretizou em 1990, no espaço da Catedral, estabelecimento localizado no centro da cidade, tendo como representantes e participantes apenas pessoas surdas, dentre elas: Cleudinéia Regina Moletta (a primeira coordenadora), Eliane de Costa Lima, Clovis Batista de Souza, Fabio Mascarello, Julio Marcos Souza e Gisele Zaffari. Atualmente, o coordenador é Flavio Kottwitz Júnior, que ocupa a função desde 2018 (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

Ainda no universo das distintas pastorais, destaca-se a Pastoral do Migrante, relacionada à emigração e à imigração, movimentos que fazem parte do contexto histórico da humanidade há milênios. Todavia, com as transformações ocasionadas por aspectos políticos, econômicos e climáticos, no último século e nas primeiras décadas do século XX, isso se intensificou de forma descomedida (CNBB, 2021b).

As perseguições em muitos países, por motivos de crença religiosa, política e/ou ideológica, engendraram locomoções humanas para outras partes do planeta, a exemplo das revoluções no início do século XX e do surgimento de regimes totalitários pelo mundo (TRINDADE, 2011). Minorias étnicas, religiosas e ideológicas geralmente acabam perecendo diante dos ditames políticos avessos a esses conjuntos, o que, em revoluções ou golpes de Estado, pode se exacerbar, como tem acontecido ao redor do mundo. Os confrontos de nações que culminaram nas guerras mundiais e em outras batalhas locais causaram devastação e um deslocamento açodado e titânico (KUHN, 2006).

Além desses aspectos, as intempéries naturais, como a falta de chuva, a chuva em excesso, os terremotos, os deslizamentos etc., têm contribuído para o aumento do desemprego e da fome, fatores que impelem as migrações pelo globo. As pessoas que migraram/migram para outros países se deparam com um idioma, cultura e legislações totalmente diferentes de seus locais de origem, o que pode ocasionar dificuldades para sobreviver e interagir nesse novo ambiente. Com relação ao trabalho, o não domínio da língua e a ausência de documentação são fatores que impedem que os imigrantes consigam um trabalho digno. Se já não bastassem esses

percalços, ainda há a falta de acolhimento não só do Estado, mas também da população, que encara, muitas vezes, esses sujeitos como invasores, fazendo com que a sua chegada seja conturbada e até desumana.

Partindo dessas questões, em 1980, no Brasil, a Igreja se articulou para dar origem à Pastoral do Migrante, com inspiração na Campanha da Fraternidade daquele mesmo ano, cujo tema foi “Para onde vais?”. De acordo com a (CNBB, 2023), essa articulação se iniciou pelo Serviço Pastoral dos Imigrantes (SPM), em 1984, que teve por influência a Campanha de Fraternidade, sendo oficialmente criado, em 1986, ano em que também foi estabelecido, em 19 de junho, o dia do migrante.

O trabalho dessa Pastoral principiou motivado com a missão de articular e organizar os migrantes e imigrantes sobre os âmbitos locais e nacionais, visando à promoção e à organização d desses sujeitos, sobretudo daqueles que viviam de forma forçada o fenômeno migratório, trabalhando-se os aspectos da inclusão na cidadania brasileira, dele e de toda sua família. Esse trabalho se concentra na acolhida dos migrantes e imigrantes, sejam os que se movimente dentro de seu território ou de estrangeiros. Essa recepção envolve garantias de subsistência dessas pessoas, tais como alimentação, vestuário, abrigo e auxílio para conseguir documentação e emprego, além do acolhimento imaterial demonstrado pelos voluntários.

A missão da pastoral está calcada nos artigos da Carta dos Direitos Humanos, que correspondem à proteção e à garantia à vida e à integridade humana dos migrantes e imigrantes, como se estabelece no Art. 14. Também, ampara-se nos demais artigos da Carta dos Direitos Humanos e na CF de 1988, especialmente no que diz respeito aos aspectos econômicos e sociais. Como ressalta a Arquidiocese de Fortaleza (CE), a missão da Pastoral do migrante é

MISSÃO – Construir processos organizativos, defender os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, religiosos e ambientais, sendo presença inculturada e profética no enfrentamento da migração forçada. Este serviço se realiza através da FIA – Formação, Incidência e Articulação. (ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, 2021).

Os objetivos dessa Pastoral se envolvem no modo das proposições materiais e imateriais que, além auxiliar no aspecto sobrevivencial, têm a capacidade de demonstrar e apresentar empatia dos voluntários para com os migrantes e imigrantes. O acolhimento por parte dos voluntários é a primeira ação que ocorre, isso se dá na recepção dessa população que chega ao território brasileiro desamparada não só de

elementos materiais, mas também de contato afetivo. Portanto, o acolhimento na forma de diálogo e de preocupação com a realidade vivida pelos migrantes e imigrantes permite o alvorecer da confiança, que é extremamente importante para o envolvimento desses na nova sociedade. Todo trabalho da Pastoral envolve o apoio na confecção dos primeiros documentos, a capacitação e o encaminhamento para o mercado de trabalho, a inclusão com relação aos aspectos culturais da nova sociedade e a preservação das identidades culturais do povo migrante/imigrante, por meio de eventos específicos para esse fim.

O trabalho é desenvolvido na perspectiva da filosofia ética cristã católica, mas, assim como nas demais pastorais, a ênfase não é orientar o credo religioso do migrante/imigrante, mas sim o trabalho dos voluntários. E sobre esse trabalho, a Pastoral foi se estendendo para outras localidades no Brasil, principalmente em cidades com um crescimento expressivo no número de migração/imigração.

Em Cascavel – PR, a Pastoral do Imigrante foi inaugurada na Diocese no ano de 2016, motivadas pelo aumento migratório e imigratório de pessoas que se direcionavam à cidade em busca de emprego e de melhores condições de vida.

Em 2016, a Congregação dos Scalibrinos, na Paróquia São Cristóvão, cujo trabalho consiste essencialmente em acompanhar migrantes e imigrantes, deu início ao trabalho da Pastoral do Migrante. Essa efetivação foi motivada pela alta demanda solicitada pela carita diocesana, em função da imigração de haitianos no município e nas cidades circunvizinhas. Sendo assim, em abril desse ano, com apoio do Arcebispo, a Pastoral do Migrante iniciou suas atividades com o auxílio de trabalhadores voluntários leigos, em sua maioria, e assessorados por um religioso, o sacerdote scalabriniano Wilnie Jeans. Em maio do mesmo ano, com o amparo financeiro da Catedral Nossa Senhora de Aparecida e dos trabalhadores voluntários leigos, foi possível alugar um estabelecimento na Rua Jacarezinho, a fim de atender e orientar os sujeitos migrantes e imigrantes (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2021).

Além do auxílio, das orientações, dos encaminhamentos para o mercado de trabalho e das políticas públicas propostas pela diretriz nacional, a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Cascavel - PR realiza atividades culturais de acordo com a realidade de cada grupo de migrantes e imigrantes, por exemplo, feiras de artesanato e de alimentos, ações recreativas que envolvem teatro, música e dança. Todas essas iniciativas têm o escopo de aproximar a sociedade local com as

diferenças culturais dos migrantes, além de contribuir para que os que se mudaram por algum motivo se sintam parte do meio em que vivem (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

Na última década, houve uma crescente imigração da população do Haiti no município em questão, fato motivado por razões internas desse país, tais como guerra civil, terremotos e furacões, aspectos que intensificaram ainda mais a miséria. Também, tem-se notado uma elevação nas imigrações de venezuelanos, causada por instabilidades econômicas. Sejam haitianos, venezuelanos ou de outras nacionalidades⁸⁵ que se encontram na cidade, esses sujeitos estão à procura de uma melhor estabilidade financeira para si e seus familiares.

Outro problema comum na sociedade brasileira é a dependência química. O uso de drogas lícitas (tabaco e bebidas alcoólicas) e ilícitas (maconha, cocaína, crack e outras) tem se tornado trivial. A atenção do Estado se resume à punição legal, isto é, a repressão ao uso de entorpecentes, mais especificamente, de drogas ilícitas. No entanto, percebeu-se que a dependência desses produtos químicos é, atualmente, uma questão de saúde pública e não uma questão policial. Isso é tão evidente que a sociedade civil, com a criação de grupos de apoio estabelecidos por ONGs, por associações ou por religiões, tem realizado um trabalho voluntário para auxiliar na recuperação de dependentes.

É nesse contexto que surge a Pastoral da Sobriedade, como uma alternativa para que os dependentes químicos encontrem um apoio nos seus mais variados aspectos. Essa Pastoral

[...] É uma resposta da Igreja a uma problemática social. Considerando que uma grande parte da população brasileira está, direta ou indiretamente, ligada ao fenômeno das drogas, que cada vez mais cedo os adolescentes entram em contato com as drogas, carregando consigo, em média, quatro outras pessoas, chamadas de co-dependentes, membros da família e amigos, a Pastoral da Sobriedade capacita aqueles, que de alguma maneira, se identificam com a causa e desejam lutar pela vida, tornando-se um Agente da Pastoral da Sobriedade. (CNBB, 2021c).

A adesão à participação da Pastoral da Sobriedade também é uma forma de, futuramente, o viciado trabalhar como voluntário, pois a experiência de quem já

⁸⁵ Esses outros povos são, em grande parte, de países sul-americanos, como paraguaios, bolivianos, argentinos, chilenos, além dos que vêm de países africanos (Gana, Nigéria, Senegal, Costa do Marfim, Angola, Moçambique) e outros (KUHN, 2006).

vivenciou os percalços dos vícios em drogas e os superou por meio do envolvimento com a Pastoral se torna essencial para a continuidade dos trabalhos. São cinco ações que amparam as tarefas com os voluntários: prevenção do uso de drogas; intervenção junto daqueles que usaram entorpecentes, mas não se tornaram dependentes; recuperação do dependente químico; reinserção familiar e social do dependente em sobriedade; e, por fim, com atuação política cidadã com a proposição do diálogo entre as instituições sociais.

O cronograma das atividades é estabelecido por meio de reuniões semanais realizadas com grupos de apoios. A presença de participantes antigos e recuperados dá um suporte aos ingressantes, dado que os testemunhos dos que obtiveram êxito nesse processo animam aqueles que pretendem perpassar pela mesma fase de recuperação. A atuação dos familiares também é fundamental nesses encontros, já que a recuperação não é uma ação apenas individual, mas sim familiar e social. Assim, o diálogo e a preocupação para com o outro são os suportes que sustentam cada encontro semanal. De acordo com a Pastoral da Sobriedade,

O Grupo de Auto-Ajuda atua: - na Prevenção e na Atuação Política quando, por ser pastoral orgânica desenvolve ações interligadas e age interligando as demais pastorais, movimentos e ministérios dentro da paróquia, quando, por ser pastoral social, busca ser causa de transformação pessoal, comunitária e da sociedade pela promoção de ações concretas em favor da Vida junto à iniciativa privada, escolas públicas, e governos. O GAA atua na Intervenção, Recuperação e Reinserção familiar quando exerce ação terapêutica e de evangelização, que traduzida na Terapia do Amor, trabalha para a sobriedade do dependente e sua família, simultaneamente durante as reuniões semanais do Grupo de Auto-ajuda e também atua enquanto pastoral de inclusão quando objetiva a inserção de cada participante tanto nas demais pastorais e atividades existentes na paróquia assim como na sociedade. (CNBB, 2021).

Em 25 de junho de 2001, no bairro São Cristóvão, na cidade de Cascavel - PR, foi implantado o primeiro grupo da Pastoral da Sobriedade. Atualmente, nesse mesmo local, os encontros ocorrem todas as segundas-feiras, às 19h30min, contando com 10 agentes voluntários e 30 participantes, incluindo os dependentes e seus familiares.

Após a fundação do primeiro grupo, outros 11 foram implementados nos seguintes bairros do município: Guarujá – na Paróquia São Francisco de Assis; Jardim Itália – na Paróquia Santa Luzia; Neva – na Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Cancellly – na Paróquia Nossa Senhora de Fátima; e no Clarito – na Paróquia

Santa Terezinha do Menino Jesus. No município de Cafelândia, os grupos organizaram-se da seguinte forma: na Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus; bairro Períolo – na Paróquia Imaculado Coração de Maria; bairro Brasília – na Paróquia Nossa Senhora do Consolata; e bairro Santa Cruz – na Paróquia Santa Cruz. Nos municípios de Três Barras do Paraná e Santa Tereza do Oeste, os locais são estes, respectivamente: na Catedral Nossa Senhora de Aparecida e na Paróquia Santa Tereza D'Ávila. Todos esses grupos se reúnem uma vez por semana (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2021).

Além dos idosos, parcela da sociedade brasileira muito desassistida, como ressaltou-se anteriormente, as crianças e os adolescentes têm também sua história marcada pelo descaso público. Durante a Ditadura Militar, isso foi muito evidente, pois o Estado brasileiro não tinha políticas públicas voltadas para a promoção e para a emancipação das crianças e adolescentes, apenas para a repressão social. Com isso, não havia nenhuma perspectiva de mudança social na vida dessas pessoas, de seus familiares e de toda a sociedade, fazendo com que a pobreza fosse considerada uma questão policial (BICKERS, 2021).

Foi nesse contexto que, em 1977, nas comunidades eclesiais de base de São Paulo, nasceu a Pastoral do Menor, por iniciativa das Irmãs Maria do Rosário e Ruth Pistore, com o amparo do Bispo Dom Luciano Mendes de Almeida. As atividades iniciais da pastoral visavam a atender aos adolescentes vítimas de violência em seus mais variados aspectos, fornecendo alimentação, cultura, esporte e profissionalização àqueles adolescentes com idade legal para o mercado de trabalho. Outras ações importantes foram palestras de conscientização para os que cometiam atos infracionais, momentos em que o instrumento evangelizador se fazia presente, como uma nova concepção para suas vidas (BRAIDO, 2011).

O objetivo da Pastoral do Menor é propor a promoção humana para os adolescentes de forma integral e alicerçada em todos os contornos sociais e familiares. As suas diretrizes são sensibilizar, motivar e mobilizar os vários setores da Igreja, sociedade civil, empresas e poder público em torno de ações concretas que garantam o direito das crianças e adolescentes que vivem em subalternidade social. Essas atitudes estão voltadas para a educação, para o esporte, para a cultura, para o lazer e demais relações de convivência cidadã, assim como estimulam as relações fraternais e solidárias, com base nos princípios cristãos.

Verifica-se que a função da Pastoral do Menor não é substituir o Estado, mas realizar um trabalho conjunto com a família e entes públicos, na forma de denúncias, de planejamento e de encaminhamentos. Foi com a CF, em 1988 e, mais especificamente, com ECA, em 1990, que os direitos e deveres das crianças e adolescentes começaram a serem focados no sentido de suas garantias. O Art. 227 da CF indica, além das responsabilidades do Estado, os deveres da sociedade e da família, sobre questões relativas à saúde, ao direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade humana, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, assim como preservar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, de discriminação, de exploração, de violência e de opressão (BRASIL, 1988).

Mesmo que nem todos os direitos das crianças e dos adolescentes tenham sido garantidos ao longo dos anos, a redução do trabalho infantil e acesso à educação, à alimentação e à saúde tiveram uma tênue melhora após as legislações de direitos sociais, executando-se de forma firme as negligências causadas a esse público. Ainda conforme o Art. 227 da CF, a sociedade também tem responsabilidade de assegurar aos menores os direitos prescritos, algo que a Pastoral do Menor tem buscado fazer em todo território nacional.

Em Cascavel - PR, as atividades da Pastoral do Menor iniciaram na Paróquia São Cristóvão, no primeiro trimestre de 2008, por diligência do Arcebispo Dom Mauro Aparecido dos Santos e com auxílio do padre Antônio Bartolomai. A primeira coordenação esteve a cargo de Fabio Tomasseto, assessorado por Neusa Terezinha Bayer Eckert, ambos trabalhadores voluntários leigos na Paróquia São Cristóvão, exercendo os trabalhos no Centro de Estudos do Menor e Integração na comunidade Renato Festugato. Atualmente, a coordenadora é Larissa Quimberly de Oliveira, estando presente em cinco locais na cidade: Centro – na Catedral Nossa Senhora de Aparecida e na Paróquia Santo Antônio; bairro Cancelli – na Paróquia Nossa Senhora de Fátima; bairro Periollo – na Paróquia Nossa Senhora do Consolata; e, por fim, bairro Brasmadeira – na Paróquia Santo Inácio de Loyola. Ao todo, são 14 agentes que trabalham de forma voluntária (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

Na atualidade, as atividades da Pastoral do Menor ocorrem nos CENSEs I e II, que se localizam no bairro Cascavel Velho. No que diz respeito às atividades, são realizadas oficinas com cursos de justiça restaurativa, oferecidos aos adolescentes e aos agentes voluntários, com foco na responsabilização não violenta do agressor,

destacando-se as noções de arrependimento da infração, da restauração ao dano causado e do restabelecimento de vínculos sociais que foram rompidos por causa do ato infracional. Ainda fazem parte do conteúdo a reflexão e a aplicação de princípios éticos para a convivência social nos âmbitos familiares, comunitários, escolar e do trabalho (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

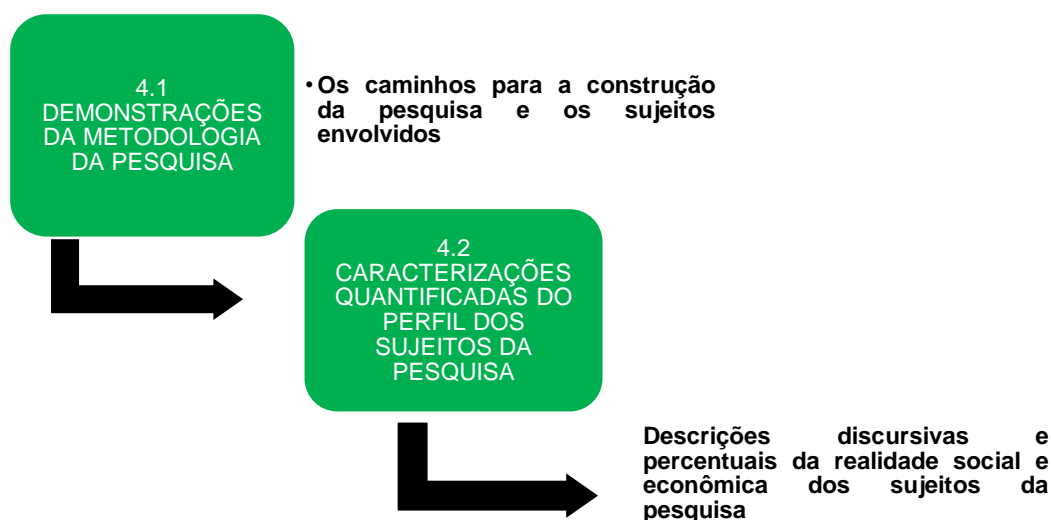
A Pastoral do Menor também atua juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por meio das reuniões e da elaboração de documentos para o melhor desempenho do Conselho com relação à sociedade e às suas competências.

Após descrever cada pastoral e suas respectivas ações, no capítulo a seguir, são explicitados os aspectos metodológicos desta pesquisa e uma amostra da tabulação da pesquisa de campo.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EMPÍRICA

Neste presente capítulo, explicita-se a metodologia da pesquisa, os procedimentos da coleta e análise dos dados, as dimensões sociais quantitativas dos sujeitos de pesquisa, bem como a pesquisa de campo e a tabulação dos resultados. A Figura 7 sintetiza a organização deste capítulo.

Figura 7 - Síntese da seção do capítulo



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

4.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Na análise do concreto ao abstrato, do lógico à historicidade, busca-se desvelar as contradições do objeto de pesquisa. A partir disso, é possível compreender outras categorias que o envolvem e que dão suporte teórico às reflexões, chegando-se à totalidade. Em suma, o foco desta análise é o tempo livre do trabalho voluntário de cidadãos que são os coordenadores das pastorais católicas da microrregião de Cascavel - PR.

Considerando que na sociedade civil há vários contextos sociais que envolvem a vida rotineira de cada sujeito, realizar um movimento analítico como o proposto é relevante para se dar clareza aos conceitos teóricos e empíricos. Assim como ressalta Bertalanffy (2014), a sociedade é permeada por um complexo sistema interligado a uma teia dinâmica de eventos interrelacionados. Dessa forma, cada fator do mundo

social não existe e exerce alguma função de forma isolada, mas sim sofre influências de outros fatores, o que pode se classificar como globalidade. Trata-se de um conjunto de elementos na esfera social que estão concatenados, e uma interferência em um desses elementos afeta o todo.

Por essa razão, o pensamento sistêmico da comunicação, além de deter o conceito da globalidade, compreende os conceitos da *Homeostase* e da circularidade. O primeiro se prescreve no conjunto de um equilíbrio entre as partes da realidade social, mas que podem ser desequilibradas conforme as alterações exercidas por atores sociais ou instituições. O segundo, por sua vez, se direciona ao fato de que os fatores sociais não são lineares, mas sim circulam e se encontram. Dito de outro modo, diferentes atividades não são separadas pelo espaço e pelo tempo, mas se influem por meio da interação humana com o mundo, seja ele econômico, cultural, ideológico ou outros.

A escolha pela abordagem do método do pensamento sistêmico da comunicação para esta pesquisa foi motivada em virtude de que o desenvolvimento pessoal tem uma ligação ampla com fatores da realidade social, não ficando restrito a um pequeno lócus, mas sofre interferências externas distantes, sejam de atores sociais ou de instituições. O trabalho voluntário nas Pastorais é afetado pelas atividades realizadas, desde a mudança de percepção individual dos voluntários, influenciada por ramos culturais e ideológicos, até modificações ligadas ao ramo organizacional das Pastorais ou a da Igreja Católica. Isso revela que a teia dinâmica de eventos está comportada no tempo livre do trabalho voluntário das Pastorais, afetando o desenvolvimento pessoal.

Assim sendo, o método da teoria do Pensamento Sistêmico da Comunicação foi utilizado na pesquisa de campo para compreender os mais variados contextos dos sujeitos participantes, além de demonstrar como as suas aplicações estão relacionados ao desenvolvimento pessoal no tempo livre do trabalho voluntário.

Esta investigação pautou-se, inicialmente, em uma abordagem bibliográfica, a partir da consulta em livros, artigos científicos, teses e dissertações de diversas áreas do conhecimento, tais como a História, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Economia e a Ciência Política. O estudo também tem caráter qualitativo, porém, com um recorte quantitativo, no que se refere à quantificação dos perfis dos sujeitos da pesquisa.

Os sujeitos envolvidos são cidadãos coordenadores das Pastorais católicas na microrregião de Cascavel – PR, residentes nessa cidade, e que organizam as ações voluntárias das Pastorais por toda a microrregião. A escolha por coordenadores e não por integrantes das Pastorais se deu porque há uma oscilação expressiva no número dos integrantes e em sua estabilidade de trabalho, porém, há um número relativamente fixo de coordenadores que têm ações voluntárias mais estáveis. Além disso, os coordenadores usam todos os dias de seu tempo livre para exercer alguma função voluntária, por exemplo, o contato pessoal com a população, trabalhos burocráticos da Pastoral e de sua gestão (elaboração de documentos, projetos, avaliações, correções, verificações de materiais, contatos telefônicos e mensagens eletrônicas). Desse modo, diariamente, os coordenadores usam do tempo livre para exercer o trabalho voluntário, o que difere no caso dos demais agentes das Pastorais não atuam voluntariamente em todo o seu tempo livre, algo que impossibilitaria a mensuração da relação do desenvolvimento pessoal com o trabalho voluntário no tempo livre. Diante disso, selecionar os coordenadores como sujeitos da pesquisa permitiu uma maior profundidade do estudo em direção ao entendimento do desenvolvimento pessoal no trabalho voluntário sobre o tempo livre. O total de sujeitos selecionados foi 18, número que coincide com o montante de coordenadores que atuam nos municípios da microrregião de Cascavel - PR, pertencente à Diocese cascavelense (ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL, 2023).

Dos 18 coordenadores, onze são da Pastoral da Criança, isso porque são destes que tem mais circulação entre os municípios da microrregião. As outras sete são: Pastoral Carcerária, Pastoral do Menor, Pastoral do Imigrante, Pastoral do Surdo, Pastoral da Sobriedade, Pastoral Universitária e Pastoral do Idoso. Todos os coordenadores estão há mais de dois anos nas respectivas organizações. Salienta-se que, em momento algum, esses sujeitos foram identificados, a fim de manter o sigilo e a ética em pesquisa⁸⁶.

A escolha das Pastorais pelo trabalho voluntário e não pelas demais organizações ligadas a outras instituições da sociedade civil justifica-se porque as Pastorais são as organizações que mais englobam o trabalho voluntário na microrregião e são as únicas entidades voluntárias presentes em todos os municípios (ARQUIDIOSECE DE CASCAVEL, 2023).

⁸⁶ Os sujeitos foram nominados com a letra T (de Trabalhador), seguida de outra letra do alfabeto, por exemplo, T. A., T. B, T. C. e assim por diante.

Os instrumentais metodológicos utilizados são a percepção do discurso narrado, a visita institucional (apenas com a presença do pesquisador) e a entrevista semiestruturada. O roteiro de perguntas da entrevista (Apêndice B) foi construído com base em questões abertas e enviadas por correio eletrônico e por aplicativo de mensagem (WhatsApp). Caso surgissem dúvidas com relação ao enunciado das perguntas, dava-se um retorno aos entrevistados por meio desses dois suportes de comunicação. Essa interação virtual ocorreu porque, em 2021, quando os dados foram gerados, ainda estavam em vigor medidas sanitárias e de saúde pública relacionadas à pandemia da covid-19.

Para participar das entrevistas, os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a coleta dessas informações (Apêndice C), conforme os critérios estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)⁸⁷, assim como também houve o consentimento documentado da instituição responsável pelas pastorais.

No roteiro da entrevista, há sete perguntas que abarcam de modo direto e indireto as relações entre tempo livre, trabalho voluntário e suas influências para com o desenvolvimento pessoal, questões essas elaboradas a partir dos objetivos do projeto.

A primeira pergunta abordou a razão da utilização do tempo livre e do trabalho voluntário. A segunda indagou sobre as possíveis transformações pessoais que ocorrem durante o tempo livre do trabalho voluntário. A terceira averiguou se há algum recebimento imaterial em razão do trabalho voluntário. A aferiu sobre a possível existência da cooperação articulada à reciprocidade em razão do trabalho voluntário. A quinta sondou a relação da probabilidade do surgimento da confiança entre os coordenadores e o público atendido. A sexta direcionou-se às mudanças no entorno comunitário e se surgiu a característica da honestidade nas relações sociais (se ocorreram mudanças benéficas, a honestidade é a garantia que as relações de grupo e de comunidade estão pautadas no compromisso de ordem e respeito social). E a sétima inquiriu se houve reconhecimento social da comunidade ou do grupo social que o coordenador voluntário atende e, em caso positivo, se isso lhe proporcionou um sentimento de pertencimento de grupo ou de comunidade.

⁸⁷ O parecer de aprovação do CEP está disponível no Anexo B.

Como ressaltado, os sujeitos da pesquisa são trabalhadores remunerados, mas, seu tempo livre, envolvem-se com o trabalho voluntário nas Pastorais católicas. No caso da entrevista, fez-se um recorte dos coordenadores de cada pastoral para aplicação. O universo amostral da pesquisa compreende as Pastorais ligadas à Igreja Católica da microrregião de Cascavel - PR. O roteiro das perguntas está disposto no Quadro 7.

Quadro 7 - Roteiro da Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA
1) Por qual razão você utiliza o seu tempo livre para o trabalho voluntário na pastoral?
2) Nesse tempo livre no trabalho voluntário você percebeu transformações pessoais e nos ambientes que você se relaciona socialmente?
3) As atividades voluntárias no tempo livre não são remuneradas financeiramente ou materialmente, portanto qual tipo de remuneração imaterial você recebe?
4) Você considera que se tornou mais cooperativo com as atividades pastorais? Se essa cooperação ocorreu ela tem relação com a reciprocidade do trabalho voluntário?
5) A influência para você entrar na Pastoral foi embasada na virtude da confiança? Se isso ocorreu, a confiança continua existindo nas atividades Pastorais entre você e os envolvidos?
6) Ocorreu mudanças sociais em seu entorno comunitário? Se ocorreu, houve o aparecimento da característica da honestidade nas relações sociais?
7) Você percebe um maior reconhecimento social pela comunidade, ou grupo social por estar fazendo parte de uma pastoral? Você sente uma noção de pertencimento de grupo e da comunidade a qual participa com a Pastoral?

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Esse guia teve como escopo nortear o pesquisador durante a entrevista, em busca das percepções dos sujeitos sobre o tema proposto, proporcionando um melhor aprofundamento nos direcionamentos que das respostas.

A abordagem qualitativa da pesquisa centrou-se em desvelar como se encontra a satisfação e a insatisfação dos sujeitos entrevistados no que se refere ao trabalho voluntário, o que permite compreender e investigar as nuances contextuais da pesquisa. Já a pesquisa exploratória possibilita que se tenha uma visão geral do objeto pesquisado, exemplificando melhor a proximidade e gerando, no pesquisador, hipóteses e indagações sobre o problema da investigação.

Para aperfeiçoar a construção do roteiro de entrevistas, a observação do universo de amostra *in loco* é extremamente necessária (GIL, 2006). Por isso, a visita

institucional faz parte da proximidade do pesquisador com conceitos que envolvem o objeto em suas múltiplas dimensões. A entrevista cumpre o objetivo de compreender as percepções do sujeito na pesquisa diante do objeto pesquisado, ou seja, deve haver a relação de suspensão do objeto junto com os sujeitos. Além disso, pode auxiliar no estabelecimento de conexões entre as categorias analíticas que perpassam as relações do trabalho voluntário.

No que tange à visita institucional, essa ocorreu para que o pesquisador pudesse observar como se engendram as ações dos sujeitos de pesquisa no que se refere à organização do trabalho voluntário. Assim, a observação do universo de amostra parte do princípio de um olhar mais preciso. Essa observação sensível concede ao pesquisador o acesso a informações que outros instrumentos de pesquisa não possibilitariam (GIL, 2006). Esse recurso pode ser considerado uma parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Ele é tão relevante que alguns estudiosos o consideram não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade (MINAYO, 2010). A partir da observação, é possível ter, primeiramente, uma noção da realidade na qual se investiga, verificando-se os primeiros elementos que podem ser essenciais à reflexão.

Para a coleta e análise dos dados primários da entrevista, recorreu-se à Análise de Discurso (AD), teoria que, segundo Orlandi (2005), permite que, em entrevistas não estruturadas, tenha-se acesso a uma maior subjetividade de informações, de forma contextualizada, possibilitando a interpretação a partir de categorias ideológicas, históricas, culturais sociais e de linguagem apresentadas no discurso, por meio dos efeitos de sentido. No âmbito da AD, existem quatro formas de se trabalhar: os efeitos de sentido, as concepções de análise, as vertentes de análise e os níveis de análise.

Os efeitos de sentido, na AD, podem estar presentes no discurso aparente ou no interdiscurso, aquilo que não foi dito diretamente, mas que está nas entrelinhas da interpretação, revelando posicionamentos ideológicos, históricos, sociais, culturais e de linguagem. Os efeitos de sentido inseridos nesta pesquisa foram o discurso aparente e o interdiscurso. O primeiro destaca o que o discurso remete de forma direta, o que deve ser interpretado em seus variados contextos sociais, históricos e ideológicos. O interdiscurso, por sua vez, é de suma importância nessa interpretação,

pois os elementos que ficaram encobertos no discurso podem ser desvelados pela análise teórica dos conceitos e das características das falas dos participantes.

Sobre as concepções da AD, pode-se citar: (i) a concepção da colonização ideológica, a qual defende a existência de uma mentalidade filosófica dominante que impõe um discurso para um determinado grupo social ou sujeito; (ii) e a concepção da rede de troca discursiva, na qual os discursos não são impostos, mas sofrem interação e negociação entre quem os emite e quem os recebe. Nesta tese, a segunda concepção foi escolhida, pois se entende que os discursos emitidos pelos sujeitos da pesquisa sofrem alteração de acordo com as relações espaciais, familiares, culturais, econômicas e históricas em que vivem. Essas alterações são oriundas das trocas de informações possibilitadas pelo ambiente. Para tanto, a análise sobre esses pressupostos se torna enriquecedora no quesito de conteúdos demonstrados, similaridades e contrastes expostos pelas narrativas (ORLANDI, 2005).

Com respeito à vertente da AD, amparou-se na Análise de Discurso Anglo-Saxã, também denominada como Análise de Discurso Crítica (ADC). A ADC tem por escopo compreende que cada percepção individual é repleta de subjetividades, que são evidenciadas nos discursos produzidos, que vão desde influências de personalidade do sujeito até influências exógenas a ele, como a comunidade, a cultura, a economia e outros aspectos.

A não utilização da AD francesa se deve ao fato de que essa vertente atribui a cada discurso uma colonização ideológica, em outras palavras, existe uma hegemonia institucional, política, cultural ou econômica que domina e manipula cada discurso individual. Desse modo, isso não contemplaria as mais diversas variedades dos contextos sociais que moldam os discursos que se apresentam. Ademais, o Método Pensamento Sistêmico da Comunicação usado neste estudo não admite uma única variável para se analisar os discursos.

Sobre o nível de relação inferido, estabeleceu-se o de relação semântica, que permite compreender o sentido das entrevistas atrelado aos conceitos da fundamentação teórica, e o nível de relação intencional, que auxilia na compreensão das intencionalidades que estão por trás do discurso.

Por conseguinte, a ADC foi empreendida em três etapas: a coleta de dados, a análise de dados e o resultado da análise de dados. A coleta de dados aconteceu por meio das entrevistas. As análises foram orientadas pelos pressupostos da ADC anteriormente mencionados, os quais contribuiriam para uma interpretação dos

discursos e de suas considerações. Os resultados foram explicados e demonstrados conforme as atribuições que a técnica de análise exige, tabulados ao final de cada entrevista, por meio de construções textuais. Destinou-se uma seção (4.8) para se apresentar as sínteses da pesquisa, em forma de quadros.

Na seguinte seção, está posto as características dos sujeitos de pesquisa de forma quantificadas, onde pode-se verificar quais são as condições de sociabilidade em que os coordenadores voluntários das pastorais vivem.

4.2 CARACTERIZAÇÕES QUANTIFICADAS DO PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

No detalhamento dos sujeitos desta pesquisa, realizou-se a quantificação dos perfis dos participantes por meio de gráficos de colunas com percentuais, a fim de explicitar a idade, a identidade de gênero, o setor da economia em que trabalham, a zona territorial em que residem, a renda salarial mensal e a religião que professam. A quantificação foi analisada por meio das respostas direcionadas à entrevista, posteriormente calculada de maneira percentual e inserida em gráficos. As perguntas dirigidas aos entrevistados seguiram o roteiro a seguir (também constante no Apêndice A), encaminhado aos entrevistados por meios eletrônicos.

Quadro 8 - Características dos sujeitos da pesquisa

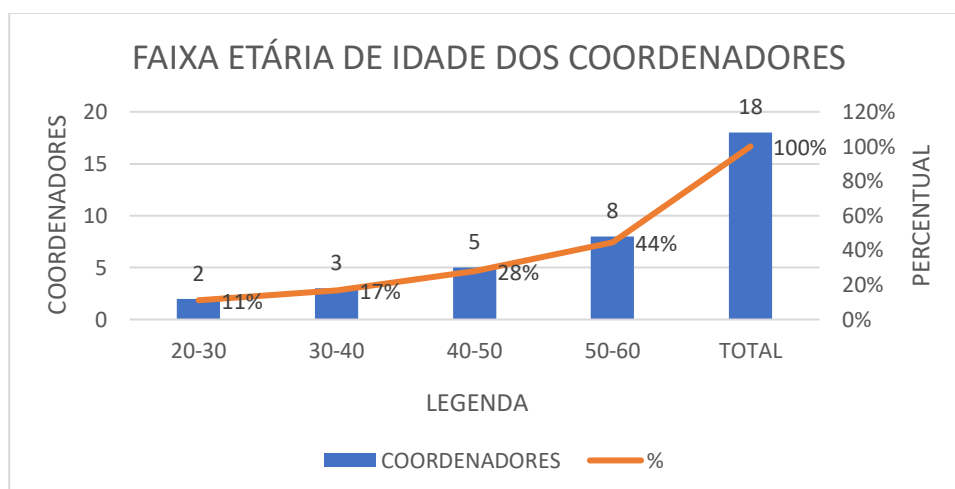
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS DE PESQUISA
1) Qual é sua idade?
2) Com qual sexo ou identidade de gênero você se identifica?
3) Em qual setor da economia você trabalha?
4) Em qual zona territorial você mora?
5) Qual sua renda financeira mensal?
6) Qual é sua religião?

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A primeira quantificação corresponde à idade dos coordenadores: dos 18 coordenadores, 11% estão na faixa etária dos 20 a 30 anos, 17% dos 30 a 40 anos ,

28% dos 40 a 50 anos e 44% dos 50 a 60 anos. Idades superiores aos 60 anos não apareceram. O gráfico a seguir apresenta os percentuais:

Gráfico 1 - Idade dos Coordenadores

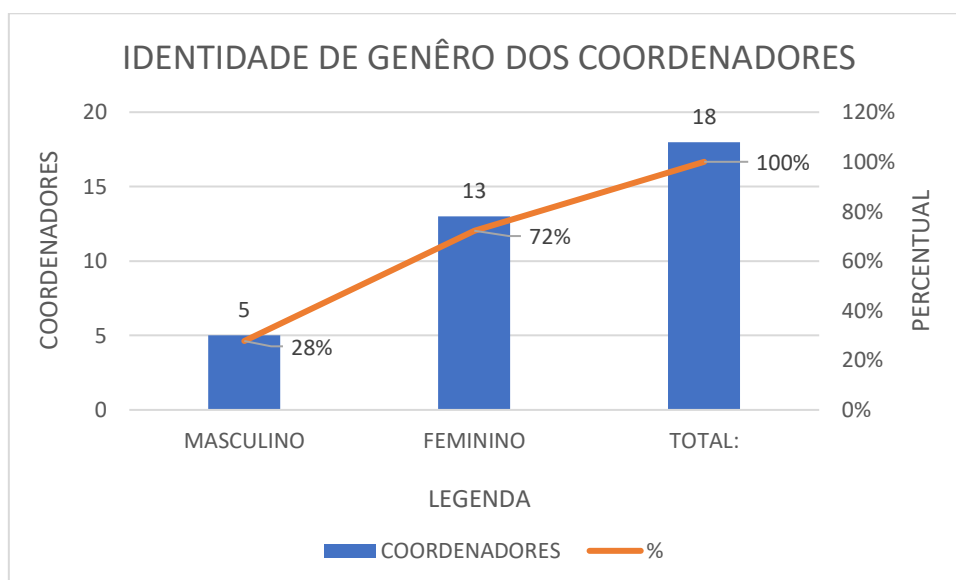


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Como constatado, a maior parte coordenadores (54%) está na faixa etária entre 50 e 60 anos, ao passo que a menor faixa etária está entre 20 e 30 anos (8%). Essa característica se justifica pelo fato de que a maior parte dos coordenadores entrevistados compõe a Pastoral da Criança, a qual reúne muitos agentes voluntários com idades mais avançadas, de acordo com o levantamento da pesquisa de campo. Assim, o menor número para os jovens é consequência de que algumas Pastorais não estão vinculadas à juventude.

Outro fator para que uma maior faixa etária de idade esteja na Pastoral da Criança é o alto número de mães que já cuidaram dos filhos, e esses agora já constituíram família. Desse modo, tais coordenadores encontram no trabalho voluntário uma alternativa para dar continuidade aos cuidados com as crianças da comunidade. Isso também justifica a presença expressiva do gênero feminino: 13 coordenadoras (72%) contra 5 coordenadores (28%), como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Identidade de gênero dos coordenadores

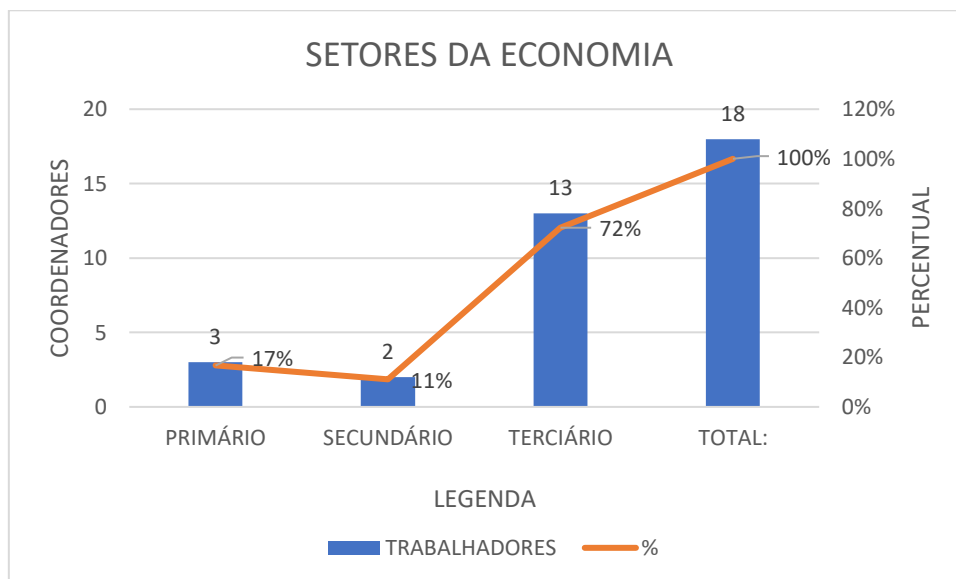


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

Historicamente, a Pastoral da Criança iniciou seu trabalho com mulheres inseridas nas periferias do Brasil e no âmbito rural nos anos 1980, as quais atendiam a gestantes, a puérperas e outras com filhos na faixa etária da idade na infância, situação que fomentou um ambiente cultural mais propício ao voluntariado feminino. Assim, é compreensível que, dentre os 18 coordenadores, 13 sejam mulheres.

Esse recorte de gênero também se remete aos setores da economia na qual os voluntários trabalham. As mulheres, em seu trabalho remunerado, estão inseridas em atividades econômicas de serviços e comércio, correspondente ao setor terciário da economia. Os setores da economia, como o setor primário, alocam os trabalhadores envolvidos com práticas econômicas da agricultura e da pecuária, ao passo que o secundário engloba as atividades industriais. O Gráfico 3 demonstra os setores econômicos nos quais os coordenadores mais atuam.

Gráfico 3 - Setores da economia em que os trabalhadores voluntários atuam



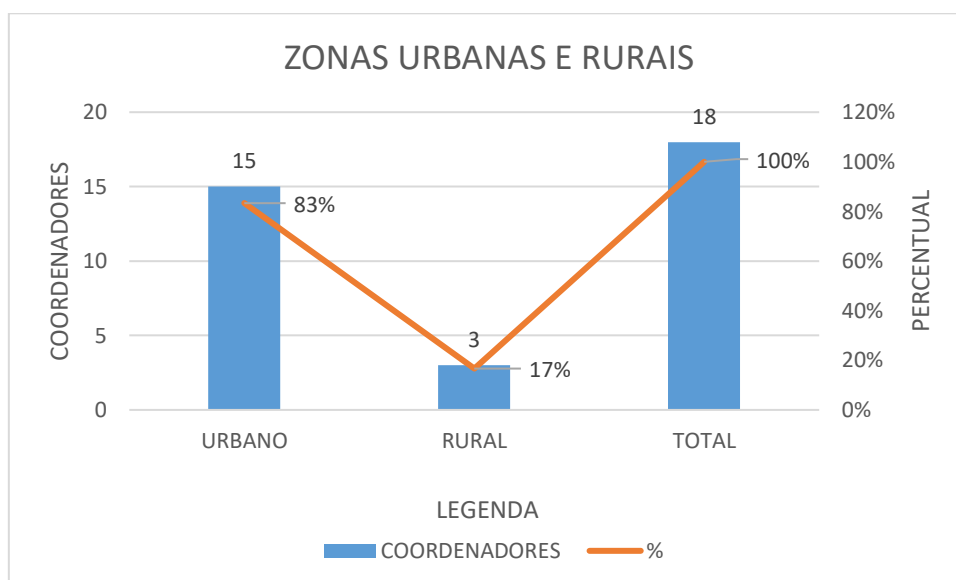
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2021).

O setor econômico terciário tem uma maior expressividade, haja vista que o município de Cascavel - PR tem sua economia majoritariamente voltada para o ramo de serviços (IBGE, 2023), contribuindo para uma maior empregabilidade da população nesses municípios como é o caso dos coordenadores voluntários. O setor primário (prática agropecuária) está em segundo plano, e o setor secundário (ramo industrial) vem na sequência (IBGE, 2023).

Apesar da maioria dos coordenadores residir na zona urbana e as ações das pastorais serem quase todas nela realizadas, o setor primário corresponde a uma porcentagem considerável de empregabilidade. Essa parcela dos coordenadores voluntários reside no meio rural ou mora no meio urbano e trabalha no campo, mas, no tempo livre destinado ao trabalho voluntário, se dirige até o meio urbano para realizar as atividades pastorais.

A relação percentual dos coordenadores que trabalham no setor secundário e terciário se reflete também no espaço de suas residências, ou seja, no espaço da zona urbana, com uma minoria que reside na zona rural e que trabalha no setor primário.

Gráfico 4 - Zonas territoriais onde os coordenadores residem

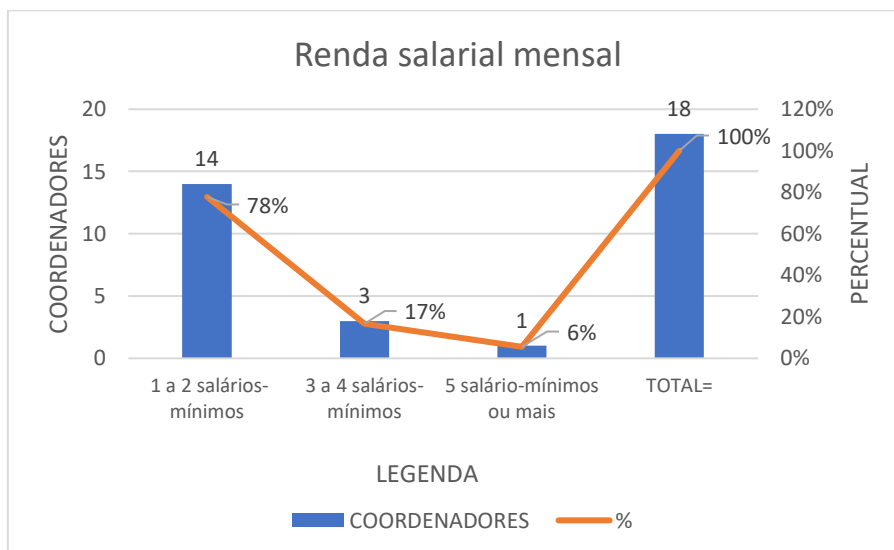


Fonte: Elaborado pelo pesquisador com dados da pesquisa (2021).

Entende-se pelo Gráfico 4 que, majoritariamente, a zona urbana é o espaço de moradia dos coordenadores, assim como a maioria da população dos municípios. Esse fato contribui pra que haja maiores fragilidades sociais nas cidades. Por mais que as pastorais atuem nos espaços rurais, é no ambiente urbano que a sua atuação e expansão são mais expressivas. Ademais, o fato de os coordenadores morarem em comunidades urbanas e se relacionarem com os cidadãos que também convivem nesses locais, cria-se uma maior compreensão da realidade e uma melhor atuação voluntária em seu entorno.

Os coordenadores conviverem nas mesmas comunidades e passarem pelas mesmas dificuldades sociais que as pessoas as quais atendem denota que as suas rendas salarias são similares à da população atendida, ou seja, salários mensais de baixa renda, como apresenta o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Renda mensal dos coordenadores

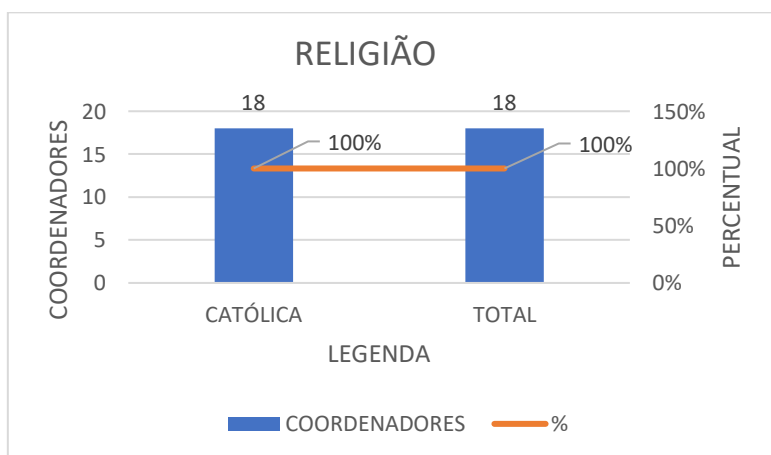


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Constata-se que a grande maioria dos coordenadores tem uma condição salarial de baixa renda, o que demonstra que o voluntariado é atraído por cidadãos de situação social mais subalterna. Causas disso podem ser a proximidade e o sentimento de querer sanar as agruras das vidas alheias, mas que também acometem os voluntários, em uma espécie de relação circular entre os coordenadores, agentes e a comunidade.

Outra relação de circularidade que causa um maior pertencimento à comunidade é uma crença uniforme, nesse caso, a religião católica acaba sendo predominante entre os coordenadores.

Gráfico 6 - Religião dos coordenadores



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Todos os coordenadores entrevistados pertencem à Igreja Católica, algo que se associa à filosofia proposta para o trabalho voluntário, haja vista que as Pastorais são organizações da Instituição Igreja Católica, muito embora os critérios para ser agente de pastoral ou coordenador não exija necessariamente a crença no catolicismo. Entretanto, o fato de todos comungarem da mesma fé e de realizar o trabalho voluntário em suas respectivas comunidades cria uma identidade de grupo social. A quantificação da agremiação religiosa dos coordenadores foi a última pergunta realizada pelo roteiro de entrevista das características dos sujeitos de pesquisa.

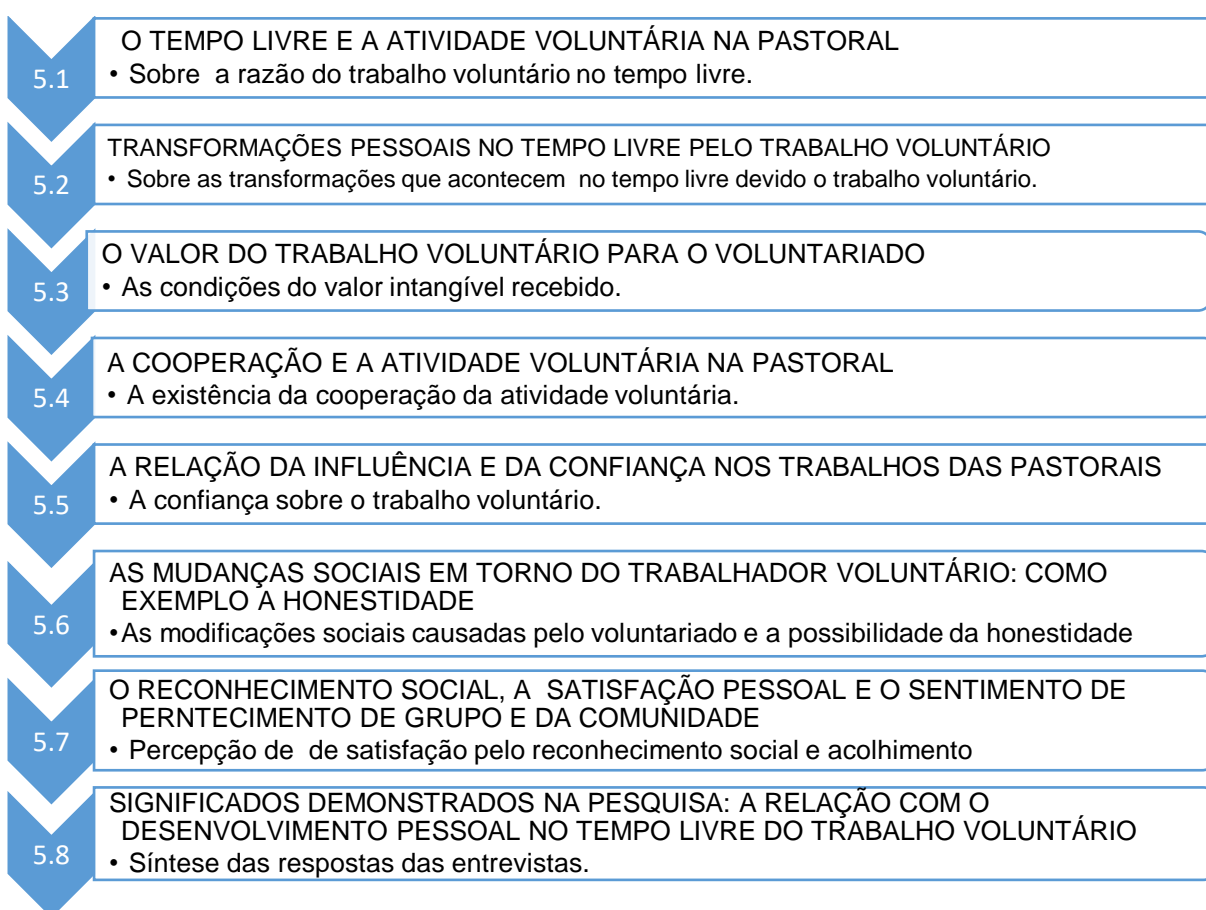
Após o recebimento das respostas pelos coordenadores, no que se refere à idade, à identidade de gênero, ao setor de economia, à zona territorial de domicílio, à renda mensal financeira e à religião, encaminhou-se aos 18 coordenadores o roteiro de entrevista relacionado aos objetivos da pesquisa.

No próximo capítulo, cada seção representa uma pergunta do roteiro. As respostas que têm similaridades nas formas do campo da ADC foram agrupadas para serem analisadas em seus respectivos contextos. Todas as questões relacionam-se com o tempo livre e o trabalho voluntário, com vistas ao desenvolvimento pessoal dos sujeitos voluntários.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS ENTREVISTAS E ANÁLISES DOS DISCURSOS

Neste presente capítulo, demonstram-se as narrativas da pesquisa de campo por meio das entrevistas e de suas posteriores análises discursivas. Cada seção corresponde a uma pergunta do roteiro de entrevista, como evidenciado na Figura 8. As respostas estão agrupadas de acordo com as afinidades conceituais levantadas pelos sujeitos.

Figura 8 - Síntese das seções do capítulo



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

5.1 O TEMPO LIVRE E A ATIVIDADE VOLUNTÁRIA NA PASTORAL

O tempo livre do trabalho remunerado tem uma conotação social de ser um tempo ausente de atividades que causam desconforto, tédio e estresse. Além disso, esse tempo se incumbiria de articular as condições de sensações de deleite humano,

o que pode levar a uma compreensão de ações individualistas em busca dessa recompensa. Entretanto, essa satisfação pessoal pode ser requerida com ações envolvendo outras pessoas. Nesse caso, o tempo livre não é mais um sinônimo de ausência de atividades sociais.

O trabalho voluntário é muito importante para mim, ele preenche o meu tempo livre, dá sentido para o meu tempo livre é uma realização da vida poder atuar nessa atividade (T. A.).

Como diz aquela, canção: “Minha vida tem sentido”. Eu tenho sentido na vida em poder cooperar e ajudar as pessoas que estão em minha volta, nesse tempo livre não teria sentido se eu fizesse diferente, ele só tem sentido porque eu percebo que minha vida se torna melhor nesse tempo livre (T. G.).

Olha, a gente passa a vida inteira buscando sentido para a vida, eu mesmo posso dizer pra você que minha vida foi assim, mas quando comecei frequentar mais a Igreja e participar da Pastoral até virar coordenador, isso pra mim me deu sentido pra minha vida, assim o tempo livre que eu tenho hoje eu dedico a Pastoral com certeza (T. H.).⁸⁸

O tempo livre, que pode assumir inúmeras correlações no cotidiano de cada cidadão, tem uma ligação entre o significado do trabalho voluntário e a coexistência humana. O tempo livre do trabalho apenas ganha a dimensão do conceito de liberdade se estiver relacionado à sociabilidade, e essa, por sua vez, ligada à doação voluntária, isto é, à dádiva humana.

Para T. A., o tempo é o que fomenta o sentido para sua vida, pela relação que o trabalho voluntário estabelece: satisfação pessoal e uma orientação para a vida. Ao mencionar que “ele preenche meu tempo livre”, verifica-se o significado de plena realização que o tempo livre oferece ao entrevistado, pois, em outros momentos do tempo livre, não há essa plena satisfação.

Na mesma perspectiva, T. G. enfatiza o sentido do trabalho voluntário para sua vida, fazendo referência, inclusive, a uma canção religiosa, que demonstra como a sua vida ficou melhor após usufruir do tempo livre na pastoral. Assim, esse posicionamento direciona ao entendimento de que um dos pressupostos do tempo livre é que a vida do cidadão melhore. Isso está relacionado ao bem-estar, algo que aconteceria se T. G. não estivesse atuando na Pastoral.

⁸⁸ Para evitar associação das falas dos entrevistados com citações diretas (nos moldes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT), optou-se por deslocá-las na métrica do parágrafo, utilizar o itálico para enfatizá-las e manter-se a essência das palavras dos participantes.

De acordo com Mayo (2004), a busca incessante pelo sentido da vida é algo recorrente no ser humano há séculos, o que também se verifica na atuação de instituições como forma de dar sentido à vida. Essa constatação está imbricada na fala de T. H., que aponta a frequência em uma instituição religiosa como uma premissa para seu primeiro contato com a Pastoral e busca por maior significado em sua vida. Ele encontrou na Igreja essa maior disponibilidade, que lhe conduziu ao trabalho voluntário na pastoral. Esses direcionamentos institucionais variam de acordo com cada espectro cultural, pois instituições religiosas têm como critério de existência garantir as possibilidades de sentido à vida para seus fiéis, partindo da premissa de que as relações sociais temporais detêm insensatez. A razão do tempo livre ser usado como prática voluntária na Pastoral evidencia elementos que compõem desenvolvimento pessoal, tais como a presença da dádiva, o sentido vital com o amparo alheio e a religiosidade.

O tempo livre do trabalho, para os trabalhadores voluntários, se condiciona na possibilidade de locomoção do espaço físico para atender às necessidades sociais de outros. Isso remete à indicação do tempo e do espaço interligados na ciência física, sem contar o fator social.

Sempre gostei de fazer trabalho voluntário. Me sinto muito bem ao fazer a visita aos meus queridos amigos vizinhos poder dizer algo de bom a eles, confortar os corações, o amor ao próximo traz esse significado (T. B.).

Poder me deslocar para os lugares onde me sinto bem, é isso que o tempo livre me traz, quando estou no trabalho da empresa, só posso ir nos lugares onde o trabalho manda e isso nem sempre é muito bom porque nós vamos porque é dever do trabalho, mas na Pastoral é diferente, vou fazer as visitas em casas e lugares onde pessoas necessitam e precisam do trabalho da pastoral, assim eu vejo a importância desse tempo livre para essa ação (T. H.).

Pensando bem, no tempo livre, eu posso ir nos lugares que eu gosto, e os lugares que eu mais gosto é onde o pessoal da pastoral trabalha, até o tempo lá passa diferente, nós ficamos ajudando as pessoas o que é muito bom, pode ser perto ou longe a gente está lá (T. I.).

Nessas falas, percebe-se que causar regozijo alheio por meio do trabalho voluntário é uma compleição para se aquilatar o tempo livre do trabalho voluntário. Se não houver ações para a população atendida, o tempo livre não congrega mais a satisfação pessoal.

T. B., por exemplo, vislumbra o tempo livre como a capacidade de sair da rotina diária e encontrar novos espaços que proporcionem uma mudança de realidade .

Assim, as suas visitas à comunidade acabam transformando o seu cotidiano e o de outras pessoas. Ele também ressalta a afetividade com os que são atendidos, os quais são considerados “queridos amigos vizinhos”, demonstrando a afeição das relações comunitárias.

Poder se deslocar para locais além da rotina do trabalho é uma das formas que o tempo livre viabiliza. O trabalho remunerado muitas vezes está condicionado a ações que nem sempre são espontâneas, pode se situar em um espaço que não é de livre escolha e proporcionar a satisfação do cidadão. Pela fala de T. H., demonstra-se o regozijo de poder se deslocar do seu espaço, algo que o desvia da banalidade cotidiana e lhe propõe uma vitalidade lúdica, ao invés de uma exata, além de uma nova disposição de espaço que seja espontâneo e propício à sociabilidade.

Harvey (2007) explica que a noção de espaço se torna subjetiva de acordo com a aderência do sujeito para vivenciar aquele local com disposição. T. H., desse modo, demonstra a disposição de estar no trabalho voluntário, uma vez que nele o tempo livre é plenamente realizado.

Quando o regalo está em percorrer distâncias para como forma de aproveitar o tempo livre, não existe uma proximidade entre tempo livre e o local de moradia, como na argumentação de T. I., que remete a uma locomoção para além do espaço de sua vivência. Assim, o trabalho voluntário extrapola os locais próximos à comunidade, mas, mesmo assim, gera profundo contentamento.

Além do deslocamento espacial, a relação do tempo livre vinculado à religião também é algo muito presente no país. Há, dessa maneira, uma iniciativa do trabalho voluntário como uma forma de atender aos anseios de uma entidade metafísica, podendo esse atendimento ser de algum modo recompensado.

Portanto, o tempo livre assume duas dimensões sobre esse aspecto: o tempo livre temporal e o atemporal, ou seja, o tempo que a crença religiosa deposita em outra esfera.

Todo o tempo que utilizo na Pastoral é uma forma de agradecer a Deus, pela sua infinita misericórdia em minha vida. Sempre uso esse tempo pra agradecer com obras a Deus (T. C.).

A razão é que me dá sentido de vida. Me sinto contribuindo para a construção do Reino de Deus e isso me enche de alegria e ânimo pra cada dia continuar firme e forte (T. D.).

Tem a razão é que esse tempo é inteiro de nosso Senhor Jesus Cristo, o tempo da Pastoral é o tempo de Deus e é diferente do tempo dos homens, diferente de tempo de trabalho, escola, diversão e tudo mais, nesse tempo é onde sempre me encontro com Deus, assim como na Igreja (T. K.).

Quando saio do trabalho já venho pra pastoral é um chamado de Deus todo dia, Deus está conosco o tempo todo, por isso nós temos que oferecer uma parte do tempo para Deus é uma forma de agradecimento (T. O.).

A crença em elaborar atividades no tempo livre para atender e agradecer a pedidos de uma entidade metafísica religiosa faz parte das rotinas da civilização humana desde os seus primórdios, a exemplo de celebrações festivas para pedir e gratular sobre uma colheita farta⁸⁹ ou qualquer outra atividade econômica. Nesses casos, realçava-se que não eram realizadas de forma gratuita, mas com uma compleição de troca, sendo ela não monetária, porém, recebida como uma benfeitoria.

A busca por sentido na vida e nas realizações rotineiras ganha amplitude com a adesão religiosa, com orientações morais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais que são direcionadas de acordo com os dogmas religiosos. Tais características auxiliam no desempenho produtivo do trabalho ou dos estudos escolares, profissionais e acadêmicos, os quais estão amparados pela inerência caudatária religiosa e, conseqüentemente, influem no desenvolvimento pessoal.

Para o trabalhador T. C., o tempo livre é uma maneira de realizar um agradecimento ao mentor de sua crença. Nessa reflexão, pode-se entender que, para T. C., o tempo além do trabalho deve estar disponível à gratulação pelos recebimentos do cotidiano. Os demais trabalhadores voluntários, como T. D., T. K. e T. O., também realçam esse firmamento do agradecimento e do encontro com sua crença mística. Desse modo, o trabalho voluntário se congrega como uma resposta às conquistas vitais do tempo de trabalho para o tempo livre. Para Aslan (2013), o ser humano tem a capacidade de dedicar uma parcela de seu tempo para se ser grato às condições de sobrevivência obtidas no decorrer de sua existência vital, o que se manifesta muitas vezes em comportamentos relacionados ao credo.

Essas atitudes podem estar direcionadas às possibilidades de amparo alheio que o tempo livre proporciona, pois justamente o voluntariado fomenta as mudanças comportamentais necessárias à doação, sem contar que, no tempo livre do trabalho

⁸⁹ Em muitos povos, como os da Mesopotâmia, após o período de trabalho, o tempo era usado como uma forma de solicitar e agradecer os recursos de subsistência aos deuses. Tais recursos eram o usufruto de uma grande colheita, visto que as plantações necessitavam de climas e condições naturais favoráveis às suas extensões, algo atribuído aos deuses ou a um deus (ASLAN, 2013).

voluntário, ocorre uma visibilidade maior dos obstáculos que um sistema econômico gera para garantir o bem-estar social.

Na concepção das predileções da sociedade no capitalismo moderno, a satisfação pessoal e um maior desempenho produtivo nos vários âmbitos sociais advêm das condições materiais de sobrevivência, todavia, para o trabalhador voluntário, o que eleva a satisfação pessoal é a indubitabilidade de escudar o seu círculo social.

Pra ajudar os outros, isto me faz bem, me faz muito bem-estar ajudando alguém os dias são diferentes quando eu ajudo o outro, parece que me sinto mais realizado (T. E.).

Estar ajudando alguém é algo magnífico, ainda mais quando percebe que a ajuda transforma a vida daquela pessoa, um exemplo que dou é esse, o melhor tempo que dá pra viver é o tempo em que amamos e ajudamos a nossa população (T. Q.).

O tempo que vale a pena é o tempo que amparamos o outro, e assim eu entendo que a razão do tempo livre no trabalho voluntário é essa de poder amparar o outro (T. O.).

Como salientado anteriormente, *a priori*, o tempo livre tem, para o voluntário, significado na espontaneidade e na gratuidade da dádiva. Por mais que elementos religiosos estejam presentes, como ratificado nas entrevistas anteriores, a propensão em executar ações benevolentes unge os signos dessa dimensão.

Nas falas de T. E. e de T. O., o tempo livre detém a razão de fomentar o trabalho voluntário pelo fato de poder pautar o auxílio e os efeitos da mudança pessoal e social aos quais se acomete. Com bem frisa T. Q., o tempo livre melhor vivido é aquele no qual e se dá o devido apoio ao outro.

Esses três entrevistados, portanto, entendem que o tempo livre é utilizado para o trabalho voluntário como forma de ajudar aqueles ao redor. Na reflexão de Mauss (2017), a propensão do *Homus Donatus*, que é o ser propício a auxiliar o outro, está mais ativa no voluntariado do que o *Homus Economicus*, que é o ser propício apenas ao ganho econômico.

O *Homus Donatus* tem a preocupação de atender a todo o grupo que está em seu invólucro. Por essa razão, a consciência de compreender que a doação é um vetor que motiva as relações sociais incentiva uma obstinação de cuidar de um maior número de pessoas, principalmente quando que se percebe que há poucos

voluntários atuantes. Essa percepção da doação é uma evidência do exercício do desenvolvimento pessoal.

O comprometimento em atingir um maior número de pessoas pelo trabalho voluntário e em poder cooperar em locais onde essa atividade quase não ocorre é uma das circunstâncias que motivam o preenchimento do tempo livre pela ação voluntária.

Porque embora temos voluntários, ainda é muito pouco os voluntários para trabalhar, então nós nos organizamos para conseguir fazer as missões (T. F.).

Está tendo pouca gente para trabalhar na pastoral, e vejo a necessidade de estar na pastoral para preencher esse espaço vazio, então a razão do meu tempo livre estar na pastoral é que percebo a necessidade de estar com mais tempo com as pessoas que necessitam de ajuda (T. R.).

Sinto a necessidade de ajudar as pessoas, vejo que tem muitas que precisam de ajuda, por isso uso o meu tempo livre pra me dedicar o máximo possível pra esse povo, a pastoral pra mim é isso, o tempo livre em ajudar o próximo (T. J.).

Para muitos voluntários, o tempo livre não seria apenas o seu envolvimento com a pastoral, pois há outras atividades que circundam suas vidas além do voluntariado. No entanto, a ausência de voluntários para ocupar variadas funções faz com que as tarefas ocupem um maior tempo. Entretanto, esse não é um tempo de sacrifício da parte de quem se doa, mas de alacridade pela disponibilidade.

A percepção de T. F., de T. R. e de T. J. esclarece um elemento fundamental do tempo livre no trabalho voluntário: que a noção de observação da realidade social traz conotações sobre o empenho de amparar socialmente devido à ausência de participantes no trabalho voluntário, o que acarreta a maior disposição de utilizar o tempo livre nessa tipologia de voluntariado. A proposição da doação do trabalho voluntário está atrelada a uma condição da existência do conceito da felicidade, quando há a possibilidade de escolha para essa alternativa, sendo encarada como a realização plena do desenvolvimento pessoal.

O usufruto de um espaço ou de alguma atividade no tempo livre por cada cidadão pode estar atrelado à falta de opção ou à liberdade de escolha do que fazer nesse período. Quando há a possibilidade de escolher, a realização do tempo livre está interligada àquilo que se propõe como maior grau de felicidade, que é, certamente, subjetivo, pois se relaciona tanto com fatores socioculturais quanto aspectos individuais.

De todos os lugares e atividades para fazer, o que me deixa mais feliz é estar na Pastoral nela eu encontro a felicidade assim é o tempo livre de verdade onde se fica feliz. Felicidade de rezar, felicidade de dar apoio, felicidade de ver as transformações na vida destas pessoas, mesmo que tenha obstáculos no dia a dia mesmo assim eu encontro a felicidade (T. L.).

É porque me sinto feliz nesse trabalho, encontro a felicidade e em cada momento que passo com eles a felicidade só aumenta, não tem dinheiro no mundo que compre esses momentos (T. M.).

A concepção da felicidade pode transpassar o ideário da obtenção de bens materiais, porém, nas falas em destaque, ela se encontra na satisfação de outrem por meio do trabalho na Pastoral. Uma das noções do tempo livre é a promoção do deleite humano, e isso é transmitido nos discursos, quando se constata a satisfação de usar o tempo livre na atividade pastoral.

Para T. L., a felicidade é encontrada no âmbito das ações da Pastoral, demonstrando-se a eficiência da entidade em promover capacidades que geram o bem-estar pessoal. Na fala de T. M., por sua vez, ressalta-se a questão dos bens intangíveis, como na expressão dita “não tem dinheiro no mundo que compre esses momentos”, que enfatiza o fato de que os bens tangíveis não têm mais valor do que os bens intangíveis oriundos da felicidade.

Demo (2001) pondera que a felicidade pode, para muitas culturas e personalidades, não estar interligada à posse e ao acesso a bens materiais, mas sim à construção dos bens imateriais. Esses bens imateriais não têm finitudes de uso e podem se multiplicar constantemente, por exemplo, a troca das ações fraternas que, ao contrário de uma troca material que se subtrai, se expande e se multiplica.

Nas palavras de T. L., nota-se a existência de outros locais para realizar atividades do tempo livre, entretanto, para ele, apenas a Pastoral é onde o tempo livre se efetiva de forma verdadeira, “onde se encontra a felicidade”. Na ótica de T. L., a felicidade é a possibilidade da plena realização da sociabilidade espontânea e o vislumbramento das transformações que ocorrem devido ao seu trabalho e o da Pastoral como um todo. No caso de T. M., o tempo livre usado na Pastoral supera qualquer ganho material e, assim como T. L., a constatação do regozijo alheio pelo fruto do trabalho próprio e da Pastoral é mais um motivo de vivenciar o tempo livre no espaço e nas atividades das pastorais.

Em síntese, como respostas à primeira pergunta da entrevista, constata-se que o trabalho voluntário é utilizado no tempo livre devido aos sentidos que sua ação proporciona para a vida dos voluntários, como também a condição de vivenciar as obras voluntárias em espaços diferentes em que se vivem rotineiramente, nos quais se abundam ações de amparo ao público, gerando a felicidade em poder prover condições de sobrevivência aos vulneráveis socialmente. Além disso, a crença religiosa de usar o tempo livre em prol dos desamparados da sociedade foi levantada como razão da atividade voluntária.

Portanto, entende-se que o trabalho voluntário utilizado no tempo livre ocupa as noções de sentimento de importância para com a sociedade, de significado para o cotidiano vital e de encontro em novos espaços que dão um novo sentido ao tempo livre. Todos esses elementos tornam o trabalho voluntário no tempo livre espontâneo, sendo algo fundamental para o desenvolvimento pessoal. Os efeitos disso redundam em transformações pessoais que podem se encontrar no âmbito profissional, educacional, familiar, afetivo, emocional e outros.

5.2 TRANSFORMAÇÕES PESSOAIS NO TEMPO LIVRE PELO TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário na Pastoral, exercido no tempo livre, estimula a autoestima por meio dos significados exemplificados anteriormente, tais como a importância das ações realizadas para a sociedade, o agradecimento por parte daqueles que recebem o atendimento da pastoral e o sentimento de maior vigor para vivenciar os dilemas do cotidiano. Todas essas questões fazem parte do processo de desenvolvimento pessoal dos que se envolvem no voluntariado e se relacionam a elementos econômicos, familiares e profissionais. Com isso, as relações sociais assumem novas conotações após as atividades voluntárias nas Pastorais, como se observa nas palavras destes coordenadores:

Sim, me sinto acolhido por toda comunidade eles reconhecem o meu trabalho e me apoiam. Há também o reconhecimento da família ao que estou fazendo, tudo ficou melhor entre nós depois de estar na pastoral, melhorou muito para mim e de todos nós da família e digo uma coisa não tem dinheiro que compre isso (T. A.).

Minha família olha diferente pra mim hoje, dizem que eu sou uma outra pessoa, que pensa sempre em ajudar os outros a cada dia e que sentem muito orgulho de mim e

os vizinhos também dizem isso, comentam que sorrio mais e levo muita luz por onde passo (T. K.).

O tempo livre aqui na Pastoral mudou principalmente meu jeito de ser, antes eu bebia muito, depois que entrei na Pastoral eu larguei a bebida minha família passou a se aproximar mais de mim e eu deles, claro que a força que tem na Pastoral é uma força de Deus e nessa força eu encontrei a mudança de vida e o presente maior que eu ganhei nisso foi viver melhor com minha família (T.R.).

A família⁹⁰, por ser uma primeira instituição social, é o lócus em que o ser humano tem os primeiros contatos com valores civilizatórios que são repercutidos no contato social com outras instituições. No caso de T. A., houve uma transformação positiva para todos os seus familiares após o envolvimento com a Pastoral e com a comunidade. Certamente, essas percepções familiares terão repercussões em outros âmbitos sociais, como na profissão e na questão financeira, algo que, em uma perspectiva mais expansiva da população, contribui para o desenvolvimento pessoal e econômico.

As transformações ocorridas no âmbito familiar se espaçam para ambientes próximos, como a vizinhança. Isso é expresso na fala de T. K., para quem o reconhecimento de sua família foi motivado por sua transformação pessoal (algo positivo), o que também foi notado pela vizinhança, fazendo com que tivesse uma boa aceitação na comunidade. Eventualidades que ocorrem com um potencial de grande mudança garantem um reconhecimento ainda mais vertiginoso, como no caso de T. R., que explicou que o fim do uso de bebidas alcoólicas trouxe a aproximação maior de sua família. Em seu relato, demonstra-se também a crença e o apego a uma entidade metafísica que foi a causa dessa mudança.

O cotidiano pode ser monótono, dependendo das circunstâncias repetitivas que o envolvem. Essa rotina estática tem grande influência na vida profissional, financeira e familiar, tornando-as também parasitárias. Todavia, as atividades da Pastoral retiram essa monotonia e afetam outros elementos da vida social.

O tempo livre na Pastoral me dá uma certeza, sair da rotina de casa, ver outras realidades sou feliz e agradeço a Deus a missão a mim confiada, isso me deu mais motivação para fazer tudo melhor na minha vida, porque sempre cada dia é uma coisa diferente a fazer e aprender muitas vezes o dinheiro pode ajudar, mas nessa questão o que a gente ganha é maior que qualquer dinheiro, a cada lar visitado é uma

⁹⁰ Entende-se o conceito de família não apenas como um único e tradicional arranjo familiar, mas que assume diversas configurações.

experiência nova, você acaba conhecendo novas realidades, diferentes costumes das famílias e isso só soma na minha vida (T. B.).

Eu sempre penso assim, temos que sair da nossa caixinha, digo isso porque sem a Pastoral eu vivia do Trabalho pra casa e final de semana ia na missa, mas na Pastoral você vive e conhece situações que não viveria se não tivesse nela, então é isso, a maior transformação foi ver essas formas diferentes de poder ajudar, graças a Deus tenho esse tempo livre na Pastoral pra poder praticar isso (T. L.).

Conhecer outras formas de convivência e realidades sociais distintas faz parte de um conjunto de conhecimentos que confere ao indivíduo a possibilidade de ultrapassar as suas percepções mais imediatas, ou seja, amplia-se o saber para outras áreas com as quais não se tinha contato outrora.

Para Masi (2000), o tempo de trabalho remunerado pode condicionar o cotidiano sobre uma esfera de atividades repetitiva e desabonada para o sujeito, todavia, o tempo livre pode oferecer alternativas ao exercício criativo e livrá-lo do marasmo vital. As expectativas de conhecer novos espaços e pessoas, além de auxiliar no processo de transformação de alguém, angariam novas formas de experiências para a atuação na Pastoral. Nessa perspectiva, T. B. frisa a experiência do encontro com novas realidades que lhe ajudam a compreender melhor as vivências sociais e, por consequência, tem um maior ânimo para prosseguir na Pastoral.

A monotonia cotidiana pode acarretar o desencanto com as demais atividades vitais, por isso, T.L. pauta a necessidade de não estar apenas vinculado ao tempo e ao espaço do trabalho remunerado, mas também ao tempo e ao espaço do trabalho não remunerado, por meio do voluntariado no tempo livre. Esse apontamento sobre a distração que sair da rotina de trabalho fornece esclarece que, muitas vezes, na rotina laboral, não há descobertas inusitadas e exercícios de livre criatividade, assim como existem no trabalho voluntário.

Essa ampliação de aprendizado impactou outros campos da vida desses voluntários (econômicos, profissionais ou familiares). O mais especial é compreender que o dia de trabalho voluntário se transforma em um novo aprender e apreender, o que aponta para os aspectos do desenvolvimento pessoal.

Houve uma transformação na minha maneira de ser, como pessoa, acredito que me tornei uma pessoa melhor do que seria se não tivesse participando de uma Pastoral. No meu caso houve uma mudança, pelo fato de em virtude da Pastoral retornei aos estudos e conclui a Graduação em Direito, acredito ser uma grande mudança e o retorno financeiro vem por causa das consequências do animo que a pastoral promove (T. C.).

Graças ao Tempo Livre na Pastoral eu retornei aos estudos, isso aconteceu porque na pastoral nós temos que ler alguns documentos e também preencher formulários e pra quem tem pouco estudo e difícil mano, e como eu queria fazer as coisas certas na Pastoral eu voltei pra sala de aula, agora já terminei o Ensino Médio que além de agora poder estar ajudando mais a Pastoral eu também encontrei um emprego melhor por causa dos estudos (T. O.).

O contato com muitas pessoas de variados comportamentos e costumes produz o crescimento de uma compreensão moral. Como ressalta T. C., trata-se de despertar o dom da dádiva anteriormente encoberto pelas mazelas do conformismo social. A retribuição benévola não se dá apenas para com os envolvidos com a pastoral, mas para com toda sociedade. Um fato importante a ser elencado é que o trabalho voluntário necessita de um aprofundamento de conhecimento teórico, o que leva muitos trabalhadores voluntários a se empenharem em busca desses novos saberes (seja na escola ou no ensino superior).

T. C. menciona que, a partir do envolvimento com a pastoral, retomou e finalizou seus estudos em Direito, o que é importante para sua atividade voluntária, já que a Pastoral lida constantemente com questões jurídicas para auxiliar o seu público. Desse modo, os voluntários continuam seus estudos a fim de enriquecer o seu trabalho na Pastoral e desenvolver-se profissionalmente, exemplificando que a motivação para investir no estudo do ensino superior partiu do seu contato com o voluntariado.

O mesmo se pode notar no caso de T. O. Os seus avanços na conclusão do ensino regular culminaram na sua maior formação cidadã, além de uma melhor capacitação profissional, o que lhe proporcionou a conquista de um emprego. Os alcances das transformações nas relações sociais são abrangidos em sua totalidade, quando as condições motivacionais da Pastoral são postas para o voluntário. Os valores morais e sociais trabalhados na Pastoral são transferidos para os voluntários, como evidenciado a seguir:

Deus recompensa o trabalho na missão, cumulando de bênçãos nesses três campos: familiar, financeiro e profissional. Além disso, o serviço pastoral também nos dá maior sabedoria, o que gera uma melhoria nos ganhos financeiros, uma maior valorização da família e da fonte de sustento que é o trabalho (T. D.).

Me tornei mais sábio, a Pastoral é como uma faculdade sabe, você aprende muito dialogando com as pessoas fazendo e ensinando a fazer artesanatos, distribuindo

roupas e alimentos, é cada coisa que aprendemos nessa labuta que é difícil encontrar palavras pra descrever a maravilha que é (T. Q.).

Hoje reflito melhor sobre a minha vida e a vida dos outros, consegui adquirir mais paciência nas tarefas que preciso fazer, mais humildade em reconhecer os erros e aprender mais com as pessoas que encontro na Pastoral e na vida também, principalmente com as pessoas mais simples (T. L.).

A transformação maior nesse tempo livre foi se tornar uma pessoa mais caridosa, que pensa em ajudar o outro, mesmo sem conhecê-lo, como diz aquela frase: "Ajudar a quem sem saber quem é quem", todos somos irmãos a imagem e semelhança de Deus (T. P.).

Verifica-se que as mudanças mencionadas são atribuídas a uma ação da crença religiosa, algo que também foi muito presente nas entrevistas anteriores. A religiosidade é marcada nas ações e em suas ações, o que demonstra que a maior parcela dos trabalhadores voluntários tem um vínculo religioso mais agudo.

O crescimento no campo da sabedoria e do conhecimento em habilidades está presente nas falas de T. D., de T. Q., de T. L. e de T. P. A sabedoria remete à reflexão da convivência popular, o que acarreta o desenvolvimento de aprendizagem junto à população atendida. Sabedoria compreende o processo reflexivo de aprendizagem sobre fenômenos sociais tais como a empatia, o empoderamento, a dádiva, a felicidade, a cooperação, a confiança, a honestidade e outras características que estão no invólucro no tempo livre e do trabalho voluntário, colaborando com a continuidade do trabalho da Pastoral e com a promoção do desenvolvimento pessoal.

O voluntário, desse modo, aprende virtudes com a população atendida, dado que encontrar modos diferentes de pensar, visualizar realidades diferentes e perceber a satisfação da população pela forma de assisti-las são formas de aprendizado. Maturana (1998) comenta que em todo movimento de ensinamento se aprende com o ensinante. Nessa perspectiva, o voluntário, ao assistir alguém, aprende por meio da relação dialógica com a vivência popular que se envolve. Subjacente a isso, o conhecimento técnico também surge dessa relação dialógica, que tem como axioma a possibilidade de se aproximar do outro para lhe propor a concretização material do conhecimento.

T. Q. faz referência ao conhecimento técnico, executado na prática de afazeres da Pastoral. O exemplo citado da aprendizagem para realizar artesanatos e alocar e distribuir meios de subsistência para os atendidos revela que a atividade pastoral

favorece o desenvolvimento pessoal, impactando também a vida profissional do trabalhador voluntário.

As atividades realizadas na pastoral exigem muitas vezes algum tipo de habilidade manual ou intelectual que pode ser aprendida durante a inserção no voluntariado. Esse aprendizado, além de contribuir para as ações pastorais com a sociedade, proporciona ao voluntário novas formas de se incorporar ao mercado de trabalho remunerado ou ao empreendedorismo.

Sim, através de ser voluntária eu consegui um trabalho pelo conhecimento de lidar com as pessoas e a comunidade confia muito em mim para isso também, saber trabalhar com pessoas é muito bom e toda comunidade é ajudada né. Isso me ajudou muito, aprendi muita coisa que uso hoje no trabalho. (T. E.).

Posso te dizer que o trabalho na pastoral me deixou mais disciplinado e responsável pelas coisas e isso me ajudou na hora de procurar de trabalho, o meu patrão conhecia meu trabalho na Pastoral e ele disse que isso fez ele me contratar porque ele conhece o bom trabalho da Pastoral e via como eu trabalhava de forma digna e responsável lá, então ele percebeu que eu podia ser um bom trabalhador no trabalho e assim ele me contratou, então esse tempo livre da Pastoral é de um imenso aprendizado (T. J.).

A devolutiva do trabalho voluntário, desse modo, vai além das orientações de valores que incidem no aperfeiçoamento das relações sociais. Há, inclusive, uma devolutiva financeira direta, como citado na entrevista de T. E. O processo de trabalho na pastoral trouxe-lhe um desenvolvimento pessoal atrelado ao encaminhamento profissional, como a capacidade de lidar com as relações humanas, justamente a área que conseguiu um emprego.

Goleman (2012) ressalta que os exercícios ligados a características do desenvolvimento pessoal no cotidiano contribuem para a conquista de novos espaços no mercado de trabalho. Assim, quando o tempo livre é utilizado para prover o aprimoramento da inteligência emocional⁹¹, tem como resultado um maior aperfeiçoamento para a formação profissional, pois se no tempo de trabalho remunerado não há condições de se trabalhar a inteligência emocional, no tempo livre existem mais possibilidades desse exercício.

As observações e as análises de empregadores sobre os cidadãos de uma comunidade para realizar contratações levam em consideração valores relacionados

⁹¹ É um tipo de inteligência que lida com questões não objetivas da vida humana, como a capacidade de cooperar, de se solidarizar, de ensinar e demais ações que envolvem sentimentos (GOLEMAN, 2012).

à confiança, à honestidade, à disciplina, à motivação, à cooperação, além de outras características. Esses atributos estão muito presente nos voluntários da Pastoral. Por isso, T. J. relembra que sua contratação teve influência do trabalho na Pastoral, ao apontar que o empregador notou que as virtudes supracitadas também faziam parte de sua empresa. O que é necessário assimilar sobre os impulsos dos valores na Pastoral é que esses são espontâneos, não partem de uma intencionalidade voltada ao arrecadamento de status social e promoção profissional e financeira.

Embora não seja o intuito da pastoral implantar o ensino profissionalizante para os voluntários, os que participam recebem conhecimentos que posteriormente podem ser úteis no mercado de trabalho, considerando que as ações laborais da Pastoral não são tão distintas de outros trabalhos no meio social. A Pastoral realiza, nesse sentido, uma função que poderia ser elencada ao Estado ou à iniciativa privada, que os são grandes provedores para o desenvolvimento pessoal das comunidades e de suas populações. Quando o reconhecimento social das Pastorais é visualizado de forma magnânima, as personalidades envolvidas nessa esfera também são reconhecidas como essenciais. Por isso, os trabalhadores voluntários são bem requeridos para a inserção no mercado de trabalho.

Houve transformações na família, muito mais reconhecimento na comunidade e no meu trabalho ao saberem do meu trabalho nas pastorais e muito apoio em tudo. Eu percebo uma coisa, a comunidade parece que fica transformada para melhor quando todos percebem que você é uma pessoa boa e isso me ajudou no meu emprego também, passei a trabalhar melhor e mais contente (T. F.).

No meu trabalho veio a principal transformação, antes eu estava desanimado no serviço, não sabia o que bem fazer depois de terminar o trabalho, era sempre a mesma rotina não tinha animação e isso era levado pro desânimo no trabalho, mas foi começar a participar da Pastoral que comecei a me animar, hoje tenho mais vontade no trabalho, rendo mais e tudo isso eu acredito que tem a ver com a Pastoral porque é um tempo livre que ficamos muito contentes com o trabalho e essa alegria a gente leva pra casa e para o trabalho também (T. M.).

A continuidade nas realizações laborais remuneradas se torna mais satisfatória, pois os empregadores valorizam quando seus funcionários participaram ou participam de um trabalho voluntário. Além disso, outros trabalhadores também expõem a admiração para com as relações sociais fora do trabalho remunerado do trabalhador voluntário. Tanto T.F. como T.M. reconhecem a motivação e a autoestima que o vínculo com a Pastoral lhes trouxe para o âmbito do trabalho remunerado, tornando-os amiúde mais prolíficos em seus empregos. Isso acontece porque o ritmo de um

processo de trabalho depende de um leque de variáveis que vão além do conhecimento técnico, englobando a disposição emocional que cada trabalhador tem na situação corriqueira do trabalho.

Em diálogo com Bauman (2011), as relações sociais do tempo livre que transmitem a esfera da “*eudaimonia*” (expressão utilizada pelo filósofo grego Aristóteles para exemplificar o momento de maior regozijo da vida humana) também se refletem nas atividades laborais de forma prolífica, pois o bem-estar emocional condiz com uma melhor atuação intelectual e física no trabalho. Isso, por sua vez, acarreta um melhor desempenho profissional do trabalhador como do lócus de produtividade, garantindo-lhe estabilidade no emprego.

O trabalho remunerado consiste no recebimento monetário para a garantia da subsistência do trabalhador. No trabalho voluntário, entretanto, o recebimento ocorre de outras formas, como nos modos intangíveis do afeto e da inclusão social. A percepção do reconhecimento afetivo e do pertencimento ao grupo comunitário são dimensões que estimulam o trabalho voluntário. Ademais, o reconhecimento moral por parte da sociedade e de alguma instituição corrobora para uma nova forma de recebimento. Com isso, os laços de reciprocidade presentes no desenvolvimento pessoal se alastram sobre essa maneira intangível de troca não remunerada de trabalho.

Tem muita coisa, porque eu sei que Deus recompensa a gente, mas também é a gente é acolhido na Igreja e entre os irmãos formamos uma nova família, as pessoas da vila olham pra gente com um olhar de respeito e não tem coisa melhor que isso (T. G.).

Passei a me envolver mais com a Igreja, hoje sou uma pessoa extremamente religiosa e procuro na religião ajudar não só quem está na Igreja, mas também quem está fora dela, em minha volta percebi uma transformação também, tem mais gente feliz por conseguir alimento e poder sustentar a família (T. L.).

Passei ainda mais a ser temente a Deus e seguir os conselhos que a Igreja prega, com o tempo fui entendendo que o que a Igreja prega melhora a vida de todos, passei a usar esse meu Tempo Livre com Deus na Pastoral (T. N.).

Nos trechos em destaque, nota-se a concretização da relação de confiança diante do respeito adquirido por parte da comunidade. Nessa direção, as possibilidades de maior inserção no mercado de trabalho e o empreendedorismo se tornam mais fáceis quando os agentes sociais no entorno imputam um depósito de confiabilidade e de robustez moral. Dessa forma, o processo de desenvolvimento

peçoal nas comunidades parte inclusive dos princípios morais e éticos que estão presentes no trabalho voluntário.

Nas entrevistas de T.G., T. L. e T. N., demonstra-se que essa aproximação com a comunidade foi efetivada pela instituição que une as relações sociais comunitárias, a Igreja Católica. Em muitos municípios brasileiros de pequeno porte, a Igreja Católica tem papel fundamental como aglutinadora de ações do trabalho voluntário, pois grande parte dessa população é católica e enxerga na religião um modo de adentrar ao trabalho voluntário, acreditando que a forma religiosa de exercer o trabalho voluntário é a mais eficiente.

Bourdieu (1989) destaca que as instituições mais presentes no âmbito social detêm a capacidade de mobilizar a população em sua volta em prol de ações que podem gerar mudanças. Essa capacidade de mobilização é advinda sobretudo das conotações do poder simbólico institucional, como nas falas apresentadas. O poder simbólico da religião manifestado por meio das manifestações de fé e acolhimento religioso redundam nessas condições mobilizadoras.

As transformações pessoais destacadas na segunda pergunta da entrevista estão relacionadas ao temperamento pessoal, ao comportamento pessoal, à motivação profissional e à educação formal. Todas essas alterações tiveram seus aspectos positivos correlacionadas ao desenvolvimento pessoal, salientando que todos têm um ganho na esfera do recebimento intangível/imaterial.

Essa mobilização que a instituição incentiva n os voluntários tem efeito direto no desenvolvimento pessoal, sobretudo por meio dos ganhos imateriais, a partir de uma nova forma de se relacionar com o trabalho.

5.3 O VALOR DO TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA O VOLUNTARIADO

A relação do trabalho gratuito de doação denota uma espontaneidade de aproximação com o ser humano, algo que não acontece no trabalho por ser uma questão contratual. O humanismo que se percebe na atividade voluntária parte de conotações imateriais para o recebimento do trabalho realizado, trazendo um elemento fundamental: a ausência da obrigatoriedade do trabalho.

O que se faz gratuito e com carinho, nos torna mais humano, fazendo um pouquinho do que Deus nos pediu, me sinto uma pessoa mais humana como o outro, se fosse remunerado não teria esse sentido (T. A.).

Bom é assim, quando se faz algo por dinheiro tem vez que a gente trabalha só por causa do dinheiro tem vez que até obrigado sabe, mas quando não tem dinheiro em troca eu vejo mais o lado humano da coisa, estou ali pra ajudar a que precisa e porque eu gosto de ajudar, então, o que eu ganho é uma forma de ser mais humano no dia, dia, não pensar apenas nas trocas materiais, mas sim pensar na troca do amor humano (T. I.).

A pessoa que eu sou hoje, se deve muito ao trabalho da Pastoral, sou outro ser humano e esse é a maior contribuição que recebi da Pastoral, hoje me considero mais atencioso para com os outros (T. M.).

Na religião e na religiosidade cristã, acordos que envolvem uma recompensa material acarretam uma ação não virtuosa. As ações dotadas de espontaneidade e gratuidade, por outro lado, são vistas com grande magnanimidade. Assim, a compreensão que se tem é que as ações voluntárias têm maior valor porque detêm o crédito de serem mais verdadeiras do que uma ação cujo retorno é financeiro.

No tocante à entrevista de T. A., esse ressalta que o trabalho voluntário lhe torna mais humano, algo que é diferente no trabalho remunerado, considerado muitas vezes mecanizado. Nesse mesmo seguimento, T. I. frisa que a condição de trabalho voluntário lhe oportuniza ter uma satisfação pessoal e uma importância social, o que não ocorre com o trabalho remunerado. Ele exemplifica com a relação da “troca do amor humano”, ressaltando que tanto os trabalhadores voluntários e a população atingida são influenciados pela reciprocidade afetiva. A entrevista de T. M., além de ressaltar as colocações das entrevistas anteriores, pontua seu aprimoramento como pessoa no cuidado para com os outros.

Sponville (2016) assevera que as dimensões afetivas do ser humano se sobressaem às questões mecânicas do materialismo, quando a afetividade é envolvida de forma espontânea e direcionada para busca de uma vivência melhor no ambiente, ao contrário do que um pensamento hedonista pode realizar. Os signos do hedonismo são muitos presentes na contemporaneidade: a busca por prazeres e conquistas materiais como recompensa torna-se condição de realização humana no trabalho. Entretanto, no trabalho voluntário, os prazeres não se configuram como atração material, mas nos deleites imateriais, por exemplo, as eventualidades nas vidas alheias.

Prazer em poder ajudar o próximo. dinheiro não é tudo na vida. O dinheiro acaba, dinheiro não compra amigos, o amor e nem a felicidade, o prazer em ajudar o próximo é uma recompensa que não acaba (T. B).

Quando se propõe a auxiliar a vida de alguém sem ter uma intenção de recebimento financeiro em troca isso acaba sendo muito gratificante, porque demonstra a honestidade e a compaixão de alguém, eu creio que o meu maior recebimento é a felicidade de saber que está útil para as pessoas na sociedade e proporcionando a elas também essa felicidade (T. J.).

Ter uma felicidade não é só o meu maior presente, mas o presente de todo o pessoal da Pastoral e amor Ágape é isso, ajudar o outro incondicionalmente e sem ganhar nada em troca ao não ser a esperança de uma vida melhor para os outros (T. L.).

O que eu percebo como uma recompensa do trabalho voluntário é que tem mais valor que a recompensa financeira é vislumbrar a transformação na vida de cada um, porque a nossa vida também é transformada com isso, saber que alguém hoje conseguiu um emprego, constituir uma família, terminar os estudos, isso é uma transformação não só para a pessoa, mas para mim também, acabo tendo mais vontade de melhorar minha vida e ter mais um sentido para ela (T. C.).

Além da transformação na vida pessoal, evidenciada nas falas anteriores, é possível visualizar nos discursos de T. B., T. J., T. L. e T. C. que a transformação na vida pessoal dos grupos sociais envolvidos pela Pastoral é também uma motivação imaterial que impele os trabalhadores voluntários da Pastoral a atuarem com altivez. Por essa razão, o desenvolvimento pessoal não está apenas atrelado ao indivíduo que passa por esse aspecto, mas também àqueles que estão próximos às suas atividades.

Além dos apontamentos da riqueza imaterial atribuídos ao trabalho voluntário, é visível nas falas desses quatro coordenadores as expectativas de presenciar as mudanças nas vidas das pessoas ao redor, pois o sujeito na sociedade nunca vive isolado e ausente de auxílio. O entendimento de que outros cidadãos ao redor se esmeram nas profissões e em outros elementos da vida social cria um fator de recebimento imaterial. Essa percepção de que a retribuição intangível não está atrelada a um ganho individual pode não ser evidente nas expressões de ganhos místicos/religiosos no tempo social, que angaria realces de ganhos apenas individuais.

O tempo social tem uma variedade de significados, e as relações extraeconômicas são uma das correlações que mais direcionam o signo de forma atemporal. Além do mais, essa direção detém uma ligação profunda com um arcabouço ideológico e religioso.

Onde eu sentir a missão me chamar eu vou, sinto esse chamado pelas escrituras sagradas “Tiveste preso e vieste me visitar”, Mt 25:36. Naqueles irmãos eu sinto a minha missão (T. N.).

A certeza de que Deus caminha ao meu lado e fica feliz com esse trabalho. Eu sei que há algo bom esperando por mim eu sei que Deus vê tudo que eu faço, ele está do meu lado (T. D.).

O ganho que tenho é a presença de Deus em minha vida a cada momento, sinto Deus de várias formas na Pastoral, sinto ele na unção do Espírito e sinto ele na sua imagem e semelhança nos irmãozinhos, no olhar, no sorriso e ter Deus na vida é um ganho enorme (T. O.).

Tenho pra mim que o ganho que tenho é a benção de Deus e essa benção me ajuda em tudo na vida, no trabalho na família e na Pastoral, não tenho o que reclamar apenas agradecer as benções que são derramadas sobre mim (T. K.).

A razão da ação do trabalho voluntário se interpela na determinação da crença de que tais atividades são áureas. Assim sendo, cada execução nesse processo acarreta as mudanças pessoais e sociais de cada cidadão envolvido, demonstrando o processo de desenvolvimento pessoal motivado pela religião. A confiança de que um ente metafísico possa restaurar e resolver questões sociais é muito presente nas respostas dos coordenadores, constituindo-se uma recompensa imaterial. Isso fica mais explícito ao se observar os relatos de uma convocação para realizar algo de benfeitoria, algo que pode gerar um retorno áureo em um futuro estimado. Para os crentes dessa fé religiosa, trata-se de um mundo exterior e atemporal que não condiz com a realidade presente.

Pode-se constatar a forte presença religiosa cristã nas falas relacionadas ao recebimento do trabalho voluntário. T. N. esboça uma confirmação de que há uma convocação metafísica para a realização do trabalho voluntário. Esse chamado parte da relação fidedigna religiosa que o trabalhador voluntário tem com a instituição Igreja, pois, nos que não são devotos a essa fé, a convocação é inexistente.

Do ponto de vista de Alves (1999), a noção de existir um pedido de um deus para a realização de alguma tarefa humana é algo subjetivo e sem critério de comprovação científica, haja vista que deriva de cada identidade cultural e não há como provar que há um chamado para uma missão do trabalho da Pastoral; trata-se de uma crença mística e não de fatores naturais.

Nas falas de T. D., de T. O. e de T. K., as similaridades aparecem na crença de que receberão dádivas do ente metafísico. Portanto, por mais que não se demonstra, o interesse é um recebimento tangível, o recebimento intangível, por sua vez, também é uma forma de relação de troca, pois, de acordo com as falas sobre as “bençãos de Deus”, essas se referem a uma condição de melhorias nas relações profissionais, saúde física/mental e nas relações familiares. Dessa forma, a possível gratificação que se possa receber é uma amostra da expectativa de receber algo em troca pelo trabalho voluntário. Todavia, isso não significa, de forma genérica, que não há uma espontaneidade do trabalho voluntário, porque a concepção do recebimento da dádiva pode estar atrelada à boa convivência com a população atendida.

Por essa razão, há uma disposição em não se importar com as adversidades que acontecem com o trabalho voluntário, pois se acredita que elas cessarão em um futuro, ou outras retribuições acontecerão na vida presente, como o bem-estar na saúde, na vida profissional e financeira. Outrossim, a dádiva da doação que se apresenta aqui não é tão gratuita como estabelece os patamares do *Homus Donatus*. Por mais que não haja uma troca em torno de elementos tangíveis, e nem uma cobrança sobre as pessoas auxiliadas pelo trabalho voluntário, há uma esperança de troca por uma recompensa imaterial, mesmo que seja em uma pressuposição além da vida biológica.

No entanto, o retorno recompensatório pela alegria alheia é algo posto para o trabalhador voluntário, e isso lhe garante uma percepção de maior utilidade para o meio social:

O que eu recebo é o sorriso e a gratidão das famílias acompanhadas é especial para mim, me sinto feliz e útil ajudando e vendo a felicidade no olhar de cada um que visitamos (T. E.).

É a alegria de ver as outras pessoas ficarem felizes, assim eu fico feliz também, no dia que faço isso e no outro dia eu estou com maior vontade de trabalhar e fazer o meu melhor é uma forma de amar o próximo (T. F.).

Presenciar como alguém fica feliz quando a Pastoral vai na casa dela é algo magnífico, quando se vê um sorriso dessa pessoa por causa de nosso trabalho é como receber um lindo tesouro (T. N.).

Em mim aumentou a empatia, não tem como ficar alegre vendo o nosso semelhante triste e vendo o outro contente e cheio de fé e amor com as ações da Pastoral é um ganho que eu tenho todo dia (T. L.).

O sentimento de utilidade para a sociedade produz no voluntário um desejo mais intenso de continuar com as ações voluntárias e, por consequência, se dispor com maior amplitude no trabalho, na qualificação profissional, na cooperação comunitária e familiar. A constatação de encontrar o fenômeno da felicidade vislumbrado nas ações faciais da população atendida se reflete na percepção de um trabalho bem realizado, e essa demonstração de afeto receptiva amplia o sentimento de bem-estar moral, sendo considerada uma maneira de ganho. A possibilidade de constatar a alegria alheia pelo trabalho voluntário é uma condição que existe no tempo livre, dado que no tempo de trabalho remunerado essa aferição pode não ser visualizada, pois, não raro, o ganho econômico se sobrepõe ao ganho moral.

Pode-se considerar que a contemplação das satisfações alheias, por meio do trabalho voluntário, assim como mencionaram T. E., T. F., T. N. e T. L., é uma forma de troca pelo trabalho prestado. Além desse câmbio, ocorre a transformação positiva do próprio trabalhador voluntário, como bem expressa T. L.

O tempo é considerado um bem intangível ou tangível, isto é, tem uma dimensão de valor, “tempo é dinheiro”, como disse Benjamim Franklin, na perspectiva de adquirir tempo de produção. O tempo também tem uma perspectiva de bem intangível, que se liga às questões humanas subjetivas, como os fenômenos sentimentais da felicidade e bem-estar. O tempo livre detém essa correspondência, pois nele o ser humano pode viver a sua profunda liberdade e criatividade. Os voluntários, nesse sentido, alegam que o valor do trabalho voluntário está atrelado ao ganho de um tempo livre que propõe condições para concretizar as benfeitorias para a sociedade.

A remuneração que tenho é esse Tempo Livre de poder fazer aquilo que eu acho melhor para as pessoas e para Deus, tenho esse tempo que me proporciona uma paz, alegria e vontade de viver imensa, se não estivesse na Pastoral eu não teria isso (T. Q.).

Os momentos que são vividos lá são a maior remuneração é um tempo divino, parece que saímos deste mundo, ficamos encantados com tudo, com a vontade de ajudar, com alegria do irmão (T. R.).

Eu não sei se eu não estivesse na Pastoral, qual outro lugar eu iria encontrar para viver as iluminadas situações, dessa forma eu te digo que o ganho que eu tenho e tenho certeza que muitos tem é tempo de luz que passamos na Pastoral (T. P.).

A garantia de um tempo vivenciado diferente de outros tempos é uma forma de remuneração intangível, haja vista que esse tempo relatado pelos entrevistados se incumbe de uma forma depositadora de bem-estar. Como exemplo, é possível relacionar esse tempo com o que se paga para ir a um espaço de entretenimento ou de reflexão religiosa/terapêutica. Nesse caso, contudo, foram os entrevistados que receberam o deleite de uma forma intangível de felicidade, quesito esse necessário para o desenvolvimento pessoal.

A comunhão encontrada durante as atividades das Pastorais é verificada nas três falas em realce. Os coordenadores relatam que esse é o único espaço no qual sentem felicidade e bem-estar. Isso revela que os outros locais vivenciados não são propícios para esse regozijo, a exemplo do local de trabalho, onde se passa maior tempo vital.

O entrevistado T. Q. frisa que sua remuneração intangível nesse tempo livre é a possibilidade de realizar ações benéficas a seu bem-estar mental e social, salientando que não há outro espaço que lhe proporciona isso. T. R. traz uma dimensão do trabalho voluntário como uma nova realidade temporal e espacial, pois, para ele, estar presente nas atividades pastorais é como se não estivesse em nenhum espaço e tempo que ele conhece na realidade. Esse posicionamento indica que os momentos de voluntariado são tão especiais e exclusivos que se igualam a estar em um mundo paralelo, onde unicamente é possível se sentir realizado em sua vivência e ações. Da mesma forma, T. P. situa o trabalho da Pastoral e sua vivência em um contexto primordial de que não existe um local e uma realização que se assemelhem a ela; por isso, a remuneração se dá dessa maneira, um recebimento de bem-estar pessoal que se coaduna para o desenvolvimento pessoal encontrado no tempo livre e na entidade pastoral.

Averiguou-se que os ganhos intangíveis constatados na terceira pergunta da entrevista permeiam a satisfação pessoal e a alheia em meio às relações comunitárias, familiares e religiosas. Esses contentamentos são essenciais para o crescimento do desenvolvimento pessoal.

Dos ganhos imateriais existentes, destaca-se a capacidade de cooperação, pois os ganhos intangíveis apenas existem porque há uma relação social entre a atividade voluntária e o público atendido. Dessa forma, a ação de cooperar, além de ser um ganho, é um aspecto do desenvolvimento pessoal na prática do voluntariado.

5.4 A COOPERAÇÃO E A ATIVIDADE VOLUNTÁRIA NA PASTORAL

Um das protoformas do trabalho remunerado é a busca da satisfação econômica por meio das iniciativas individuais, ação que acaba restringindo realizações coletivas e cooperativas. Para a existência do desenvolvimento pessoal, é essencial a cooperação, haja vista que o bem comum apenas é construído por meio do bem coletivo, e a cooperação se emana do trabalho voluntário. Um dos fatores para isso é a reciprocidade, que é a forma de responder de forma grata a um amparo realizado anteriormente. Embora o trabalhador voluntário possa estar em atividades iniciantes, ele abruptamente encontra a cooperação na primeira ação, algo que se repete rotineiramente, assim como a reciprocidade.

Com certeza, no primeiro dia percebi que poderia ajudar os colegas e eles poderiam me ajudar, isso se tornou a minha vida, antes era mais difícil cooperar era tudo muito sozinho. Aqui na pastoral todo mundo se ajuda, quando eu fui ajudado no início também passei a ajudar a quem está do meu lado e a reciprocidade é muito importante para que possamos confiar um no outro, até hoje nunca ninguém não foi recíproco comigo. (T. A.).

Desde o início se tem a cooperação, para estar na Pastoral tem que ser cooperador, e todos cooperam aqui e isso também tem relação com a reciprocidade porque ela passa pra todos que todos aqui podem contar um com o outro (T. Q.).

Eu entrei já com a mentalidade de cooperar, porque eu via como era a cooperação dos participantes e dos coordenadores antes de fazer parte da pastoral e a reciprocidade só vai aumentando a cooperação, com ela tudo fica mais fácil pra cooperar (T. L.).

No primeiro dia eu vi as mudanças em minha vida, passei a enxergar ainda mais o mundo como uma forma de cooperar, não que antes eu não cooperava, é que depois que ingressei na Pastoral isso se tornou como parte da minha vida e a reciprocidade tem tudo a ver com isso, porque ser recíproco é ter gratidão por alguma obra que alguém fez e te deixou feliz e quando alguém faz algo de benfeitoria para o outro ela já está cooperando (T. K.).

As relações cooperativas são postas de imediato nas primeiras atividades voluntárias e se intensificam no decorrer das demais, evidenciando mudanças significativas. As falas em destaque ressaltam a ausência da cooperação antes de se iniciar o trabalho na Pastoral e a relação do individualismo que, muitas vezes, ditava as relações sociais, mas o trabalho voluntário constrói uma rede de solidariedade humana.

Há uma similaridade entre T. A. e T. K., pois ambos demonstram que, anteriormente à entrada na Pastoral, a cooperação era mais exígua, porém, após ingressarem no voluntariado, observaram uma maior cooperação e uma maior disposição para cooperar. A relação do contato com a cooperação leva o trabalhador voluntário a ter mais condições para cooperar. T. Q. e T. L., por sua vez, destacam como as evidências da cooperação entre os envolvidos com a Pastoral constroem um elo maior para que a cooperação continue. Em todas as falas, nota-se a importância da cooperação para o desenvolvimento da Pastoral e o ofício de cooperar para o desenvolvimento pessoal do trabalhador voluntário, como acentua T. K., ao citar as mudanças sobre sua ótica da coletividade e da cooperação que *a priori* não existiam.

Como a cooperação é revestida de reciprocidade, o sentimento de gratidão pela cooperação recebida é retribuído na forma do trabalho amparado e compartilhado. A reciprocidade parte da gratulação que a cooperação alastra, essa reciprocidade por ter vários aspectos de caráter, como de valores culturais e religiosos.

Um valor de sociabilidade humana é a solidariedade, que envolve questões místicas, religiosas, ideológicas e de sobrevivência. O caráter solidário está interligado ao desenvolvimento pessoal.

Sim, mais cooperação e mais solidariedade, aprendi a ser mais solidária, porque devo ser solidária com meus irmãos, quem é ajudado nunca se esquece, isso acaba se tornando uma corrente de ajuda que não acaba e claro percebendo a reciprocidade isso ajuda ainda mais, da mesma forma de que quem é ajudado nunca esquece, quem conhece alguém honesto também não esquece e sempre está disposto a ajudar (T. B.).

Eu entendo que a cooperação é como um ciclo quanto mais se movimento a cooperação mais ela cresce, como uma roda entende? eu aprendo no cotidiano a ser cooperativo e a honestidade caminha junto com isso, quando você coopera é porque você quer o melhor para o outro e a reciprocidade também é ver o melhor para o outro, eu cresço e cresci muito na cooperação e na reciprocidade (T. N.).

Cooperar sempre é bom, você caminha e se desenvolve cooperando e a reciprocidade coloca pra você a dignidade de conviver bem na comunidade, porque só assim se constrói a comunidade, com cooperação e responsabilidade no cuidado com os outros (T. P.).

As ações solidárias podem ser motivadas por questões religiosas ou político-ideológicas, e como bem se explicita nos relatos supracitados, a reciprocidade dessa solidariedade se desenvolve na memória de quem recebeu ajuda, o que é repassado para outros cidadãos a serem assessorados. A cooperação necessita de

características para o seu impulsionamento, e a solidariedade é umas delas. Os atributos da solidariedade se encontram na compleição da educação familiar, vetores culturais ou de formações religiosas. Ela também tem seu surgimento na reciprocidade.

A cooperação desencadeia um ciclo de processo cooperativo, como pontuam T. B. e T. N., pois todo aquele que recebeu a cooperação se instiga a cooperar, e isso se dá por meio da reciprocidade. A construção de uma comunidade socialmente harmônica se concretiza por meio da cooperação, do respaldo de cada ente em se interessar pela assistência alheia, o que corrobora com as palavras de T. P. sobre a relação da cooperação e de seu convívio social.

O trabalho voluntário é composto por significados e sentidos, entre os quais se inclui a cooperação. Com ela, vislumbra-se que cada voluntário tem um envolvimento com o trabalho alheio, e o seu próprio trabalho é ligado ao de outrem, em uma visão durkheimiana, de modo que se forma um único organismo.

A cooperação é sempre, parte de uma Pastoral deve ser de maneira cooperativa, senão não teria sentido, o sentido só tem com a cooperação. Quando a gente coopera é também porque a gente sentiu essa cooperação de alguém aí a reciprocidade se aflora, todo mundo percebe que dá pra confiar no outro (T. C.).

Considero que me tornei muito cooperativa, nas situações que vivemos nas pastorais é todo tempo ajudando o outro, por isso fiquei mais cooperativa e passa o tempo que for estamos sendo ajudados e ajudando os outros, e ser recíproco aqui é essencial se tem uma construção de aliança muito grande (T. E.).

Quando a cooperação e a reciprocidade andam juntas, tudo se encaminha, uma não consegue viver sem a outra, nesse caso fiquei mais cooperativa e a reciprocidade que eu já tinha passei a dar ainda mais valor. Te dizer uma coisa não tem como estar na Pastoral sendo egoísta, senão acaba prejudicando muita gente e ninguém confia em você (T. H.).

O sentido da cooperação diz respeito ao seu resultado benévolo; quanto mais pessoas envolvidas na cooperação, mais resultados satisfatórios existirão, devido ao trabalho conjunto. A extensão da jornada de trabalho voluntário envolve os sujeitos no exercício da cooperação, o que se torna algo espontâneo e não um esforço para sua realização.

A contrapartida da cooperação incide no desenvolvimento pessoal para o voluntário, algo bem explícito nas narrativas de T. C., de T. E. e de T. H. Além das transformações pessoais, observa-se nas falas desses coordenadores o afloramento

da reciprocidade e de seu desenvolvimento, o que traz mais dimensões significativas para o tempo livre. Algo realçado por T. E. é o de que o tempo passa de uma forma diferente quando se está em plena atividade de cooperação e de reciprocidade. Isso testemunha a subjetividade do tempo livre e como a sua lógica de período tende a perpassar de forma rápida, como prediz a teoria da relatividade do tempo.

Um pressuposto para a cooperação e seu desenvolvimento é a consideração por aquele que está sendo atendido pelo trabalho voluntário, pois isso faz parte do desenvolvimento pessoal na constituição dos laços produtivos e da interação socioeconômica.

Sim. Mais cooperativa e empática, passei a me colocar no lugar dos outros antes eu não era tanto sim. Antes não conseguia enxergar tanto o outro, depois da cooperação e da reciprocidade na pastoral tudo mudou (T. D.).

De forma absoluta, sempre penso em me colocar nas situações que as pessoas vivem o que chamam de empatia né, a cooperação e a reciprocidade acredito eu que precisa de empatia pra existir, porque com isso se entende que não estamos em uma bolha (T. I.).

Imagino alguém fazendo tudo sozinho e já penso como é muito difícil não ninguém por perto para ajudar, logo que penso que se fosse comigo seria muito triste estar sozinha, por isso a resposta é sim fiquei ainda mais atenta a cooperação e o que já responde a segunda pergunta, me tornei mais recíproca também, a cooperação tem total ligação com a reciprocidade, porque cooperação é reciprocidade também é uma troca de favor de um para o outro (T. L.).

Não poder ser individualista para cooperar, tem que pensar no outro primeiro antes da gente, como dizia São Francisco de Assis: “Que eu possa amar mais do que ser amado”, a cooperação é uma forma de se doar para o outro e a reciprocidade é um agradecimento em ações que sempre devemos fazer (T. J.).

O fenômeno da empatia também está ligado ao da simpatia. A primeira qualidade é a capacidade de vivenciar a posição social de outrem, e a segunda diz respeito à condição de sentir o sofrimento alheio. As Pastorais, nesse sentido, proliferam essas correlações ao ponto de os voluntários identificarem as mazelas sociais nos campos de trabalho onde atuam. Essa identificação escuda o processo de desenvolvimento pessoal, dado que encontrar as dificuldades financeiras e pessoais dos cidadãos envolvidos, bem como apontar soluções para o empoderamento fomentam esse aspecto de desenvolvimento.

Nas constatações de T. D. e de T. I., aparece a expressão “empatia”, que demonstra o conhecimento dos voluntários com relação a um afeto presente nas

relações sociais de cooperação e de reciprocidade. Assim, a situação de considerar as penúrias dos grupos sociais atendidos ajuda a compreender que a realidade social não pode ser analisada de um ponto de vista individual, mas é preciso considerar as esferas de calamidades da população atendida. T. D. também ressalta que sua forma de cooperação e reciprocidade ficou ainda mais pujante a partir do momento que começou a exercer as atividades na pastoral, algo que não se limitou ao âmbito pastoral, mas que fluiu também para a vida social, acarretando o seu desenvolvimento pessoal.

T. L. e T. J. apontam as dificuldades que um pensamento individualista traria para se concretizar as ações pastorais. Em suas palavras, a cooperação e a reciprocidade são essenciais. T. J. enfatiza que a contribuição é até mais importante que a retribuição, ao relatar um trecho de uma oração religiosa com os seguintes dizeres: “Que eu posso amar, mais do que ser amado”. Para T. J., as associações da reciprocidade com a retribuição podem estar ligadas à contribuição de forma deliberada e espontânea.

A cooperação e a reciprocidade não estão apenas relacionadas a um pensamento coletivo, mas a uma responsabilidade individual, como se observa nas seguintes falas:

Eu considero com certeza que minha cooperação foi de grande ajuda, todas as vezes que eu ajudei eu acabei ajudando muitas pessoas, mesmo quando esse ajuda fosse a mais simples, porque sei também que muitas pessoas me ajudaram no início e ainda hoje (T. F.).

Todos que cooperaram comigo me ajudaram imensamente não só na Pastoral, mas também na vida e isso também me faz entender a questão da reciprocidade na Pastoral, porque eu entendo que reciprocidade nada mais é de ajudar quem te ajudou e que o ajudado também te ajude (T. Q.).

Ao cooperar é como criar uma rede que se interliga em vários espaços e pessoas, portanto, quando uma cooperação não eficiente toda a rede fica prejudicada, dessa forma eu entendo que minha cooperação é importante para a Pastoral, porque nela eu me torno mais responsável pelas ações que preciso tomar e vislumbro uma rede de reciprocidade também, que é o auxílio se estendendo a todos envolvidos e quem é atendido pela Pastoral (T. M.).

Há um envolvimento no trabalho em conjunto, então não tem como ficar sem fazer a cooperação, você coopera porque também é necessário para a Pastoral cooperar, e também porque se aprende a cooperar ainda mais e gostar de cooperar o que gera reciprocidade, então a cooperação leva a reciprocidade (T. R.).

Do auxílio mais complexo ao mais simples, a cooperação ocasiona transformações tanto para o trabalhador voluntário quanto para os demais envolvidos no desenvolvimento pessoal. Todo cooperador percebe que a existência da cooperação existe também por uma iniciativa individual e que, mesmo com um aparato ideológico coletivo em favor da cooperação, a compreensão de que a propensão subjetiva pode surgir nesses aspectos também é de suma importância.

Como a cooperação e a reciprocidade necessitam de uma concatenação em rede, cada trabalho individual eficiente contribui para o bom desenvolvimento dessa rede. Por isso, T. F., T. Q., T. M. e T. R. argumentam que o seu trabalho individual auxilia no bom processo de desenvolvimento de trabalho. Isso reitera que o trabalho individual sofre influências de outros trabalhos individuais, essa conexão concebe um todo do trabalho coletivo.

Todo trabalho individual está inserido no trabalho coletivo, e toda cooperação e reciprocidade, por mais que partam de iniciativas individuais, têm as suas causas e consequências na coletividade.

Considera-se que as respostas das entrevistas à quarta pergunta demonstram que a cooperação e a reciprocidade estão em todo processo do trabalho voluntário da Pastoral e, acima de tudo, contribuem para o seu bom desenvolvimento, criando, assim, aspectos no desenvolvimento pessoal sobre o trabalho coletivo. Para que essa coletividade ocorra, são necessárias a influência e a confiança, pois, com elas, acordos podem vigorar plenamente e as relações de trabalho se tornarem mais espontâneas, como ressaltado na próxima seção.

5.5 A RELAÇÃO DA INFLUÊNCIA E DA CONFIANÇA NOS TRABALHOS DAS PASTORAIS

Uma característica do desenvolvimento pessoal presente no tempo livre do trabalho voluntário é a relação de confiança social, a qual apenas pode existir em uma comunidade e nas suas organizações se existir um ambiente cultural de confiabilidade nas ações cotidianas. O início do trabalho pastoral e de seus agentes, além de exigir a confiabilidade entre os voluntários e a população, necessita da influência pessoal e de convicções sobre o trabalho para que ocorra de maneira espontânea.

A relação da influência pessoal para a realização das atividades humanas é demarcada pela característica da confiança, como citado anteriormente. Na Pastoral,

as influências podem ocorrer por meio do âmbito institucional religioso e de suas organizações. Nessa perspectiva, indagou-se aos trabalhadores voluntários se eles foram influenciados pela instituição. Em suas respostas, nota-se a afirmação da influência institucional externa.

Muita confiança eu tive nas pessoas que fazem isso e na Igreja, são pessoas de respeito. A influência foi da religião ela me influenciou, foi na Igreja que eu tive o contato do trabalho da pastoral. Foi na paróquia que delego junto com a pastoral e às mensageiras das capelinhas⁹² e até hoje continua a confiança muito forte (T. A.).

Na constatação de T. A., verifica-se a influência institucional para a execução do trabalho voluntário no tempo livre, haja vista que as instituições são presentes nas relações sociais dos cidadãos. A religião tem um papel institucional de grande preponderância na sociedade, principalmente na brasileira, na qual boa parte adere a alguma denominação religiosa. No caso relatado pela entrevista, a Igreja Católica tem uma abrangência institucional religiosa e de trabalho com o voluntariado em todas as regiões brasileiras. Assim, a confiança ainda permanece pelo fato que a devoção está sendo creditada a uma instituição, a Igreja.

Essa proximidade com a população nos mais variados estratos sociais, ainda mais com a população de maior vulnerabilidade social, atrai pessoas tanto para serem voluntárias quanto para serem atendidas por essas atividades. Existem pastorais mais difundidas e outras mais restritas a determinadas localidades no Brasil. No caso da Pastoral da Criança, por exemplo, seu alcance é mais amplo em várias localidades brasileiras. Além de realizar um atendimento expansivo, essa Pastoral também mantém vínculos com as demais Pastorais, algo que influencia esses trabalhadores a também atuarem em outras organizações. A confiança de uma organização se expande para outras que organizam o trabalho voluntário, ainda mais se forem vinculadas à mesma instituição, por exemplo, a Igreja Católica.

Como eu já estava em uma outra pastoral, eu já fui pegando confiança nas outras pastorais também, porque sempre fazem um trabalho digno e honrado, eu já dedicava um pouco de tempo a pastoral da criança, foi onde eu conheci o trabalho da pastoral, após sair decidi participar da pastoral da pessoa idosa onde me encontrei e estou muito feliz. E sobre a confiança que você falou, aqui ela não mudou em nada, continua

⁹² Faz parte de uma tradição da Igreja Católica, a cada semana, entregar uma imagem religiosa na residência de cada católico de determinada localidade próxima do coordenador.

firme e indo adiante com o povo e ela continua porque a gente sente que todos querem ajudar o outro (T. C).

Como indica T. C., as atividades realizadas em uma Pastoral apontam para as demais, devido ao envolvimento com a sociedade em geral. Ao encontrar no tempo livre o sentido de um trabalho satisfatório no voluntariado, acaba-se criando uma infinidade de possibilidades para se realizar outras tarefas em Pastorais com outros temas sociais. E a confiança estimulada após o primeiro trabalho na Pastoral acaba se difundindo para outras pastorais, caso o trabalhador voluntário queira expandir esse processo do voluntariado. Por isso, há essa continuidade, além da disponibilidade de se propor o amparo a outrem. Nesse crescimento da confiança e de sua continuidade, destaca-se ainda a população que recebe o trabalho pastoral, pois isso proporciona condições de crédito para ingressar em determinada organização.

O fato de ter recebido o trabalho da Pastoral fomenta uma maior adesão ao trabalho voluntário, e isso se configura na compreensão de maior amplitude do trabalho pastoral. A confiança parte também da premissa do cuidado para com o outro, considerando que essa condição de receber um trabalho assistencial ativa a noção de troca pela reciprocidade.

A influência foi minha família, nós sentimos a transformação da pastoral em nossa vida, como fui ajudada pela pastoral, quero fazer parte dela para ajudar também, a comunidade inteira sente essa confiança e eu também confio neles e na comunidade aqui também, porque o nosso trabalho aqui na comunidade é como se fosse uma família (T. D.).

Foi a recuperação da minha filha e o contato com o carinho das líderes das pastorais ao vierem fazer visita na minha casa, acolheram muito bem toda minha família, a partir daí a confiança nessas pessoas e no lugar que elas atendem começou a crescer muito (T. E.).

A tessitura social criada pelo envolvimento comunitário dos voluntários com as famílias atendidas faz conjectura do tempo social do trabalho voluntário, uma ação multiplicadora para outras parcelas familiares da sociedade. Pode-se dizer que é isso o que agremia uma continuidade no acréscimo do número de trabalhadores voluntários.

Nas explicações de T. D. e de T. E., a família também teve ingerência no trabalho da pastoral, aumentando a relação de confiança dos envolvidos com o

atendimento dos trabalhadores voluntários; como a família é a instituição mais próxima de todo sujeito, a presença do reconhecimento do trabalho da pastoral para com ela tem como consequência a continuidade da confiança. Além da família, outra instituição que promove uma intensa relação de confiança entre os membros que nela estão é a religião. Com relação aos aspectos culturais da microrregião de Cascavel – PR, a instituição religiosa mais presente é a Igreja Católica.

A presença da religião é muito forte na sociedade brasileira, moldando as relações econômicas, políticas, culturais e sociais no país. A Igreja Católica, desde a colonização do Brasil, se alicerçou nas relações sociais. A partir dos anos 1970, a hegemonia religiosa católica perdeu amplitude para novas denominações, como o pentecostalismo evangélico. Mesmo assim, as imbricações religiosas do catolicismo influem nas decisões individuais, sobretudo em regiões do país onde a presença católica é mais atuante (NASCIMENTO, 2008).

Na microrregião de Cascavel - PR, a Igreja Católica tem grande atuação no meio social, o que motiva os cidadãos a adentrarem em alguma entidade a ela ligada. As direções do clero têm fator fundamental nessa questão, pois, para os religiosos fiéis, os dogmas da religião são inalteráveis e de extrema confiança, o que acaba influenciando o envolvimento.

Como estou envolvido com a Igreja o sacerdote me convidou para fazer parte da pastoral, entendi como uma missão, uma missão em prol dos que precisam de ajuda enquanto muitos lhes dão as costas se eu não conseguisse confiar nas pessoas em meu redor, eu não conseguiria entrar na pastoral, foi porque eu me senti neles uma postura que me passou confiança muito boa e isso está muito presente até hoje (T. F).

Como relatado por T. F., o convite de uma personalidade bem quista na sociedade atrai a adesão comunitária ou individual ao trabalho voluntário da Pastoral, revelando que a religiosidade dos voluntários é bem presente, principalmente a conotação com a Igreja Católica. O fato de a instituição da Igreja estar muito presente no cotidiano social, mesmo antes da inserção dos voluntários na Pastoral, a torna um locus de maior facilidade para adentrar à Pastoral, pelo vínculo com a Igreja. O efeito disso é que a confiança se torna mais expansiva e contínua, sendo ainda mais conhecedora da Pastoral. A capacidade de conhecer os trabalhos da Pastoral cria as condicionantes de uma maior sensibilidade com o trabalho coletivo e seu prosseguimento. A disponibilidade em atuar como um agente de transformação social envolve os aspectos do acesso ao conhecimento das atividades das Pastorais e,

sobretudo, o contato pessoal com os grupos, criando uma dimensão maior de coletividade e um senso de sociabilidade.

A capacidade dar amparo ao outro e de reconhecer a vulnerabilidade alheia como uma responsabilidade de mudança que o próprio trabalhador voluntário pode auxiliar é um ativo que influencia a entrada nesse tipo de tarefa.

O que me influenciou muito foi compreender que as pessoas que cometeram erros e estão presas são parte de nossas comunidades e virar as costas para eles(as) não é a resposta que devemos dar, se não der oportunidade pra elas se não der uma chance de confiança pra elas, a gente vai ficar preso no medo e assim não conseguindo ajudar ninguém, eu sei bem disso porque pra entrar na pastoral confiei no trabalho desses voluntários, sabia que eram de grande valor e a comunidade também entende isso, então a confiança não pode parar senão o nosso trabalho acaba (T. B.).

Dedicar o tempo àqueles considerados irrelevantes no trabalho do trato humanitário revela uma predisposição desse trabalhador voluntário em propor alternativas de sobrevivência aos indivíduos que sofrem. Revela-se na fala T. B., a coexistência voluntariado como uma alavanca para o desenvolvimento pessoal, de modo a tornar as relações sociais mais harmônicas e a própria existência social também com mais significado. Como frisado por esse entrevistado, a confiança depositada em indivíduos que estão em descrédito no âmbito social é uma forma de propor alternativas de mudanças sociais, dado que essas opções são sugeridas pela maior parte da sociedade. Sem a confiança, o trabalho da Pastoral é abruptamente encerrado, ou seja, necessita-se da característica da confiança para que a relação entre voluntários e atendidos logre êxito.

O fortalecimento do desenvolvimento pessoal se dá também pelas afinidades de costumes de uma comunidade. As conotações de proximidades não geram apenas maiores relações sociais do ponto de vista da interação cultural, mas, além disso, geram relações econômicas, visto que as características do desenvolvimento pessoal (confiança, cooperação, honestidade, empatia e reciprocidade) aparecem de forma mais incisiva quando grupos sociais que têm algo em comum se relacionam no âmbito econômico e no trabalho.

Dessa maneira, há uma maior disposição dos agentes das Pastorais em ter vínculos de trabalho com sujeitos que participam e são envolvidos na mesma organização.

Tive influência dos colegas onde trabalho na firma, eles são da Pastoral senti neles uma alegria e confiança enorme. O que eu posso te dizer é que quem a gente sabe que é da pastoral deixa a gente mais à vontade pra conversar, então se é dono de uma padaria eu vou compra lá por causa do respeito que se tem né e se for pra trabalhar junto eu fico muito feliz porque vai ser uma pessoa muito boa pra ficar junto (T. G.).

As ingerências estabelecidas pelas relações de trabalho e que estão concomitantemente associadas à comunidade em volta do voluntário são de extrema influência para o crescimento da confiança. No âmbito do trabalho remunerado, isso pode se imbricar em uma rotina de ações de confiança, o que tem por corolário as direções necessárias para o exercício no tempo livre de alguma atividade relacionada com as sociabilidades de confiança.

A noção de pertencimento à comunidade que T. G. expressa também é muito presente. Esse sentimento remete à relação de identidade que os voluntários detêm com as comunidades. Assim, o crescimento das virtudes como confiança e cooperação entre a comunidade e os voluntários gera profundas mudanças sociais. De acordo com a fala do coordenador, essas mudanças ocorrem ainda mais com a presença da virtude da reciprocidade, a qual acaba sendo desencadeada com o avanço do envolvimento da Pastoral na comunidade.

Os que participam da Pastoral na comunidade eu percebo muitas mudanças na comunidade, antes tudo era muito desconfiado, todo mundo meio que não confiava no outro sabe, mas depois do trabalho da pastoral isso foi mudando o pessoal ficou mais acolhedor o povo sorri mais e tudo é mais alegre de fazer. E posso te dizer, como a comunidade foi mudando pra melhor as pessoas foram ajudando uma as outras, ajudar que eu digo não só pra comprar as coisas sabe, mas também honesta nas conversas com a gente entende, aquela separação antiga vai diminuindo (T. H.).

Pelo fato de o seguimento do desenvolvimento pessoal ser agregador de relações humanas, as comunidades nas quais essas características se expandem têm uma relação comunitária mais intensa do ponto de vista da sociabilidade espontânea.

Nas ponderações de T. H., a presença da honestidade é derivada das ações das Pastorais e são evidenciadas também depois que as ações se concretizam. As mudanças na comunidade são subjacentes às condições do desenvolvimento pessoal, por exemplo, a existência da relação de honestidade que a confiança gera. Nota-se o paralelo que esse sujeito de pesquisa estabelecendo do antes e do depois do trabalho da Pastoral na comunidade, ressaltando como o desenvolvimento pessoal foi fomentado nesse período, ocasionando o bem social comunitário.

O peso da confiança na comunidade cria condições para a convivência harmoniosa e para um envolvimento ainda maior nas relações de trabalho. A desconfiança no cotidiano do trabalho, por outro lado, característica em modelos de produção como o fordista, separa as relações pessoais do processo de produção, mecanizando tanto a esfera produtiva quanto o processo de organização de comunicação (ANTUNES, 2009). Sendo assim, as relações pessoais permeadas de confiança geram profundas mudanças no âmbito do trabalho.

A mudança que se tem que eu vejo é principalmente no trabalho, já trabalhei em lugares que o patrão e o empregado fazem tudo pelo contrato, ninguém tinha confiança com ninguém meu rapaz, era pra trabalhar e entregar o produto e só. Agora não, quando o patrão e o empregado participam da pastoral um é compromissado com o outro, pode até esquecer dinheiro na firma que um vai entregar pro outro e a comunidade inteira em volta sente isso, quem é dono e trabalha pro dono são da mesma comunidade e todo mundo é fiel com o outro, o trabalho da pastoral deixa nós tudo ser irmãos e irmãs (T. I.).

Percebe-se que as condições laborais entre os ambientes de trabalho local beneficiam das relações crescentes de fidelidade que se desenvolvem no cotidiano de trabalho da Pastoral. Esses efeitos nas esferas de trabalho repercutem no bem-estar econômico da comunidade e na qualidade da produção do trabalho, uma vez que os aspectos de comunicação e de comprometimento entre empregadores e empregados ocorrem de forma mais espontânea, ao ponto que a divisão hierárquica parecer inexistente.

T. I. indica em seu discurso que o invólucro da fidelidade nos espaços de trabalho como uma forma do desenvolvimento pessoal para os agentes na comunidade torna as relações de convivência e de produção comunitária mais eficientes, sendo a confiança social é necessária para esse processo. Essa coesão social é concedida aos voluntários com uma maior estabilidade no emprego e que se encontram e uma relação de maior harmonia no processo de trabalho.

Foi sentir a confiança das pessoas que trabalhavam comigo que eram da pastoral, tudo ficou melhor pra mim no trabalho, quando as pessoas confiam em você tudo fica mais fácil para trabalhar, essa coisa de colocarem a mão no fogo por você é de muita confiança, na pastoral isso cresceu bastante pra mim e continua crescendo (T. J.).

Posso te dizer uma coisa o que mais me influenciou foi ver a diferença das pessoas que eu via no trabalho e que são da Pastoral, via nelas algo diferente, algo difícil de explicar, mas era algo que você sentia bem da confiança que eles passavam, isso dentro do trabalho faz muita diferença, você trabalha melhor se vê rendendo mais,

porque sabe que quem está do seu lado é uma pessoa que te ajuda isso não para (T. K.).

A confiança veio turma do trampo mesmo que era da Pastoral, o outro pessoal que não se envolvia com nada só queria saber de cachaça e festa, a turma da Pastoral sempre tinha uma direção certa na vida e passava isso pra gente, eu pensei assim, quero ser desse jeito também, até pra trabalhar nós vamos com mais vontade e confiamos mais no outro também (T. L.).

Como eu trabalho muito, a confiança eu encontrei com o contato que eu tive com o povo da pastoral que eram meus colegas de trabalho, via eles todos os dias depois do trabalho e nos finais de semana fazendo trabalho voluntário, foi nisso que me encantei sabe, porque não era só no trabalho comum que eu via essa dedicação, mas também no trabalho voluntário confiança viva até hoje (T. M.).

Com base nos relatos dos coordenadores, verifica-se a influência do trabalho remunerado no ingresso às pastorais. Assim, considerando que a maior parte do cotidiano vital se dá no trabalho com remuneração, a possibilidade ter vínculos sociais externos ao trabalho também ocorre com o contato com outros trabalhadores remunerados. Dessa maneira, ficou evidente nas falas dos entrevistados que o ambiente de trabalho foi fator influente na decisão de adentrar às pastorais, sobretudo por questões relativas às virtudes apresentadas pelos participantes das Pastorais, por exemplo, a confiança, característica extremamente presente no firmamento do desenvolvimento pessoal.

Algo unânime nos apontamentos de T. J., de T. K., de T. L. e de T. M. é que a relação da confiança é evidente nos espaços onde esses voluntários estão no trabalho remunerado, pois, nesses locais, há trabalhadores voluntários que motivam outros a integrarem a Pastoral. Como demonstrado nos trechos da entrevista, os trabalhadores voluntários transmitiam uma essência diferente aos outros trabalhadores remunerados que não eram da Pastoral, como questões relacionadas ao comportamento moral, e isso foi um fator preponderante para que a confiança se expandisse para que todos sentissem a necessidade de englobar a Pastoral.

O comportamento moral no ambiente de trabalho remunerado diferencia-se daquele dos voluntários nas pastorais, algo que foi motivador e que impactou o modo como os novos voluntários atuam na Pastoral posteriormente. Toda essa influência de confiança que está próxima dos voluntários ocorre também com grupos sociais com os quais interagem. Assim, constata-se que as influências externas para aumentar a confiabilidade pertencem a pontos próximos aos voluntários.

É necessário compreender que tanto as influências externas que motivam a entrada de participantes para a Pastoral quanto a confiança sentida pelos voluntários das pastorais são provenientes da percepção que há ações na sociedade para dirimir as mazelas sociais. Nessa perspectiva, o entendimento de que o Estado não atua da forma exequível para executar as suas atribuições relacionadas às políticas públicas acaba sendo um fator propulsor para o ingresso na Pastoral, associado com os aspectos da confiança.

Fico observando uma coisa filho, o governo não aparece, então nós temos que por a mão na massa pra resolver, eu ficava vendo que aqui nenhum político ajudava, e via o povo da pastoral dando a vida pra ajuda, isso me incentivou pra entrar e com certeza meu filho, quando percebi a motivação desse pessoal eu senti uma confiança grande neles, porque é fácil falar que vai fazer as coisas, o difícil é por em prática em com esse pessoal eu vi todo mundo pondo em prática, então não é a toa que eu confio neles e entrei também (T. N.).

Esses irmãos que ajudam aqui é que me deixaram entusiasmado pra entrar, o governo que tem que fazer algo não faz né, então a gente toma as rédeas das coisas, e quando a gente vê esses irmãos fazendo isso sem querer nenhuma recompensa material em troca, aí a gente percebe que da pra confiar assim a gente confia e se confia uns aos outros (T. O.).

O que mais me influenciou foi perceber a capacidade de ser útil para a sociedade mesmo não tendo um poder político pra fazer isso, percebi que não precisa entrar na política pra ser útil as pessoas menos favorecidas, basta ter essa palavra da pergunta, confiança e confiando nesse trabalho e em todos envolvidos tudo dá certo (T. P.).

Quando se nota a omissão do Estado nas políticas públicas, a sociedade acaba por ocupar esse espaço a fim de projetar e executar ações sociais de competência estatal. Essa ausência do poder público motiva a articulação de instituições e organizações da sociedade civil para desenvolver atividades direcionadas à população necessitada. Essa situação leva os cidadãos a entenderem que os trabalhos voluntários e que a atuação da sociedade são mais expansivos e eficientes que as ações governamentais.

Em vista disso, as falas de T. N., de T. O. e de T. P. indicam: que a constatação da ausência da iniciativa das políticas públicas foi o grande motivador para o ingresso na Pastoral; que perceberam que eles, mesmo sendo pessoas físicas e sem nenhum vínculo político-institucional, podem projetar e elaborar ações que resultem em benfeitorias para a sociedade; que a espontaneidade das ações pastorais fomentava as relações de confiança entre os ingressos, pois todo o trabalho que se tem um ganho

material em troca não transmite espontaneidade e disposição para as ações, ao passo que o trabalho voluntário pastoral tem essa espontaneidade.

Outra evidência a ser constatada é de que o trabalho da Pastoral deve ser temporário, caso o Estado efetive as políticas públicas. Do contrário, as ações das Pastorais devem se perpetuar. Nesse sentido, as falas dos entrevistados demonstram a questão motivacional de auxiliar a sociedade, mas de uma forma que um dia o Estado se ampare nas causas sociais.

O que meu deixou instigado pra entrar foi perceber que é possível resolver muitos problemas das pessoas, apesar de que sei que é de responsabilidade das políticas públicas, mas enquanto elas não agem de forma efetiva, vamos atuando com grande vontade e sem confiança não tem como atuar, a confiança é tudo, porque com ela fazemos tudo com responsabilidade e sabendo que tudo vai dar certo no final (T. Q.).

Penso que o que me influenciou foi a vida, digo vida para falar sobre ocupar um lugar que eu achei que era a política que ia fazer, mas também entendi que é o papel da Igreja e fico feliz em saber que posso fazer parte disto e se não tivesse confiança e não estaria aqui, percebi e percebo que é uma entidade de confiança, por isso todo mundo acolhe e o trabalho se desenvolve (T. R.).

Perceber a obrigatoriedade da participação do Estado nas políticas sociais é fundamental para a construção da cidadania brasileira, o que não impede que, mesmo aqueles que têm esse entendimento, trabalhem de forma autônoma com a sociedade para sanar ou amenizar as subalternidades sociais.

Verificou-se que os voluntários T. Q. e T. R. compreendem que a responsabilidade maior com as expressões sociais é do Estado. Isso demonstra que há um conhecimento sobre os artigos da CF que pauta a obrigatoriedade do Estado em formular, executar e monitorar as políticas sociais, tendo como parcerias secundárias a iniciativa privada e a sociedade civil, essas última representa pelas Pastorais.

Como constatado nas respostas dos coordenadores à quinta pergunta da entrevista, a relação das influências para o ingresso na pastoral com a confiança importância é fundamental para a promoção do desenvolvimento pessoal, especialmente porque essas relações propiciam mudanças sociais no invólucro das atividades voluntárias, fomentando inclusive o atributo da honestidade como forma de respeito na vivência social.

5.6 AS MUDANÇAS SOCIAIS EM TORNO DO TRABALHADOR VOLUNTÁRIO: COMO EXEMPLO, A HONESTIDADE

As modificações sociais são impulsionadas pelo Estado, pela iniciativa privada ou pela sociedade civil. As variações dos impactos de magnitude oscilam de acordo com a realidade sociojurídica e econômica de cada nação. No caso brasileiro, além da participação do Estado, têm-se as iniciativas privadas e a sociedade civil, com amparo da CF de 1988. Entretanto, o Estado não se apresenta em muitos espaços sociais, o que faz com que o terceiro setor assuma parte dessa responsabilidade. E os trabalhadores voluntários notam essas transformações sociais para o público ao qual atendem.

Cada modificação gerada por alguma organização tende a ter a característica da honestidade, que se revela na relação honesta com a população da comunidade e na conotação de honestidade dos sujeitos envolvidos. O comprometimento da honestidade se configura, desse modo, em um vetor de transformação social. No entanto, a transformação social pode ser compreendida como uma ligação de algum caráter ideológico e religioso, isto é, como uma mudança de consciência individual ou coletiva por meio de acesso a espaços que proporcionam tal feito.

A transformação que veio pela pastoral, veio com as missas especiais para tornar as pessoas mais felizes, eles estão se sentindo bem, uma grande transformação, percebi que não só eu mas todos os envolvidos se ficaram ainda mais comprometidos no respeito e honestidade para com os outros, quando a honestidade se espalha na família ou na comunidade a mudança acontece porque se cria uma vivência harmoniosa, sem a honestidade é vizinho desconfiando de vizinho, e com isso nada vai pra frente e agora te falo, na Igreja é o lugar onde se prega a honestidade, onde recarregamos nossa energia pra confiar no irmão (T. A.).

Olha, começando a incentivar o povo a vir na missa e as reuniões no salão comunitário que a Pastoral organiza, deu pra perceber a mudança, porque perceberam como a Pastoral é envolvida em vários sentidos com a comunidade, claro que não são só católicos que são atendidos pela Pastoral, mas também irmãos de outras religiões e aqueles também não tem religião, mas Deus está na linguagem do cuidado e do amor, a mesma coisa com a mudança com a honestidade aqui (T. K.).

Sim, principalmente a mudança na fé da comunidade o que influenciou o jeito que todo mundo tem se tratado, vemos no outro a imagem de Deus e essa mudança não é porque se prega uma religião para converter o outro, mas sim pela missão social que vai além das fronteiras da religião, com essa mudança do ponto de vista da vida a consequência vem com o fortalecimento da honestidade (T. C.).

As observações dos coordenadores sobre as mudanças efetivadas pela esfera religiosa fazem parte de uma compreensão individual e coletiva de muitos membros da Pastoral de que o pertencimento a uma crença religiosa possibilita transformações áureas na vida dos membros da comunidade como um todo. Nessa perspectiva, os direcionamentos aos locais religiosos trouxeram benemerências comunitárias, a exemplo das práticas da honestidade social, que se relacionam à responsabilidade com os bens tangíveis e intangíveis de outrem.

O reconhecimento das mudanças sociais deriva da expectativa de melhorias que envolvem prismas que, para T. A., geram grande satisfação. Isso demonstra que a visão de muitos voluntários está vinculada à noção de caridade e de religiosidade, isso porque a sua vivência nos meandros religiosos lhe dá condições sociais para sobreviver.

Em diálogo com T. A., T. K. também enfatiza a relação das iniciativas religiosas com as mudanças no entorno comunitário e a promoção da honestidade, contudo, leva em consideração que as manifestações religiosas não são direcionadas a uma única crença, mas à espiritualidade e à fé de qualquer religião deísta. No mesmo enfoque, T. C. notabiliza que o objetivo da religiosidade não é a conversão a uma única religião, ou mesmo que isso seja critério para participar e ser atendido pela pastoral. A predisposição da fé, porém, fundamenta a modificação da comunidade e estimula a honestidade.

A capacidade de preservar o bem material alheio configura uma rede de comprometimento na qual a desconfiança não paira. Essa condição não é apenas material, mas também imaterial, como a relação da confiança nas partilhas dialógicas, a exemplo dos segredos afetivos e laborais. Pode-se entender que a honestidade do desenvolvimento pessoal sobre o trabalho voluntário se configura na possibilidade dos agentes envolvidos se comprometerem com o cuidado uns dos .

O fenômeno da felicidade é considerado, por parte da população, como um atributo da transformação social. Quanto mais as pessoas estão felizes, maior será o índice de satisfação nos vínculos sociais (sejam profissionais, educacionais, familiares, comunitários ou outros).

Os rostos felizes, percebi a felicidade nos rostos das pessoas em minha volta a tristeza vai embora e a felicidade fica. E vou te dizer uma coisa boa, dá pra confiar em todo mundo que se envolve na pastoral honestidade geral (T. B.).

Aquela tristeza que era muito presente acabou desaparecendo, dando lugar para a alegria, a Pastoral é como uma vela que chega pra iluminar os caminhos, a alegria contagia vários dons em nós como exemplo a honestidade, ela surge de forma natural não de forma forçada, porque é próprio da alegria da Pastoral tornar natural todos os dons que temos (T. Q.).

Bom, é olhar em volta nos dias que a Pastoral se reuni no salão, nas visitas nas famílias, visita nas casas de acolhimento e por aí vai, você só vê gente feliz, como alguém vai querer ser desonesto com pessoas assim? Só a honestidade verdadeira que cativa todos esses abençoados (T. P.).

Vejo que a mudança que a Pastoral traz é o sentido para vida que ela traz e esse sentido na vida é a felicidade divina que é trazida por ela, quando os agentes da Pastoral chegam sorrindo todo mundo em volta sorri também, essa alegria cativa a todos, como a honestidade também apareceu e cativando todos nós, uma sociedade sem honestidade é uma sociedade que não se desenvolve (T. O.).

Para muitos especialistas que estudam as políticas sociais, a felicidade não é uma condição que pode ser catalogada como mudança social. Para outros, porém, a felicidade é um dos pilares para do desenvolvimento humano. Por exemplo, nas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), aborda-se a questão da Felicidade Interna Bruta (FIB), sendo um fator diferente do Produto Interno Bruto o (PIB), que mede apenas a soma das riquezas monetárias de uma nação. O FIB, por sua vez, verifica a satisfação pessoal dos envolvidos. A felicidade sobre um conjunto social pode estar diretamente interligada à introdução de políticas públicas que geram melhorias na vida da população ou ao aumento de redes de tessitura social (como a solidariedade da sociedade civil ou da responsabilidade social da iniciativa privada). Nessa abordagem, a felicidade se encontra na rede da solidariedade proporcionada pela Pastoral, que vai além das concretizações materiais, englobando ainda as concretizações imateriais, que são elencadas, sobretudo, no FIB. Isso é inclusive motivado pelo quesito da honestidade, a qual envolve uma continuidade do processo de trabalho e confere um melhor aproveitamento do tempo livre.

Os atributos da alteração citados por T. B. e T. Q. dizem respeito à felicidade vivenciada pela comunidade. Essa relação da felicidade demonstra que, anteriormente ao trabalho da Pastoral, as comunidades não tinham razão para encontrar e desfrutar de uma harmonia social. Como apresentado anteriormente em outras análises, a felicidade de um grupo social ou da comunidade proporciona uma maior condição social harmônica e, conseqüentemente, melhores relações de trabalho, de produtividade laboral e de coesão social.

A honestidade é condicionada pelo contentamento social envolvido. T. P. e T. O. afirmam que o júbilo causado pela presença e pelas atividades da Pastoral na comunidade criam uma dimensão para que a honestidade se efetive e colabore para um ambiente honesto.

Essa qualidade pode estar relacionada, inclusive, à reintegração social. Essa expressão significa garantir os direitos sociais pleiteados na CF, o de responsabilidade central do Estado. No entanto, a sociedade civil também pode trabalhar na ótica da inclusão social. Nesse sentido, há trabalho de Pastorais que atendem determinados públicos excluídos socialmente. Quando essas ações se concretizam, ocorre a devida inclusão, e as transformações no entorno comunitário se tornam evidentes.

A aproximação de pessoas que muitas vezes se sentem excluídas e deixadas à margem, nosso trabalho consiste em acolher e reintegrar estas pessoas ao seu ambiente que lhe é de direito, então eu percebo uma grande presença da honestidade porque essa atenção a todos gera muita honestidade (T. L.).

A transformação de muitas vidas. Adolescentes que antes seguiam na vida do crime, conseguiram ser resgatados e hoje levam uma vida digna. Outros, que não tinham perspectivas de trabalho, de mudança de vida, conseguiram se estabelecer em uma vida melhor, percebo neles um aumento na honestidade assim como em mim essa virtude só cresceu (T. D.).

Mudança que eu presenciei foi de pessoas que estavam desamparadas, olhando só para baixo, sem nenhuma perspectiva de vida e atoladas na solidão, o encontro delas com a Pastoral mudou tudo isso passaram a ter perspectiva de vida mais esperança e olhar pra frente, para os agentes da Pastoral e coordenadores também, porque a Pastoral nos deu direção de vida e certamente que com essas mudanças a honestidade veio junto assim como as águas de um rio na correnteza, porque só se tem esperança no trabalho dos outros se há pessoas honestas do outro lado (T. K.).

Foi na vida para melhor para os irmãos, quero dizer que o desemprego frustra a vida de qualquer ser humano, o apoio que a Pastoral foi dando por meio de informações de como enviar documentos para a empresa, fazer currículos, ensinar algum ofício de trabalho, palestras pra levar motivação pra essa comunidade e muito mais. Essa transformação nas famílias levou o pessoal a ficar ainda mais honestos uns com os outros e se respeitando mais (T. G.).

As transformações sociais na vida dos sujeitos acompanham um aspecto do tempo social de mudanças, como se expressa nos relatos supracitados. Os voluntários encontram a satisfação do trabalho voluntário nas alterações benéficas que ocorrem na vida do público atendido. Isso ocorre porque há uma relação de temporalidade para cada transformação; não há formas abruptas em alterar o

comportamento e a relação social. No caso do voluntário, elas exigem um planejamento para que se possa observar o desenvolvimento pessoal.

Em vista disso, o desenvolvimento pessoal e do grupo social (evidenciados na família, na comunidade, no mercado de trabalho e na profissionalização) repercute em aspectos econômicos e de bem-estar social, como maior produtividade e satisfação nos afazeres cotidianos. Nas observações de T. L. e de T. D., verifica-se o júbilo com um público envolvido em situações de infrações e contravenções; após esses sujeitos serem atendidos pela Pastoral, passaram a ter uma nova concepção da realidade. As transformações, desse modo, impactam tanto o público atendido quanto a sua comunidade que esse público frequenta que capta a influência dessas alterações por meio da redução de contravenções e crimes. No caso dos voluntários da Pastoral, esses notam as mudanças na comunidade por meio conjuntura da população atendida, que passa por uma transição de comportamento social, vislumbrada em questões benéficas para a sociedade.

A relação do desânimo e da baixo-autoestima social são elementos trabalhados pelas ações da Pastoral. T. K. indica que a apatia presente no cotidiano cede espaço ao entusiasmo dado ao receber os trabalhos da Pastoral. Isso se repercute em várias esferas na vida do sujeito, como o bem-estar familiar, social e econômico. T. G., por sua vez, pontua como as atuações desenvolvidas promoveram a empregabilidade para os sujeitos atendidos. Isso destaca que ocorrem transformações econômicas no âmbito comunitário, haja vista que uma comunidade com grande índice da população empregada tem condições financeiras para prover os meios de subsistência e outros quesitos de consumo, algo que condiciona o desenvolvimento pessoal e da comunidade por meio das várias relações de trabalho. Esses aspectos, por sua vez, se difundem nas relações de honestidade entre a comunidade, comprometimento com outrem que outrora não vigorava.

Como todos os coordenadores apontaram, a honestidade está presente nas relações de mudanças comunitárias, visto que a desconfiança produzida *a priori* por crimes, contravenções e desalento pessoal desaparece com as novas projeções de vida que acabam sendo adquiridas. É por isso que a população atendida pelo trabalho da Pastoral repassa as benevolências recebidas às suas famílias. Todas as transformações observadas, portanto, têm profunda influência no lócus e na instituição mais próxima da população atendida, o ambiente familiar.

A família também é envolvida nesse arcabouço de transformações, recebendo ingerências do ente familiar atendido pela ação pastoral. Não obstante a isso, não é apenas o indivíduo que angaria essas intervenções, mas a família como um todo, o que indubitavelmente se repercute na comunidade.

Conseguimos acompanhar bem mais gestantes, crianças e idosos e fazer as visitas ajudando com oração e alimentação nesta comunidade e em outras comunidades também, pra te falar da honestidade ela cresceu bastante, quanto mais gente entra na pastoral mais honestidade tem (T. F.).

O acompanhamento das famílias em torno de suas dificuldades cresceu bastante, esse acompanhamento ajuda na prevenção e na promoção social, como eliminação de atritos familiares e vícios químicos por parte dos familiares, eu entendo que as famílias foram ficando mais honestas e os agentes da Pastoral também, o que influencia toda comunidade, porque as junções das famílias formam uma comunidade (T. M.).

Então, existem muitas mudanças, mas a principal que eu notei foi um maior contato entre as famílias, coisa que pastoral ajudou a promover, as famílias estão se interagindo mais entre elas e entre a Pastoral, o clima de medo e desconfiança foi desaparecendo, por isso que a honestidade passou a fazer parte também desses momentos de mudanças (T. N.).

A comunicação entre as famílias e a Pastoral eu posso dizer que é uma mudança muito linda de se ver, as famílias veem a Pastoral como família também e no que você perguntou sobre a honestidade, há essa honestidade entre as famílias e a Pastoral porque existe uma união muito grande (T. H.).

A construção dos laços pelo desenvolvimento pessoal é uma forma de mudança atribuída nesse tempo de trabalho voluntário na Pastoral. As questões relacionadas à afetividade de grupos sociais, da comunidade e de indivíduos são fatores preponderantes para o desenvolvimento, sobretudo quando esses fatores são interligados aos laços familiares. No ambiente familiar, há uma proximidade mais intensa com o sujeito atendido pela Pastoral, muito mais do que na comunidade; por isso, as primeiras ingerências são notadas no espaço familiar.

Para T. F. e T. M., o maior envolvimento que têm com as famílias gerou um aprimoramento do trabalho da Pastoral e uma profundidade das atuações, pois o contexto familiar em que vivem deu condições para executarem suas ações de forma mais profícua.

T. N. e T. H. ressaltam que as famílias também começaram a se aproximar do trabalho da Pastoral, sendo as interações familiares na comunidade estimuladas pela ação do voluntariado. Ambas as falas de T. F., de T. M., T. N. e de T. H. acenam para

o crescimento e para a permanência da honestidade no percurso do trabalho pastoral com as famílias, por causa da união das relações afetivas e sociais construídas com a população atendidas e com as famílias. Por essa razão, os laços de afeto são extremamente importantes para a efetivação de mudanças sociais, assim como as dimensões afetivas, as quais aglutinam maiores esferas de compartilhamento de trabalho. Nas palavras dos entrevistados essas questões são evidentes:

A amizade em meu entorno foi a grande importância alcançada, a amizade nos ajuda na convivência, fico mais alegre e tudo melhora, trabalho, família e tudo mais, não tem como ser amigo se não vejo honestidade na pessoa (T. E.).

Formei várias amizades de gente que antes eu mais ou menos via na rua, não só comigo, mas também com toda população aqui, criamos uma grande força de amizade, e quando se trabalha com amigos, os projetos têm prosperidade, e com amigos a honestidade é exata, não tem como ser desonesto quando existe amizade verdadeira (T. I.).

A mudança maior que notei foi a construção de amigos que eu agradeço a Deus até hoje e também o fortalecimento das amizades que eu já tinha, mas com o exercício do voluntariado ficou ainda mais fortalecidas. Entre amigos a honestidade só cresce e se fortalece e no momento que se tem uma expansão da honestidade nas famílias, na Igreja e na comunidade se consegue transmitir mais a mensagem da Pastoral e fazer sua missão de uma forma melhor (T. J.).

Os laços de amizade são preponderantes para o prosseguimento das características do desenvolvimento pessoal no trabalho voluntário, tais como a confiança, a honestidade, a cooperação e a reciprocidade. Nos excertos em destaca, constata-se que a relação social da amizade trouxe benfeitorias em todos os âmbitos da vida trabalhador voluntário. Assim, as relações no trabalho remunerado e no empreendimento, se existirem, se tornam mais harmoniosas e mais produtivas.

T. E. explana que os laços de amizades que criou com o trabalho da Pastoral lhe estimulou a ter um melhoramento no trabalho e na família, o que foi ocasionado por causa das benfeitorias originadas pelo bem-estar proposto nos relacionamentos mais próximos. De acordo com Maslow (2010), os afetos que são imateriais propiciam condições para o desenvolvimento dos bens imateriais, a exemplo de um melhor desempenho no emprego, nos estudos e em outras circunstâncias.

As amizades podem ampliar a extensão do desenvolvimento pessoal, pois novos sujeitos integram o grupo social. Isso foi pontuado por T. I., ao indicar que, antes de seu trabalho na pastoral, havia muitos indivíduos que sequer conhecia, mesmo estando na mesma comunidade. Todavia, com as ações pastorais, a abrangência de

afinidades aumentou, permitindo a ampliação de novas amizades e relações de trabalho, devido à proximidade das relações sociais. T. J. também ressalta a grande promoção de amizades que obteve e como isso foi oriundo das Pastorais. Um adendo feito por ele é que as amizades se estenderam para dentro da Igreja; logo, a instituição que é a provedora e orientadora dos trabalhos das pastorais também foi beneficiada.

Todos os apontamentos sobre a honestidade foram colocados como existentes e positivos. Isso ocorre porque um ambiente de trabalho no qual a forma amistosa de se relacionar viceja impele comportamentos honestos e desencadeia a chamada prosperidade de trabalho, termo esse sublinhado pelos relatos. Portanto, as condições da existência do desenvolvimento pessoal ajudam na construção do valor do trabalho voluntário, que vão além do benefício do trabalho remunerado, haja vista que a harmonia social do grupo dos voluntários e a sua influência sobre a comunidade são uma possibilidade de valor que supera a tangibilidade. Essas condições ficaram bem aparentes nas respostas à sexta pergunta.

A atuação das Pastorais gera transformações nos locais onde as atividades voluntárias ocorrem, além de disseminar um caráter do desenvolvimento pessoal para além da confiança, que é a honestidade. A noção de estar presente em um tempo e um espaço diametralmente opostos dos existentes na realidade social e de poder se sentir agraciado também estão vinculados a um aspecto de reconhecimento social e a uma esfera de identificação e pertencimento de grupo social e da comunidade. As atividades da Pastoral, dessa forma, não ficam restritas à organização, mas têm reflexos nos grupos e nas comunidades em seu entorno.

5.7 O RECONHECIMENTO SOCIAL, A SATISFAÇÃO PESSOAL E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DE GRUPO E DE COMUNIDADE

As relações de reconhecimento social, por uma profissão ou atividade prestada, agregam ao desenvolvimento pessoal uma conotação de capital simbólico. No trabalho voluntário, o capital simbólico expressa um vetor de ganho que possibilita uma continuidade aos trabalhos, embora não seja o fator primordial, podendo ser considerado desnecessário, de acordo com afirmações subjetivas.

A realização de fazer parte e se sentir reconhecido por um grupo social, por uma comunidade ou de estar presente em transformações importantes da sociedade

conferem aos sujeitos um engrandecimento de seu poder simbólico. Isso também pode influenciar diretamente em desenvolvimento pessoal. Assim, pertencer a um grupo prestigiado da Pastoral torna essa percepção positiva, como observa-se nas falas a seguir.

Me sinto muito bem. Quando eu falo que faço parte da pastoral do idoso, geralmente vem, expressão, nossa que bacana estar na pastoral onde se ajuda tantas pessoas e junto com os idosos estou sendo bem reconhecido e acolhido, aqui na comunidade é o lugar que quero viver pra sempre, me identifico sim aqui, quando passei a participar mais da Pastoral fui sentindo uma identificação cada vez mais com a comunidade aqui e principalmente com o grupo de idosos (T. B.).

Aqui as pessoas têm elogiado meu trabalho, o que me deixa muito feliz é motivada, no grupo que trabalho sou super bem acolhida e reconhecida também e a cada dia me sinto pertencida a esta comunidade assim como se fosse uma família, todo mundo se conhece e se ajuda, com a vivência da Pastoral eu fui me tornando mais amiga de todos (T. E.).

Fazer parte da Pastoral não é para se parecer mais que os outros, é para estar nela sem querer ser bajulado ou coisa do tipo, tem que estar disposto a ajudar mesmo se vir críticas daqueles que não compreendem o trabalho da Pastoral e se a comunidade aceita ou não, eu estou sempre presente na missão, porque sabemos que mudanças sociais ocorrem, e assim eu vou estando cada vez mais alicerçado na comunidade e com os grupos das mães, idosos, estudantes e tudo mais, não tem como viver sozinho nós precisamos da comunidade e a comunidade precisa da gente (T. Q.).

Isso é todo dia que estamos em missão, falo em estamos porque não é só eu que compreendo dessa forma, acredito que muitos dos que coordenam e trabalham na Pastoral também pensam assim, a Pastoral tem quase 40 anos até hoje porque as comunidades e grupos de famílias sempre acolheram, e como a pastoral pertence a comunidade eu também me considero pertencido e identificado com ela (T. P.).

Além de ter uma satisfação pessoal mais intensa com o trabalho na Pastoral, há um maior contentamento ao pertencer a uma entidade pastoral. Se, na maior parte do tempo, as atividades podem não ser significativas, no tempo de trabalho voluntário na Pastoral, isso se aflora.

Nas entrevistas, notam-se a recompensa oriunda das identificações e o reconhecimento perante a comunidade e os grupos sociais envolvidos. Nas palavras de T. B. e de T. E., ressalta-se a gratidão comunitária e grupal para com os voluntários, o que tem como efeito uma maior identificação desses trabalhadores com o local onde trabalham, criando um ambiente mais harmônico de convivência. Essa harmonia social acaba existindo porque as relações de confiança e de reciprocidade se afloram quando a população percebe a espontaneidade do trabalho dos voluntários e a sua concretude nas soluções sociais em suas respectivas comunidades.

Outro ponto importante da entrevista encontra-se nas expressões de T. Q., que pontuou que o reconhecimento social não deriva de uma noção de superioridade moral sobre os demais cidadãos da comunidade, ou de presenciar demonstrações de dileções, mas sim de estar disposto a executar ações que visem às transformações sociais. Com as mudanças vêm o reconhecimento social e a identificação ainda maior do trabalho da Pastoral na comunidade, trazendo à tona uma expressão sociológica designada de “humildade laboral”. Para Spiegel (2010), a humildade laboral representa uma maneira de trabalhar que não subjuga o outro, mas sim partilha. T. P. aborda de uma forma mais específica a questão da humildade laboral, quando conjuga o verbo estar na terceira pessoa do plural (estamos), revelando que o trabalho coletivo não é um mérito individual, mas de todos da Pastoral. Nessa perspectiva, o reconhecimento social e a identificação com a comunidade não partem das premissas da individualidade, porque, se assim fosse, não culminaria na junção de um grande conjunto de ações que se incumbem da sustentação material e imaterial da população.

O reconhecimento social se torna mais satisfatório quando se auxilia material e imaterialmente as pessoas envolvidas no trabalho voluntário; isso angaria uma concepção de pertencimento social com a cooperação. Entretanto, o reconhecimento social pode soar como algo depositado ao ego, com um reconhecimento a um trabalho individual, como se isso fosse a única maneira de se predispor com os sujeitos vulneráveis.

Quando trabalhamos em uma Pastoral Social, não buscamos o reconhecimento das pessoas, infelizmente ainda tem pessoas que acreditam que quem errou não direito ao perdão da sociedade e nem condições de se recuperar do erro cometido, mas sobre se sentir pertencido, me sinto sim porque a cada momento de conquista é um pensamento sobre que se está no caminho certo é que os obstáculos são menores que as conquistas (T. A.).

Posso dizer que tem aqueles que reconhecem e outros não, mas vale a pena olhar para aqueles que reconhecem e para Deus, os que só pensam em destruição e querem mal para a sociedade não acreditam no trabalho da Pastoral, vivem no seu individualismo, mas falo pra você que esse pessoal é minoria, a maioria reconhece nosso trabalho, é pela maioria das pessoas que eu me sinto pertencido ao grupo de trabalho da Pastoral e pertencido a essa comunidade, quando saio na rua posso ver em cada pessoa daqui uma parte da minha vida, isso é incrível (T. O.).

A maioria reconhece muito bem o trabalho da Pastoral, outros por não entenderem o que é Pastoral não reconhecem, eu dou como exemplo como os irmãos de outras religiões que acham que o trabalho da Pastoral é converter elas para o catolicismo, mas a Pastoral não é isso, cada um pode continuar na sua crença, o trabalho da

Pastoral é levar e realizar a missão social, independentemente da religião e crença de qualquer um, se uma pessoa está com fome ela precisa de comida não importa a sua crença ela vai receber a comida, quando a comunidade começou a entender isso a Pastoral passou a ser mais ainda reconhecida e a comunidade foi se identificando a cada momento, eu também tenho pra mim essa identificação e pertencimento (T. K.).

As Pastorais trabalham com o intuito de promover a transformação humana, direcionando cada sujeito ao desenvolvimento pessoal. Para tanto, executam atividades sem a intenção de um recebimento intangível do capital simbólico, que nada mais é que a recompensa expressa nas formas orais e gestuais de gratidão (AMMANN, 2012). Por meio das entrevistas independentemente do reconhecimento da população atendida, compreende-se que a capacidade de mobilizar as transformações sociais acaba sendo satisfatória, o que se percebe na profundidade da identificação comunitária e do trabalho pastoral.

Há trabalhos da Pastoral que envolvem estranhamento pela sociedade, a exemplo das ações que interpelam a reabilitação social de dependentes químicos, de profissionais do sexo, de detentos e ex-detentos. O preconceito cultural e social enraizado na sociedade dificulta a aceitação integral da comunidade para trabalhar com esses grupos sociais, pois há uma ideia de que esses não merecem auxílio porque são entraves e dificultadores do bem-estar social. De acordo com T. A., esse não reconhecimento da comunidade com o grupo atendido pela Pastoral não desmotiva o trabalho, dado que as possibilidades de mudanças vindouras são maiores que as críticas destrutivas.

T. O. e T. K. expressam também que há, por parte da sociedade, incompreensões sobre o trabalho da Pastoral, porém, isso não é um óbice para a realização das tarefas. Para T. K., alguns grupos religiosos creem que a Pastoral tem a capacidade de direcionar religiosamente as pessoas atendidas, entretanto, o entrevistado ressalta que as ações independem da condição religiosa dos atendidos. Além disso, frisa que esse tratamento da Pastoral, de um ponto de vista laico, mesmo fazendo parte de uma instituição religiosa, causou mudanças positivas nas percepções das pessoas atendidas, elevando, por sua vez, a identificação dos voluntários com as comunidades.

A relação da educação e dos costumes familiares torna a razão do trabalho voluntário algo desprendido de qualquer noção de visibilidade social que possa ter uma recompensa de qualquer maneira.

Aprendi desde muito cedo que devemos fazer o bem a quem precisar, mesmo que muitos não lembrem das coisas que a gente faz, é muito bom fazer o bem a gente aprende desde de pequeno que temos que fazer o bem, então isso nos ensina a conviver bem com a comunidade com a família e com todos os grupos em nossa volta e mesmo sem ter a intenção de ser reconhecido nós acabamos sendo reconhecidos e bem atendidos pela comunidade, isso melhora muito o nosso trabalho, por isso respondendo a outra pergunta, sim me sinto pertencido a comunidade eu me identifico com as ações aqui e com o jeito dessa comunidade se comportar com o trabalho da Pastoral (T. D.).

A educação que a gente recebe é de que dar ajuda ao outro faz bem para nosso crescimento também, não é só uma questão de seguir a religião é uma questão de ser uma pessoa de boa conduta na vida, o reconhecimento vem por isso, de forma espontânea assim como o pertencer e a identidade com a comunidade, quando se pretende fazer o bem as coisas acontecem, não que somos perfeitos temos muitas falhas, mas buscamos a cada dia melhorar com todos (T. J.).

Nota-se que o tempo direcionado ao trabalho com o amparo alheio não se resume a ter uma visibilidade de status social, de modo que tenham destaque as ações, não o agente social envolvido nelas. Esse desprendimento do ego, como ressaltado pelos entrevistados, resulta de um imperativo ético e moral da singeleza da dádiva.

Freire (1987) salienta que a educação informal encontrada nos ambientes familiares tem a capacidade de transformar não apenas a consciência do sujeito, mas também a realidade social em sua volta. Assim, a influência familiar é um grande vetor para as premissas do desenvolvimento pessoal. Isso é demonstrado nas verbalizações de T. D. e de T. J., que enfatizam a importância que a educação familiar teve em suas vidas, incentivando-os a trabalhar na Pastoral. Os ensinamentos que aprenderam permitiram que compreendessem que não é necessário receber congratulações pelas obras realizadas na assistência aos desamparados para que possam dar continuidade ao trabalho voluntário, mesmo que não existindo um reconhecimento, há uma forte identificação com os locais onde se executam os trabalhos. Portanto, o espaço familiar é o primeiro contato de relações sociais.

O reconhecimento social pode acontecer em uma dimensão microscópica, como no âmago familiar. Na família, por ser a instituição social que repassa valores morais e regras de comportamento, quando o reconhecimento se dá pelos seus membros, a recompensa afetiva é a premissa para um maior envolvimento social.

Sim, eu percebo isso com minha família, também passei a ter compreensão da minha família também, com meus filhos estou tendo mais paciência, antes eu era muito impaciente. O que eu mais sinto que eu ganho e a felicidade da minha família comigo

e eu com eles, então assim, acredito que o primeiro grupo que me acolheu foi o grupo familiar, depois disso certamente foi reconhecido pela comunidade que enxerga o trabalho da Pastoral como forma de restauração da sociedade, e dessa maneira eu me identifico com o pessoal aqui e me sinto pertencido a comunidade da Pastoral e a comunidade onde moro e digo mais até nas comunidades fora de Cascavel eu me sinto pertencido por causa do apreço que eu sinto pelas pessoas nesses locais (T. E.).

Com certeza o reconhecimento primeiro veio da minha família, isso do início até agora, tendo a aceitação da família tudo do certo, porque assim você fica mais animado pra estar junto com a comunidade e estando junto com a comunidade e eles percebendo a sua função de dar apoio a eles você vai sentindo uma identidade por ele aquele lugar e tendo uma sensação de pertencimento também, quando se acorda já se lembra que a comunidade faz parte de sua vida (T. M.).

Tenho principalmente o reconhecimento da família, ela sempre me apoiou nessa caminhada com a Pastoral, e com ela que eu aprendi a importância de ajudar o próximo e isso tem efeito no comprometimento com a comunidade e o seu reconhecimento e pertencimento. A minha família e todas as outras famílias da comunidade percebem as ações não só minha, mas de toda Pastoral, e com isso vem reconhecimento; acolhimento; identificação e harmonia com toda a comunidade (T. G.).

Essa harmoniosidade que ocorre de forma endógena no ambiente familiar contribui para o desenvolvimento pessoal do trabalhador voluntário e gera desdobramentos para outros setores da sociedade, como bem frisou T. E. As mudanças no comportamento incidiram no melhoramento das relações familiares. Esse reconhecimento familiar é importante porque é no microscópico espaço familiar que há o contato do primeiro reconhecimento e a protoforma da identificação com a comunidade, pois a família está inserida nas relações comunitárias. T. M. e T. G. também ressaltam a questão da motivação do trabalho pastoral na comunidade e a identificação que ela proporciona no âmbito social, confirmando a contribuindo para a harmonia social.

Essa harmonização decorre fundamentalmente da retirada dos obstáculos sociais que antes existiam. Quando ocorre o reconhecimento por parte da sociedade com relação ao trabalho voluntário, óbices que antes atrapalhavam as atividades são gradualmente retirados, o que permite uma maior interação da população com as entidades que executam o trabalho voluntário.

Sim, as pessoas tem reconhecido nosso trabalho, o que nos deixa muito felizes e gratos, essa felicidade é tão grande que nos dá mais força a fazer cada dia mais o nosso trabalho, problemas e barreiras podem acontecer mas essa alegria nos deixa muito feliz com o resultado e com isso sempre melhorar, em respeito o sentimento de pertencimento da comunidade eu compreendo que estou inteiramente pertencido a ela

e sou muito grato também pelo acolhimento da comunidade desde de quando comecei com os trabalhos da Pastoral (T. F.).

Além da graça de Deus o reconhecimento é como se fosse um motor pra sempre continuar, porque tem hora que aparece obstáculos, mas mesmo se não tivesse esse reconhecimento nós continuaríamos com as atividades da Pastoral, porque o que fazemos não é para nós é para os outros, e eles estando felizes e sendo bem direcionados na vida eu também fico feliz, por isso que na comunidade eu estou bem, todo mundo se conhece e se ajuda (T. N.).

Tem barreiras que acontecem em tudo na vida, tem horas que a gente desanima, mas o reconhecimento da população nos anima novamente, aí quando os problemas aparecem eles se tornam pequenos perto da gratidão e do apoio do pessoal (T. H.).

A motivação para a continuidade do trabalho e seu aprimoramento em um trabalho remunerado deriva da satisfação da recompensa financeira. Nesse sentido, o *Homus Economicus* é movido por essa correlação. O trabalhador voluntário, contudo, tem por recebimento o bem-estar emocional que não afeta apenas a pessoa alheia, mas também o voluntário. Dessa forma, o retorno principal é o sentimento de ser produtivo para a tessitura social.

T. F., T. N. e T. H. compartilham da mesma ideia, de que óbices no cotidiano do trabalho na Pastoral podem ocorrer, entretanto, o ânimo transpassado pela população atendida acaba sendo um instrumento para efetivar a superação dessas adversidades. Desse modo, tanto o reconhecimento social quanto a identificação com a comunidade estão ligados com o triunfo sobre os infortúnios que se acometem na Pastoral.

Para Habermas (2007), as formas de comunicação benéficas para o cidadão são essenciais para que ações concretas sejam efetivadas, pois criam de forma implícita, na consciência individual, uma obstinação de retribuir à sociedade as oblações que recebem por meio da comunicação em suas muitas formas. No entanto, pode ocorrer que a comunicação de reconhecimento não ocorra, muito pelo contrário, pode existir uma comunicação de repúdio a uma ação social em trabalhos voluntários, inclusive da Pastoral.

A depender do campo social que a Pastoral atende, podem surgir ou não o reconhecimento social e o afastamento da sociedade por tais trabalhos, especialmente por estigmas sociais ligados a determinados grupos. Um exemplo disso são os preconceitos ligados à Pastoral Carcerária e à Pastoral da Rua, por se direcionar a cidadãos considerados por muitos como não idôneos.

Não. A atuação na pastoral carcerária e pastoral do menor ainda tem bastante preconceito social. Mas isso não é motivo para desânimo, pois trabalhamos para Cristo e Ele nos recompensa largamente por todos os dissabores que às vezes suportamos, se tratando da comunidade dos apenados e dos servidores que nos acompanham nos atendimentos, o reconhecimento é maior, mas a comunidade externa que são nos bairros próximos que fazemos esse trabalho, ainda há preconceito, como se achassem que estivéssemos beneficiando os crimes do apenado, mas fazemos o contrário, queremos que essas pessoas saiam melhor do que quando entraram no sistema prisional, que os males e os crimes desapareçam, que um novo ser possa nascer e estar novamente na sociedade pra poder apoiá-la, por fim, o reconhecimento vem de todos os envolvidos com a Pastoral e nela me sinto reconhecido e pertencido sim, somos irmãos nessa trajetória (T. C.).

Existe o reconhecimento social, mas há muitos que não reconhecem acreditam que é desnecessário o trabalho da Pastoral, de que as pessoas são muito acomodadas e se aproveitam para pedir ajuda, já ouvi isso de muitos meu querido, mas erguemos a cabeça e com fé em Deus e coragem tocamos pra frente e mesmo entre aqueles que não entendem o trabalho eu me sinto acolhido, reconhecido e pertencente a comunidade, porque como diria Cristo: "Se amarmos apenas aqueles que nos fazem bem, que mudança nós teremos", então deve-se ajudar e amar a todos independente se a pessoa nos fez bem ou não, pois todos da comunidade são iguais perante Deus (T. R.).

Nesses relatos, apresenta-se o distanciamento da sociedade com relação às Pastorais que trabalham com o foco na recuperação pessoal e social, como é o caso dos cidadãos que cometeram infrações legais. Essa antipatia por parte da sociedade engloba uma visão ideológica e punitiva sobre aqueles que cometeram algo fora dos padrões legais e morais, sem se pautar em um exercício pedagógico de ressocialização.

Como já analisado anteriormente, o preconceito pessoal e social com certas categorias do trabalho da Pastoral abala os alicerces do reconhecimento social. T. C. aborda a questão da fé religiosa como sustentáculo para avançar sobre os reveses da falta de reconhecimento, como se o fator religioso fosse um vetor de amenização das aflições rotineiras.

Um ponto de realce na fala de T. C. foi a menção a duas categorias, comunidade de identificação e comunidade local. A comunidade de identificação, também denominada de comunidade de afinidades, que engloba os servidores públicos envolvidos, os apenados e familiares dos apenados. Nessa comunidade, por estar envolvida com o trabalho da Pastoral, o reconhecimento social é de maior magnitude, porém, no que se refere à comunidade local onde a Pastoral atua, o reconhecimento não é abrangente devido à repulsa dos grupos que são atendidos e ao desconhecimento do trabalho da Pastoral.

Inexoravelmente, a identificação se dá com a comunidade de identificação, como bem explicado por T. C., pois há um maior entendimento das obras realizadas e um maior acolhimento. Trindade (2011) explica as diferenças entre as comunidades locais e as de afinidades. A comunidade de identidade afins acaba extrapolando os limites demarcados pela territorialidade porque as identidades podem estar em um único ou em vários locais de forma dispersas, assim como pode existir um grau de união até maior que nas comunidades territoriais. As comunidades de identificação também detêm características religiosas, culturais e étnicas que causam uma ampla conexão. As comunidades locais, por sua vez, podem coexistir com inúmeras crenças e costumes, o que acaba afetando uma maior escala de unidade. Quando o voluntariado trabalha em um local onde há um estranhamento pela atividade, ele não se sente identificado e tampouco a comunidade compartilha desse mesmo sentimento.

Os próprios trabalhadores voluntários, nesse caso, são estigmatizados no que tange à atividade desenvolvida; são tidos como colaboradores dos anátemas acionados pelo público com que se. Contudo, o aparato institucional religioso torna-se um suporte para que a disposição para o trabalho voluntário continue, como bem enfatizou T. R. Os elementos da religiosidade propiciam a tenacidade para superar os desafios da realidade cotidiana dos trabalhos pastorais.

T. C. e T. R. mencionam as mesmas dificuldades no que tange ao reconhecimento social e à identidade devido à pouca aceitação de certas atividades pastorais. No entanto, a identificação com o público atendido e as pessoas envolvidas incentivam a continuidade das atividades e a identificação com os grupos sociais, aflorando a cooperação e a reciprocidade social, que são aspectos do desenvolvimento pessoal.

Com base nas respostas dos entrevistados à sétima pergunta, verificou-se que o sentimento de pertencimento e o reconhecimento social estão presentes entre os voluntários, o que corrobora com a forma plena que se dá no desenvolvimento pessoal.

A análise dos dados gerados pelas entrevistas permitiu a elaboração de uma síntese dos significados demonstrados por meio das tabulações, o que foi feito na próxima seção.

5.8 SIGNIFICADOS DEMONSTRADOS NA PESQUISA: A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO PESSOAL NO TEMPO LIVRE DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Nesta seção, apresentam-se os significados evocados durante a realização das entrevistas e como esses têm relação com o desenvolvimento pessoal sobre o tempo livre no trabalho voluntário. Para tanto, elaborou-se o Quadro 9 com o demonstrativo das questões e dos significados vislumbrados nas respostas.

Nas análises das respostas às entrevistas, feitas nas seções anteriores, emergiram significados que envolvem as características do desenvolvimento pessoal do tempo livre no trabalho voluntário. Assim, elaborou-se uma síntese desses significados, os quais foram agrupados conforme as afinidades das respostas, além de uma conclusão em forma de síntese final.

Quadro 9 - Síntese do resultado da pesquisa de campo

PERGUNTAS	SIGNIFICADOS ENCONTRADOS
1) Por qual razão você utiliza o seu tempo livre para o trabalho voluntário na pastoral?	-Sentido para a vida. -Vivência em novos espaços. -Fé religiosa. -Amparo alheio. -Ausência de voluntários. -Sentimento de felicidade.
2) Nesse tempo livre no trabalho voluntário você percebeu transformações pessoais e nos ambientes que você se relaciona socialmente?	-Sim, Acolhimento familiar. -Sim, Compreensão social. -Sim, Retorno aos estudos. -Sim, Maior conhecimento. -Sim, Conquista de novo trabalho. -Sim, Aprimoramento no trabalho. -Sim, Maior religiosidade.
3) As atividades voluntárias no tempo livre não são remuneradas financeiramente ou materialmente, portanto qual tipo de remuneração intangível você recebe?	- O humanismo. -A felicidade alheia. -Recompensa mística. -Capacidade empática. -Um tempo diferenciado.
4) Você considera que se tornou mais cooperativo com as atividades pastorais? Se essa cooperação ocorreu ela tem relação com a reciprocidade do trabalho voluntário?	-Sim, a pastoral intensificou isso. -Sim, vinda da solidariedade. -Sim, estimulada pela empatia. -Sim, por iniciativa individual no início.
5) A influência para você entrar na Pastoral foi embasada na virtude da	-Sim, motivada pela religião. -Sim, influência de outras pastorais. -Sim, pela família.

<p>confiança? Se isso ocorreu, a confiança continua existindo nas atividades Pastorais entre você e os envolvidos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Sim, pela instituição Igreja. -Sim, na confiança da mudança. -Sim, influência no trabalho. -Sim, pelos próprios voluntários. -Sim, pelas relações de trabalho. -Sim, pelos colegas de trabalho. -Sim, percepção da falta de ações governamentais -Sim, pela percepção da ausência de políticas públicas.
<p>6) Você percebe um maior reconhecimento social pela comunidade, ou grupo social por estar fazendo parte de uma pastoral? Você sente uma noção de pertencimento de grupo e da comunidade a qual participa com a Pastoral?</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Sim, na pastoral. -Sim, com a população que não compreendia o trabalho pastoral. -Sim, devido a educação aprendida. -Sim, iniciando na família. -Sim, devido a motivação alicerçada. -Sim, mas derivado da comunidade atendida.
<p>7) Ocorreu mudanças sociais em seu entorno comunitário? Se ocorreu, houve o aparecimento da característica da honestidade nas relações sociais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Sim, aumento da religiosidade. -Sim, sobre o aumento da felicidade. -Sim, transformações pessoais dos atendidos. -Sim, maiores interações entre as famílias -Sim, pelos laços de amizade
<p>CONSIDERAÇÃO: Encontram-se em todas as respostas os significados presentes nas características do desenvolvimento pessoal, o que é corroborado também pela fundamentação teórica da pesquisa. Portanto, o tempo livre no trabalho voluntário estimula as condições para o desenvolvimento pessoal.</p>	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nas três primeiras perguntas do roteiro de entrevistas, relacionadas à influência do tempo livre no trabalho voluntário, constata-se que o tempo livre influi de forma positiva para a existência do voluntariado e tem apenas uma característica de regozijo, pois a realização do trabalho voluntário é satisfatória. Essa condição está interligada com o desenvolvimento pessoal, haja vista que pode usar a sua espontaneidade, a sua criatividade e sua harmonia por meio do tempo. Na quarta e quinta perguntas, demonstrou-se que qualidades para o estímulo do desenvolvimento pessoal estão presentes nas atividades voluntárias das pastorais no tempo livre e que essas são essenciais para as execuções das ações pastorais. Com relação às sexta e sétima perguntas, verificou-se que o reconhecimento e as transformações no entorno social

onde as pastorais exercem suas funções ocorreram, revelando que as potencialidades do desenvolvimento pessoal encontradas no trabalho voluntário não ficam restritas ao indivíduo, mas se estendem a outros cidadãos, grupos sociais e comunidades. O Quadro 10 agrupa as questões das entrevistas e seus respectivos atributos.

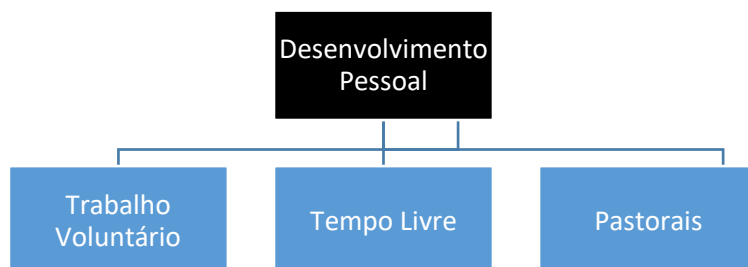
Quadro 10 - Definições dos agrupamentos das questões

QUESTÕES	ATRIBUTOS
1, 2 e 3	- Tempo livre associado ao trabalho voluntário de forma positiva ao desenvolvimento pessoal.
4 e 5	- Aspectos do desenvolvimento pessoal que afloram
6 e 7	- Transformações no entorno social do trabalho voluntário relacionadas ao desenvolvimento pessoal

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Todos esses significados demonstram que o tempo livre no trabalho voluntário proporciona e estimula o desenvolvimento pessoal por razão do florescimento das características mencionadas na entrevista. Pode-se notar que o aparecimento do desenvolvimento pessoal se dá pela junção de três fatores: a existência do tempo livre, a existência das pastorais e a existência do trabalho voluntário. A concatenação desses três aspectos se orienta para o aparecimento do desenvolvimento pessoal e para o seu estímulo, como se vê na Figura 9.

Figura 9 - Fatores para o aparecimento do desenvolvimento pessoal



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Os elementos do desenvolvimento pessoal evocados com maior destaque foram a empatia, a religiosidade e a transformação familiar. A empatia parte da sensibilidade de se colocar na existência de lamúrias dos entes alheios e perceber, assim, como as fragilidades pessoais são profundas em suas vidas. Com relação à religiosidade, essa se estabelece pela forte ligação da Pastoral com a Instituição da Igreja Católica, o que, conseqüentemente, influencia os espaços de trabalho da Pastoral e as decisões morais dos voluntários. No tocante às famílias, isso se destaca devido às ingerências as famílias são submetidas por meio do trabalho da Pastoral, sendo um vetor de incentivo para a continuidade das ações pastorais.

Foram verificados outros aspectos de menor destaque, porém, relevantes, tais como o aprimoramento no trabalho, o reconhecimento e a identificação na comunidade, a motivação para a vida (estudo, trabalho, afetividade) e a percepção da felicidade alheia.

O aprimoramento no trabalho é fruto do bem-estar proporcionado pelo trabalho Pastoral, o que, por efeito, incide nas relações laborais de forma benéfica. Sobre o reconhecimento e a identificação da comunidade, destacou-se que o trabalho profícuo da Pastoral gera a noção de pertencimento nos locais onde há atendimentos, reforçando que o desenvolvimento pessoal não parte apenas de iniciativas individuais. No que se refere à motivação para a vida, retrataram-se o empenho e o ânimo para a formação educacional formal e informal, alavancada pelo cotidiano do trabalho voluntário sobre o tempo livre. No que compete à felicidade alheia, trata-se das transformações tangíveis e intangíveis vislumbradas pelos voluntários e da ciência de que seu trabalho é fundamental para engendrar mudanças sociais.

Por fim, na tabulação dos resultados, constatou-se que todos os significados demonstrados se referem aos conceitos ligados ao desenvolvimento pessoal e ao fato de que o tempo livre no trabalho voluntário cria possibilidades para o processo do desenvolvimento pessoal.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou analisar as percepções dos coordenadores das Pastorais Católicas de Cascavel - PR e da sua microrregião sobre o uso de seu tempo livre no trabalho voluntário e a possível contribuição disso para o desenvolvimento pessoal. O objeto da tese foi, desse modo, o tempo livre no trabalho voluntário das Pastorais na microrregião de Cascavel - PR, perpassando pela análise de dados primários e secundários que contribuíram para se desvelar as relações de desenvolvimento pessoal e do tempo livre no trabalho voluntário.

Na conclusão desta tese, constataram-se algumas observações gerais. No primeiro e segundo capítulos, verificou-se a relação do tempo livre com as condicionalidades do trabalho voluntário e sua projeção para o desenvolvimento pessoal. No terceiro capítulo, demonstrou-se o aporte metodológico da pesquisa empírica e a tabulação dos resultados.

O tempo livre parte da subjetividade das condições dadas pelo tempo social, pois, no âmago do tempo livre, existem as mais variadas formas de relações sociais que podem ser caracterizadas dependendo das condições econômicas, culturais e sociais do ambiente. A catalogação do tempo livre está inserida na forma do pleno exercício das faculdades humanas, sendo esse tempo a possibilidade de o ser humano executar tarefas que lhe trazem sentido, júbilo e criatividade para sua existência vital. Sobre a égide do trabalho voluntário dos coordenadores das Pastorais na microrregião de Cascavel - PR, esses sujeitos encontraram o significado do tempo livre ao perceberem um novo contexto para suas vivências sociais por meio do voluntariado.

As condições satisfatórias para exercer as atividades voluntárias relacionam-se aos aspectos do desenvolvimento pessoal, envolvendo as razões para encontrar o acolhimento social, a capacidade de ser útil a outrem e, conseqüentemente, gerar mudanças no comportamento com suas relações sociais. O desenvolvimento pessoal, portanto, aparece por meio dessas mudanças proporcionadas pelo tempo livre, que é um tempo diferente de toda jornada de trabalho e oposto à ausência de tarefas. Ele só existe pela liberdade do voluntário exercer a atividade do seu feitio, colocando em prática as suas capacidades criativas (manuais, intelectuais e afetivas), inseridas no bojo do desenvolvimento pessoal. Desse modo, o desenvolvimento pessoal só pode

existir no trabalho voluntário com a premissa do tempo livre, como apresentado nas análises das primeiras questões das entrevistas.

O trabalho voluntário tem como pressuposto a sociabilidade espontânea, isto é, a capacidade de fomentar relações sociais que envolvem a cooperação, a confiança, a dádiva, o empoderamento, a reciprocidade, a empatia e a honestidade de forma não obrigatória, mas sim disposta em se solidarizar com o indivíduo, com o grupo social ou com a comunidade.

Esta investigação foi de suma importância porque ajudou a compreender as dimensões das relações sociais que contribuem para o desenvolvimento pessoal, além de suprir uma carência na produção científica. A correlação entre trabalho voluntário, tempo livre e desenvolvimento pessoal nas Pastorais católicas da microrregião de Cascavel – PR não faz parte, até o momento, de nenhuma pesquisa acadêmico-científica, o que ressalta o caráter inédito e relevante desta proposta.

Em vista disso, esta tese se debruçou sobre as condicionalidades do desenvolvimento pessoal perante as percepções dos coordenadores voluntários das Pastorais que executam essa função no tempo livre, analisando se houve o estímulo ao desenvolvimento pessoal por meio do voluntariado. Com base nos objetivos estipulados, pôde-se concluir que o trabalho voluntário no tempo livre contribui para promover o desenvolvimento pessoal, levando à identificação de atributos do desenvolvimento pessoal verificados no trabalho voluntário, tais como a cooperação, a empatia, a confiança, a dádiva, o empoderamento, a honestidade, a noção de pertencimento, a reciprocidade e o reconhecimento social. Principalmente, constatou-se como esse desenvolvimento pessoal foi estimulado, a saber, por meio das orientações das Pastorais na forma de organização de trabalho e na espontaneidade das ações voluntárias.

Assim, a pergunta de pesquisa - *De acordo com as percepções dos coordenadores voluntários, o desenvolvimento pessoal pode ser estimulado durante o tempo livre no trabalho voluntário nas pastorais?* - pode ser respondida e corroborada pela hipótese da pesquisa, de que o trabalho voluntário no tempo livre contribui para o desenvolvimento pessoal. Essa constatação se deu por meio da conclusão das análises da pesquisa empírica sobre as percepções dos voluntários no tocante às atividades pastorais. Da reflexão promovida, é possível elaborar sete sínteses de que o desenvolvimento pessoal é estimulado no tempo livre do trabalho voluntário:

- (i) O tempo livre é utilizado pelo trabalho voluntário como forma de dar direcionamentos vitais aos cidadãos envolvidos; os direcionamentos se concatenam com a proposição ao amparo alheio, suscitando características do desenvolvimento pessoal, tais como o empoderamento, a dádiva, a cooperação, a confiança, a honestidade, a reciprocidade e a empatia;
- (ii) As características do desenvolvimento pessoal estão ligadas ao empoderamento individual material (o aprimoramento laboral para o trabalho remunerado, educacional, escolar e acadêmico, os quais resultam no aumento do poder aquisitivo, seja por promoção no emprego ou em outros trabalhos) e imaterial (enriquecimento intelectual, avanços educacionais escolares e acadêmicos, aperfeiçoamento da sabedoria popular, como virtudes da humildade, da paciência e da compaixão);
- (iii) Necessidade de amparo alheio motivado pela noção empática e do vislumbamento da ausência de instituições que pudessem realizar ações de atendimento às populações mais vulneráveis;
- (iv) Aperfeiçoamento no exercício de cidadania ao vislumbrar as realidades sociais e compreender que as atividades voluntárias fazem parte de uma competência da sociedade civil para a construção de uma sociedade brasileira na equidade social;
- (v) Aproximação à instituição que provia as condições para a existência do trabalho voluntário no tempo livre e ao desenvolvimento institucional, no caso, a Igreja Católica;
- (vi) Mudanças na primeira instituição que os voluntários têm contato em suas vidas, a família, a qual passou a acolher melhor seus entes envolvidos com o trabalho voluntário, assim como foram modificadas quanto à compreensão do voluntário, o que criou bases de maior incentivo aos trabalhadores voluntários;
- (vii) Sentimento de pertencimento e de identificação aos grupos sociais e às comunidades onde as Pastorais executam o trabalho, relação essa de acolhimento na qual os voluntários adquirem uma nova afetividade social, para além da familiar.

A descoberta científica desta pesquisa ocorreu ao denotar que o desenvolvimento pessoal é impulsionado por meio de organizações que promovem

atividades ligadas a características do desenvolvimento pessoal. No caso da desta pesquisa, essa organização é a Pastoral católica atrelada à instituição da Igreja Católica. As condições culturais e sociais ligadas à religião católica na microrregião de Cascavel - PR apontaram para o surgimento das organizações pastorais na sociedade civil, com atividades que criaram atributos essenciais ao desenvolvimento pessoal dos voluntários, mais especificamente dos coordenadores das Pastorais, sujeitos deste estudo. Esses atributos do desenvolvimento pessoal criados pelas Pastorais nasceram da filosofia das organizações filiadas à Igreja Católica, as quais têm como intuito amparar os mais vulneráveis do ponto de vista material e imaterial, por meio de uma forma de educação informal que traz um ensinamento de fatores do desenvolvimento pessoal.

A continuidade desta pesquisa pode acontecer na perspectiva de se compreender as questões da educação informal na microrregião de Cascavel - PR e como se fazem presentes em outras microrregiões, regiões e estados brasileiros, examinado a significância disso não só para o trabalho voluntário e para desenvolvimento pessoal, mas também para outras formas de desenvolvimento local e o regional.

A conclusão deste estudo também abriu espaço para se vislumbrar outras pesquisas que circundam o universo do desenvolvimento pessoal sobre o tempo livre no trabalho voluntário, podendo-se destacar em futuras análises como esse processo de estímulo ao desenvolvimento pessoal incide no desenvolvimento local e regional, dado que ambos necessitam de atores sociais motivados para o desenvolvimento pessoal. É possível, desse modo, desvelar essa problemática na microrregião de Cascavel - PR, expandindo-a para todo o estado ou país.

Os aspectos do desenvolvimento regional presentes são as relações do capital intangível sobre os coordenadores das pastorais, capitais estes que possuem profunda conotação nas condições de pertencimento e identificação de grupo e comunitária que são providas pelos atores sociais do trabalho voluntário. Portanto os atores sociais da microrregião de Cascavel-PR, que são os coordenadores voluntário possuem uma grande influência e relevância para a promoção do desenvolvimento regional, esse provimento se incumbe sobre o aumento da qualidade da vida nas esferas emocionais, familiares e comunitárias, tendo como norte as formas do capital intangível presente nas características do capital social sobre a cooperação, confiança, honestidade e reciprocidade, no capital sinérgico na propensão a

criatividade e empoderamento, no capital cívico na dimensão da concordância das decisões de maneiras democráticas e no capital humano sobre o aperfeiçoamento de capacidades laborais e morais. Todos esses processos ratificam que o desenvolvimento pessoal estimulado sobre o tempo livre no trabalho voluntário proporciona o desenvolvimento regional.

Além da abordagem qualitativa desta pesquisa, outras investigações sobre esse objeto podem se utilizar de vieses quantitativos, pois, conforme as análises do discurso apresentaram, há muitos dados que podem ser quantificados por meio de modelos matemáticos e econométricos, devido à riqueza mensurável das informações postas que podem se tornar dados quantitativos. Essa direção traria uma abrangência mais expressiva ao universo científico das análises, configurando-se em estudo quali-quantitativo.

Em suma, concluiu-se que o tempo livre no trabalho voluntário é provedor para o estímulo do desenvolvimento pessoal e que as condições postas para que isso ocorra derivam de fatores de comprometimento para sanar as mazelas sociais vigentes em comunidades da microrregião de Cascavel - PR, desenvolvendo-se capacidades humanas de melhor sociabilidade nos planos éticos, morais, políticos, educacionais e profissionais, como bem se demonstrou pela percepção dos coordenadores das Pastorais, respondendo, desse modo, ao problema da pesquisa e, conseqüentemente, corroborando a sua hipótese.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

ADORNO, T. W. **Palavras e Sinais**: modelos críticos. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

ADORNO, T. W. **O fetichismo na música e a regressão da audição**. São Paulo: Editora Abril, 1999.

ALVES, L. R.; CRUZ, L. B.; LIMA, J. F.; PIFFER, Mr. O Capital Social na Microrregião de Toledo-Pr. **Desenvolvimento em Questão**, [s.l.], v. 11 ,n. 22, p. 139-172, jan./abr. 2013. DOI: 10.21527/2237-6453.2013.22.139-172

ALVES, R. **O que é Religião?** Rio de Janeiro, Loyola, 1999.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

ANGELI, H. L. **Crônicas do Oeste**: História de Pioneiros. Maringá: Farroupilha, 1998.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. A Pastoral Universitária. **Arquidiocese de Campinas**, 2022. Disponível em: <http://arquidiocesecampinas.com/pastoral/comissao-de-pastoral-universitaria/>. Acesso em: 15 out. 2023.

ARQUIDIOCESE DE CASCAVEL – PR. Dados históricos e geográficos. **Arquidiocese de Cascavel**, [2023]. Disponível em: <https://arquicascavel.org.br/pagina/2-dados-historicos-e-geograficos>. Acesso em: 13 de set. de 2021.

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Pastoral do Migrante de Fortaleza. **Arquidiocese de Fortaleza**, [2023]. Disponível em: <https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/pastorais-e-organismos/pastoral-do-migrante-de-fortaleza>. Acesso em: 15 out. 2023.

ARON, R. **Dezoito lições sobre a sociedade industrial**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

ASLAN, R. **Zelota**: a vida e a época de Jesus de Nazaré. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. São Paulo: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. São Paulo: Zahar, 2011.

BERTALANFFY, L. von. **Teoria Geral dos Sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Petrópolis: Vozes, 2013.

BICKERS, J. D. H. B. W. **História da Igreja Católica**. Coimbra: Editora 70, 2021.

BOFF, L. **Tempo de Transcendência: O ser humano como um projeto infinito**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BLAINEY, G. **Uma Breve História do Cristianismo**. São Paulo: Fundamento, 2012.

BRAIDO, D. J. F. O que é Pastoral Social? **Cartilhas de Pastoral**, nº 1. Brasília: [S. N.], 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm#:~:text=Art.,de%20sessenta%20anos%20de%20idade. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

CAVALCANTE, C. E. **Motivação de Voluntário**: Teoria e Prática. São Paulo: Appris, 2016

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

CHERMAN, Alexandre; VIEIRA, Fernando. **O tempo que o tempo tem**: Por que o ano tem 12 meses e outras curiosidades sobre o calendário. São Paulo: Zahar, 2008.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pastorais. **CNBB**, 14 de maio 2022. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/pastorais/>. Acesso em: 15 out. 2022.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Mons. Burnier: Falece Primeiro Padre Surdo Da América Latina. **CNBB**, 24 de julho de 2009. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/mons-burnier-falece-primeiro-padre-surdo-da-america-latina/>. Acesso em: 15 out. 2022.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pastorais. **CNBB**, 14 de maio 2021a. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/pastorais/>. Acesso em: 15 out. 2021.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pastoral do Migrante. **CNBB**, 5 de setembro de 2021b. Disponível em: <https://www.cnbb2.org.br/pastorais/pastoral-do-migrante/>. Acesso em: 15 out. 2021.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pastoral da Sobriedade. **CNBB**, 08 de outubro de 2021c. Disponível em: <http://www.sobriedade.org.br/sobre>. Acesso em: 15 out. 2021.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pastoral dos Surdos. **CNBB**, 9 de agosto de 2022. Disponível em: <https://cnbbs2.org.br/pastoral-dos-surdos/>. Acesso em: 15 out. 2023.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Campanhas da Fraternidade. **CNBB**, 13 de junho de 2023. Disponível em <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha-da-fraternidade>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

DEMO, P. **Dialética da Felicidade**: Felicidade Possível. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

D' ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro. Zahar. 2010

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. São Paulo: Zahar, 1990.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. São Paulo: Zahar, 1998.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Juventude Universitária Católica (JUC). **FGV**, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-universitaria-catolica-juc>. Acesso em: 15 out. 2021.

FREI PACÍFICO. Escola Especial para Surdos. Pastoral do Surdo. **Frei Pacífico**, [20--?]. Disponível em: <http://www.freipacifico.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2021.

- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Abril, 1984.
- FUKUYAMA, F. **Confiança**: valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996.
- GIANINI, R. J. **Desigualdade Social e Saúde na América Latina**. São Paulo: Annablume, 1995.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2006.
- GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Cidades. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/pesquisa0>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense**: Curitiba: Grafipar, 1981.
- HABERMAS, J. **A Teoria do Agir Comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins, 2007.
- HADDAD, P. R. Capitais Intangíveis e Desenvolvimento Regional. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009. DOI: 10.5380/re.v35i3.16712
- HADDOT, P. **O que é filosofia antiga?** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- HAESLER, A.; MARTINS, J. H. A demonstração pela dádiva: Abordagens filosóficas e sociológicas. In: MARTINS, P. H. (org). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 137-160.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- HAWKING, S. **Uma Breve História do Tempo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- HEIDEGGER, M. **O ser e o tempo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o Breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOROCHOVSKI, R. S. **Pastoral da Criança: Estratégias de Legitimação no Terceiro Setor**. São Paulo: Editora Juruá, 2003.

HUDSON, M. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

KISNERMAN, N. **Introdução ao trabalho social**. São Paulo. Editora Moraes, 1983.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006

LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LEFF, H. **Saber Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACHADO, J. Reflexões sobre o Tempo Social. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, . 6, p. 11-22, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/17284/12822%3E>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MASI, D. **O Ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MASI, D. **Uma Simples Revolução: trabalho, ócio e criatividade, novos rumos para uma sociedade perdida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

MASLOW. A. **Theory of Human Motivation**. New Dheli: Grapevine India, 2002.

MATTA, R. da. **O Que faz o Brasil, Brasil?** Rio De Janeiro: Rocco, 1986.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MAUSS, M. **Ensaio Sobre a Dádiva**. Coimbra: Edições 70, 2017.

MAYO, E. **The Human Problems of na Industrial Civilization**. London: Routledge, 2004.

MILANI, N. C.; MICHEL, M.; MOSQUIN, E. S. Uma breve análise sobre os conceitos de organização e cultura organizacional. **Revista Científica Eletrônica De Administração**, Garça, ano VIII, n. 14, p. 1-7, 2008. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/1IMT5LXVhh1VQUz_2013-4-30-12-29-3.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

MINAYO, C. de S. **Teoria método e criatividade**. São Paulo: Vozes, 2010.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MULLER, R. A. **Now: The Physics of Time**. 1. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017.

MUSICK, M. A.; WILSON, J. **Volunteers: A Social Profile**. Indiana: University Press, 2008.

NASCIMENTO, C. M. **Capital Social e trabalho voluntário: um estudo sobre a Pastoral da Criança de Santos/SP**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

NISBET, R. **The Quest for Community: a study in the ethics of order and freedom**. São Paulo: Instituto de Estudos Intercolegiais, 2010.

NORTH, D. C. **Instituciones cambio institucional y desempeño econômico**. Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2008. Edição do Kindle.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Editora Pontes, 2005.

PIAIA, T. C. Instituições, organizações e mudança institucional: análises e perspectivas. **Rev. Justiça do Direito**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 257-274, jul./dez. 2013. DOI: 10.5335/rjd.v27i2.4672

PEREIRA, José Carlos. **Gestão pastoral: Conhecer, planejar e agir na realidade paroquial**. Rio de Janeiro, Editora Loyola, 2021

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a experiência na Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, J. O Tempo em Heidegger. **Revista Filosófica de Coimbra**, Coimbra, n. 28, p. 369-414, 2005. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/dfci/public_/publicacoes/chamadaporartigos/. Acesso em: 18 set. 2022.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SALLES, M. A. **Invisibilidade Perversa**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SCHONS, Selma Maria. **A Assistência Social entre a Ordem e a Desordem**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SENNETT, R. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SIGNIFICADOS. Pirâmide de Maslow. **Significados**, 2022. Disponível em: <https://www.significados.com.br/piramide-de-maslow/>. Acesso em: 18 out. 2022.

SINCLAIR, D. A. **Tempo de vida**: por que envelhecemos - e por que não precisamos. São Paulo: Alta Cult, 2021.

SIMÕES, C. **Curso de Direito e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

SINGER, P. **A Formação da Classe Operária**. São Paulo: Editora Atual, 1994.

SCHMIDT, J. **Júlio César**. São Paulo. Editora: L&PM, 2006.

SOUZA, L. M.; LAUTERT, L. Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção da saúde de idosos. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 371-376, 2008. DOI: 10.1590/S0080-62342008000200022

SPIEGEL, Peter. **Muhammad Yunus**: Banqueiro dos Pobres - Sua Vida, Visão e Atuação. São Paulo: Cidade Nova, 2010.

SPONVILLE, A. C. **Pequeno Tratado das Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

TENÓRIO, F. G. (org.). **Gestão de Ongs**: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

TOURAINÉ, A. **Após a crise**: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Vozes, 2012.

TRINDADE, J. D. de L. **História Social dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Editora Peirópolis, 2011.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE ROTEIRO DE CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS DE PESQUISA

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DAS CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS DE PESQUISA
1) Qual é sua idade?
2) Com qual sexo ou identidade de gênero você se identifica?
3) Em qual setor da economia você trabalha?
4) Em qual zona territorial você mora?
5) Qual sua renda financeira mensal?
6) Qual é sua religião?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA

ROTEIRO DE ENTREVISTA
1) Por qual razão você utiliza o seu tempo livre para o trabalho voluntário na pastoral?
2) Nesse tempo livre no trabalho voluntário você percebeu transformações pessoais e nos ambientes que você se relaciona socialmente?
3) As atividades voluntárias no tempo livre não são remuneradas financeiramente ou materialmente, portanto qual tipo de remuneração imaterial você recebe?
4) Você considera que se tornou mais cooperativo com as atividades pastorais? Se essa cooperação ocorreu ela tem relação com a reciprocidade do trabalho voluntário?
5) A influência para você entrar na Pastoral foi embasada na virtude da confiança? Se isso ocorreu, a confiança continua existindo nas atividades Pastorais entre você e os envolvidos?
6) Ocorreu mudanças sociais em seu entorno comunitário? Se ocorreu, houve o aparecimento da característica da honestidade nas relações sociais?
7) Você percebe um maior reconhecimento social pela comunidade, ou grupo social por estar fazendo parte de uma pastoral? Você sente uma noção de pertencimento de grupo e da comunidade a qual participa com a Pastoral?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na

CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: Tempo livre do trabalho remunerado e trabalho voluntário: O capital social sobre os trabalhadores voluntários das pastorais católicas na microrregião de Cascavel-PR.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – “CAAE” N°

Pesquisador para contato: William Silvano de Camargo: 45-99928-83-99, ou, Moacir Piffer 45-99978-80-52

Telefone: 45-99928-83-99

Endereço de contato (Institucional): Rua da Faculdade, N° 645, Jardim Lasalle, Toledo-PR. CEP: 85903-000

Convidamos você a participar de uma pesquisa que tem como o objetivo geral: As percepções dos agentes das pastorais na microrregião de Cascavel-PR, em relação ao *Homus Donatus* no tempo livre para com o desenvolvimento regional. Os objetivos específicos são: -Identificar se há a característica do capital simbólico nos voluntários das pastorais-Demonstrar como o capital social influencia no tempo livre dos voluntários.-Identificar como o trabalho voluntario nas pastorais católicas este presente na vida do trabalhador no tempo livre.- Identificar como o trabalho voluntario nas pastorais incide no *Homus Donatus*.-Apontar as influências do “*Homus Donatus*” encontrado no trabalho voluntário que contribui para o desenvolvimento regional. Os benefícios da presente pesquisa contribuirão para o melhor entendimento do trabalho do voluntário na microrregião de Cascavel-PR, a contribuição dessa pesquisa se incumbe na contribuição para o desenvolvimento regional, como por exemplo, a importância da cooperação comunitária do trabalho voluntário no processo do desenvolvimento humano. Para que isso ocorra, vossa pessoa responderá esse formulário de entrevistas com 12 perguntas pelo correio eletrônico e whatsapp, a

entrega do formulário e seu envio será por correio eletrônico e whatsapp por razão do distanciamento social, solicitado pela precaução sanitária a qual o momento exige. No entanto, a pesquisa poderá ter riscos em relação a conflitos de coordenadores das pastorais em não admitirem que as respostas sejam vinculadas a entidade, tentando coibir os entrevistadores. Contudo, será esclarecido as coordenações de cada setor da pastoral que as respostas nas entrevistas são individuais e subjetivas, que não respondem a opinião da coordenação.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você fornecer serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém 3 páginas. Você deve vistar (rubricar) todas as páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo

apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:

Eu, William Silvano de Camargo, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Cascavel, 1 de novembro de 2021.

ANEXOS

ANEXO A – FORMULÁRIO DE PESQUISA



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Aprovado na
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP
04/08/2000

CONEP em

Anexo I
Formulário de pesquisa

Título da pesquisa: Tempo livre do trabalho remunerado e trabalho voluntário: o capital social sobre os trabalhadores voluntários das pastorais católicas na microrregião de Cascavel-PR.

Pesquisador responsável: William Silvano de Camargo

Pesquisador(es) Assistente(s): Moacir Piffer

Tipo de Pesquisa

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Iniciação científica | <input type="checkbox"/> Dissertação/Mestrado |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input checked="" type="checkbox"/> Tese/Doutorado |
| <input type="checkbox"/> TCC - Especialização | <input type="checkbox"/> Projeto Institucional |

Anexo II
Autorização da Instituição Coparticipante

O(s) pesquisador(es) **William Silvano de Camargo e Moacir Piffer** estão autorizados por esta **Coordenação geral das pastorais** a realizar a pesquisa intitulada: Tempo livre do trabalho remunerado e trabalho voluntário: o capital social sobre os trabalhadores voluntários das pastorais católicas na microrregião de Cascavel-PR. assegurando as normas da Resolução 466/12 e/ou 510/16 – CNS/MS e suas complementares.

Declaramos que a coleta de dados nessa Instituição Coparticipante será iniciada somente após a aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste (CEP – UNIOESTE).

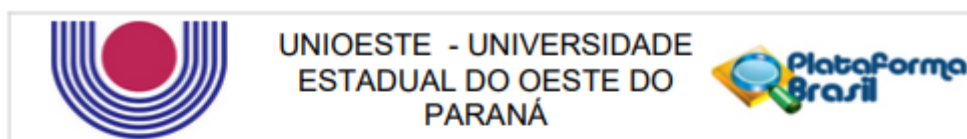
(Assinatura do Responsável pela Instituição Coparticipante)

Observação: Caso haja mais de uma Instituição Coparticipante, as autorizações podem ser apensadas separadamente.

Cascavel, 25

de outubro 2021.

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TEMPO LIVRE DO TRABALHO REMUNERADO E TRABALHO VOLUNTÁRIO: O CAPITAL SOCIAL SOBRE OS TRABALHADORES VOLUNTÁRIOS DAS PASTORAIS CATÓLICAS NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL-PR.

Pesquisador: william silvano de camargo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 53531321.5.0000.0107

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.147.965

Apresentação do Projeto:

É uma pesquisa qualitativa, que se utilizará na fundamentação teórica de dados secundários e no percurso metodológico de dados primários. Por meio de entrevistas roteirizadas enviadas por meio de correio eletrônico, por razão dos cuidados sanitários que o momento de pandemia exige. A presente pesquisa analisará as possíveis existências do "Honus Donatus" como uma característica do capital social no cotidiano dos trabalhadores voluntários das pastorais católicas da microrregião de Cascavel-PR

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as percepções dos sujeitos envolvidos no trabalho voluntário nas pastorais católicas da microrregião de Cascavel-PR em relação as modificações em seu cotidiano pelo capital social.

Objetivo Secundário:

-Identificar se há a característica do capital simbólico nos voluntários das pastorais-Demonstrar como o capital social influencia no tempo livre dos voluntários.-Identificar como o trabalho voluntario nas pastorais católicas este presente na vida do trabalhador no tempo livre.- Identificar como o trabalho voluntario nas pastorais incide no capital social.-Apontar as influências do "Honus

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

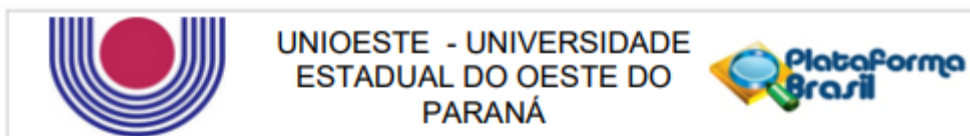
CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 5.147.965

Donatus* encontrado no trabalho voluntário que contribui para o desenvolvimento regional

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos da pesquisa, são referentes aos sujeitos de pesquisa acreditarem que haverá ausência de sigilo nas entrevistas e na demonstração dos dados. No entanto, todo o procedimento da coleta de dados e sua tabulação terá o rigor ético profissional e acadêmico de não expor as identidades dos sujeitos envolvidos na presente pesquisa.

Benefícios:

Os benefícios dessa pesquisa contribuíram para demonstrar como o desenvolvimento regional pode ser auxiliado pelas formas de trabalho voluntário que vicejam no tempo livre do trabalho remunerado dos trabalhadores, que se utilizam do capital social e das características do Homus Donatus como forma de cooperação social e maior integração comunitária.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Na sociedade efêmera e com as relações sociais sendo determinadas pelo economicismo, o capital social sobre o tempo livre do trabalho contribuem para que haja uma maior cooperação social e relações sociais postas em laços que vão além das condições materiais, algo que o trabalho voluntário traz com grande amplitude.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequadamente apresentados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Apresentar o Relatório Final na Plataforma Brasil até 30 dias após o encerramento desta pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	22/11/2021		Aceito

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



UNIOESTE - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ



Continuação do Parecer: 5.147.965

Básicas do Projeto	ETO_512487.pdf	01:00:13		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	22/11/2021 00:59:50	william silvano de camargo	Aceito
Outros	Formulario.pdf	01/11/2021 18:13:00	william silvano de camargo	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DADOS.pdf	01/11/2021 18:08:45	william silvano de camargo	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO.pdf	01/11/2021 18:07:53	william silvano de camargo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	01/11/2021 18:02:10	william silvano de camargo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	01/11/2021 18:01:41	william silvano de camargo	Aceito
Folha de Rosto	Rosto.pdf	01/11/2021 18:01:03	william silvano de camargo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCADEL, 06 de Dezembro de 2021

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))